



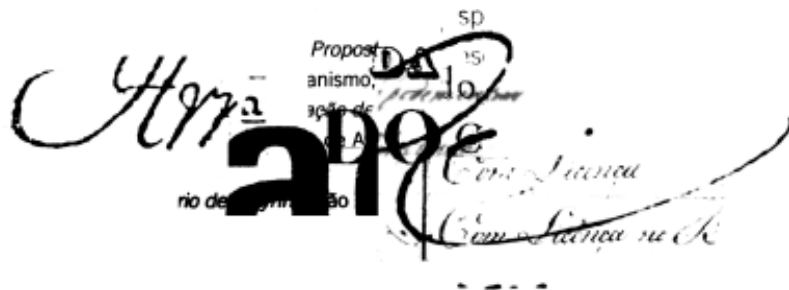
13

junho – 2003
ISSN: 1518-9554



pós-

revista do programa de
pós-graduação em
arquitetura e urbanismo
da fausp



PÓS N. 13
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

JUNHO 2003

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)- . – São Paulo: FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n.13, jun. 2003

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura – Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 13

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
(Mestrado e Doutorado)

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo

Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30

Fax: (11) 3258-2377

e-mail: rvposfau@edu.usp.br

Home page: www.usp.br/fau

Apoio financeiro: Capes

PÓS n. 13

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

Junho 2003

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Pró-Reitora de Pós-Graduação Profa. Dra. Suely Vilela

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

Vice-Diretora Profa. Dra. Maria Angela Faggin P. Leite

Comissão de Pós-Graduação

Presidente – Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Vice-presidente – Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino

Prof. Dr. João Roberto Leme Simões

Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

Prof. Dr. Dácio A. B. Ottoni (Suplente)

Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro (Suplente)

Prof. Dr. Siegbert Zanettini (Suplente)

Representante Discente na CPG

André de Oliveira Torres Carrasco (titular)

Pedro Orange Lins da Fonseca (suplente)

Comissão Editorial

Profa. Dra. Vera Pallamin – Editora-Chefe

Profa. Dra. Catharina Pinheiro

Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki

Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

Profa. Dra. Rebeca Scherer

Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Secretária Acadêmica

Cristina M. Arguejo Lafasse

Secretária de Redação

Izolina Rosa (MTb 16199)

Cronograma de Teses e Dissertações

Diná Vasconcelos

Apoio Técnico/Informática

Robson Amorim

Priscila Beltrame Franco

Conselho Editorial

Antonio Carlos Zani (CTU – UEL)

Azael Rangel Camargo (FAU – EESC/USP)

Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)

Eduardo de Almeida (FAUUSP)

Ermínia Maricato (FAUUSP)

Flávio Magalhães Villaça (FAUUSP)

Luiz Carlos Soares (UFF)

Jorge Fiori (Department of Housing and Urbanism – Architectural Association – Londres)

Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)

Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)

Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)

Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)

Marta Rossetti Batista (IEA – IEB-USP)

Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)

Paulo Mendes da Rocha (FAUUSP)

Pedro George (Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia-Portugal)

Ricardo Tena Nuñez (Escuela Superior de Ingenieria y Arquitectura – ESIA – México)

Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Sonia Marques Barreto (MDU – UFPE)

Wrana Panizi (UFRGS)

Yvonne Mautner (FAUUSP)

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas

Rodrigo Sommer

Foto da Capa

Angela Garcia



SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO

2 | DEPOIMENTOS

- 010 HABITAÇÃO E CIDADE
QUAL A QUESTÃO?
Maria Lúcia
Refinetti Rodrigues
Martins
Reginaldo Luiz
Nunes Ronconi

3 | ARTIGOS

- 026 REDESENHO URBANÍSTICO E
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:
ALGUMAS REFLEXÕES
Regina Bienenstein
- 044 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO:
O USO DOS ESPAÇOS LIVRES NAS VILAS E
CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS
DE CLASSE MÉDIA E DE CLASSE MÉDIA ALTA
IMPLANTADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO
Solange Aragão
- 060 SÃO PAULO E SUA ÁREA CENTRAL:
PLANOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS
RECENTES
Luiz Guilherme Rivera de Castro
- 086 MELHORAMENTOS URBANOS E A
CIDADE BRASILEIRA NO IMPÉRIO
Herta Franco
- 100 POR QUE PLANEJAR COM A PAISAGEM
Emmanuel Antonio dos Santos
- 124 O PRINCÍPIO DA RACIONALIDADE E A
GÊNESE DA COZINHA MODERNA
Maria Cecília Naclério Homem

4 | CONFERÊNCIA NA FAUUSP

155 CONFERÊNCIA
DESIGNER HARA KENYA NA FAUUSP

5 | NÚCLEOS e LABORATÓRIOS DE PESQUISA DA FAUUSP

170 LABORATÓRIO DE PROJETO INTEGRADO E
PARTICIPATIVO PARA O PRÉDIO DA RUA DO
OUVIDOR, 63: EXTENSÃO, ENSINO E
PRODUÇÃO DO SABER EM MOVIMENTO
Francisco Comarú
Letizia Vitale

6 | eventos

178 DISCURSO DE POSSE DO PROF. DR. RICARDO
TOLEDO SILVA NA DIRETORIA DA FAU

7 | resenhas

186 ESPAÇO TERCIÁRIO – O LUGAR, A
ARQUITETURA E A IMAGEM DO COMÉRCIO
VARGAS, Heliana Comin
Carlos J. Lopes Balsas

188 RENASCENÇA: ESTUDOS PERIFÉRICOS
KATINSKY, Júlio Roberto
Paulo Marques

191 MEIO AMBIENTE, DIREITO E CIDADANIA
PHILIPPI Jr, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé; ROMÉRO,
Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet
Sheila Walbe Ornstein

194 SUPERMODERNISMO – ARQUITECTURA EN LA
ERA DE LA GLOBALIZACIÓN
IBELINGS, Hans
Mauro Claro

196 TESES E DISSERTAÇÕES

I | APReSeNTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Abrimos esta edição da *Revista PÓS* com “Habitação e cidade: qual a questão?”, um depoimento de Maria Lúcia Refinetti Martins e Reginaldo Ronconi, representantes da FAUUSP no recém-criado Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, sobre políticas urbanas voltadas para a habitação. Delineando a complexidade do tema, comentam aspectos sobre as origens dos loteamentos urbanos, práticas de valorização da terra, medidas legais, planos, programas e parâmetros de produção ligados à política habitacional no país. No que se refere mais especificamente a São Paulo, destacam a formação e as reivindicações dos movimentos sociais por moradia, situando sua importância política em diferentes momentos históricos, assim como a ação conjunta das assessorias técnicas e sua repercussão no mercado de trabalho dos arquitetos. Nesse percurso, chamam a atenção para a atuação da universidade, a capacitação de profissionais ligados a este problema e a relevância de pesquisas e trabalhos de extensão universitária na área.

Dando prosseguimento ao tema, “Redesenho urbanístico e regularização fundiária: algumas reflexões”, apresenta uma análise de três experiências com assentamentos habitacionais de baixa renda no Rio de Janeiro, desenvolvidas em conjunto com o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, da Universidade Federal Fluminense.

Tendo por base um trabalho de assessoria a comunidades organizadas em que se promove a participação dos moradores em várias instâncias, discute-se sobre a regularização legal e jurídica da propriedade nesses assentamentos e a necessária busca de integração social destes habitantes às demais dimensões urbanas.

Em seguida, publicamos “São Paulo e sua área central: planos, políticas e propostas recentes”, um exame sobre o ideário dos conceitos e diretrizes de intervenção voltados para o centro da metrópole, no período entre a proposição do Plano Urbanístico Básico, de 1969, e a Operação Urbana Centro, de 1997. Ao inventário das políticas e programas associa-se uma reflexão sobre seus respectivos pressupostos e interesses sociais atuantes, assim como a transformação destes, em direção ao papel das parcerias entre o setor público e privado nas propostas mais recentes.

Em “Porque planejar com a paisagem” o autor tece uma acurada argumentação a favor de um modo de pensar o planejamento urbano em que haja uma efetiva incorporação de elementos de paisagem – em seus diversos níveis – na estruturação de espaços, sobretudo aqueles de uso público. Avaliam-se características e limites de várias modalidades de planos, convergindo para uma perspectiva em que a dimensão da paisagem, tomada necessariamente segundo distintas escalas de trabalho – seja considerada como uma real contribuição na condução e transformação de processos urbanos.

Ainda neste campo compreensivo entre paisagem e cidade incluímos dois textos: o primeiro, “Melhoramentos urbanos e a cidade brasileira no Império”, em que são trabalhados os termos de intervenções urbanas no âmbito do século 19, no Rio de Janeiro. A autora recupera noções que incidem na construção e emprego do conceito de (melhoramento urbano) em sua ampla abrangência, englobando práticas voltadas para a salubridade, circulação, comodidade dos habitantes e embelezamento paisagístico. O outro artigo, “Entre o público e o privado”, volta para espaços ocultos na paisagem, focalizando áreas livres em vilas e condomínios, cercadas e freqüentemente monitoradas, buscando detectar seus usos típicos e suas relações com outros espaços livres, mais tradicionais, da cidade.

Originado da pesquisa A habitação, vida privada e o cotidiano, o estudo intitulado “*O princípio da racionalidade e a gênese da cozinha moderna*” aborda o surgimento do conceito de “cozinha racional” e a evolução dos equipamentos ali utilizados, tratando-os em conexão com o panorama de desenvolvimento nacional a subsidiar estas transformações, ao longo do século 20.

Na seção Núcleos e Laboratórios de Pesquisa, divulgamos a publicação de “Laboratório de Projeto Integrado e participativo para requalificação de cortiço”, resultante de um notável empreendimento coletivo – envolvendo alunos, professores, profissionais de assessorias técnicas e moradores de baixa renda –, cujas origens remontam a uma pesquisa acadêmica desenvolvida sob orientação da Escola Politécnica da USP e do Politécnico de Torino, da Itália.

Neste número contamos com várias resenhas e o destaque da conferência do designer japonês Hara Kenya, cuja publicação teve a decisiva contribuição do professor Issao Minani.

Concluimos com a publicação do discurso de posse do Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva, como novo diretor da FAUUSP, registrando, concomitantemente, nosso apreço pela elogiável atuação da Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio à frente desta instituição.

Dra. Vera Pallamin
Editora-Chefe

2 | *De*POIMENTOS

HABITAÇÃO e CIDADE QUAL A QUESTÃO?

VERA PALLAMIN
COORDENAÇÃO DOS DEPOIMENTOS

Em setembro do ano passado foi criado por lei, no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, que tem caráter deliberativo, fiscalizador e consultivo. Esse conselho tem por objetivo o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de habitação, inclusive do Fundo Municipal de Habitação. Visa também estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano e sua articulação com as demais instâncias de participação popular no município. Para abordar o tema da habitação em São Paulo, a revista *Pós* conversou com os professores Maria Lucia Refinetti Martins (AUP – LabHab) e Reginaldo Ronconi (AUT – Canteiro), representantes da FAU no Conselho Municipal de Habitação.

O presente diálogo é o início de algumas atividades propostas para o próximo semestre na FAU, ampliando o debate, a expressão da produção na área, as possibilidades profissionais, legislação e financiamento. Uma exposição dos TFGs recentes sobre as diversas modalidades de Habitação de Interesse Social já está em processo de organização. A presente matéria, proposta e organizada pela professora Vera Pallamin, tem início situando historicamente o tema da habitação popular em São Paulo.



MARIA LÚCIA REFINETTI RODRIGUES MARTINS

Arquiteta urbanista formada pela FAUUSP; mestre e doutora em planejamento urbano e regional também pela FAUUSP. Estágios no Instituto de Planejamento e Urbanismo da Região de Paris – IAURIF e na Unidade de Planejamento e Desenvolvimento da University College, Londres.

Professora do Departamento de Projeto e coordenadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Anteriormente, exerceu atividade de planejadora urbana na Secretaria Municipal de Planejamento da PMSP e de assessoria em Urbanismo a parlamentares na Câmara Municipal de São Paulo e Assembléia Legislativa.

Pesquisas em desenvolvimento: Impactos sociais do urbanismo e das políticas urbanas nas metrópoles do Cone Sul; Reparação de danos e ajustamento de conduta em matéria urbanística; Moradia social e meio ambiente em áreas de proteção a mananciais; Subprefeituras e conselhos de representantes na cidade de São Paulo.

Áreas de trabalho: Economia urbana; Instrumentos e legislação urbanística, Habitação e meio ambiente; Políticas públicas – indicadores e avaliação; Espaços públicos; Gestão participativa, Cidades latino-americanas.

REGINALDO LUIZ NUNES RONCONI

Arquiteto e urbanista pela Universidade Católica de Santos; mestre em arquitetura e urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, doutor em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Professor do Departamento de Tecnologia da Arquitetura na FAUUSP. Coordenador do Laboratório de Ensaios e Modelos – LAME e responsável pela implantação e coordenação do Canteiro Experimental da FAUUSP.

Anteriormente coordenou durante 12 anos o trabalho do GAMHA, uma ONG voltada para assessoria aos movimentos sociais por habitação.

Participou da gestão municipal no período de 1989/92, quando foi responsável pela sistematização, implantação e coordenação do programa de mutirão com gestão dos usuários.

Áreas de trabalho: Habitação de interesse social; Tecnologia da arquitetura; Áreas públicas; Gestão participativa e Ensino de arquitetura.

HABITAÇÃO E CIDADE QUAL A QUESTÃO?

ML: É fundamental dizer que até por volta dos anos 50, a maior parte da população brasileira era rural. O ano de 1970 marca a inversão dessa proporção, passando a população a ser predominantemente urbana. A partir de então a questão da habitação se torna mais visível. No entanto, o tema da habitação popular remonta ao princípio do século 20 – e a maneira de a sociedade e do poder público se manifestarem em relação a ele, também. Nessa época uma das formas de moradia da população de baixa renda era o cortiço, presente nas áreas mais centrais da cidade, inclusive em edificações especialmente construídas para esse fim. Considerados como condição inadequada de moradia, que é feito, então, para evitá-lo? Ora, uma lei impedindo sua construção – pelo menos nos locais de maior visibilidade. Assim, tem início o “tom” do que viria a ser a política urbana em São Paulo e também no país como um todo.

RR: Essa intenção é possível de ser localizada. Em 1986, o Código de Postura do Município de São Paulo procurava criar padrões para a construção de cortiços e casas operárias. Esses padrões não eram mais do que zoneamentos “implantando” essas habitações pobres distantes das residências burguesas. Há um trabalho de Yvonne Mautner e Suzana Taschner que evidencia esse teor do código¹.

ML: Em termos de política urbana, isto é extremamente relevante. Mais à frente, quando se vai enfrentar o tema dos loteamentos precários, o princípio é semelhante. Cortiço é o que se tinha no centro. Do outro lado, do mesmo setor social, que seria a ocupação periférica, a

questão é encaminhada da mesma forma, ou seja, com uma lei restringindo a ocupação. Proíbe-se, por lei, a oferta de um produto precário, estabelecendo-se padrões mínimos. Esse diálogo brasileiro com a lei é uma coisa muito complicada, pois se imagina que com uma lei se resolve o problema. Com isso, na verdade, muitas vezes, agrava-se a situação, aceleram-se condições piores. É o caso, por exemplo, da Lei n. 6766/79 (referente à regulação de loteamentos). O que ocorre como processo? Tem-se a lei proibindo e nenhuma política pública suficiente de construção de habitação, de provisão de loteamentos, etc. Na época em que aqui começou a industrialização, algumas grandes empresas construíam vilas para seus operários, em locais próximos a estas. Isso, por uma razão muito simples: eram poucos os operários especializados e os empresários tinham interesse em mantê-los, propiciando situações que garantissem sua permanência na empresa.

A partir de então, tirando as iniciativas dos institutos de aposentadoria e algumas iniciativas incipientes, o que prevalece como solução habitacional para a baixa renda é o lote periférico. Em relação a essa produção, nada mais do que alguma regulação quanto a loteamentos e quanto à venda em prestações, a longo prazo.

É bom lembrar que as cidades portuguesas nunca tiveram efetivos planos. Sua expansão ia se dando por extensão, ao longo dos caminhos tradicionais. Até o século 19 a terra urbana praticamente não tinha valor, o que valia era terra rural. Podia-se fazer casas nas terras do rossio, uma espécie de reserva pública². Só em 1850 houve a separação entre as terras públicas e privadas, iniciando-se a titulação das terras e o processo de compra e venda de lotes urbanos.

A expansão de assentamentos foi se dando a partir da transformação de terras rurais, adjacentes à cidade em loteamentos. Praticamente não havia regras. Apenas em meados do século 20, com Getúlio Vargas, houve um primeiro Decreto-Lei nacional n. 58, de 1937, fornecendo parâmetros para os loteamentos. Era, no entanto, um conjunto de diretrizes regulando o sistema de compra e venda a longo prazo – tinha mais a ver com a questão econômica, não com a urbanística. A partir daí, as maiores cidades começaram a ter seus códigos de obra, com algumas definições, estabelecendo condições mínimas para os parcelamentos e explicitando algumas condições como: proibição de loteamentos em áreas alagadiças, tamanho mínimo dos lotes, extensão máxima das quadras, etc.

RR: Essas leis tentam corrigir um estrago que já estava consolidado.

ML: No Brasil, quando uma coisa não funciona ou precisa ser corrigida, faz-se uma lei. Já havia esse estrago, pessoas fazendo loteamentos de qualquer jeito. O decreto-lei pretendeu moralizar o aspecto econômico; os códigos de obras estabeleceram algumas regras, pois os loteamentos eram feitos aleatoriamente, desconsiderando qualquer funcionalidade ou qualidade urbana, prevalecendo apenas o interesse do loteador.

RR: É bem conhecido esse processo, essa dinâmica de valorização da terra. Comprava-se uma grande extensão de terra e loteava-se a parte mais extrema, desprovida de toda infra-estrutura, fazendo-se ali um loteamento popular. Os “empreendedores” contavam com a reivindicação que a população faria ao habitar essa área. Os novos moradores passariam a pressionar o poder público para que este providenciasse energia elétrica, água, ônibus... Assim, o município levava a infra-estrutura para esta parte distante, mas

já habitada. Para atender a esses locais, passava por trechos vazios (reservados pelo “empreendedor”). Isto resultava, automaticamente, na valorização daquele espaço intermediário, aquela área reservada pelo “empreendedor”. Concluía-se, deste modo, o lucro do loteador que se beneficiasse dos recursos públicos aplicados na construção da infra-estrutura.

ML: Para se tentar consertar essa situação em que os prejuízos sobravam para o poder público, foi feita essa Lei n. 6766/79, obrigando que os loteamentos fossem mais próximos da cidade, com declividades adequadas, doassem áreas livres e para equipamentos e que tivessem um mínimo de infra-estrutura, a ser providenciada pelo loteador. Nas cidades menores isso representou uma certa melhoria de qualidade, mas naquelas maiores, particularmente em São Paulo, inaugurou-se aí a etapa em que se deixou de ter loteamentos, ampliando-se o número de favelas. De 1970 para cá, o número de loteamentos aprovados na capital é ínfimo – os loteamentos feitos são para alta renda e acabam tornando-se condomínios fechados. Argumenta-se que a construção da infra-estrutura exigida é cara e que o produto final “não tem mercado”. Na prática, este “não tem mercado” significou que as pessoas que iam morar lá na extrema periferia, sem nada, passaram, a partir da década de 70, a ocupar as favelas ou a morar na mesma (ou até mais) extrema periferia, nas mesmas condições, só que os loteamentos passaram a ser considerados “clandestinos”. Então, mais uma vez nos referimos a este quadro: a situação está ruim e, para equacioná-la é feita uma lei – que enfrenta o problema no papel, mas não o resolve, ficando sempre na “casca” ...

RR: Essa ocupação das favelas começou com a aglutinação de pessoas que não

conseguiram ser atendidas nem mesmo nos loteamentos clandestinos. Ocuparam sítios sem infra-estrutura e criaram seus terrenos, suas casas... e essas pessoas tentaram, a princípio, resolver o problema individualmente. Porém, ao assumirem a favela como moradia, como a única atitude possível contra a falta de abrigo, ocorreu uma mudança qualitativa: passaram a ver a força do outro, do coletivo, a capacidade de se organizarem para manter esta possibilidade de moradia, ainda que precária.

Vários movimentos sociais pela moradia começaram a organizar-se a partir desta década como, por exemplo, o Movimento de Defesa dos Favelados – MDF, movimento importantíssimo, que organizou várias favelas nas zonas sul e oeste, procurando caminhos para resolver esse problema de habitação. Nessa época, encontraríamos alguns assessores atuando na periferia, pessoas que trabalhavam individualmente, ligadas à igreja, a organizações políticas... que de alguma forma apareciam como apoio àqueles grupos. Da década de 70 em diante, as organizações populares ganharam uma organização notável e passaram a requisitar desses assessores respostas mais rápidas, efetivas e objetivas. A organização do movimento popular avançou, ampliando sua capacidade de atuação, exigindo dos assessores uma organização maior. Arquitetos, advogados, assistentes sociais, dentre outros, que trabalhavam como apoio dessas organizações, perceberam que não era mais possível enfrentar a situação isoladamente.

Em 1981 houve uma grande ocupação de terra na Fazenda Itupu, de propriedade do IAPAS, realizada por mais de 3.000 famílias. A meu ver essa ocupação tem uma importância histórica porque pela primeira

vez foram reunidos movimentos de várias regiões da cidade. Era uma ocupação que não tinha como objetivo principal permanecer naquela área, mas sim chamar a atenção para o problema da moradia. Com essa ocupação, começaram as experiências “piloto”. De fato, aí tem início a construção organizada de propostas populares como política habitacional. Os movimentos sociais buscaram situações “piloto” para desenvolver projetos e, nessa procura, passaram também a demandar uma assessoria um pouco mais organizada. Parte das pessoas dessa organização, representantes da Vila Remo, fez contato com a Faculdade de Belas Artes – FEBASP – que estava então começando a organizar o “Laboratório de Habitação”. Essas lideranças levaram para o laboratório a proposta de trabalhar em um assentamento conhecido como o Recanto da Alegria. Esse projeto, desenvolvido por estudantes e professores, serviu como referência para a organização das atividades do laboratório de Habitação, explorando diversos temas e conceitos que não faziam parte do exercício da política tradicional, tais como o conceito de projeto participativo, de autogestão e do compromisso da população com a fiscalização de obras com empreiteiras. Começou-se ali a enfrentar questões que eram polêmicas – e ainda o são – mas naquela época, além de polêmicas, eram rejeitadas completamente pela estrutura pública.

Em que pese a importância do trabalho do Laboratório de Habitação, penso que só foi possível desenvolver essa experiência no Recanto da Alegria, da maneira como o foi, pois existia na regional da prefeitura um funcionário que percebia a possibilidade positiva da participação popular. Essa visão acabou permitindo que esse trabalho acontecesse sob a fiscalização da

prefeitura, mas de uma forma inovadora e progressista.

O Laboratório de Habitação, responsável direto pela assessoria, reunia alunos e professores da escola, dentre estes, Nabil Bonduki, Victor Lotufo, Jóan Villa, Antonio Carlos Sant'Anna, e outros tantos aos quais minha memória não faz justiça. No escritório do laboratório foi produzida uma planta que hoje ilustra o projeto da prefeitura, apresentando casas de 5 m x 5 m, ou seja, insuficientes 25 m².

O financiamento para a construção foi obtido na época da gestão municipal de Mário Covas. O recurso obtido permitia apenas a construção deste ridículo módulo de 25 m².

Entretanto, graças à postura participativa adotada para o desenvolvimento do projeto, foi possível considerar outras situações como, por exemplo, avaliar a capacidade de endividamento daquelas pessoas, outras tinham algum dinheiro guardado, permitindo compor essas possibilidades com o financiamento oficial atingindo, assim, um recurso maior.

Havia três famílias que representavam o extrato mais pobre da favela, nesse caso utilizou-se essa planta de 5 m x 5 m. Todas as outras casas têm plantas maiores, nas quais há diversos projetos (desenvolvidos participativamente) com resultados muito mais adequados aos desejos dos moradores da favela. Desenvolvido dessa forma, o projeto de urbanização da favela Recanto da Alegria somou-se às referências utilizadas pelo movimento por moradia.

Em 1987, o Sindicato dos Arquitetos, preocupado com a articulação das assessorias, promoveu o primeiro Encontro de Assessorias a Movimentos de Moradia, realizado em maio. Esperávamos umas 20 pessoas, no entanto apareceram mais de 90. Eram professores universitários,

arquitetos, assistentes sociais, engenheiros, estudantes, etc. Essa audiência causou um impacto tão grande dentro do movimento popular e da categoria dos arquitetos, que gerou, em junho, a realização do segundo Encontro de Assessorias aos Movimentos Populares, desta vez com sede na Faculdade São Francisco, procurando-se evidenciar, pela escolha do local, o caráter interdisciplinar da atividade.

Com isso, este trabalho de assessoria ganhou um corpo mais organizado. Na verdade, era tudo muito difícil, o trabalho não era remunerado... era militante mesmo... Muito embora houvesse a reivindicação de remuneração para as pessoas envolvidas, não havia recursos no movimento popular para isso.

O desenvolvimento dos projetos “piloto” contribuiu com o amadurecimento da organização popular que lutava por moradia, assim como aquele da organização dos técnicos assessores.

Em 1989, Luiza Erundina (PT), eleita prefeita da capital, inicia sua gestão podendo contar com um movimento social aquecido e em ascensão. O movimento conquistara, principalmente, a consciência de sua organização, percebia claramente seu potencial. Creio que isto foi o mais importante. Com a Luiza foi possível resgatar várias experiências com as quais o movimento popular trabalhava e avaliá-las sob a ótica do poder municipal.

Nessa gestão, vários assessores que trabalhavam com o movimento de moradia integraram a equipe de governo e daí, lá dentro da máquina administrativa, abriram espaços para a experimentação da autogestão, dos projetos participativos e da responsabilidade local. Nesse processo de renovação foi elaborado um programa chamado Fundo de Auxílio à População Moradora em Habitação Subnormal,

o FUNAPS Comunitário. Este era um fundo municipal que existia desde a gestão de Olavo Egydio Setubal (1979). Funcionava em regime de fundo perdido, isto é, não contava como retorno proveniente da utilização dos recursos. Era uma coisa meio maluca... Dizia-se que, na época, os superintendentes da habitação andavam com dinheiro no bolso e iam vistoriar favelas, perguntando: “quanto você quer para voltar para o Nordeste?”. Nos Escritórios Regionais de Habitação, após as tempestades, entregavam para as famílias vitimadas um “kit” chamado com um trágico humor de “Barraco-Bras”, que era, na verdade, um conjunto de caibros e folhas de compensado para as pessoas reconstruírem seus barracos, anteriormente destruídos pelas águas. Não acredito que houvesse desinteresse, mas era uma prática motivada pela inércia da ação pública. É bem verdade que o FUNAPS também podia ser utilizado para promover construção de novas habitações, a maioria construída com a tradicional organização do setor, isto é, utilizando empreiteiras e com projetos desenvolvidos sem a participação do usuário. Mas também, em alguns casos, foi possível arriscar: a construção daquelas casas do Recanto da Alegria, por exemplo, foram financiadas por esse FUNAPS antigo. Para se ter uma idéia do que significava a expressão “fundo perdido”, as pessoas deixavam atrasar o pagamento da prestação durante um ano, senão gastariam mais dinheiro para pagar a condução do que para pagar a prestação.

Na administração petista esse fundo recebeu uma releitura importante e passou a alimentar uma política habitacional de porte, totalmente diferente, na qual se incluía: um programa de provisão de habitações – que era a contratação de empreiteiras para construir conjuntos novos;

um programa de assessoria jurídica, destinado à população moradora em cortiços, que sofria (e sofre) problemas graves com os “contratos” de aluguel, ou com a regulamentação de sua permanência no cortiço; alimentou um fundo de provisão de terras (desapropriação ou auxílio para a compra); e, dentre outros, alimentou o FUNAPS Comunitário – que era um programa de autogestão com construção por meio de mutirão – e o URBANACOM – um programa de urbanização de favelas, desenvolvido nos moldes do FUNAPS Comunitário, também apoiado na idéia de autogestão e, sempre que possível, utilizando sistema de mutirão. Esses são os programas dos quais me lembro, mas havia um leque de programas que começavam a constituir o corpo de uma política habitacional efetiva.

Digo isso um pouco para explicitar que a política habitacional não parte de uma solução mágica. Anos atrás ouvíamos falar daquele mutirão do governador Iris Rezende, que teria levantado 1.000 casas em um só dia. Fizeram uma grande propaganda, mas àquilo tudo chamávamos de “mentirão”, e não mutirão. Rezende passou meses trabalhando com empreiteiras, executando painéis pré-fabricados de péssima qualidade e, em um dia, ele posicionou tudo, chamou uma população enorme e com ajuda de guias e guindastes tudo foi levantado. Ele fez um grande *marketing* registrando o fato de ter erguido 1.000 casas em um dia.

Lembro-me dessa história para reafirmar que na política habitacional não há varinha de condão que apresente solução para tudo... É necessário contar com um esforço que vá se multiplicando em diferentes direções para que se constitua uma política habitacional. E mesmo montando uma estrutura nessa direção, permanece o

problema de fazê-la durar mais que o momento da ação do programa em pauta. Por exemplo, tínhamos certeza que todas as propostas inovadoras e comprovadamente eficientes, empregadas naquele período, poderiam perdurar nas administrações que se seguiriam a de Luiza Erundina, que foram as de Maluf e Pitta... mas todo o trabalho foi rapidamente destruído. Tudo o que a duras penas tinha sido transformado dentro da máquina pública: o conceito de projeto habitacional, a responsabilidade da participação popular, etc... Não ficou muito para contar a aventura. Voltamos para um período de resistência e luta política. Creio que é interessante discutirmos a responsabilidade do poder público na estruturação da questão da política habitacional. O estado brasileiro sempre correu atrás de uma variável, a “quantidade”. Toda vez que se fala em política habitacional consegue-se listar dezenas de argumentos que falam em quantidade, afinal temos que enfrentar um déficit absurdo..., mas nenhuma das políticas empregadas em municípios com alta densidade habitacional chegou a enfrentar essa questão da quantidade com alguma chance de vencer. E agravando a questão, ao tentar vencer a quantidade, esquece-se da qualidade. Então vivemos um tempo de vale qualquer coisa: veja-se o caso do Jânio Quadros, quando prefeito, com o Pró-Morar, um projeto que retirou a favela da Ponte Cidade Jardim. Ele fez um canteiro experimental, parecido com aquele de Narandiba, na Bahia. Juntou várias empreiteiras, dizendo: “olha... dê sua solução para a moradia popular...” E todas que atenderam ao chamado foram lá e construíram protótipos. A maioria, aplicações ridículas de como se poderia fazer a construção mais barata. “Esquecia-se” tudo: estabilidade estrutural, conforto

ambiental, áreas adequadas ao número de moradores, etc. Em algumas unidades, ao se balançar o batente da porta, a casa inteira balançava. Foi eleita uma casa para ser construída na Gleba do Adventista, a qual tive a oportunidade de visitar. Os moradores chamaram o Sindicato dos Arquitetos, pois estavam desesperados com aquela situação. Ao visitar a casa, vi a criança brincando com bolinhas de isopor retiradas unicamente com a força de suas mãozinhas, dos painéis que compunham a edificação. Impossível aceitar esse caminho.

Outra questão a ressaltar é aquela relativa ao tecido urbano. Os conjuntos habitacionais – e isso ocorre no Brasil inteiro – quando muito, são malhas ortogonais, implantadas em sítios terraplenados, onde são assentadas casinhas exatamente idênticas. Não há áreas de uso comum, interfaces com o entorno. Quer dizer, são conjuntos fadados a transformarem-se em guetos, a deteriorar-se e a manter uma situação de exclusão daquela população, não colaborando de forma alguma com a construção de uma imagem cidadã.

Nos programas do FUNAPS outros conceitos foram utilizados, reelaborados, e foram colocados em prática de forma diferente. As casas tinham 60 m², todas as glebas possuíam áreas públicas ou semipúblicas, delimitadas a partir de centros comunitários. Várias assessorias técnicas projetaram as implantações, não havendo solução-padrão. Há uma implantação muito bonita do Conjunto Pires do Rio (zona leste, avenida Pires do Rio), na qual o centro comunitário foi colocado no limite do terreno, fazendo divisa com a rua. Criou-se ali um espaço de transição entre o público e o privado. O centro comunitário está aberto para a comunidade, ou seja, é uma proposta de

relacionamento com a vizinhança, uma proposta de integração, propondo-se também para enfrentar outras questões que são pertinentes ao problema da moradia e que extrapolam os limites das paredes da casa.

ML: Nesse ponto é importante citar a história da “casa 1.000”. Essa questão vem sendo muito discutida pelo setor da construção, transpondo para a moradia o princípio do carro “popular” de 1.000 cc: uma negociação feita em uma grande câmara setorial de modo a reduzir o custo final do produto – incluindo redução do padrão, do lucro, mas também os impostos que são pagos... No caso dos veículos, fez-se uma série de restrições para se chegar a um carro mais barato, acessível a uma faixa mais ampla de mercado. Esse raciocínio tem sido invocado na questão da habitação. O que Reginaldo colocou quanto à monotonia das unidades produzidas e à condição de “gueto” nos grandes conjuntos enfatiza a idéia que a casa em si é apenas um pedaço da questão da moradia – isso quer dizer que ainda que se conseguisse produzir a “casa 1.000” com qualidade (como os automóveis), ainda se estaria longe de equacionar-se a questão da moradia. Ao lado desse percurso histórico que ele delineou, há todo o contexto econômico, jurídico e político que envolve o tema, mostrando a amplitude da questão e o modo como os diversos aspectos vão se construindo conjuntamente. O que se vê relativamente a conjuntos habitacionais de péssima qualidade, em que se olha apenas a questão da quantidade, é extremamente associado às formas de financiamento e de produção desses empreendimentos. É muito claro na história e na herança do Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha por objetivo exatamente produzir em massa. O BNH vem de uma análise que afirma ser a

construção civil um dos setores econômicos mais propício a “alavancar” geração de emprego e movimentação econômica mais rapidamente. Seu surgimento (em 1964) apóia-se em avaliações anteriores: que a construção de moradias impulsionaria todo o setor econômico, gerando grande quantidade de emprego. Um dos objetivos da estrutura montada pelo BNH era esse; então, a industrialização da construção não estava em pauta, já que sua capacidade de absorção de mão-de-obra é muito menor do que a da construção tradicional. Na verdade, representava uma projeto muito mais ambicioso, na verdade com objetivos econômicos, financeiros e inclusive de regulação do trabalho. Criou-se então o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – uma enorme operação de entrada nas relações de políticas públicas de seguridade social. Em lugar da estabilidade no emprego, adquirida pelo trabalhador após dez anos no mesmo emprego, estabeleceu-se o sistema do depósito mês a mês de uma parcela do salário em uma conta-poupança em nome do trabalhador. Essa poupança só poderia ser retirada em caso de ser demitido ou no momento da aposentadoria. Criou-se com isso uma gigantesca poupança compulsória, dirigida especificamente ao setor da construção. Assim, associava-se a criação de emprego a baixo investimento e à organização de um sólido sistema financeiro, que incluía, além da poupança compulsória (representada pelo FGTS), a poupança livre (representada pela caderneta de poupança das instituições financeiras) – a par de um grande motivador ideológico, centrado no sonho da casa própria. Para tudo isso dar certo, para essa grande roda girar, era preciso volume – uma produção imobiliária em massa. Não se tratava, portanto, de apenas atender a uma demanda de

habitação, mas de ativar setores econômicos e financeiros. Enfim, a construção de habitações era apenas um dos aspectos, mas há outros que visivelmente tiveram mais ênfase e sucesso do que a questão da moradia.

Com a idéia de construir muito, fazer muitos conjuntos, fazer uma linha de produção sem incluir a industrialização ou uma tecnologia mais avançada – que não absorveria tanta mão-de-obra, como é que se baixaria o custo do produto “habitação”? Ganhando na escala e na concentração de canteiros.

Para tanto seriam necessários grandes canteiros em grandes terrenos. A partir daí gerou-se este desastre urbano que são os grandes conjuntos: extensas áreas de moradia, só moradia, longe da cidade, com casas todas iguais e habitadas por uma multidão de pessoas provenientes de culturas totalmente diversas. Disto resultaram exemplos graves, como é o caso da Cidade Tiradentes, em São Paulo, e Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, só para citar alguns dos mais conhecidos.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar quanto à questão da moradia refere-se à construção conceitual que acaba sendo feita: do mesmo modo que a estrutura BNH / SFH contém uma formulação para a questão, que acaba se traduzindo, inclusive, em formas urbanas e arquitetura, a reflexão conjunta e a prática conduzida pelos movimentos populares e assessorias a partir da década de 80 – gerou uma série de paradigmas sobre como tratar a questão da moradia.

No final da década de 70, momento em que a população urbana superava a rural, ainda na vigência do regime autoritário, nas grandes cidades, começam a se estruturar movimentos sociais urbanos, reivindicando água e saúde. Houve condições para tanto, já que a demanda por água e por melhores

condições de vida, afinal, não expressa exatamente uma contraposição política. Assim, foi possível ter espaço para que ela acontecesse. Em meio a um regime autoritário que buscava alguma legitimação começou a haver uma resposta. Não é que tenha sido um consentimento total, mas foi um espaço possível para começar um processo. Precisamos associar algumas das características dos movimentos sociais urbanos a uma contraposição ao modelo político-administrativo brasileiro da época, que era profundamente centralizado. Se o totalmente centralizado era autoritário, a luta por democracia acabava associada à demanda por descentralização e participação.

Os movimentos que eram reivindicativos e que passam a ter propostas, com as assessorias, que também começaram a organizar-se, estão no bojo deste processo de redemocratização e de busca de descentralização. Isto acabou puxando muito o foco para a esfera local, para a escala dos municípios que, a partir da eleição de prefeitos progressistas, passaram a ser espaço privilegiado para tratar a questão da moradia. Essa construção de experiências mais articuladas começou a acontecer em várias cidades, abrangendo a constituição de propostas, de formas de se fazer a moradia, de projetos, relação profissional, etc. Os financiamentos passaram a incluir a elaboração de projeto, por assessoria à escolha do grupo de adquirentes.

Isso ilumina outro aspecto envolvido nessa questão, que é o do mercado de trabalho, e a disponibilização de boa arquitetura para o setor popular. Em relação a esse aspecto, desde um pouco antes, por volta de 1975, uma chapa que concorreu à direção do IAB (na qual estava a Mayumi, dentre outros) já colocava a proposta da constituição de uma

cooperativa de arquitetos para atender a uma base mais ampla, de demanda popular. No final da década de 80 teve início a elaboração da Constituição, incorporando emendas populares apresentadas com pelo menos 100 mil assinaturas, colhidas em mais de cinco estados. Uma das emendas foi subscrita por todo esse bloco ligado à questão da moradia, da cidade. Buscava diretamente promover instrumentos para evitar esse processo que o Reginaldo comentou, de “reserva” de terras urbanas desocupadas, no interior de cidade e a construção de moradias nos extremos da periferia. Uma idéia clara era que estes vazios no meio das cidades tinham de ser penalizados porque terra urbana não pode servir de reserva de valor, pois prejudica toda a comunidade. Assim, com um foco muito forte nisso, foi criada a emenda popular de reforma urbana, entendendo-se que para assentar pessoas é fundamental a terra, mas é preciso uma cultura de inclusão urbana, pois mesmo a “casa 1.000”, sozinha, não resolve coisa nenhuma, porque, na verdade, é preciso ter transporte, acesso, etc. Parte dessa emenda popular foi incorporada pela Constituição, mas, por gestões dos que se opunham à sua implementação, foram incluídos dispositivos, de forma que a aplicação dos instrumento fosse postergada, sujeita à criação de leis intermediárias e ao escalonamento no tempo. Assim, o princípio da função social da cidade e da propriedade foi incorporado pela Constituição, porém dependendo de lei federal que o regulamentasse. Essa lei geral, nacional, ficou por 11 anos em tramitação, sendo finalmente aprovada em 2001, denominada como Estatuto da Cidade. No entanto, ainda que aprovada, contém dispositivos que exigem diversas etapas e condições (entre elas, constar nos planos diretores) – e,

portanto, mais prazo para que os instrumentos possam ser aplicados.

Considerando todas essas dificuldades, os princípios da função social da propriedade – penalização por manter imóveis urbanos sem utilização (IPTU progressivo no tempo ou desapropriação), consignados na Constituição de 1998, levarão, afinal, quase um quarto de século até que se efetivem na prática.

Pois é, instrumentos não faltam, já sua efetiva aplicação...

RR: Concordo, instrumentos não faltam, mas falta trabalhar uma postura diante desse problema. Nesse ponto é preciso lembrar de vários atores: um deles é a universidade e a formação dos profissionais que estão mais diretamente ligados a essa problemática.

Tivemos posturas que foram eleitas como paradigmas e que na prática não foram bem-sucedidas. Uma delas foi a da “casa 1.000”.

Assim como houve um limite no desempenho para estabelecer o que seria o “tipo popular” com relação ao carro, os limites de desempenho para a habitação também devem ser preservados. Não dá para se fazer uma relação diretamente proporcional: material mais barato, terreno, infra-estrutura... Essa comparação direta leva sempre ao desastre urbano do ponto de vista do edifício, da paisagem, da saúde pública, do meio ambiente. Temos de reconstruir essa idéia para pensar nesse custo dentro de uma espiral. Trechos dessa espiral podem ser mais caros e serão compensados pelos que custam menos. Devem ser considerados em torno de uma relação custo-benefício socialmente aceitável e isso, necessariamente, não se refere àquilo que a família que vai habitar nessa moradia possa pagar. A meu ver, a questão do subsídio tem de estar presente nos financiamentos, ou então os salários deveriam ser suficientes para incluir todos

no mercado. Porém, não vivemos essa realidade. E é preciso ressaltar que o bom projeto, tanto da edificação quanto da implantação irá constituir um ato de recuperação da qualidade de vida com o qual toda a sociedade irá ganhar. Um projeto habitacional deve, portanto, beneficiar toda a sociedade, não apenas uma família, especificamente. Por isso ser de interesse social.

ML: Um exemplo que fica mais evidente se refere à questão dos mananciais. Ao se fazer um tratamento adequado, permitir que aquelas famílias morem de forma adequada, isto, ao mesmo tempo, será revertido em favor da água que a cidade bebe. Essa coisa da racionalidade tem de ser avaliada de modo global, da melhor qualidade e custo menor para toda a sociedade, não apenas para aspectos específicos e parciais.

RR: Essa questão precisa ser muito trabalhada. Recentemente, participei de uma discussão com estudantes de engenharia e arquitetura na qual pude concluir que muitas pessoas continuam sendo formadas para usar o tijolo mais barato, como forma de resolver o problema habitacional. A discussão não abordava a elaboração de projetos e processos mais integrados.

A questão das padronizações dos projetos é outra grande preocupação que tenho. Vejo frequentemente os arquitetos sucumbirem a esse discurso. Não podemos aceitar isso. Os grupos culturais são distintos, os sítios únicos, toda condição de provisão de infraestrutura é diferente. Como um projeto padronizado poderia atender a situações tão diversas? Para fazer uma casinha padrão, o empreiteiro de terraplenagem desmonta um morro e aterra a várzea que emoldurava o vale. Fabrica um enorme plano com um custo mais que importante, sob o pretexto de implantar casas mais baratas...???

Depois, com o passar do tempo, o restante do entorno, de uma natureza que não foi “avisada” sobre as modificações em sua estrutura, reage: as águas continuam afluindo oriundas de microbacias vizinhas, o aterro se desmorona em parte, ou totalmente, e as pessoas vivenciam a outra face do inferno da casa própria...

Vimos de sobra exemplos na Cidade Tiradentes, voçorocas nas quais se escondiam carros inteiros...

ML: Não sei exatamente o quanto é real, mas já ouvi diversas vezes que, no caso de Cidade Tiradentes, em determinado momento, houve sérias dúvidas em prosseguir a obra, ou se seria o caso de suspendê-la. O custo de recuperar o desastre ambiental que lá estava era maior do que a própria construção do conjunto.

RR: Uma das questões que precisam ser enfrentadas diz respeito à compreensão de que a utilização de diversos projetos é benéfica para o custo final. Vai fazer com que o custo seja menor porque a durabilidade das soluções construtivas, a permanência da população, a aceitação deste conjunto por parte dos usuários tem chance muito maior de consumir-se. A partir dessa prática (a utilização de projetos adequados) são estabelecidos territórios consolidados que podem suportar atividades de microeconomia, de desenvolvimento localizado, etc.

ML: Também é benéfico em termos de qualidade de vida, porque quando se tem uma série imensa de moradias iguais, sem identidade nenhuma, tudo precário, sem equipamentos e espaços públicos, é uma forma de exclusão. Percebe-se hoje, por exemplo, que a Cidade Tiradentes é uma das áreas de maior violência na cidade. Lembremos ainda de outro aspecto importante: temos uma legislação que também funciona na chave deste raciocínio

da padronização. Por conta de garantir-se o mínimo de segurança, habitabilidade, etc., estabelecem-se alguns padrões, muitos deles incompatíveis com a situação de custos e condições de fazer-se. É um grande desafio produzir normas que assegurem salubridade e segurança, mas que não sejam imbuídas de alguns preconceitos do que deve ser o espaço urbano (que acabam pesando nas normas de hoje). Sempre se vê a cidade internacional, sem se elaborar um pouco melhor as questões específicas de nossas cidades; no final, fica-se entre uma coisa e outra. Então, visando-se ao custo menor, baixa-se a qualidade e não se eliminam os preconceitos, produzindo-se uma versão “pobre” do padrão, em lugar de novas alternativas.

Essa dificuldade em assumir a efetiva realidade parece ser um desafio para a cidade e a sociedade brasileiras. Veja-se, por exemplo, o caso das favelas, vistas como sendo uma condição transitória – isto é, admite-se que a pessoa está na favela porque não conseguiu ainda um jeito de assentar-se na cidade. Assim, ela não é assumida como uma precariedade estrutural da condição de moradia. Mas ela não é momentânea, transitória. Há favelas que estão na cidade há 50 anos. É preciso olhá-las como uma questão estrutural e que, portanto, não é possível se pensar normas urbanísticas, código de edificações ou o que for, sem se considerar essa situação e toda sua dimensão. Hoje estão aí novas leis, na verdade, elas contêm elementos de toda essa movimentação social, no sentido da consolidação da função social da propriedade e de considerar-se padrões alternativos para a construção da cidade com mais qualidade, mas ainda se trata de um quadro em branco para se construir o que se queira –

ou se possa, lá dentro. Existem, teoricamente, as leis, com limite desenhado, mas como vai se construir a política habitacional, este é o grande desafio: que tipo de propriedade, de implantação, de financiamento, como será o desenho destes espaços, etc.

RR: Vivemos um processo complexo de organização e entendimento. Trata-se de uma grande questão ainda a ser resolvida, mas que já apresenta alguns caminhos possíveis, é bom lembrar até mesmo para não ficar com a impressão que rodamos, rodamos e estamos no mesmo lugar.

ML: Não dá para aceitar que haja todo um movimento social e um conhecimento produzido, no sentido de avançar e inventar com qualidade, e que isso seja tão pouco aproveitado.

RR: Uma organização pela moradia que hoje se encontra em um estágio perfeitamente pleno para suportar sonhos grandiosos e sofisticados sobre o uso da terra, do solo urbano. Lembro-me de que quando vivíamos essas primeiras experiências pilotos, os movimentos reivindicavam lotes de 120 m². Já na gestão da Luiza Erundina, reivindicavam lotes de 70 m².

ML: É essa história, essa experiência de produzir habitação e cidade com qualidade, ainda que de modo alternativo aos padrões atuais de código de obras e de legislação urbanística. Essa elaboração é uma sofisticação do que foi possível nesse longo processo.

RR: Isso está disponível. Quem quiser hoje lançar mão desse grupo social organizado, em torno da questão da moradia para discutir essas questões, vai encontrá-lo disposto e maduro, o que permite para o Estado estabelecer parcerias com grandes possibilidades de êxitos. Não só parcerias como essa que já aconteceu, dos mutirões autogeridos, em que a população entra com

sua força de trabalho e assume a gestão dos empreendimentos (parceria, aliás, que foi eleita como uma das 100 melhores práticas, no Habitat, em Istambul, 1996), mas parcerias que podem ser desenvolvidas em diversas áreas. Essas organizações estão exatamente no ponto de discutir a questão da saúde, ensino, transporte, áreas de lazer, etc.

ML: As cidades latino-americanas, todas com desafios e problemas semelhantes, têm plenas condições de pensar suas políticas públicas, um projeto urbano com padrões próprios, a partir da rica experiência de seus movimentos sociais e do diálogo destes com a produção acadêmica em experiências compartilhadas.

RR: É. Isso está aí, está pronto o cenário para a formulação dessa proposta.

ML: Cabe completar dizendo que aí está um papel muito interessante da universidade, que é apoiar e estar inserida nesse processo, demonstrando que há aí uma produção de conhecimentos e tecnologia altamente sofisticada. Não se trata de “assistência”, mas sim uma produção de altíssimo nível, elaborada, e é com esse perfil que tem de ser vista, como um trabalho de ponta.

NOTAS

(1) TASCHNER, Suzana; MAUTNER, Yvonne. *Habitação da pobreza: Alternativas de moradia popular em São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 1982. Neste trabalho há transcrição de artigos do Código de Posturas do Município de São Paulo (1886) que se referiam aos cortiços.

(2) Conforme descrito por Murillo Marx em *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991, p. 81 e 104.

criação da 1.

re S. João em forma de fender-se a barra daquella banda, por onde se podem entrar
em forma de bu S. J. S & brava S. Mica de dois palmos por braço. Tem fusa
muy romeros. Dize

141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526
 527
 528
 529
 530
 531
 532
 533
 534
 535
 536
 537
 538
 539
 540
 541
 542
 543
 544
 545
 546
 547
 548
 549
 550
 551
 552
 553
 554
 555
 556
 557
 558
 559
 560
 561
 562
 563
 564
 565
 566
 567
 568
 569
 570
 571
 572
 573
 574
 575
 576
 577
 578
 579
 580
 581
 582
 583
 584
 585
 586
 587
 588
 589
 590
 591
 592
 593
 594
 595
 596
 597
 598
 599
 600
 601
 602
 603
 604
 605
 606
 607
 608
 609
 610
 611
 612
 613
 614
 615
 616
 617
 618
 619
 620
 621
 622
 623
 624
 625
 626
 627
 628
 629
 630
 631
 632
 633
 634
 635
 636
 637
 638
 639
 640
 641
 642
 643
 644
 645
 646
 647
 648
 649
 650
 651
 652

Mar 50
realin

canalino de un brote

1. are open N. 2. 1
a de poz

Quinto
Tinta Libras e me a

copies de rocha viva

Бог правды:

3 | ARTIGOS

Regina Bienenstein

Orientadora:
Profa. Dra. Rebeca Scherer



REDESENHO URBANÍSTICO e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: ALGUMAS REFLEXÕES

026

pós-

RESUMO

O trabalho aborda o tema da regularização urbanística e fundiária de assentamentos espontâneos, tendo como estudo de caso três favelas situadas no estado do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1980 e 1999. O objetivo é indicar alternativas e/ou possibilidades de intervenção do ponto de vista urbanístico e fundiário nas referidas áreas. Argumenta-se que, apesar de não ser a única solução para o problema da habitação, a regularização fundiária é um caminho no sentido de promover a inclusão de amplos contingentes populacionais os quais hoje moram em situação irregular; que ela deve vir precedida ou, pelo menos, acompanhada do redesenho urbanístico e que este deve ser realizado por processos que permitam a ampla participação dos moradores nas decisões a serem tomadas. Para tanto, são necessárias modificações das administrações locais, com inversão nas prioridades de ação e ajustes na estrutura organizacional, assim como formação de quadros técnicos capacitados, aspecto em que a universidade tem importante papel a cumprir.

ABSTRACT

This research focuses the land and urban legalizing process of spontaneous shantytown settlements between 1980 and 1999, from the perspective of three such communities, located in the state of Rio de Janeiro and which form the basis of this case study. The aim of this work is to suggest different possibilities to intervene in these areas from a urban and land standpoint. Despite not being the only solution to the housing problem, it was found that the land formalization process helps improve the lives of vast numbers of people which today live in inadequate housing arrangements. Moreover, this article argues that such a process must walk hand-in-hand with urban redesign, which in turn must be carried out considering the involvement of the people affected by such plans. In order to allow this process, it is necessary to promote changes in local governments, reshaping and redefining priorities, adjusting the organizational structure, and training specialized professionals to carry out these tasks. In this latter aspect, the university community has an important role to play.

(1) O trabalho do NEPHU teve origem em fins de 1982, a partir da solicitação de assessoria técnica encaminhada por uma favela ameaçada de remoção total e sua institucionalização, em 1986, deu-se em face dos resultados obtidos nesse primeiro projeto. Nesse núcleo se integram atividades de ensino, pesquisa e extensão e participam professores, técnicos e estudantes de várias áreas do conhecimento (arquitetura e urbanismo, engenharia civil, geotecnia, ciências sociais, economia, serviço social, comunicação, direito, etc.). No que se refere às atividades de extensão, o referido núcleo está primordialmente voltado para a assessoria técnica ao movimento popular pela moradia, atuando sempre a partir da solicitação do mesmo. Além das atividades de assessoria técnica a comunidades organizadas, o NEPHU assessoria também órgãos do poder público municipal, estadual e federal.

Este trabalho trata da questão fundiária de assentamentos habitacionais da população de baixa renda e sua origem está diretamente relacionada à experiência desenvolvida desde 1983, no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense¹.

Desde a década de 40, quando surgiram as primeiras associações de moradores de favelas no Rio de Janeiro, a regularização da propriedade da terra tem sido tema recorrente, presente na pauta de reivindicações da população de baixa renda, quando luta por melhores condições de moradia.

Na década de 80, o tema ganhou espaço com a introdução, na nova Constituição Federal, de conceitos e mecanismos que visavam facilitar seu encaminhamento. Apesar de alguns municípios terem incorporado em suas leis orgânicas e planos diretores esses instrumentos, é necessário reconhecer que sua aplicação ainda se encontra em fase embrionária, sendo poucas as ações que apresentam resultados concretos. Na verdade, elas têm acontecido mais em resposta a situações emergenciais de conflito e/ou a pressão exercida pela população organizada e mobilizada do que derivadas de uma política fundiária e habitacional clara. Quando acontecem, são freqüentemente processos longos que se arrastam por décadas e várias administrações, praticamente recomeçando a cada mudança de gestão.

A análise de experiências de regularização de assentamentos de população de baixa renda tem mostrado que a questão tem sido trabalhada segundo três enfoques principais: (a) tratamento apenas do aspecto legal e jurídico da propriedade da terra, titulando os assentamentos como eles se apresentam, isto é, ignorando os inúmeros problemas urbanísticos aí presentes, podendo consolidar e acirrar o quadro de precariedade e retirando o direito da população de ter acesso a um projeto digno, capaz de tratar com as diversas variáveis presentes na produção do ambiente construído de maneira integral; (b) associando ao aspecto legal e jurídico, o redesenho da estrutura espacial do assentamento, com vistas à correção prévia dos problemas; e (c) um terceiro e mais recente enfoque que passou a incorporar à questão urbanística e jurídica a busca da integração social de seus habitantes na estrutura urbana (WARD, 1998).

Inúmeros são os obstáculos apontados e que efetivamente devem ser enfrentados quando se adota essa última abordagem, dentre os quais podem ser destacados: características da estrutura administrativa, tais como: o poder paralelo e invisível existente dentro dela, que alimenta privilégios individuais, sua fragmentação e especialização na divisão do trabalho que isola cada atividade e impede ou, pelo menos, dificulta a unidade e integração das atividades (MARICATO, 1996) e, no caso do projeto de redesenho urbanístico e obras necessárias, deixa-os sem perspectivas de implantação; a legislação urbanística voltada para a cidade formal, o que resulta impossibilitada sua aplicação à cidade real (MARICATO, 1996; ALFONSIN, 1997; SMOLKA, 1999); a dificuldade de aceitação pelos moradores de propostas de redesenho do traçado urbanístico que

alteram limites de posses há muito consolidadas (BIENENSTEIN, 1993); a dinamização do mercado de terras decorrente de ações de melhorias implantadas pelo Estado e o conseqüente processo de venda de lotes, provocando alterações na composição social do assentamento. Além disto, estão também no rol de dificuldades para a obtenção de resultados mais efetivos em termos da regularização fundiária de assentamentos informais, a lentidão e a complexidade dos processos administrativos e jurídicos e seu custo excessivo (BEDÊ, 1995, p. 243-250).

A hipótese levantada no trabalho é que algumas dessas dificuldades podem ser amenizadas por procedimentos que incorporem a participação da população no desenvolvimento do redesenho urbanístico, somados a concepções urbanísticas adequadas à realidade observada nesses assentamentos.

Para evitar possíveis equívocos, é necessário ressaltar que a ênfase no redesenho não significa que são desconsiderados elementos de contexto envolvendo aspectos jurídicos e sociais. Reconhece-se que o desenvolvimento dos estudos e projetos técnicos que objetivam a regularização fundiária devem fazer parte de um conjunto de ações que objetivem facilitar o acesso à terra regular e servida e à moradia adequada pelas classes populares e inserir-se no processo geral de busca de transformação social.

O trabalho aponta estratégias e instrumentos voltados para viabilizar as ações sobre o ambiente construído de áreas socialmente segregadas, em especial em termos da realização do redesenho urbanístico de espaços públicos e privados precedendo a regularização legal e jurídica da propriedade nas referidas áreas e da incorporação da participação popular mais consciente e eficiente no desenvolvimento desses processos.

Com esse objetivo foram examinados três processos que, com resultados variados, exemplificam o tratamento da questão com a participação dos moradores e com a solução dos problemas urbanísticos no próprio assentamento, sem o remanejamento de famílias para outras regiões das cidades. São eles: a Favela do Gato, situada no município de São Gonçalo, RJ, cujos moradores se tornaram proprietários da terra há pouco mais de dez anos, após a implantação da proposta de redesenho urbanístico; o assentamento Monan Pequeno, localizado em área valorizada da cidade de Niterói, RJ, cuja população recebeu Termo de Concessão de Uso como Direito Resolúvel dos terrenos, também após a elaboração de projeto de redesenho urbanístico que, neste caso, não chegou a ser implantado; e, por último, a Favela Vila Albano, em Jacarepaguá, município do Rio de Janeiro, cujo projeto de redesenho urbanístico foi finalizado e implantado parcialmente há mais de dois anos, mas a regularização legal e jurídica da propriedade da terra ainda não foi concluída.

Os três casos estudados representam também três momentos distintos do trabalho do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) em termos de recursos metodológicos para o desenvolvimento de projetos de

redesenho urbanístico: a Favela do Gato, o passo inicial no sentido do efetivo envolvimento da população nas decisões sobre seu espaço habitacional; Monan Pequeno, realizado segundo roteiro que incorporava a experiência da Favela do Gato e refletia uma preocupação com a organização de dados, linguagem e tempos de discussão com a população e Vila Albano, onde foi aplicada a proposta metodológica já estruturada e que compreendia, além dos aspectos legais e espaciais, os aspectos sociais. Articulados, demonstram a construção de uma alternativa metodológica para o enfrentamento da questão fundiária das áreas ocupadas por grupos sociais excluídos.

AS ÁREAS E OS PROCESSOS DESENVOLVIDOS

A Favela do Gato, onde residem 175 famílias, está localizada no bairro do Gradim, município de São Gonçalo, em uma região ocupada por população de baixa renda, estaleiros e fábricas de conserva de sardinha.

O Projeto Favela do Gato teve origem na organização e reação da população, diante da decisão do governo federal (Departamento Nacional de Estradas de Rodagens – DNER) de construir o trecho Niterói-Manilha da rodovia federal BR-101, segundo um novo traçado, e de promover a remoção rápida de todo e qualquer empecilho. A favela estava localizada justamente no traçado da estrada, representando, portanto, um impedimento à sua construção. Nesse processo, não havia nenhuma intenção prévia por parte do DNER de articular com outros setores da administração pública (federal, estadual e/ou municipal) e apresentar alternativas para tratar o problema da população residente nas diversas favelas atingidas pelo projeto.

Os moradores sabiam que a estrada somente atingiria uma parte da favela e, por serem pescadores artesanais, recusavam-se a sair do local. Para tanto, organizaram-se em uma associação de moradores e procuraram ajuda externa para a luta que iniciavam, tendo chegado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense que se engajou imediatamente no processo com as atividades da disciplina “Projeto Arquitetônico IV”, hoje denominada “Projeto de Habitação Popular”.

A Favela do Gato está situada à beira da Baía de Guanabara, em terreno acrescido de marinha, portanto, terra pública da União que estava sob a guarda do Serviço de Patrimônio da União (SPU). Uma vez negociado com os Ministérios dos Transportes e da Fazenda, a solução jurídica para o problema fundiário foi feita por um decreto presidencial, transferindo, a custo zero, a terra do SPU para associação dos moradores que, também por um processo administrativo, repassou-a a cada uma das famílias lá residentes.

Apesar de aparentemente simples, foram necessários quase dez anos para os moradores da Favela do Gato tornarem-se proprietários da terra. A primeira

(2) O traçado da BR-101 seccionava todo o sistema viário local, desarticulando-o, e seu projeto não incluía a solução para o problema criado.

etapa do processo administrativo, isto é, a negociação direta do MT e a transferência da terra para a associação de moradores foi rápida. Entretanto, a transferência da terra da associação para cada uma das famílias lá residentes, feita após a conclusão da construção da estrada, foi extremamente morosa. Dois fatores principais retardaram a conclusão do processo: (a) a dificuldade em dar seguimento aos acordos firmados entre a comunidade e o poder público, devido aos procedimentos burocráticos pouco claros, e tendo por base uma estrutura administrativa pública, geralmente caracterizada como privatizada e permeada por microinteresses de grupos e privilégios pessoais e relações calcadas no favor (MARICATO, 1996, p. 13); e (b) a resistência de pequena parcela dos moradores perante as alterações propostas para algumas posses. Esta última dificuldade, conforme será abordado mais adiante, foi objeto de avaliação e reflexão voltada para sua superação, induzindo a ajustes posteriores no método de trabalho.

Ultrapassados esses obstáculos, a regularização urbanística e fundiária da Favela do Gato constituiu-se em um exemplo de tratamento planejado de um assentamento espontâneo no município, realizado com a interveniência do SPU, possibilitando, inclusive, a correção da desarticulação do sistema viário do entorno da favela, problema decorrente da implantação da rodovia BR-101².

O assentamento Monan Pequeno, no qual residiam cerca de 200 famílias, ocupa terreno privado situado na região oceânica de Niterói, zona privilegiada e valorizada pelo capital imobiliário e que, nas últimas décadas, vem sendo ocupada por população de renda mais alta.

O Projeto Monan Pequeno faz parte do que se convencionou chamar de Projeto Pendotiba, que abrange um conjunto de 12 áreas descontínuas, ocupadas por cerca de 5.000 famílias e desapropriadas por interesse social pelo governo do estado, em 1987. A exemplo do que ocorreu na Favela do Gato, em Monan Pequeno, o projeto foi também resultado da reação e mobilização dos moradores, neste caso, contra ações de despejo iniciadas no final da década de 70 e intensificadas a partir da década de 80.

A região experimentava um processo de valorização do solo provocado pela demanda contínua por terras naquela parte da cidade. Começavam a aparecer inúmeros empreendimentos imobiliários voltados para as faixas da população de renda mais alta, incluindo condomínios fechados de luxo, contrastando com a precariedade das favelas que lá existiam. O resultado desse processo foi o acirramento do conflito fundiário, pois os donos de terra queriam aproveitar o potencial de renda que a área poderia oferecer naquele momento.

O movimento pela posse da terra em Pendotiba cresceu acompanhando a tendência verificada no país, resultante do aumento das demandas populares e do processo de reorganização geral das estruturas participativas (GOHN, 1992, p. 25). Mostrou-se mais politizado que o da Favela do Gato, que se mantinha voltado para seus problemas específicos, articulando-se apenas esporadicamente com outras associações de moradores e/ou entidades da sociedade civil.

A fase inicial da luta atingiu a totalidade das glebas do Projeto Pendotiba e objetivava sensibilizar o governo do estado para o problema. A alternativa jurídica adotada para o conjunto das glebas foi a desapropriação por interesse social, ocorrida em fins de 1987, quando a administração estadual assinou e fez publicar decreto desapropriatório e reservou os recursos financeiros necessários para garantir a imissão, mesmo que provisória, da posse da terra em seu favor.

A participação da universidade iniciada em 1986, em resposta à solicitação da Federação das Associações de Moradores de Niterói (FAMNIT), que liderava o movimento pela regularização fundiária em Pendotiba, mas não conseguia romper com a lentidão do processo e ultrapassar junto ao governo do estado as dificuldades que, naquele momento, apareciam travestidas por questões técnicas. Foi o início de um processo de assessoria técnica que permitiu às lideranças e à própria população acompanhar e negociar, de fato, o desenvolvimento do processo.

Uma vez desapropriadas, o processo foi direcionado especificamente para a titulação dos moradores das glebas, o que somente foi realizado em Monan Pequeno, em 1994. Nesse caso, a regularização pretendia resolver não só o aspecto legal da propriedade da terra, mas também os problemas urbanísticos lá existentes. Nesse sentido, foi desenvolvido pelo NEPHU o Projeto de Redesenho Urbanístico do assentamento, utilizando um método de trabalho que já incorporava a reflexão sobre a experiência anterior na Favela do Gato. Este projeto foi discutido e aprovado pelos moradores, mas, no entanto, não foi implantado e parte dos Termos de Concessão de Uso como Direito Resolúvel não correspondem aos lotes efetivamente ocupados e, sim, aos projetados.

Finalmente, a favela conhecida como Vila Albano, onde residem 1.100 famílias, está localizada em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, em uma região de classe média e média baixa. Ocupa terreno do INSS repassado à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para fins de regularização fundiária. Trata-se, portanto, de assentamento situado em área pública.

Vila Albano apresenta uma situação diversa dos outros dois casos. A iniciativa do projeto coube à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), como parte da política habitacional desenhada para o município. Além disso, o NEPHU foi convidado pela SMH para desenvolver o projeto de redesenho urbanístico e preparar toda a documentação dos moradores para a futura titulação.

Em atendimento à reivindicação da associação dos moradores, a área foi também contemplada com o Programa Favela-Bairro, com o objetivo de promover sua urbanização³. Conseqüentemente, dois setores da SMH, o da Regularização Fundiária e o do Programa Favela-Bairro, trabalharam simultaneamente em Vila Albano e tornaram-se responsáveis, durante os anos de 1995 e 1996, pela coordenação geral das ações e pela articulação das instituições que desenvolviam os estudos técnicos relativos a cada um dos

(3) A proposta inicial do Programa Favela-Bairro contemplava, entre seus objetivos, aspectos legais e fundiários, incluindo a legalização da propriedade da terra das favelas beneficiadas. No entanto, nenhuma ação foi desenvolvida, nesse sentido, para as favelas incluídas nos dois primeiros grupos beneficiados, daí o desenvolvimento do Projeto de Regularização Fundiária para tratar a questão.

(4) Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, Capítulo II Da Política Habitacional, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1993, p. 64-69.

projetos (NEPHU, Regularização Fundiária e a empresa Padrão Engenharia, o Projeto Favela-Bairro).

O projeto de redesenho urbanístico foi concluído e aprovado pela população e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) e implantado parcialmente em 1996. Com relação ao aspecto legal e jurídico da propriedade, seu encaminhamento dependia apenas de um processo administrativo, inicialmente entre o INSS e a PCRJ e, posteriormente, entre a prefeitura e os moradores. O instrumento jurídico previsto para promover a regularização fundiária era a Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel⁴, mas a regularização jurídico-legal da propriedade da terra ainda não foi concluída.

SOBRE O MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO DO REDESENHO URBANÍSTICO

Conforme mencionado anteriormente, o Projeto Favela do Gato representou o passo inicial na estruturação de uma metodologia participativa de desenvolvimento de projetos de redesenho urbanístico, a qual agilizasse o processo e desse conta das dificuldades decorrentes da resistência dos moradores às modificações de suas posses e da inexistência de legislação urbanística aplicável à cidade real e que, simultaneamente, assegurasse condições habitacionais e ambientais adequadas.

O caso da Favela do Gato apontou que a participação da população deve ocorrer em todas as etapas do processo, inclusive no desenvolvimento da proposta de redesenho urbanístico. Nesse sentido, alguns aspectos devem ser enfatizados:

1. Estudo prévio de alternativas de parâmetros urbanísticos especiais que respeitem a tipologia da ocupação e que, mesmo corrigindo os problemas identificados, evitem grandes transformações naquele ambiente construído pelas pessoas no cotidiano;
2. explicitação clara para a população das opções de parâmetros que poderão guiar as alterações propostas para aquele espaço construído; e
3. divisão com a população do poder de decisão sobre os parâmetros a adotar e sobre as propostas de redesenho resultantes de sua aplicação.

Além disso, o processo decisório deve ocorrer sempre em instâncias coletivas, evitando-se tratamento e discussões individualizadas, como as que ocorreram na Favela do Gato, pois estas propiciam o acirramento da defesa de interesses particulares em detrimentos dos coletivos.

Para tanto, duas providências são essenciais: (a) traduzir os aspectos técnicos em uma linguagem acessível aos moradores, de modo a permitir que cada pessoa entenda as consequências de cada decisão tomada; e (b) criar rotinas que possibilitem a tomada de decisão por meio dessas discussões e acordos coletivos.

O método, a partir daí delineado, estava estruturado em cinco atividades básicas que, na verdade, não fogem do roteiro típico de planejamento de intervenções urbanas: (a) identificação de cada titular; (b) mapeamento do assentamento; (c) reconhecimento e diagnóstico do assentamento; (d) apresentação e discussão de propostas; e (e) sua implantação.

A identificação dos titulares, compreendendo não só a coleta de cópia de seus documentos, mas também a obtenção de dados sobre as famílias, permite traçar o perfil socioeconômico da população, o que poderá subsidiar esta e outras lutas. Nesse sentido, foi criada uma ficha cadastral contendo dados sobre a família, os titulares da posse e as características da moradia.

Dada a dinâmica da ocupação do solo nos assentamentos espontâneos, é sempre necessário atualizar seu mapeamento, pois as transformações no espaço construído ocorrem cotidianamente. Em alguns casos, esta etapa pode se transformar em um gargalo, tendo em vista o custo e a dificuldade de elaboração de levantamentos topográficos.

Considerando que o redesenho deve atingir espaços públicos e privados, o reconhecimento do assentamento compreende não só os espaços públicos (sistema viário, espaços de convívio e equipamentos públicos existentes) como também os espaços privados (lotes e edificações), estudados em termos de sua funcionalidade e de sua ambiência. No caso de Monan Pequeno e Vila Albano, dadas as características da topografia do terreno e da própria ação dos moradores, ao implantar suas moradias nas encostas, foi necessário realizar também estudos sobre risco geotécnico de escorregamento.

A partir de Monan Pequeno foi dada ênfase à sistematização e à análise dos dados obtidos que passaram a ser classificados, de acordo com sua natureza, em dois grupos principais: (a) problemas espaciais e (b) problemas não-espaciais. Os problemas espaciais são organizados em três categorias: relativos às áreas públicas, às áreas privadas e às áreas com restrições à ocupação (áreas de risco geotécnico, de proteção ambiental, faixas de domínio de estradas e rodovias, etc.). Os problemas não-espaciais se referem à condição da posse da benfeitoria (própria, alugada, cedida), densidade da habitação e do lote (mais de uma família por moradia, mais de uma família por lote) e situação do titular quanto ao número de posses que detinha.

Essa organização facilita o trabalho e a reflexão sobre a realidade, o estudo de alternativas de solução e sua exposição pela equipe técnica e, conseqüentemente, a compreensão pelos moradores dos problemas encontrados e das correções propostas.

A espacialização da análise sobre a situação encontrada permite identificar as zonas de alta densidade e insalubridade, as zonas passíveis de adensamento, e verificar uma vez mais a possibilidade de aplicação da legislação urbanística municipal e/ou da Lei Federal de Parcelamento do Solo (Lei n. 6.766). A partir daí, é possível estudar um elenco de alternativas de solução para cada problema

Figura 1: Instrumental gráfico / Redesenho de passeio: problema e solução



Fonte: Arquivo NEPHU

Figura 2: Instrumental gráfico / Lixo domiciliar: problema e solução



Fonte: Arquivo NEPHU

Figura 3: Monan Pequeno – Redesenho urbanístico

Fonte: Arquivo NEPHU



que, uma vez discutido e aprovado pela população, transforma-se nos parâmetros urbanísticos que guiam os projetos de alinhamento e parcelamento do solo.

Todo o desenvolvimento do projeto de redesenho urbanístico conta com a participação ativa da população realizada em três instâncias: (a) lideranças; (b) representantes de cada quadra do assentamento; e (c) o conjunto da população. A discussão se estrutura em uma rotina que incluía atividades técnicas, reuniões periódicas com lideranças e com representantes das quadras, além de assembléias gerais com a população. É utilizado também um instrumental gráfico (slides desenhados, cartazes, histórias em quadrinhos e mapas desenhados em acetato visando facilitar a comunicação entre técnicos e moradores). (Figuras 1 e 2).

A clara e precisa definição e explicitação dos objetivos e da rotina segundo a qual o trabalho será desenvolvido, facilita a compreensão pelos moradores sobre as intenções da equipe técnica, possibilitando a discussão clara dos problemas, o aparecimento dos diferentes interesses e visões e, a partir daí, o estabelecimento de acordos coletivos sobre o que desejam para o assentamento.

Em Monan Pequeno e em Vila Albano, esse método de discussão e decisão permitiu não só agilizar o processo, como também chegar a soluções negociadas coletivamente, sobre alterações nos limites de lotes para resolver problemas tanto dos espaços públicos como dos espaços privados (Figura 3).

RESULTADOS OBTIDOS

A mudança de titularidade é um dos indicadores referentes à dinamização do mercado de terras. Por vezes, tem sido utilizada como argumento contra ações de regularização fundiária que, supostamente, não beneficiariam a população a que foi destinada, devido ao intenso processo de comercialização que seria gerado. Assume-se que essas ações podem beneficiar especificamente a população residente no assentamento, fixando-a no local e transformando-a de morador favelado/ocupante ilegal em proprietário de sua terra e casa. No entanto, cabe apontar que, em uma favela, como em qualquer outra parte da cidade, a mobilidade residencial intra-urbana é uma constante e expressa-se nos deslocamentos da população, o que resulta na mudança de composição social e de uso do solo (VALLADARES, 1978, p. 84).

Mesmo considerando que esse é um processo inerente à dinâmica da ocupação urbana, as três áreas estudadas mostraram que nem sempre essas alterações são tão rápidas e significativas a ponto de invalidar o tratamento da questão fundiária das favelas. Na verdade, esses assentamentos não apresentaram grandes mudanças em termos de composição social. As modificações observadas na composição familiar, escolaridade e situação ocupacional não chegaram a caracterizar a substituição por outra camada



Figura 04: Favela do Gato – Rua E em 1983
Fonte: Arquivo NEPHU



Figura 5: Favela do Gato – Rua E em 1999
Fonte: Arquivo NEPHU

socioeconômica. Na maior parte dos casos houve o desdobramento das famílias ou o falecimento do titular original, ou seja, fatos correntes no cotidiano da vida das pessoas.

Nas três áreas, a comercialização, o desmembramento dos lotes e a construção de novas moradias continuam a acontecer por meio de instrumentos particulares e sem notificação ou obediência às novas regras de uso e ocupação do solo, o que indica a volta da informalidade. A excessiva complexidade dos trâmites burocráticos e jurídicos exigidos, o alto custo dos processos regulares e o fato de a população não estar familiarizada com essas rotinas e com os parâmetros urbanísticos podem ser algumas das causas dessa situação.

Na análise das alterações do espaço construído, dois aspectos merecem destaque: a apropriação privada de espaços públicos na Favela do Gato e em

Monan Pequeno e as melhorias, tanto na Favela do Gato como em Vila Albano, não só de suas moradias como também das condições gerais do assentamento.

Na Favela do Gato, a demora em conseguir recursos para o tratamento das áreas destinadas ao lazer e recreação deixou-as sem qualquer uso, favorecendo sua progressiva privatização, quase inviabilizando a utilização coletiva. Em Monan Pequeno, esse processo resultou da falta de referências que indicassem os novos limites de cada lote já que, como mencionado anteriormente, o Projeto de Redesenho Urbanístico e as poucas obras necessárias à eliminação das situações de risco geotécnico de escorregamento não foram implementadas.

Em Vila Albano, apesar de o projeto de regularização urbanística não ter sido totalmente implantado, as ampliações realizadas nas moradias no período estudado foram feitas dentro dos limites de cada lote. A marcação dos lotes nas regiões em que não estavam previstos remanejamentos, somada à realização das obras do Projeto Favela-Bairro e ao processo de educação ambiental desenvolvido, contribuíram para evitar o problema constatado nas duas outras áreas analisadas. Em termos das transformações observadas, em Vila Albano, elas resultaram da implementação simultânea do redesenho urbanístico e das obras de urbanização, enquanto na Favela do Gato elas refletem o empenho direto e exclusivo da população. Nesse caso, a segurança na posse da terra incentivou os moradores que conseguiram do governo do estado a eliminação do emaranhado de fios irregulares (gatos) da energia elétrica e, em mutirão, eliminar as valas negras, cimentar as vias e organizar a coleta domiciliar de lixo doméstico e a limpeza dos logradouros públicos e da orla marítima (Figuras 4 e 5).

OBSERVAÇÕES FINAIS

Os casos estudados e resumidamente acima descritos apontam algumas estratégias e cuidados em iniciativas de regularização fundiária que, em parte, respondem a questões recorrentes nos debates e textos sobre a temática:

1. Com referência ao método de trabalho e ao processo de participação:

- Garantir que a equipe técnica tenha disposição e disponibilidade para explicar, discutir cada tema à exaustão, apreender as lógicas e os conceitos da população e possibilitar a efetiva participação da população e a ampliação do número de envolvidos no debate e nas decisões e estabelecer um processo de troca de conhecimentos (SALES, 1998, p. 4);
- viabilizar o acesso às informações de forma a habilitar as partes envolvidas a refletir, discutir e decidir sobre as questões colocadas, o que exige especial atenção com relação à linguagem oral, escrita e gráfica utilizada, à quantidade e o ritmo da transmissão dessas informações e ao que Sales (1998) denomina de processo dialogal;

- adotar linguagem gráfica lúdica como um instrumento para facilitar a explicação e manter a atenção dos moradores nas assembleias e reuniões, em geral realizadas após uma jornada de trabalho e para uma platéia que, por maior que seja o interesse, não está treinada e acostumada a ouvir palestras longas e a fazer perguntas no coletivo;

- construir uma rotina de encontros (assembleias e reuniões) para dirimir dúvidas, neutralizar e resolver conflitos de visões e viabilizar o aprendizado de alguns dos rituais da democracia direta, tais como respeito aos horários, definição e cumprimento de tarefas, verificação contínua dos avanços alcançados, esforço para acompanhar os temas em discussão e não particularizá-los e respeito às decisões coletivas (SALES, 1998, p. 4);

- realizar discussões e decisões coletivas, evitando negociações individuais com os moradores da área beneficiária que podem acirrar a defesa de interesses particulares;

- definir previamente os parâmetros urbanísticos especiais, com base no que se deseja alcançar para o assentamento;

- os casos estudados, principalmente na Vila Albano, demonstraram ser possível reduzir o prazo, custo e complexidade do processo de regularização fundiária com recuperação urbanística ambiental, por meio de metodologia bem estruturada. Sem dúvida, é um processo que tem custo mais elevado; porém, se o objetivo é integrar esta parcela à cidade oficial e ao sistema de planejamento do município, este pode ser um caminho.

2. Com relação à estrutura administrativa e o papel da prefeitura:

- A visão fragmentada sobre a moradia que coloca o tratamento de cada um de seus elementos (unidade habitacional, infra-estrutura, equipamentos coletivos, sistema viário e questão fundiária) em órgãos diferentes, como ocorreu com Monan Pequeno (unidade habitacional tratada via CEHAB, infra-estrutura via CEDAE e regularização da propriedade da terra via SEAF), que exigiria um aparelho burocrático estatal articulado e integrado, o que absolutamente não corresponde à realidade;

- os resultados dos conflitos decorrentes da desagregação da estrutura administrativa brasileira, com superposição de responsabilidades e contradições entre normas, podem se tornar menos intensos, quando o poder público dispõe de um único órgão que congrega todas as ações relativas à questão habitacional, como no município do Rio de Janeiro. Mesmo assim, podem surgir problemas entre diferentes setores e programas, conforme ocorreu no caso de Vila Albano entre os programas Favela-Bairro, de grande visibilidade, e o de Regularização Fundiária que, no caso de favelas, não chegou a ser enfatizado;

- a atuação, o envolvimento e o respaldo do poder público que, exercendo seu poder, pode resolver os conflitos de interesse que a instância coletiva não era capaz e garantir o respeito às decisões da maioria da população;

- a necessidade de o Estado interferir e dar ênfase ao processo de conscientização da população para que esta também possa exercer um maior controle sobre seu território;
- a necessidade da adoção de procedimentos administrativos simplificados para a alteração da titularidade e para controle do uso e ocupação do solo, pois os atuais são rotinas e existem caminhos burocráticos difíceis de dominar, os quais as pessoas desconhecem;
- a importância do desenvolvimento de processo pedagógico que informe sobre essas regras básicas e da presença do Estado nessas áreas até que as melhorias se consolidem.

3. Quanto à dinâmica do uso e ocupação do solo:

- Dificilmente a venda do lote ou seu desmembramento pode ser evitado;
- na verdade, a venda deve ser encarada como possibilidade concreta, como um dado de realidade;
- as mudanças de titularidade são também realizadas por processos informais, o que pode acabar por provocar um retrocesso nas condições do assentamento;
- a venda de lotes nem sempre significa alteração na composição social da favela, mas pode, como no caso de Vila Albano, processar-se para famílias de mesmo perfil socioeconômico;
- em processos de regularização fundiária, as ações devem buscar evitar não só o retorno à ilegalidade e à informalidade, como também a apropriação dessas áreas por setores mais favorecidos da sociedade, visto que elas se tornam mais valorizadas após os investimentos recebidos;
- a presença do narcotráfico como fator adicional de alteração de titularidade, resultado tanto do aumento da violência dele decorrente quanto da pressão direta sobre famílias para vender suas posses aos traficantes que se instalaram nos assentamentos.

4. Com relação à legislação urbanística:

- As leis de parcelamento, uso e ocupação do solo vigentes, em geral impregnadas por referências urbanísticas que traduzem idéias “*de ‘ordem’ e de um Poder Público competente que [pode] termin[ar] com esse ‘caos’ e realiz[ar] o desenvolvimento urbano*”, aplicam-se somente ao mercado imobiliário legal (GRAZIA, 1990, p. 9);
- a necessidade de estudar regras e parâmetros urbanísticos especiais e aplicáveis a cada uma das ocupações, considerando a lógica do urbanismo real de organização dos espaços. Com isso, as dimensões e traçados de vias devem ser definidos a partir de seus usos e sua articulação com espaços privados e semiprivados e as dimensões de lotes devem ser estudadas, não só a partir de modelos de moradias, mas em função das soluções observadas no local, comparadas com as necessidades e levando também em conta a dinâmica de crescimento das famílias lá residentes;

- no processo de observação e respeito à tipicidade das características urbanísticas do assentamento para definição de novos parâmetros e a adoção de soluções de redesenho urbanístico, dois cuidados se mostram básicos: (a) as novas regras e padrões devem resultar de uma construção coletiva e (b) deve-se estar atento não só para o uso efetivo dos espaços públicos, mas também para seu potencial, de modo a evitar criar espaços que, por não serem tratados imediatamente, poderão vir a ser apropriados para fins privados, conforme ocorreu na Favela do Gato.

5. Com relação à assessoria técnica:

- A necessidade de respaldo da assessoria técnica direta e comprometida com os objetivos da população, como ocorreu nos três casos estudados em que a atuação da universidade foi fundamental para o desenvolvimento dos processos e os resultados obtidos;

- as vantagens do envolvimento da universidade, para moradores, para ela mesma e o poder público, contribuindo para garantir a qualidade das soluções adoradas em termos de adequação às suas necessidades e anseios, possibilitando demonstrar a viabilidade de um outro olhar e abordagem da questão fundiária e incluir a cidade real nos estudos acadêmicos, tema afastado da sala de aula, sempre freqüentada por referências de arquitetura e urbanismo universais, mais do que pela realidade de parte significativa da população brasileira;

- a necessidade da assessoria técnica se prolongar após a conclusão do processo, de modo que as ampliações e reformas das moradias possam ser realizadas de acordo com parâmetros adequados de habitabilidade, evitando constrangimentos diversos, em especial as situações de insalubridade, permitindo familiarizar os moradores com os procedimentos técnicos, jurídicos e administrativos inerentes à condição de proprietário, de maneira a evitar que processos informais voltem a predominar.

Por fim, cabe destacar que o desenvolvimento de processos de regularização fundiária que privilegiam não só o eixo legal e jurídico da questão, mas também incorporam o redesenho urbanístico e a participação social, demandam uma equipe técnica habilitada que conheça ou esteja disposta a conhecer e possa atuar na cidade real e que se proponha a tentar apreender e trabalhar as lógicas e os conceitos da população e, a partir daí, estabelecer um processo de troca de conhecimentos (SALES, 1998, p. 4). Nesse aspecto, a universidade tem um papel a cumprir na construção de um “*urbanismo socialmente incluyente e democrático*” (MARICATO, 2000, p. 179), o que passa pela discussão sobre a formação e a atuação do arquiteto.

Nesse sentido, é necessário e urgente resgatar o compromisso social da universidade. É também necessário e urgente incluir a cidade real, um tema que freqüentemente esteve ausente da sala de aula, na pauta dos estudos acadêmicos e desenvolver processos de assessoria e cooperação técnica, diretamente à população ou ao Estado e, assim, buscar contribuir para a qualidade das ações

empreendidas e, simultaneamente, colocar o estudante frente a frente com a problemática relativa à produção do ambiente construído de uma imensa parcela da população brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ALFONSIN, Betânia de Moraes. *Direito à moradia: Instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Fase-GTZ-IPPUR/UFRJ – Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1997.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- ASSIS, E. S. de; ALVES, F. M.; CARVALHO, M. de F. D.; FERBER, F.; GONÇALVES, M. F.; BRETAS, E. S.; CASTRO, I. de; TAKLA, C. L.; GONÇALVES, S. S.I. Experiência de planejamento participativo na urbanização de favelas de Belo Horizonte. In: *Desenho Urbano. SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL*. II SEDUR, 1986, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Editora Pini, 1986, p. 263-293.
- BEDÊ, Mônica Cadaval; PINHO, Evangelina A. Pró-Favela – Uma Experiência de Legislação de Área de Interesse Social. In: *Os Desafios da Cidade Informal*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL, EVENTO PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA HABITAT II, Belo Horizonte, 1995, Belo Horizonte, 11 a 15 de setembro 1995.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *A cidadania ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular. Ensaio*. São Paulo: Editora Ática, n. 136, 1998.
- BIENENSTEIN, Glauco. *Espaços metropolitanos em tempos de globalização: Um estudo de caso do Rio de Janeiro*. 2000. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro / IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Globalização e metrópole – As relações entre escalas global e local: O Rio de Janeiro. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2001.
- BIENENSTEIN, Regina. *Regularização urbanística: Uma proposta metodológica*. 1993. Tese (Titular) – Escola de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1993.
- BONDUKI, Nabil. *Habitar São Paulo: Reflexões sobre a gestão urbana*. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda., 2000.
- _____. *Habitação e autogestão – Construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.
- BORDENAVE, Juan E. *O que é participação?* São Paulo: Editora Brasiliense. 1983.
- CALDERÓN, Julio. *La regularización de la tierra urbana en Perú*. 1998.
- CANEDO, Maria Elisa Meira; BIENENSTEIN, Regina. *Projeto comunitário/Favela do Gato: Um estudo de caso*, Occasional Paper, Queen's University of Belfast, n. 9, 1985.
- CARVALHO, E. *O negócio da terra: A questão fundiária e a justiça*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- CACCIA BAVA, Silvio. Dilemas da gestão municipal democrática. In: VALLADARES, Lícia; COELHO, Magda Prates (Org.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 161-190.
- CORAGGIO, José Luis. El desarrollo de la economía popular urbana como contexto para las políticas de viviendas en América Latina. 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA SOBRE HABITAÇÃO. 1992.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço*. São Paulo: Edusp, 1993.
- GRAZIA, Grazia de (Org.). *Plano Diretor: Instrumento de reforma urbana*. Rio de Janeiro: Fase, 1990.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *The urban experience*. USA. Baltimore: The Johns Hopkins University. 1989.
- _____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*. São Paulo: Cortez Editora, jun./set. 1982.
- _____. *Social justice and the city*. USA: Baltimore, The Johns Hopkins University, 1973.

- LESBAUPIN, Ivo. *Poder local x exclusão social: A experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARICATO, E. *Habitação e cidade*. São Paulo: Editora Atual, 1997.
- _____. *Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- _____. Habitação e as políticas fundiária, urbana e ambiental: Diagnóstico e recomendações. In: II SEMINÁRIO NACIONAL PREPARATÓRIO PARA O HABITAR II, 1995, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1995.
- PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Brasil, território da desigualdade: Escaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan-Observatório-IPPUR-Fase, 2000.
- RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. (Orgs.). *Acumulação urbana e a cidade*. Rio de Janeiro: IPPUR, 1992.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, EDUFF/São Paulo: Projetos Editores, 1988.
- SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. A regularização é a melhor solução?. In: *Os desafios da cidade informal*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL, EVENTO PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA HABITAT II, Belo Horizonte, 11 a 15 de setembro 1995.
- SARTORI, Luiz Alberto; COSTA, Stael Alvarenga P. Programa Municipal de regularização de favelas de Belo Horizonte. In: Desenho Urbano. II SEDUR – SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL. São Paulo. *Anais*. São Paulo: Editora Pini, 1986. p. 294-311.
- SMOLKA, Martim O. Revisitando temas para uma agenda progressista de política urbana em seu componente fundiário. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DEMOCRACIA, IGUALDADE E QUALIDADE DE VIDA: O DESAFIO PARA AS CIDADES NO SÉCULO XXI”. Porto Alegre, 1999. Mimeo.
- VELASCO, Miriam Medina. *Participação e espaço urbano no contexto colombiano*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- WARD, Peter M. *Foro internacional sobre regularización y mercados de la tierra*. Instituto Lincoln, 1998, p. 2. Disponível em <[http://www. Lincolinst.edu](http://www.Lincolinst.edu)>

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Habitação, favelas, regularização fundiária, redesenho urbanístico, participação social, política habitacional.

Housing, shantytowns, land regularization, urban redesign, social participation, housing policy.

Obs.:

Texto resultante da tese de doutorado “*Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária*”.

Professora orientadora: Rebeca Scherer, São Paulo: FAUUSP, 2001.

Regina Bienenstein

Arquiteta, professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, mestre em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Syracuse e doutora em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP.

criptas da.

re S. João em op. sem de girando a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de b. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pontagudo. Di.

Y V A I N M W C

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

ar 50

calin

las se v

a de poz

amanta

linco libras e meia a

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

Solange Aragão

Orientador:

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

e

ENTRE O PÚBLICO e O PRIVADO:
O USO DOS ESPAÇOS LIVRES NAS
VILAS e CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS
RESIDENCIAIS DE CLASSE MÉDIA e DE
CLASSE MÉDIA ALTA IMPLANTADOS
NA CIDADE DE SÃO PAULO

044

pós-

RESUMO

Nas vilas como nos condomínios verticalizados, os espaços livres são de uso restrito aos condôminos e ficam ocultos na paisagem, por trás dos muros e portões – barreiras físicas que acentuam a segregação espacial e social e alteram a paisagem urbana. O que se pretende é apresentar esses espaços livres de edificação de conjuntos de casas e edifícios situados na capital paulista, caracterizando-os e levantando questões referentes à sua utilização pelos moradores e ao papel que têm na cidade. Pretende-se, também, analisar as consequências que os pátios, “praças” e jardins privativos (ou semiprivados) têm sobre os espaços livres públicos, particularmente aqueles situados nas proximidades desses conjuntos, considerando-se que sua existência contribui, em alguns casos, para o esvaziamento das praças, ruas e calçadas, enquanto espaços de recreação e lazer.

ABSTRACT

Certain urban structures, such as row houses and condominium-building complexes, have open spaces whose use is limited to the residents of these structures, since access is restricted by walls and gates, which exacerbate social and spatial exclusion and change the urban landscape. The aim of this work is to present the open spaces found in complexes comprising row houses and condominium buildings in the city of São Paulo, describing them and raising questions regarding their use by the residents and the role they play in the city. Another aspect analyzed here are the consequences of these private (or semiprivate) patios, courts, squares and gardens on the open and unrestricted public areas, particularly those located next to these complexes. It is argued that the existence of these private spaces sometimes contributes toward the abandonment of public squares, streets and sidewalks, which case to be recreation and leisure areas.

INTRODUÇÃO

Foto 1: Vila Inglesa
Crédito: Autora
Projeto e arquitetura:
Engenheiro Eduardo de
Aguir D'Andrada



Foto 2: Vila na rua do
Paraíso
Crédito: Autora
Projeto: Autor desconhecido



As vilas começaram a ser construídas na cidade de São Paulo em fins do século 19 e início do século 20. Nos anos 70 e 80 houve um interregno – quando a abertura de passagens ficou proibida por lei. Somente a partir de 1994 (com a aprovação da Lei n. 11.605, que criou a subcategoria R3-03 – conjunto residencial vila), novos conjuntos foram projetados. Contudo, se as vilas mais antigas se destinavam às classes média e média baixa, as mais recentes têm dado abrigo à classe média e à classe média alta. De um modo ou de outro, são sempre grupos de residências de mesma arquitetura, erguidos a um só tempo, ladeando ou conformando pátios, em uma forma de adensamento horizontal.

Os conjuntos de edifícios residenciais, por sua vez, estão relacionados ao processo de verticalização da cidade. Sua construção se tornou possível com o advento do elevador e o emprego do concreto armado.



Foto 3: Portal do Morumbi
Crédito: Autora
Arquitetura: João Henrique Rocha. Paisagismo: Vitor Del Mazo e Rodolfo Geiser



Foto 4: Ilhas do Sul
Crédito: Autora
Arquitetura e Construção: Albuquerque e Takaoka

Os primeiros exemplares de conjuntos produzidos para a classe média e para a classe média alta datam das décadas de 40, 50 e 60, sendo precursores daqueles que ocupariam grandes áreas, por vezes quadras inteiras, nos anos 70, como o Ilhas do Sul, em Pinheiros e o Portal do Morumbi. Mas a grande produção desses blocos semelhantes distribuídos sobre um mesmo lote deu-se nos anos 80 e 90 – momento em que a violência urbana e os graves desníveis sociais levaram ao engradamento generalizado das residências, edifícios e outras edificações. Muros e grades passaram a ser figuras constantes na paisagem urbana paulistana. A procura por condomínios – horizontais e verticalizados – aumentou e os agentes do mercado imobiliário se apressaram para suprir a demanda.

É possível analisar as vilas e os conjuntos de edifícios residenciais sob vários aspectos. Do ponto de vista da racionalidade construtiva – na repetição das plantas e fachadas, na sobreposição ou enfileiramento das unidades habitacionais, na utilização dos mesmos materiais construtivos; do ponto de vista sociológico – no agrupamento de pessoas de mesma classe social e mesmo nível cultural, em espaços isolados do resto da cidade; do ponto de vista das influências européias na idealização desses espaços; e de tantos outros pontos de vista correlacionados a estes.

Neste trabalho se pretende apresentar um estudo sobre o uso dos espaços livres de edificação desses fragmentos do tecido urbano e tratar das conseqüências que esses grupos de casas e edifícios, murados e engradados, têm sobre o espaço público, a paisagem e a sociedade, uma vez que acentuam a segregação social e espacial e contribuem para o esvaziamento de ruas, calçadas e praças – que acabam perdendo o caráter de locais de lazer e de sociabilidade.

O recorte espacial é a cidade de São Paulo, mais especificamente a capital paulista, e o recorte temporal, a atualidade – ainda que algumas vilas e conjuntos datem do início ou de meados do século 20, interessa o uso de seus espaços nos dias de hoje.

Foto 5: Entrada de uma vila situada em uma travessa da avenida Lins de Vasconcelos. A rua estreita está “entre o público e o privado”
Crédito: Autora



ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: O USO DOS ESPAÇOS LIVRES NAS VILAS E CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS DE CLASSE MÉDIA E DE CLASSE MÉDIA ALTA IMPLANTADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

As vilas e conjuntos de edifícios residenciais têm em comum o fato de possuírem espaços que não podem ser considerados públicos e, tampouco, privados. Estão entre o público e o privado.

Se ruas e praças são espaços públicos, ou seja, podem ser utilizados por todos, sem distinção, e são propriedade pública, mantidos, portanto, pelo poder público, as unidades residenciais são, por sua vez, espaços privados, por pertencerem a indivíduos e famílias que deles fazem uso, sendo responsáveis por sua manutenção.

Há ocasiões, no entanto, em que espaços públicos, ou trechos deles, tornam-se privados ou semiprivados, como, por exemplo, quando pessoas desabrigadas instalam seu *makeshift-shelter* nas calçadas, viadutos e praças. Ou quando um grupo de crianças fecha uma rua para jogar bola.

Herman Hertzberger, em sua obra *Lições de arquitetura*, fala da inadequação da oposição extrema entre o público e o privado. Faltam matizes, nuances, falta a gradação. Segundo ele, dá-se excessiva ênfase a esses dois pólos, quando, na verdade, pessoas e grupos estão sempre se inter-relacionando e estabelecendo compromissos mútuos (HERTZBERGER, 1996, p. 12).

Das várias gradações entre o público e o privado – considerando-se o fato de que a classificação do uso do espaço pode variar, dependendo da situação e do modo de apropriação que dele se faz –, pode-se destacar o espaço semipúblico, o espaço semiprivado e o que Diane Ghirardo denomina “espaço social” (*social space*).

O espaço semipúblico difere daquele tradicionalmente público por apresentar algumas regras – escolas e correios podem ser considerados semipúblicos (BRUNA, 2002). Espaços semiprivados são aqueles que pertencem a um grupo de pessoas que têm uma relação entre si – como os espaços de uso comum no interior de uma determinada quadra (BRUNA, 2002). E os espaços sociais são espaços “públicos” cujo acesso não é garantido a todos – como os shopping centers e parques temáticos (GHIRARDO, 1996, p. 43). Além disso, existem ainda as chamadas “zonas de transição”, que fazem a ligação entre espaços públicos e espaços semiprivados. A transição entre um e outro pode ser direta (com elementos como grades e arcos) ou implícita – por meio da variação da textura do piso ou do estreitamento da rua (GREATER LONDON COUNCIL, 1978, p. 83).

Nas vilas mais antigas – que ainda fazem parte do tecido urbano da capital paulista – a hierarquização dos espaços dá-se da seguinte maneira: no exterior, a rua, pública; anunciando o pátio, a rua da vila, mais estreita, uma zona de transição com nuances de espaço semiprivado; no interior do quarteirão, o pátio, rodeado ou ladeado pelas residências – um espaço semiprivado, vigiado pelos moradores, com as portas e janelas das casas se abrindo para ele.

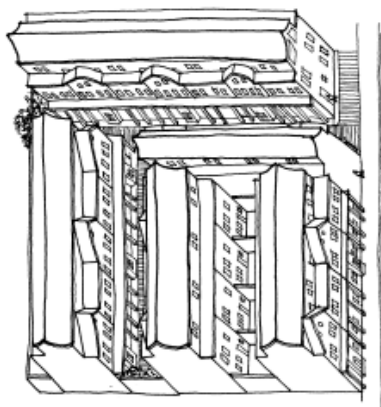


Figura 1: Vila Inglesa
Fonte: Esquema da autora
Projeto e arquitetura: Engenheiro Eduardo de Aguiar D'Andrada

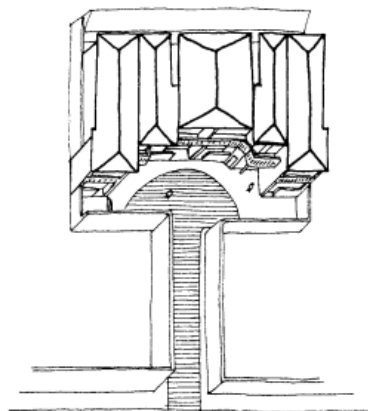


Figura 2: Vila na rua Estela (Paraíso).
Fonte: Esquema da autora
Projeto e arquitetura: Autor desconhecido

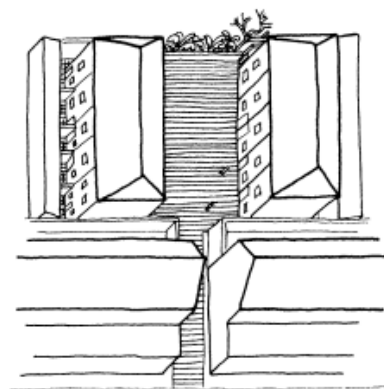


Figura 3: Vila na rua Paes Leme (Butantã)
Fonte: Esquema da autora
Projeto e arquitetura: Autor desconhecido



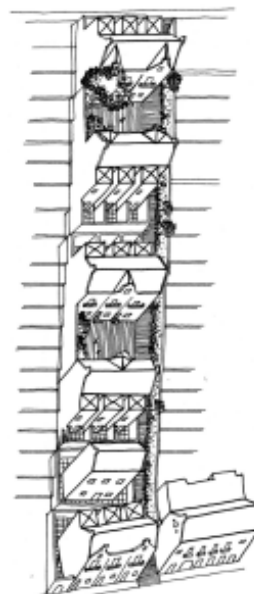
Foto 6: Vila na rua Vitorino Carmilo
Crédito: Autora
Projeto: Sociedade Arnaldo Maia Lelo Ltda



Foto 7: Vila na rua Piauí (as ruas de acesso ao pátio)
Crédito: Autora
Projeto: Autor desconhecido



Foto 8: Jardim Dona Rosa em Santana – Vila com três pátios
Crédito: Fotografia e esquema da autora
Projeto: Autor desconhecido



Ainda que a estruturação dos espaços varie – há vilas cujo pátio é um alargamento da rua estreita, outras cujo pátio forma um “L” ou um “T” com essa rua e outras, ainda, que possuem mais de um pátio –, a rua estreita e o pátio são comuns à maior parte desses fragmentos do tecido urbano paulistano.

Em alguns conjuntos residenciais existem um portal de entrada, separando a rua estreita do espaço público. Neste caso, essa rua pode ser considerada semiprivada, uma vez que o próprio portal demarca a passagem, a zona de transição.

A partir dos anos 80, um número significativo das antigas vilas foi fechado com portão. Da mesma forma que o portal de entrada, as grades marcam a separação dos espaços. Contudo, diferentemente do portal, elas não garantem o acesso a todos, apenas àqueles que residem na vila ou cuja entrada é permitida pelos moradores. Do portão para dentro, portanto, o espaço é semiprivado; do lado de fora, público.



Foto 9: Vila na rua do
Paraíso
Crédito: Autora
Projeto: Autor
desconhecido

O pátio das antigas vilas é utilizado, em alguns casos, como uma extensão das residências, especialmente quando há famílias com crianças pequenas. É um espaço de lazer, contemplação e sociabilidade, onde crianças brincam, tomam sol e vizinhos conversam. Em outros casos, é utilizado apenas como estacionamento de veículos – notadamente nas vilas de uso misto, nas quais parte das edificações é ocupada por escritórios e serviços.

Nas vilas “abertas”, o pátio interno é vigiado pelos moradores – que não raro aparecem nas portas e janelas quando pessoas estranhas se aproximam. Nas vilas “fechadas”, isso não acontece, porque a segurança desses espaços é – ou acredita-se que seja – garantida pelos portões. Os moradores, então, ficam mais ocupados com seus afazeres no interior das residências e não se preocupam tanto com a vigilância do pátio.

As novas vilas, construídas depois da aprovação da Lei n. 11.605/94, são todas fechadas e muradas, invariavelmente, concebidas como condomínios horizontais, em que a questão da segurança é fator de venda. Possuem uma

estrutura espacial diferente das antigas. A rua interna é também o pátio e a zona de transição é composta por grades e guarita. Alguns conjuntos maiores, com casas menores, possuem ruas que servem de acesso às residências e suas respectivas garagens.

Nessas vilas é bastante comum encontrar equipamentos – *playground*, quadras esportivas, churrasqueira – instalados em pontos específicos destinados a esta ou aquela atividade, como acontece nos conjuntos de edifícios residenciais. A rua da vila se torna antes espaço de circulação que de sociabilidade. Em



Foto 10: Giardini de Milano

Crédito: Autora

Arquitetura: Danilo Penna – Paisagismo: Benedito Abbud



Foto11: Ville de France

Crédito: Autora

Arquitetura: Maurício Tuck Schneider



Foto 12: Los Álamos (área da churrasqueira e acesso para a quadra poliesportiva)

Crédito: Autora

Arquitetura: Fernando Zacharias

princípio, as crianças brincam no *playground*, os adolescentes ocupam as quadras e os adultos se sociabilizam nas proximidades da churrasqueira. O que se vê, no entanto, é que raramente esses espaços são ocupados.

Enquanto as vilas, tanto as antigas como as novas, são uma forma de adensamento horizontal, cuja modernidade se expressa na repetição das plantas e das fachadas e no emprego dos mesmos materiais e técnicas construtivas para construção de várias unidades a um só tempo, os conjuntos de edifícios residenciais são uma forma de adensamento vertical. Nesses conjuntos, a área útil dos apartamentos pode variar de um bloco para outro, como pode haver variação também nos detalhes arquitetônicos e na cor ou nas tonalidades da fachada. Entretanto, os prédios têm sempre uma unidade: são blocos que se repetem, como as casas das vilas, mas se estas conformam os espaços de uso comum, aqueles são, em geral, circundados por esses espaços – exceção feita aos conjuntos que apresentam as torres distribuídas de tal maneira que conformam “praças privativas”.



Foto 13: Condomínio Clube Alto de Pinheiros – os prédios conformam a “praça privativa”
Crédito: Autora
Arquitetura: Konigsberger & Vannucchi –
Paisagismo: Benedito Abbud

A disposição dos edifícios varia, quase sempre, de acordo com a forma do terreno, sendo usual estarem paralelos aos limites do lote, com frentes para a rua principal. Há casos, no entanto, em que os prédios estão distribuídos em meio a uma vegetação exuberante – como acontece nos conjuntos que ocupam grandes áreas – ou são implantados, buscando-se a melhor insolação para os compartimentos internos – sem acompanhar o alinhamento.

Dos muros e portões para dentro, o espaço é semiprivado. Nesses conjuntos é rígida a separação entre os espaços internos e o espaço público. Não são apenas muros e portões. Há todo um sistema de segurança reforçando a separação.

O espaço interno é subdividido segundo funções determinadas. A piscina, o *playground*, as quadras esportivas, as trilhas, a churrasqueira, a entrada, os espaços de sociabilidade; para cada atividade, uma área específica. Muitos desses espaços não são utilizados, ficando vazios boa parte do tempo.

Foto 14: Jardins do Aeroporto
Crédito: Autora
Arquitetura: Sílvia Castelleri Coimbra



Foto 15: Le Quartier –
Espaços livres raramente
utilizados
Crédito: Autora
Arquitetura: Itamar
Beresin
Paisagismo: Benedito
Abbud

Nicholas Taylor, em seu artigo “The failure of housing”, comparando o uso dos espaços em vizinhanças “decadentes” – que permitiam uma aproximação maior entre as pessoas – e o uso dos espaços semiprivados nos conjuntos de edifícios que as substituíram, apresenta o resultado de uma pesquisa, na qual se dá ênfase ao fato que famílias jovens, alocadas no topo de altos edifícios, sentiam-se isoladas e muito distantes do mundo lá embaixo, para levar as crianças para brincar, de tal forma que estas ficavam confinadas em seus apartamentos (p. 345).

Este é, de fato, um ponto a ser considerado: as residências sobrepostas ampliam a distância entre os moradores e os espaços de uso comum. Outro aspecto importante diz respeito à qualidade desses espaços e ao modo como são pensados, idealizados, projetados e construídos.

Antes de tudo, é preciso considerar que os espaços livres de edificação devem ser tão agradáveis e confortáveis quanto os espaços construídos, recebendo, portanto, os mesmos cuidados. O conforto térmico e acústico, o sombreamento, a insolação e a ventilação precisam ser considerados. E não somente isto. Em *Lições de arquitetura*, Herman Hertzberger deixa claro o papel do arquiteto no que concerne à criação de espaços que permitam que as pessoas fiquem mais isoladas, espaços que as aproximem e espaços passíveis de apropriação – isto se aplica tanto a áreas edificadas como a áreas não ocupadas pelos edifícios.

A faixa etária dos moradores também implica o uso ou não-uso desses espaços semiprivados. Conjuntos que dão abrigo a famílias com crianças pequenas e adolescentes têm maiores probabilidades de utilização de seus espaços comuns – apesar da verticalização – que aqueles ocupados por casais cujos filhos já são crescidos ou por pessoas que moram sozinhas.

Outro fator de influência é a classe social. Em se tratando de arquitetura, pelo menos, quanto mais alta a classe social, maior a área útil do apartamento e menor, portanto, a necessidade de ocupar os espaços externos. Aparentemente, pessoas de classe média alta e de classe alta comunicam-se menos com seus vizinhos que pessoas das classes média e baixa – havendo, evidentemente, exceções à regra. Assim, o nível social e a área do apartamento, ao lado de outros fatores, podem determinar o maior ou menor uso das áreas comuns a todos os condôminos.

Finalmente, pode-se atribuir a não-utilização desses espaços à “pós-modernidade social”:

“A pós-modernidade se manifestaria, inicialmente, no plano do mundo vivido (Lebenswelt), através de um novo cotidiano, qualitativamente diferente do que caracterizava a modernidade. É um cotidiano em que a máquina foi substituída pela informação, a fábrica pelo shopping center, o contato de pessoa a pessoa pela relação com um vídeo.” Rouanet, Sergio Paulo. “A verdade e a ilusão do pós-moderno”. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 233.

Com o computador, a internet e os vídeos, horas de lazer outrora desfrutadas nos espaços externos passaram a ser empregadas em atividades no interior das residências. Algumas crianças, que em outros tempos jogariam bola, hoje se entretêm com jogos de computador. Adolescentes se comunicam pela internet com pessoas de todos os lugares do mundo. Fora isso, os jardins, *playgrounds* e quadras esportivas concorrem com a TV, a TV a cabo, o vídeo e o DVD. Instalou-se o lazer no interior das residências, ficando os espaços externos quase sempre vazios. Seria preciso, então, “recriar” a cultura de uso dos espaços externos enquanto locais de lazer e de sociabilidade – não apenas de passagem, circulação.

As vilas antigas, as novas vilas e os conjuntos de edifícios residenciais de classe média e classe média alta possuem, portanto, espaços semiprivados,

comuns a todos os moradores. Nas primeiras, esses espaços são separados do espaço público por uma zona de transição – em alguns casos é a rua estreita, em outros, o portão ou o portal.

Nas novas vilas, a “rua-pátio” é um cenário criado para expressar o *status* dos moradores – as atividades são setorizadas, estando alocadas em espaços compartimentados segundo suas funções. Nos conjuntos maiores, de casas geminadas, isso também acontece, mas em vez da “rua-pátio”, criam-se ruas de acesso às residências.

Os conjuntos de edifícios residenciais apresentam a mesma setorização dos espaços internos e seu uso torna-se restrito, dependendo de várias condicionantes – a própria verticalização ou sobreposição das unidades residenciais parece limitar a utilização desses espaços.

Nas antigas vilas, a rua tradicional, propiciando, ela mesma – sem equipamento algum –, o desenvolvimento de várias atividades. Nas novas vilas, o espaço subdividido e organizado segundo suas funções – a rua como espaço de circulação, o *playground* para as crianças pequenas, a quadra para os adolescentes. Nos conjuntos de edifícios, a distinção dos espaços segundo suas funções.

Em *The rejection of modern design*, Miles Glendinning e Stefan Muthesius comentam que, por muitos anos, os responsáveis pelo projeto dos espaços comunitários (*community spaces*) buscaram sua forma e tamanho ideais. Agora a resposta parece eminentemente simples: “*look no further than the ordinary old street*” (p. 309). Mas a questão da utilização de espaços comuns por um determinado grupo de pessoas está, na verdade, além do projeto, envolvendo aspectos de cunho social e cultural – o que não significa que arquitetos e urbanistas possam se isentar da responsabilidade de fazer com que esses espaços, dada sua importância, sejam agradáveis e adequados ao usuário.

Se os espaços semiprivados criados nesses conjuntos de casas e edifícios apresentam problemas relacionados a seu uso, há ainda que se analisar as consequências que têm sobre o espaço público, do outro lado dos muros e portões.

“(...) *the new desire for private outdoor spaces for all dwellings led to a curtailment of public open space, previously deemed essential for communal activities.*” Glendinning, Miles & Muthesius, Stephan. “The rejection of modern design”. *Tower block*. Londres: Yale University Press, 1994, p. 309.

Em *Morte e vida das grandes cidades*, Jane Jacobs mostra o uso e o papel dos passeios e calçadas. Fala que a segurança das ruas em uma grande cidade depende de uma intrincada rede de controles voluntários. “*Deve haver olhos sobre as ruas, olhos que pertençam àqueles que se possa chamar de seus proprietários naturais*” (p. 45). Várias vezes, em seu texto, a autora salienta a necessidade de usos mistos, ou seja, residências entremeadas de lojas e serviços – isto aumenta o número de observadores, uma vez que aqueles que trabalham nesses

estabelecimentos estão sempre atentos ao que se passa nas ruas. Sendo um espaço seguro, calçadas e passeios podem então ser utilizados como áreas de lazer e de sociabilidade.

Na mesma linha de Jane Jacobs, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em sua obra *A cidade como um jogo de cartas*, coloca a importância da variedade e complementaridade de funções e do cruzamento de usos e pessoas – que garantem a vida, a segurança e a animação nas cidades (1988, p. 85). Enfatiza, também, o valor urbano das calçadas, “*grande parte do lazer coletivo se dá no passeio*”, sendo esse espaço, muitas vezes, mais utilizado que as praças, pela proximidade, pela maior vigilância e pelo clima familiar que nele pode vigorar em determinadas situações do cotidiano. Para ele, a calçada acaba funcionando como uma “praça linear” (Idem, *ibid.*, p. 98).

Em outro texto, *Quando a rua vira casa*, Carlos Nelson Ferreira dos Santos chama a atenção para a necessidade de portas se abrindo para as calçadas (1985, p. 54). A um número maior de aberturas corresponde uma maior apropriação desse espaço de caráter público. Além disso, pessoas entrando e saindo em horários variados, ao longo de uma rua, fazem com que ela seja mais segura.



Foto 16: Villa Regio e Villa di Firenze, no Butantã e Condomínio Clube Moema
Crédito: Autora
Arquitetura: Konisherger & Vannucci



O que acontece nos novos conjuntos de casas e edifícios – as antigas vilas se situam no interior dos quarteirões – é que eles são murados por toda sua extensão. Isto tem conseqüências para a paisagem, para a vida urbana e para os espaços públicos da cidade, especialmente quando são implantados em terrenos que margeiam mais de uma rua ou em terrenos que ocupam quadras inteiras.

Todos os conjuntos possuem um número reduzido de aberturas. Além disso, as portas e janelas ficam sempre atrás dos muros. Mesmo que os “olhos estejam sobre as ruas”, esses elementos limitam a ação dos moradores.

Quando se localizam em áreas distantes do centro ou em bairros considerados “nobres” – nos quais os moradores utilizam seus automóveis invariavelmente ao sair de suas residências –, o resultado são calçadas vazias de uso e de significado: tornam-se o espaço que separa o leito carroçável dos muros, exibindo uma rala vegetação, que procura atenuar a rigidez da paisagem murada. Quando em bairros já bastante ocupados e de movimento considerável, as calçadas continuam servindo como espaços de circulação de pedestres, mas praticamente perdem seu caráter recreativo e comunitário.

A paisagem composta por muros extensos é áspera no contexto urbano; evidencia a segregação social por meio da segregação espacial. Grupos de pessoas de mesmo nível social se isolam do resto da cidade.

Para Milton Santos, a violência urbana, causada pela extrema pobreza, acaba dando origem à criação de “*verdadeiros ‘guetos’ às avessas*”, existindo de fato uma tendência a uma espécie de fortificação dos bairros de classe média e dos segmentos mais ricos da população (1990, p. 110).

O uso do espaço público fica comprometido quando atividades de lazer e de sociabilidade têm seu lugar garantido no interior dos muros. A criação dessas áreas estritamente apartadas do chão público, mantidas por grupos restritos de pessoas – geralmente da mesma classe social – diminui a exigência de praças e calçadas mais largas, com prejuízos para a cidade – que começa a se compor de pequenas “ilhas de prosperidade” fechadas para o espaço urbano.

“(...) the middle-and upper-income housing occupying many acres of the city area, many former blocks, with their own grounds and their own streets to serve these ‘islands within the city’, ‘cities within the city’, and ‘new concepts in city living’, as the advertisements for them say. (...) It is uncanny to see a city neighbourhood in a civilian city walled off like this. It looks not only ugly, in a deep sense, but surrealistic.” Jacobs, Jane. The death and life of great American cities. Londres: Penguin [s.d.] p. 57-8.

Na cidade de São Paulo, de um modo geral, calçadas e ruas ainda são vastamente utilizadas para outras atividades que não a circulação de veículos e pedestres – exceção feita aos bairros-jardins e a bairros de classe média alta, bem como a algumas das grandes avenidas da capital paulista.

Pessoas passeiam pelas ruas, conversam, encontram outras pessoas, sentam-se nas calçadas para tomar sol e observar o movimento. Crianças fecham as ruas

para jogar futebol – e isto não acontece apenas em bairros distantes do centro, é possível vê-las fazer o mesmo em travessas da avenida Brigadeiro Luiz Antônio (na área central), nas proximidades da rua Humaitá.

Contudo, a segregação de pessoas em lotes, quadras ou bairros inteiros cercados por muros – segregação esta que tende a acentuar-se com o aumento das diferenças sociais e econômicas (KIRSCHENMANN, 1985, p. 2) – pode diminuir a utilização dos espaços públicos urbanos.

Por outro lado, é interessante a colocação de Carlos Eduardo Dias Comas em seu artigo “O espaço da arbitrariedade”:

“(...) por que todo espaço residencial deveria necessariamente ser coletivo e contínuo? Ainda que se admita a desejabilidade pública do solo urbano, direito de propriedade não se confunde com direito de uso. Não decorre daí que seja sempre indesejável a inexistência de controles de acessibilidade ao espaço aberto residencial e que, conseqüentemente, seja sempre indesejável sua compartimentação. Cercas altas fazem os bons vizinhos, afirma um velho ditado, reconhecendo que liberdade de conduta não equivale a espaço livre de barreiras físicas. Paradoxalmente, sua ausência pode mesmo constituir fator de repressão de comportamento.” Comas, Carlos Eduardo Dias. “O espaço da arbitrariedade”. *Projeto* (91): set. 1986, p. 128.

Barreiras físicas podem separar os espaços públicos dos espaços privados ou semiprivados, quando necessário. Mas não se deve deixar de lado a gradação, as zonas de transição, a passagem gradual de um espaço a outro.

As novas vilas são destinadas a pessoas da classe média e da classe média alta. Boa parte dos novos conjuntos também. Se o acesso às antigas vilas e conjuntos era permitido a todos os cidadãos, sendo a separação dos espaços quase sempre implícita, a estes últimos, no entanto, têm acesso apenas o grupo de proprietários e moradores.

Ainda que esse fechamento dos conjuntos seja necessário – pela própria manutenção dos equipamentos de uso comum – a cidade e seus habitantes perdem com isso, porque há espaços significativos do ponto de vista histórico ou paisagístico, tanto nos pátios conformados no interior das quadras como por trás dos muros, que são desconhecidos pela maior parte das pessoas e muito pouco usufruídos por aqueles aos quais pertencem na condição de espaços semiprivados.

CONCLUSÃO

Na cidade de São Paulo, como em muitas outras cidades de maiores ou menores dimensões, existem espaços livres de edificação cujo acesso é restrito a um determinado grupo de pessoas. Não são públicos, como as ruas e praças, nem privados – como as residências.

É comum encontrar espaços com essas características quando casas ou prédios de apartamento são construídos em conjunto, em um mesmo lote. Isto acontece nas vilas – antigas e novas –, nos condomínios verticalizados e em outras estruturas espaciais urbanas.

Os espaços semiprivados (o pátio, depois da rua estreita, ou todos os espaços livres de uso comum atrás dos muros) são mantidos pelos residentes – que podem utilizá-los ou não. Poucos são os que têm acesso a eles e os que podem visualizá-los, porque estão ocultos na paisagem urbana.

O fato de serem isolados da cidade por muros extensos e grades (principalmente nas novas vilas e conjuntos de edifícios) e o fato de possuírem, em alguns casos, equipamentos e áreas de recreação contribuem para o esvaziamento do espaço público. Praças e calçadas são menos utilizadas quando o *playground*, o jardim e as quadras esportivas estão dentro do lote.

Além disso, os muros altos são uma forma de segregação espacial que evidencia a segregação social existente na cidade – estar dentro dos muros significa ter condições de pagar por uma relativa segurança e pelo usufruto de espaços livres e equipamentos utilizados por pessoas de mesmo nível econômico e, quase sempre, cultural.

Os espaços semiprivados, da mesma forma que os espaços semipúblicos e as zonas de transição, podem permitir que pessoas de origens diversas se inter-relacionem, desde que não estejam separados do resto da cidade de forma abrupta, com barreiras intransponíveis – como se pode observar em muitos desses conjuntos e vilas.

Do ponto de vista urbanístico, quanto mais gradações houver entre o público e o privado, e quanto maiores as possibilidades de que pessoas e grupos diferenciados estabeleçam relações entre si, mais rico será o uso do espaço.

BIBLIOGRAFIA

BRUNA, Paulo. Anotações de aula. AUH-5819 “História Social da Arquitetura e do Urbanismo Modernos”. São Paulo: FAUUSP, 2002.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. O espaço da arbitrariedade. *Projeto*, n. 91, p. 127-130, set. 1986.

GHIRARDO, Diane. *Arquitetura contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GLENDINNING, Miles; MUTHESIUS, Stefan. The rejection of modern design. *Tower Block*. Londres: Yale University Press, 1994, p. 308-318.

GREATER LONDON COUNCIL. *An introduction to housing layout*. Londres: The Architectural Press, 1978.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HUET, Bernard. A cidade como espaço habitável. *Arquitetura e urbanismo*, p. 82-87, dez./jan. 1986/1987.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Trad. de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- KIRSCHENMANN, Jörg C. *Vivienda y espacio público – Rehabilitación urbana y crecimiento de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.
- LOOTSMA, Bart. Inovação y diferencia – Arquitetura y urbanismo holandeses de los noventa. *Arquitectura Viva*, n. 54, p. 19-26, maio/jun. 1997.
- ROUANET, Sérgio Paulo. A verdade e a ilusão do pós-moderno. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985.
- . *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto, 1988.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Nobel, 1990.
- SENNETT, Richard. O público e o privado. *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. Trad. de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TAYLOR, Nicholas. The failure of housing. *Architectural Review*, n. 849, p. 341-359, nov. 1967.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Espaços livres, usos dos espaços livres comuns, vilas, conjuntos de edifícios residenciais, segregação, São Paulo.

Open spaces, the uses of common open spaces, row houses, condominium-building complexes, segregation, São Paulo.

Obs.:

Este texto resulta de pesquisa realizada entre 1997 e 2000, com apoio da Fapesp, sobre as vilas da cidade de São Paulo, cujo produto final foi a dissertação de mestrado intitulada “Da persistência do ecletismo nas vilas paulistanas” – orientada pelo Prof. Dr. Paulo César Xavier Pereira, bem como de pesquisa iniciada em agosto de 2001 para o curso de doutorado na FAUUSP, também com apoio da Fapesp, sobre os espaços livres de edificação dos conjuntos de edifícios residenciais de classe média e de classe média alta construídos na cidade de São Paulo nos últimos anos, orientada pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo.

Solange Aragão

Arquiteta e urbanista, mestre em estruturas ambientais urbanas e doutoranda pela FAUUSP.

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Orientador:
Prof. Dr. Roberto Righi



ÃO PAULO e SUA ÁReA CeNTRAL: PLANOS, POLÍTIcAS e PROGRAMAS ReCeNteS

060

pós-

RESUMO

A área central da cidade de São Paulo tem sido objeto de proposições urbanísticas que têm colocado como objetivo sua requalificação, segundo diferentes abordagens e enfatizando diferentes aspectos. O presente artigo examina um conjunto de documentos que registram o ideário das políticas públicas preconizadas para o centro da cidade, desde a publicação do Plano Urbanístico Básico (PUB) em 1969 até a Lei da Operação Urbana Centro em 1997. Nos documentos examinados são identificados os objetivos explícitos, os principais conceitos norteadores, as diretrizes e as estratégias propostas para a intervenção na área central. Com base nessa identificação, propõe-se uma periodização tendo por base diferentes abordagens e objetivos e são discutidas as delimitações e conceituações de área central. Finalmente, são discutidos alguns aspectos associados à formulação de políticas para a área central, destacando o papel que o ideário de colaboração entre o setor público e o setor privado vem desempenhando nas proposições mais recentes.

ABSTRACT

The downtown area of the city of São Paulo has been the focus of different propositions aiming its revitalization, according to different approaches and emphasizing different aspects. This article examines a set of documents recording urban policies to the city center that span from the Basic Urban Plan (PUB), published in 1969, to the Urban Center Operation Law, of 1997. Those documents help us identify the explicit goals, the key concepts, the guidelines and the suggested strategies for that part of town. Based on this groundwork, periods are proposed according to different approaches and objectives, and the delimitations and concepts of the city center are discussed. Finally, some aspects related to the formulation of policies towards the central area are discussed, highlighting the role played by the partnership between the government and the private initiative in the most recent propositions.

O presente trabalho tem por tema a área central da cidade de São Paulo. Condensando dissertação de mestrado (CASTRO, 1998), o artigo trata de como a área central é caracterizada nos planos, políticas e programas elaborados no período de 1969 a 1997 e das principais motivações, objetivos e diretrizes de atuação neles presentes.

Tem-se como resultado um inventário de políticas públicas preconizadas. Aqui, os planos, políticas e programas são compreendidos como representações de uma realidade, ou seja, a articulação da ideologia com o conhecimento, a combinação de idéias com estatísticas e fatos tomados como estabelecidos, em função de determinados pressupostos e interesses (GOTTDIENER, 1993, p. 275). Pressupõe-se que estas representações expressem diferentes políticas em relação às forças sociais atuantes na cidade.

Quanto ao período, o ano de 1969 foi escolhido por ser a data de publicação do Plano Urbanístico Básico – PUB, o primeiro plano estratégico de desenvolvimento urbano integrado que apóia proposições em uma análise da formação metropolitana e que claramente adota uma diretriz de desconcentração e descentralização. O período focalizado se encerra em 1997, com o exame do projeto vencedor do Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo e da Lei da Operação Urbana Centro daquele ano.

Estudos específicos sobre a área central, que não se vinculam expressamente a um propósito imediato de planejamento urbano, incluem o de Müller (1958), que trata das transformações da área central até a década de 50; o de Ottoni (1972) compara aspectos da formação das áreas centrais de São Paulo e do Rio de Janeiro do ponto de vista arquitetônico e urbanístico; o de Cordeiro (1978) propõe uma delimitação para o centro metropolitano, apoiada em pesquisa empírica de funções urbanas, valores imobiliários e densidades demográficas e de área construída (Figura 1); e o de Lefèvre (1985), que trata do papel do sistema de transportes na estruturação da área central. Pode ser agregado a estes o diagnóstico de Ribeiro (1975), que identifica um *centro metropolitano*, pois, embora realizado para o governo do

Figura 1: Delimitações do centro, segundo Cordeiro (1973)
Fonte: (Base GEOMAPAS 1997)



(1) Cf. Villaça, 1978 e 1998.

(2) Escapa ao escopo deste artigo examinar em detalhe esses processos, sobre os quais uma série de estudos vem sendo feita. Referências adicionais abrangendo as áreas de urbanismo e planejamento urbano encontram-se em Leme (1990 e 1999); Perrone (1992); Somekh (1997) Simões Jr. (1995); Castro (1998); Campos Neto (1999); Toledo (1996). Ao final de texto destinado a um público iniciante, Rolnik (2001) apresenta as referências essenciais em diversos campos de conhecimento.

(3) Sobre Prestes Maia e Plano de Avenidas, cabe destacar os seguintes de Leme (1990); Toledo (1996) e Campo Neto (1999). Sobre o período precedente, Simões Jr. (1995).

(4) "A organização sócio-espacial está ligada por relações conjuntas, contíguas e hierárquicas. A força dessa matriz espaço-temporal tridimensional é que sustenta o desenvolvimento maciço, desconcentrado, da metrópole. Desse modo, o cotidiano é ao mesmo tempo particularizado e afetado por relações de produção que se estendem por todo o globo; é fragmentado e hierarquicamente organizado, atomizado e estruturado (...) é desenvolvido ao longo de regiões e nações pelos mesmos processos globais que estruturam cada lugar individual." (GOTTDIENER, 1993, p. 198).

estado, não se encontra vinculado a plano, política urbana ou programa específico. Dois estudos de Flávio Villaça, embora não tendo como foco a área central, mas os processos socioespaciais de segregação nas metrópoles brasileiras, trazem aportes fundamentais para a compreensão do processo de transformação da área central de São Paulo¹.

A primeira parte do texto discute o emprego do termo *área central* em confronto com outros termos encontrados nos documentos. A seguir, discute-se o termo *políticas urbanas*, precisando o significado estrito em que aqui é empregado. A abordagem dos planos de caráter global, municipais e metropolitanos, produzidos no período focalizado, é feita na sessão seguinte, que precede a abordagem dos documentos parciais ou setoriais que antecederam a Operação Urbana Anhangabaú, de 1991. Esta, como veremos, marca uma inflexão não apenas na abordagem da área central, mas na própria orientação da formulação de políticas de intervenção na cidade. Os documentos produzidos a partir da Operação Urbana Anhangabaú serão então examinados, destacando a importância da Associação Viva o Centro como organismo representativo do setor privado na articulação de uma estratégia de intervenção para a área central. Por fim, serão feitas algumas considerações sobre a formulação de políticas urbanas para a área central.

ÁREA CENTRAL

É evidente que a idéia de centro está associada à histórica estruturação radial da cidade, análoga à estruturação de muitas outras aglomerações urbanas formadas nos cruzamentos de sistemas de comunicação no interior do território. Os caminhos traçados pelo colonizador português e, antes dele, pelos indígenas, acompanharam as linhas de menor resistência oferecidas pelo território ao esforço físico de homens e animais. Mais recentemente, o traçado das ferrovias veio justapor-se aos antigos caminhos, sem alterar-lhes substancialmente as características, induzindo a expansão da urbanização, bem como a ocupação industrial ao longo de seus eixos: às margens das várzeas do Tamanduateí e do Tietê. A área central resulta de um processo histórico de formação e transformação, que em linhas gerais obedece a uma reprodução cumulativa do centro (SANTOS, 1990, p. 63) até a década de 60. A partir desse momento, acentua-se e acelera-se a migração de atividades centrais em direção ao setor sudoeste, aprofundando um processo de segregação urbana iniciado em finais do século 19 (VILLAÇA, 1978, p. 195-201; 1998, p. 192-199)².

Embora não seja objeto deste trabalho, por ser precedente ao período examinado, é necessário mencionar o papel desempenhado por Prestes Maia, seja pelo Plano de Avenidas, seja em sua atuação como prefeito. O *perímetro de irradiação*, que faz a articulação das avenidas radiais propostas em seu plano

(Figura 2), envolve em sua época a área mais densamente ocupada da cidade, definindo uma conformação urbana da área central que permanece até hoje e que se reflete, direta ou indiretamente, nas subseqüentes delimitações propostas³.

Nos documentos examinados, diversos termos foram encontrados: área central, centro histórico, centro tradicional, centro expandido, centro metropolitano, central Business District (CBD), core, ou simplesmente centro. Essas várias denominações denotam dificuldades no estabelecimento de uma única delimitação territorial e uma também única conceituação de “centro da cidade”, para o caso de São Paulo. Tal dificuldade nos remete à observação de Harvey, segundo a qual “o processo de urbanização não tem limites espaciais fixos, apesar de se manifestar em e através de um espaço particular” (HARVEY, 1989, p. 127). Tal proposição aparece de modo semelhante em Gottdiener (1993, p. 198)⁴. Analogamente, buscar a definição de um perímetro espacial unívoco e permanente para o centro exigiria a fixação, no tempo e no espaço, dos processos socioespaciais, o que evidentemente não é possível.

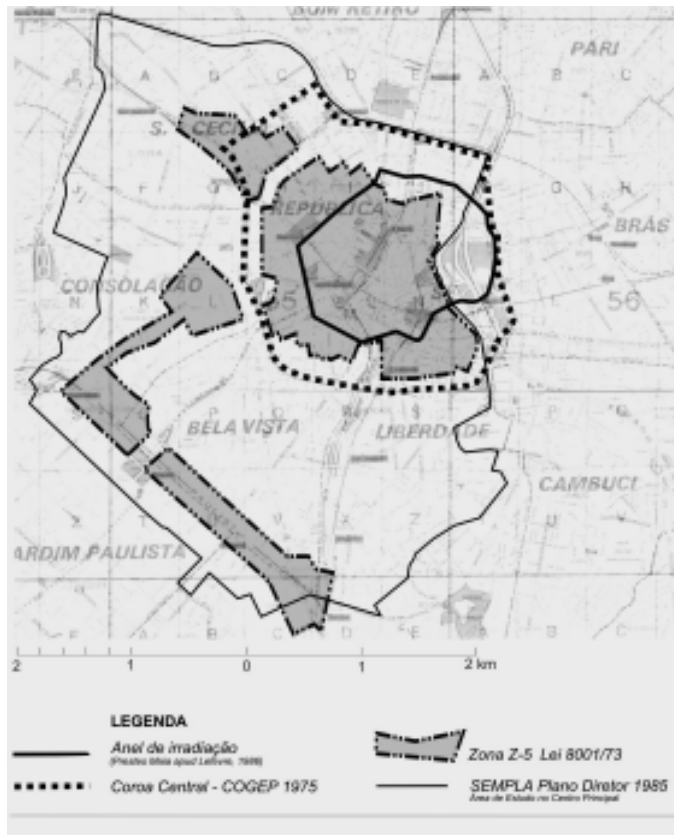
A escolha do termo *área central* deve-se à sua maior abrangência, ou seja, o termo não exclui nenhum dos outros significados propostos pelos outros termos listados acima. Além disso, seu emprego é coerente com a afirmação de uma das

hipóteses desse trabalho, que diz respeito às dificuldades de definição de um perímetro indiscutível para o centro da cidade. O termo se refere, portanto, a uma centralidade territorial histórica que permanece, apesar das chamadas centralidades emergentes e do processo ininterrupto de transformações socioespaciais.

POLÍTICAS URBANAS

Quanto ao termo políticas urbanas, a conceituação adotada se baseia em considerações de Harvey e Preteicelle. Para Harvey, as políticas urbanas nascem em um espaço político dado por alianças de classe que refletem uma “coerência estruturada”, definida sobre a base de uma tecnologia dominante para a produção e também para o consumo, e de um conjunto dominante de relações sociais. Tanto estas alianças quanto a

Figura 2: Delimitações da área central em diferentes planos
Fonte: (Base GEOMAPAS 1997)



estrutura de relações que reflete são instáveis em função dos processos de acumulação, competição e mudança tecnológica. Desse modo, as políticas urbanas — tomadas não como “o prefeito ou o conselho da cidade”, mas em sentido amplo de “processos políticos atuantes” no espaço — gozam de relativa autonomia; suas finalidades, porém, colocam-se sempre na perspectiva da acumulação. Por outro lado, as inovações no processo de produção requerem inovações no processo de consumo. Assim, a *“inovação nas estruturas físicas e sociais, formas espaciais, nos processos sociais de reprodução... estende-se para estilos de vida, formas organizacionais (políticas, culturais e ideológicas, tanto quanto burocráticas, comerciais e administrativas) e configurações espaciais”* (HARVEY, 1989, p. 27). As políticas urbanas e os movimentos sociais tomam parte importante nesse processo e são tão imprevisíveis em seus detalhes quanto o são os processos de inovação de produtos, mudanças tecnológicas e mudanças de localização (Ib. p. 127).

Para Preteicelle (1990, p. 54), as políticas urbanas *“não são simplesmente o reflexo ou o registro dessas mudanças (econômicas), mas traduzem-nas, especificando-as, reagem às mudanças de maneira diversa, caracterizam-se por poder influenciar os processos econômicos”*. Como fenômeno social, as políticas urbanas apresentam três aspectos:

- as políticas preconizadas, constituídas pelas motivações, objetivos e meios que são colocados como representação pública e justificados pelos atores da política urbana, sobretudo o poder público;
- o conjunto de práticas, de intervenção, financiamento, realizações, regulamentação e gestão, por meio dos quais a evolução das cidades, o conjunto das práticas e a própria estruturação social são influenciados pelos atores dominantes;
- o cenário e os processos políticos que ocorrem nas cidades e que, ao menos parcialmente, têm o espaço como condicionante.

No contexto deste trabalho, são abordadas as políticas urbanas preconizadas, ou seja, o conjunto de motivações, objetivos e meios que se apresentam nos documentos examinados.

Sem dúvida, o debate atual sobre a redefinição do papel e das funções específicas que desempenha a área central da cidade de São Paulo inscreve-se em um contexto mais amplo de redefinição dos papéis representados pelo Estado, pelo capital e pelos diferentes agrupamentos sociais na produção e apropriação do espaço, em particular do espaço urbano. No campo do planejamento e gestão urbanas apresenta-se um quadro de revisão dos critérios de elaboração das políticas públicas, do processo de tomada de decisões, dos métodos e instrumentos de planejamento e do papel que desempenham os agentes sociais e econômicos nesse processo.

A mudança de ênfase das políticas urbanas com relação à área central da cidade de São Paulo parece acompanhar as tendências identificadas por Harvey

em direção ao empresariamento urbano (1994, p. 69 et seq.; 1996). Dá ênfase no planejamento integrado e no controle do crescimento urbano por meio de instrumentos de regulamentação centralizados pelo Estado; na desregulamentação parcial do uso e ocupação do solo; nos projetos urbanos para setores da cidade; e na participação de empreendedores privados como parceiros do setor público na própria elaboração das políticas de intervenção e planos.

PLANOS MUNICIPAIS E METROPOLITANOS

PUB

O Plano Urbanístico Básico (PUB), publicado em 1969, foi o primeiro plano global a instrumentalizar uma estratégia de transformações urbanas em direção a uma condição futura considerada desejável, abordando os aspectos físico-territoriais, socioeconômicos e administrativo-institucionais. Síntese das recomendações do plano, a malha de vias expressas, articulada com um sistema de metrô, proporcionariam uma acessibilidade máxima a todos os pontos de aglomeração, trazendo conseqüências importantes para a localização das atividades urbanas (PUB, 1969, p. 382). Em relação à área central (das margens do Tietê até as áreas adjacentes à avenida Paulista), o plano propôs maior adensamento de funções e maior concentração de empregos, atribuindo-lhe o caráter de centro metropolitano, ao mesmo tempo em que uma parte das funções principais de comércio e serviços seria dispersa em “corredores”, e outra parte ainda seria distribuída por “centros secundários” (p. 342 e seguintes). O cenário proposto implicava uma descentralização relativa: consolidação e incentivo a atividades de caráter metropolitano em áreas contíguas ao centro, distribuição equilibrada das demais atividades.

Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado – PMDI, 1971

Sob a supervisão do Grupo Executivo da Grande São Paulo (Gegran), instituído em 1967 pelo governo do Estado, o plano foi desenvolvido com o objetivo de estudar e propor a instauração de uma administração metropolitana. O PMDI revisou e atualizou as pesquisas desenvolvidas para o PUB e para o Estudo de Viabilidade do Metrô (HOCHTIEF, MONTREAL, DE CONSULT, 1968). Apresentou a proposta de implementação de um sistema integrado de transporte coletivo de massa como eixo principal de intervenção para a reorientação ordenada do crescimento metropolitano. Além de ser um instrumento para alcançar uma distribuição territorial de habitação e de empregos mais equilibrada, esse sistema de transporte atenuaria a importância do transporte por automóveis. Como diretriz geral, colocou-se o adensamento dos usos em corredores coincidentes com os principais eixos de transporte de massas, em particular as três linhas projetadas para o metrô; as marginais dos rios Pinheiros e

Tietê e os eixos ao longo das linhas férreas. Ao contrário do PUB, propunha intervenções para adaptação da estrutura viária existente, dando maior ênfase ao transporte coletivo, particularmente ao metrô e às ferrovias, e menor ênfase ao transporte por automóveis.

Diante da *“excessiva concentração da atividade terciária no Centro Metropolitano, ocasionando problemas quase insolúveis de circulação e transportes”*, a política proposta foi *“a descentralização das atividades terciárias, mediante a criação ou desenvolvimento de centros sub-regionais, elaborando projetos, concedendo incentivos à iniciativa privada e realizando as obras e serviços necessários”* (p. 41). À área central, compreendida como centro metropolitano, foi reservado o papel de concentrar as atividades culturais e econômicas de caráter metropolitano.

Tanto no PUB quanto no PMDI a concentração de atividades é caracterizada como excessiva, provocada e acentuada pela organização radial da estrutura urbana. Ante o “congestionamento”, são propostas políticas globais de descentralização ou desconcentração, preservando as principais características da área como centro metropolitano. A mesma orientação de descongestionamento e desconcentração será assumida pelo PDDI e efetivada em forma de lei.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI

Publicado em forma de lei⁵, na primeira seção do artigo 3º, referente às diretrizes básicas para o desenvolvimento urbano, colocava:

“será implantado um conjunto de vias expressas em forma de malha formando bolsões, visando à circulação rápida de veículos em escala metropolitana; dentro de cada bolsão da malha de vias expressas será implantado um conjunto de vias arteriais de tal maneira que cada via arterial comece e termine em uma via expressa e em outra arterial; será implantado um conjunto de linhas interligadas de Metrô, visando o transporte rápido de passageiros o Município desenvolverá as gestões necessárias (...) visando à integração do Metrô aos sistemas de transportes coletivos por ônibus e trens suburbanos”.

Aos sistemas viário e de transportes propostos articulou-se uma divisão da cidade em zonas de uso diferenciadas, estabelecendo-se *“densidades demográficas admissíveis”*, de acordo com *“as disponibilidades de equipamentos públicos e de equipamentos sociais existentes ou previstos”*. Na lei de zoneamento subsequente⁶ foram definidas as zonas de uso com seus coeficientes de aproveitamento e taxas de ocupação específicas. O coeficiente de aproveitamento máximo foi definido como quatro. A redução do coeficiente de aproveitamento, anteriormente fixado em seis para edifícios comerciais e em quatro para residenciais, atingiu principalmente a área central na qual a tendência à intensificação do uso do solo era maior (SOMEKH, 1992, p. 81). Examinando o mapa com a delimitação das zonas de uso, cujos perímetros foram definidos pela Lei n. 8001/73, vê-se que as Z-5, com características de grande

(5) Lei n. 7.688 de 30 de dezembro de 1971: dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Para uma discussão detalhada do PDDI, cf. Sócrates (1993).

(6) Lei n. 7.805 de 01 de novembro de 1972, conhecida como Lei de Zoneamento.

intensidade de ocupação, restringiam-se ao núcleo da área central (Z-5/001 e Z-5/002), a uma área no início da avenida da Consolação (Z-5/003) e a outra no início da avenida Paulista (Z-5/004). Apenas nessas áreas seria admitido o coeficiente de aproveitamento máximo (ver Figura 2).

Revisão do PDDI, 1982

O PDDI-II se colocou como revisão do PDDI, não chegou a se completar como plano: apenas organizou objetivos e diretrizes gerais para essa revisão, que, na verdade, vinha sendo desenvolvida no âmbito dos organismos municipais de planejamento por meio de resoluções e legislação parciais⁷. Pretendeu operar uma mudança de enfoque em relação aos planos anteriores, na medida em que colocava a necessidade de *“atuar sobre o próprio processo (de estruturação urbana), (...) de natureza fundamentalmente econômica”* e não apenas sobre os resultados físico-territoriais desse processo (PDDI-II, 1982, p. 4), propondo-se como *“plano estratégico de ação do Poder Público Municipal”*. A crítica explícita aos planos anteriores (PUB, PMDI e PDDI) foi feita a partir da ótica dos investimentos públicos que esses planos implicitamente destinavam à *“área estratégica das obras viárias e de transportes, superdimensionadas”* (p. 6). A revisão das políticas públicas no sentido de um menor endividamento do município para financiamento e custeio de obras públicas, devido à diminuição da arrecadação municipal no decênio precedente e à crise econômica, orienta as abordagens do plano, com o reconhecimento das poucas possibilidades de intervenção direta sobre a cidade (p. 6). Quanto à caracterização da estrutura urbana, foram estabelecidos três grandes anéis concêntricos que corresponderiam respectivamente a três tendências predominantes de urbanização (p. 37). Ao anel central corresponderia a tendência de concentração espacial crescente das atividades, imóveis, equipamentos, com níveis elevados de valorização da terra urbana, intensidade crescente de usos do solo, concentração e segregação espacial das populações e atividades de maior capacidade econômica. O anel intermediário ou de urbanização consolidada, envolvendo o anel central, teria como principal característica a subutilização do espaço urbano, já dotado de um nível básico de equipamentos e acessibilidade. O anel periférico, por sua vez, seria caracterizado por ocupação dispersa, baixo nível de acessibilidade e equipamentos urbanos, com predominância da população de baixa renda.

O anel central foi definido como o centro metropolitano e a zona que o envolvia. Por sua vez, o centro metropolitano foi caracterizado como *“o Centro Histórico e seu entorno, chegando na direção sudoeste até a Av. Paulista”,* configurando-se como *“o pólo de atração principal da Região Metropolitana”,* com concentração da *“maioria das funções-chave de condução da sociedade, tanto no setor público como no privado (as sedes das organizações administrativas e financeiras), assim como um comércio e um serviço mais especializados”* (p. 80), com tendência de expansão até a avenida Faria Lima. O documento introduz o

(7) O documento aqui examinado é etapa preliminar do plano, como o próprio subtítulo indica: “Objetivos e Diretrizes Gerais”. Na próxima seção deste artigo serão examinados alguns dos documentos que revisam o PDDI.

conceito de *“potencial de absorção de novos usos”* (p. 53), que seria definido em função da capacidade da infra-estrutura, dos equipamentos urbanos instalados e das facilidades ou dificuldades para a ampliação dessa capacidade. Dado *“o custo excessivo das obras necessárias”*, apontou-se a impossibilidade de aumentar o potencial de absorção do centro (p. 54). Foi sugerido que os investimentos públicos deveriam ser orientados para diferentes partes da cidade e que uma metodologia adequada deveria ser criada para avaliar os potenciais de urbanização e os níveis de aproveitamento das áreas em questão.

Conseqüentemente foram propostas Macrozonas de Controle Paramétrico (MZPDs), definidas como *“zonas”*, para as quais seriam fixados *“parâmetros gerais de uso do solo, na proporção da capacidade que se estimar para cada uma delas”* (p. 135-136). As MZPDs formariam um *“sistema de unidades territoriais”*, a partir do qual se procederia à revisão da lei de zoneamento, com o detalhamento de uso e ocupação do solo. Os principais indicadores para a estimativa da capacidade de suporte seriam estabelecidos em relação aos sistemas de infra-estrutura, a capacidade máxima definida em função do carregamento do sistema de transportes; as limitações internas da área considerada em relação a equipamentos sociais, sistema viário local, características de uso e parcelamento do solo. Com base nessa estratégia global, propõe-se objetivos de *“renovação funcional”* para o centro principal e sua área envoltória, ao mesmo tempo em que são definidas como áreas de expansão de atividades centrais as marginais do Tietê, do Pinheiros, *“pólos limites”* de Santo Amaro, Jabaquara, Ipiranga, Penha e Santana (p. 126 e segs.). A imagem de centro que se depreende é a de uma centralidade metropolitana dispersa que, embora pudesse ser circunscrita aos limites do anel central diagnosticado, também chamado de centro expandido, admitindo ainda conjuntos polarizados de atividades centrais além desses limites. O reforço de atividades na área central e sua renovação funcional são colocados em função de suas vantagens relativas de localização e de serviços existentes.

Plano Diretor 1985-2000

Elaborado pela recém-criada Secretaria Municipal de Planejamento durante a gestão de Mário Covas (1983-1985), realiza a revisão do PDDI de 1971. Submetido à Câmara Municipal, entretanto, não foi aprovado. Retomando algumas das principais abordagens do PDDI-II, introduziu algumas novas questões. Desenhava para a administração municipal um quadro futuro de crise e recessão econômica com a arrecadação municipal progressivamente diminuída. A capacidade de investimentos em equipamentos e infra-estrutura, conseqüentemente, seria reduzida, e, com ela, a capacidade de orientar o desenvolvimento urbano por intervenções diretas. Significativamente, todo um capítulo do plano foi dedicado à discussão das receitas municipais e da capacidade de investimento do município (SEMPA, 1985, p. 57 e segs.). A área central, denominada também como centro expandido, corresponderia

aproximadamente ao perímetro do anel central definido no PDDI-II, ou seja: do rio Tietê, ao norte, aos bairros do Paraíso e Cambuci, ao sul; a sudoeste o rio Pinheiros, incluindo os jardins e o Alto de Pinheiros; a oeste, a Água Branca e Perdizes; a leste, o Belenzinho (p. 27). Identificou-se, no centro, um processo de estagnação que vinha ocorrendo *“há anos, especialmente a partir de 70”*, com a redução das taxas de crescimento da população e de áreas construídas comerciais e residenciais, ao lado da diminuição da conversão de edifícios residenciais em comerciais. Essa estagnação estaria ocorrendo *“em função do deslocamento de uma série de atividades comerciais e de serviços geradores de emprego para as adjacências da Av. Paulista e outras áreas”*. Desse modo, constatou-se que se reduziram *“os problemas de superocupação do solo e conseqüente congestionamento do Centro”*, ao mesmo tempo em que muitas áreas com potencial de localização e infra-estrutura disponível estavam subocupadas e subutilizadas (p. 27-28). No diagnóstico, definiu-se um perímetro (Figura 2) para o *“Centro Principal”*, fazendo-se uma diferenciação interna à área com base, principalmente, em características das atividades urbanas e verticalização. Como diretriz para o centro principal colocou-se o reforço de suas funções em conjunto com o adensamento residencial de seu entorno, em particular os bairros e regiões da Bela Vista, Campos Elíseos e Liberdade. Propôs-se oferecer habitação para camadas de média e baixa renda *“através de renovação urbana em áreas desapropriadas e desocupadas”*, em uma região que oferecia infra-estrutura já instalada e alta acessibilidade, além da intensa atividade comercial e de serviços (p. 150); as modificações no zoneamento e a neutralização do elevado preço dos terrenos seriam efetuadas por meio de *operações urbanas*, compreendidas como *“intervenções pontuais concentradas”*, fundamentadas e orientadas por projetos urbanos específicos. As operações urbanas, *“uma forma inovadora de ação direta do poder público”*, permitiria a indução de transformações nos padrões de uso e ocupação do solo, o assentamento de habitações populares em áreas que, pelos mecanismos de mercado, não comportariam este uso e que, ao mesmo tempo, constituiria parte de uma estratégia para obtenção de terras e recursos diante da crise fiscal e a escassez de recursos do município. O plano propôs, com esses objetivos, um conjunto de operações urbanas, isto é, *“conjuntos integrados de intervenções desenvolvidas em áreas determinadas da Cidade, sob a coordenação do poder público, visando a obtenção de resultados relevantes para os objetivos do Plano Diretor”* (p. 196). Às operações urbanas – no município seriam em número de 13 – caberiam os seguintes papéis: viabilizar a produção de habitações populares, infra-estrutura, equipamentos coletivos e espaços públicos; acelerar as transformações físicas e funcionais em determinadas áreas, segundo as políticas definidas para cada área; articular agentes públicos e privados para minimização do emprego de recursos públicos e aceleração do processo de intervenção; e coordenar ações normativas e executivas entre o setor público e o setor privado. Apenas para o *centro principal* apareceram delineadas – mas não

especificadas – cinco áreas de operações urbanas reunidas sob a designação de Operação Urbana Centro⁸.

Em relação aos planos precedentes, o Plano Diretor 1985-2000 focalizou a área central com maior nitidez: apresentando um diagnóstico de estagnação e uma política de estímulo ao adensamento, de recuperação das funções centrais e de revitalização dos espaços públicos, além do incentivo à ocupação habitacional. Além de introduzir a idéia da parceria público-privado e formular, em linhas gerais, o instrumento das operações urbanas, marca uma mudança de orientação para as políticas voltadas ao centro.

O plano, entretanto, não tocou em um dos principais aspectos colocados pelo PDDI II de 1982: o dimensionamento da capacidade de suporte das redes de infra-estrutura e o condicionamento da intensificação do uso do solo a essa capacidade, que seria retomado sob outro enfoque no Plano Diretor de 1991.

Plano Diretor, 1988

Durante a gestão do prefeito Jânio Quadros (1986-1989) elaborou-se um plano diretor com a finalidade de revisar o plano de 1985⁹, apoiando-se em estudos, relatórios e documentos produzidos na gestão anterior e considerados “atuais e suficientes”. Aprovado como lei pelo expediente autoritário do decurso de prazo – ou seja, não foi aprovado por votação dos vereadores na Câmara Municipal – a principal mudança de orientação em relação ao plano anterior referiu-se ao maior peso relativo da participação da iniciativa privada no processo de gestão urbana por intermédio de operações urbanas e da privatização dos serviços públicos por concessão. Nele foram estabelecidos dois tipos de operações urbanas: as interligadas¹⁰, que não dependem de projeto urbanístico e cuja contrapartida deve efetuar-se em Habitações de Interesse Social (HIS); e as integradas, vinculadas a programas ou projetos urbanísticos. Em relação à área central, não apresentou recomendações específicas.

Plano Diretor de 1991

O projeto de Plano Diretor do Município de São Paulo, elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), teve a intenção de estabelecer um plano diretor de novo tipo, voltado ao processo de gestão urbana em lugar de procurar a realização de um modelo de cidade preestabelecido. Como objetivo estratégico para a gestão urbana colocou o atendimento da função social do município e a recuperação de seu equilíbrio ambiental, “assegurando a seus habitantes direitos elementares de vida e cidadania” (SEMPA, 1991, p. 2). Assim, a principal intenção do plano foi o estabelecimento de um mecanismo que distribísse os custos e benefícios das obras e serviços públicos, recuperando para a coletividade os valores imobiliários criados pela intervenção pública, ao mesmo tempo em que promovesse o aproveitamento dos investimentos já realizados pela maximização da

(8) Cf. Sempla 1985, p. 198, Quadro 15, “Operações Urbanas e Ações”; e Prancha P9 do mesmo plano.

(9) PMSP – Sempla (1987) Plano Diretor do Município de São Paulo. *Diário Oficial do Município* (suplemento), n. 137, 24 jul. 1987 e Lei n. 10.676, de 7 nov. 1988.

(10) Uma análise aprofundada das operações interligadas como instrumentos de desregulamentação urbanística encontra-se em Van Widerode (1995).

utilização da infra-estrutura instalada. Ao plano, é, portanto, atribuído um caráter claramente redistributivo, que se consubstancia na principal alteração proposta para a regulação da ocupação do solo: a adoção do coeficiente de aproveitamento igual a uma vez a área do terreno para toda a área urbana, combinado à outorga onerosa do direito de construir acima desse limite. Os recursos gerados seriam revertidos para um Fundo de Urbanização e destinados às “*prioridades mais essenciais da Cidade, produção de habitação de interesse social, implantação e conservação de áreas verdes, obras de drenagem e obras viárias constantes da rede estrutural de transportes do plano*” (p. 4). O macrozoneamento proposto foi estruturado com base em características de capacidade da infra-estrutura instalada e correspondente potencial de adensamento (Zonas Adensáveis – ZAs e Zonas Não-Adensáveis); de condições de habitação e habitabilidade para a população de baixa renda (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS); de interesse para a preservação, proteção ou recuperação urbanística ou ambiental (Zonas Especiais de Preservação – ZEPs, Áreas de Interesse Urbanístico – AIUs e Áreas de Interesse Ambiental – AIAs). Para as ZAs foi calculado um estoque de área edificável em função da capacidade estimada da infra-estrutura existente. A ampliação desse estoque implicaria em novos investimentos em infra-estrutura, que deveriam contar com a participação dos agentes do setor privado que seriam beneficiados.

Embora não havendo referência particular à área central no projeto de lei, as propostas relativas à área foram explicitadas em folheto próprio¹¹. A principal diretriz foi dirigida ao adensamento habitacional, que se traduziu na atribuição de um considerável estoque de área edificável para uso residencial. Os impactos desse crescimento seriam minimizados pelo caráter de uso de contrafluxo em relação aos usos comerciais e de serviços e pela aproximação entre locais de emprego e locais de habitação. Como proposições mais específicas podem ser apontadas as ZEIS para as áreas do Pari e do Glicério; a recuperação do Parque D. Pedro II e a realização de um projeto urbanístico para o bairro do Bexiga. As diretrizes para a área central podem ser resumidas assim: plena utilização da infra-estrutura instalada, particularmente pelo estímulo à ocupação por habitações; transformações na área central por ações, projetos e planos específicos; melhoramento do transporte coletivo de massa e descongestionamento do sistema viário. O plano apontou para uma distribuição mais eqüitativa dos benefícios advindos de parcerias público-privadas, com particular referência às necessidades habitacionais, de emprego e de localização da população de baixa renda na área central e em suas proximidades.

Plano Metropolitano da Grande São Paulo 1993-2010

Elaborado pela Empresa Metropolitana da Grande São Paulo (Emplasa), colocou como uma das questões principais a inserção da região metropolitana no contexto de globalização da economia e da constituição de uma rede mundial de

(11) Plano Diretor de São Paulo. Propostas para Região Centro, folheto, PMSP, s/d., 70 x 21 cm. As citações seguintes se referem a esta publicação.

metrópoles. O plano não apresentou análises ou diretrizes particularizadas para a área central da cidade. Entretanto, ao longo do documento foram feitas referências ao papel desempenhado pela área compreendida como centro metropolitano. Na caracterização da distribuição espacial do setor terciário apontou-se o deslocamento espacial dos centros de decisão na direção sul-sudoeste em direção à marginal do rio Pinheiros. Atribuiu-se este movimento à criação de “*condições de infra-estrutura necessárias*” (oferta de escritórios, telefonia, sistema viário, estacionamento), sendo que a oferta de serviços complementares (amenidades urbanas) dirigidos a executivos acompanharia esta tendência. Afirma-se que a “*descentralização espacial dos serviços ocorreu num raio limitado... havendo inclusive possibilidades de reversão no processo*”, discutindo-se “*a possibilidade de revitalização da zona central da cidade, em função de novos investimentos e melhoria de condições de acesso*”. São ressaltadas as altas densidades habitacionais em bairros próximos ao centro principal e a concentração de empregos terciários no “*Centro Tradicional e sua extensão até Av. Paulista*”. Foi citado que movimento para a revitalização do centro, além de ser um exemplo da “*articulação criativa entre o poder público, a iniciativa privada lucrativa e não lucrativa*”, teria mostrado o quanto existe “*a ser feito em centros históricos e bairros hoje decadentes da Grande São Paulo*” (p. 83). Aponta como ações a desenvolver por meio de parcerias público-privadas “*a reciclagem da Área Central e a reurbanização do Vale do Tamanduateí na Capital*” (p. 161).

PROGRAMAS E POLÍTICAS

A implantação de áreas exclusivas de pedestres, as novas linhas e estações de metrô, as restrições ao uso do automóvel, as mudanças no perfil dos usuários do centro, o deslocamento de atividades centrais para o setor sudoeste provocaram mudanças na área central durante a primeira metade da década de 70, que serão abordadas em uma série de documentos datados da segunda metade daquela década, conforme veremos a seguir.

Programa de Ação Imediata de Transportes e Tráfego – PAITT, 1971

Estudo de engenharia de tráfego, elaborado pelo Grupo Executivo da Grande São Paulo – Gegrans teve como objetivo propor medidas provisórias para “*aperfeiçoar as operações do sistema viário e do transporte coletivo*”, tendo em vista sua maior eficiência, por meio de intervenções a baixo custo que pudessem se realizar prontamente, resolvendo “*pontos de estrangulamento*” no tráfego e promovendo melhorias na circulação viária, na área central. Além de uma análise de dados de tráfego e transportes, apresenta uma síntese interpretativa da estrutura urbana; um plano de classificação viária; propostas indicativas para melhoramento da eficiência da circulação viária; um plano de circulação para a

área central; um programa de implementação; e um projeto de normatização de padrões de sinalização de trânsito e de características do sistema viário.

A *descentralização* de atividades e o descongestionamento do centro constituem os principais objetivos, reiterando diretrizes estabelecidas em planos anteriores¹². Os limites da área central foram definidos em função do sistema viário, no qual se identificaram duas rótulas: a primeira correspondendo aproximadamente ao perímetro de irradiação do Plano de Avenidas de Prestes Maia¹³, com tráfego em sentido anti-horário; a complementar, em sentido horário e de continuidade menos evidente¹⁴. Os bairros da Luz e da Bela Vista foram identificados como áreas de expansão das atividades centrais, que também se expandiriam para a região das avenidas Paulista e Faria Lima.

Proporcionar maior mobilidade ao tráfego de veículos fora das rótulas e restrição à sua circulação em seu interior, colocação de terminais de ônibus em logradouros públicos, *“a separação total da circulação de veículos e pedestres”*, *“a construção de passarelas e passagens inferiores”* para pedestres e a restrição do estacionamento em via pública pelo limite horário são as principais diretrizes apontadas (GEGRAN, 1971, p. 93).

Ruas de Pedestres, São Paulo, COGEP, 1974

Brochura mimeografada, publicada pela Coordenadoria Geral de Planejamento do Município – Cogep, contém o projeto dos arquitetos Dalton de Lucca, José Roberto Graciano e Ricardo Othake, seguida da reprodução de artigos de jornais sobre o projeto e sobre as reações da população, particularmente de proprietários de estabelecimentos comerciais. Tratava-se da implantação de áreas exclusivas para pedestres entre as praças da Sé e da República.

Os calçadões, como passaram a ser conhecidos, seriam *“um incentivo à instalação de bares, cafés, choperias, confeitarias, salões de chá, livrarias, restaurantes para as pessoas se encontrarem e conversarem, inclusive ao ar livre, nas calçadas alargadas pelo fechamento dos leitos para veículos”* (COGEP, 1974, p. 6). O objetivo principal foi definido como *“restituição do lazer ao Centro”*, proporcionando *“novos hábitos e novos usos à área”*. Mencionados como elementos de *“renascimento”* do centro, eram justificados também pela eliminação do conflito pedestres-veículos na área.

“Ação Centro”, Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, 1976

Trata-se de um conjunto de ações concentradas que tinham por objetivo a *“promoção do transporte público”* com a implantação de faixas exclusivas para ônibus e ruas exclusivas para ônibus e táxis; o *“desestímulo ao uso do automóvel particular”* na área central; e o controle sobre o tráfego de veículos especiais na área pedestrianizada. Ante a *“inviabilidade de intervenção para abertura de novas vias ou retificação das existentes, em razão do elevado custo do solo”*, tratava-se de promover intervenções que minimizassem o problema (BARBOSA, 1976, p. 9).

(12) *“De fato, é conclusão unânime dos referidos estudos (SAGMACS, HMD, PUB, PMDI) a existência de acentuado desequilíbrio entre a concentração de atividades na Área Central em comparação com as áreas periféricas. Esse desequilíbrio, pelo número extraordinário de locomoções que acarreta, tem sido apontado como fator principal de agravamento das condições de fluidez urbana, sendo seu reflexo imediato acusado pelos sistemas de transportes e circulação. Por este motivo, a totalidade dos planos urbanísticos mais recentes recomendam processos de intervenção para promover uma descentralização de atividades”* (GEGRAN, 1971, p. 15).

(13) Avenidas Senador Queiroz, Ipiranga, São Luiz, viaduto 9 de Julho, viaduto Jacaré, rua Maria Paula, viaduto Dona Paulina, praças João Mendes e Clóvis Beviláqua, avenida Rangel Pestana, rua da Figueira, avenida Mercúrio.

(14) Avenida do Estado, via Elevado Presidente Costa e Silva, rua Amaral Gurgel, avenida Duque de Caxias, Luz e sequência de vias que acompanham a linha ferroviária.

As diretrizes resultantes dessa colocação traduziram-se em uma série de prioridades ao pedestre, ao transporte coletivo, aos veículos de transporte – acompanhados de fechamento de áreas para o tráfego de veículos particulares.

Projeto Centro, COGEP, 1975

Primeiro entre os documentos encontrados que registram as mudanças na área central, ocorridas até a metade dos anos 70, o estudo é composto por dois volumes. O primeiro contém quatro relatórios de trabalho e o segundo traz uma listagem dos edifícios e das manchas urbanas, significativas do ponto de vista histórico e arquitetônico. O subtítulo “*Investigações Preliminares*” evidencia que não se trata de um plano acabado, mas em processo. Nele, a área central é delimitada por um perímetro que corresponde ao “*Parque Dom Pedro II, Ferrovia da Estação da Luz, Av. Duque de Caxias, Rua Amaral Gurgel. Elevado Costa e Silva até o Parque Dom Pedro II*” (COGEP, 1975a, p. 2). Foram apresentadas como diretrizes o estímulo aos usos habitacionais e de usos a ele complementares em oposição à tendência de sua expulsão pelas “*atividades econômicas*” (p. 6-7); reurbanização e adensamento da ocupação por meio de verticalização em áreas específicas, implicando inclusive em desapropriações (p. 65); prioridade ao transporte coletivo e à circulação de pedestres; retirada dos terminais de ônibus do centro; novos estacionamentos horizontais. A orientação geral dos estudos foi de retomada do adensamento com usos habitacionais como possibilidade para a revitalização do centro.

O segundo volume apresentou estudo realizado pelos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, que subsidiou a regulamentação das zonas Z8-200 definidas na lei de zoneamento¹⁵. O documento apresentou uma listagem que incluía cerca de uma centena de edifícios a preservar, uma grande parte deles agrupados em *manchas*. Essa listagem teve um caráter preliminar. O cadastramento e o inventário dos bens — implicando sua ordenação e hierarquização conforme valor e representatividade histórico-cultural — restariam ainda por serem feitos, com base em estudos mais aprofundados apoiados em pesquisas bibliográficas, iconográficas, levantamentos métrico-arquitetônicos e fotográficos.

Política de Desenvolvimento da Área Central, COGEP, 1976-1978

O *Plano Integrado da Área Central* (COGEP, 1976) consistiu compilação de planos e projetos setoriais relativos à área central, e foi destinado a oferecer subsídios ao *Seminário Permanente de Debates sobre a Área Central*, promovido pela Cogep no ano de 1976. Esse seminário deu origem a um documento que foi revisado e publicado dois anos depois, parte de série de documentos que estabeleciam as diretrizes de atuação do governo municipal naquele período. A ênfase nas políticas urbanas modificava a idéia de plano diretor como instrumento exclusivo de desenvolvimento urbano: as políticas passariam a assumir o papel de “*instrumento fundamental de planejamento*”, definindo “*funções e programas*

(15) Trata-se da Lei n. 8.328 de 2 de dezembro de 1975 (in: Leis 1975: 8.201 a 8.353, São Paulo, Prefeitura do Município, EXP. 1978). O Art. 10 dessa lei define as zonas Z8-200 com “*imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação*”.

unitários de desenvolvimento” que seriam assumidos pela administração municipal. A área central foi “*objeto de uma política específica, na medida em que esse espaço é, atualmente, o de maior complexidade urbana em termos funcionais e de atuação pública*” (COGEP, 1978, p. 60). Tratava-se de controlar ou eliminar processos que produziam “*degenerações da paisagem urbana*”. A orientação principal foi manter no centro as atividades e usos ali “*tradicionalmente localizados*” (turismo, finanças, sistema judiciário), dirigir e ordenar as tendências de deslocamento das funções centrais para os corredores urbanos ao longo dos eixos de transportes de massa. As principais diretrizes específicas foram: revalorização dos espaços públicos; planos para áreas contíguas ao centro; implantação de calçadas, complementados por galerias, para criar “*pontos de encontro*” e um “*centro de pedestres*”; descongestionamento com separação do tráfego de passagem daquele destinado ao centro; bolsões de estacionamento em áreas adjacentes; redução da oferta de estacionamento e restrição da circulação de automóveis; faixas exclusivas para transportes coletivos; relocação do setor atacadista e pátios ferroviários e reutilização dos espaços liberados por funções compatíveis com sua situação. O “*processo de conservação e preservação do meio ambiente*”, enfatizando os aspectos normativos, adquiriu o significado de “*preservação de bens históricos, artísticos, culturais e paisagísticos (Z8-200) na Área Central, e edifícios tombados em geral*” (p. 67-68).

Terminais da Área Central, Emplasa, 1981

Fundamentando-se em uma classificação funcional dos usos do solo, em uma classificação tipológica, no levantamento dos usuários da área e no estabelecimento de uma tipologia dos terminais existentes na época, faz um conjunto de propostas para a operação dos transportes coletivos. As principais recomendações do estudo, que não chegou a ter seu detalhamento desenvolvido, foram as seguintes: redução do número de pontos iniciais e finais das linhas de ônibus na área central; “*enlaçamento*” dos pontos de permanência dos ônibus (pontos finais e iniciais) externamente à área central; minimização dos percursos a pé entre os terminais que fossem mantidos. Apesar de seu caráter e objetivo específicos, o estudo apresentou uma interpretação global da área central, identificando uma distribuição de uso e ocupação associada aos fluxos de circulação de usuários como os elementos principais que deveriam ser considerados na reorganização do transporte público na área central.

Bens Culturais e Arquitetônicos – 1984

Em 1984 foi publicado um inventário dos bens arquitetônicos na região metropolitana e no município. De um total de 265 bens listados, entre edifícios isolados, monumentos e conjuntos de edificações, 246 se encontravam no município de São Paulo, agrupados ou não em manchas. O conceito de *mancha* foi definido como “*concentrações de exemplares arquitetônicos representativos,*

associados muitas vezes à trama viária a eles contemporânea e aos aspectos geomorfológicos a que o assentamento urbano teve de se conformar.” (SNM, EMPLASA, SEMPLA, 1984, p. 95). Das 41 manchas urbanas, 32 se encontravam na área central, comportando cerca de 200 edificações ou conjuntos. Diferenciavam-se três níveis de preservação em relação aos conjuntos e às edificações: controle de recuos, gabaritos, implantação e volumetria, incluindo a possibilidade de demolição e reedificação; preservação de fachadas, elementos construtivos e implantação, com liberação de modificações internas; e o mais restritivo, com a preservação integral do imóvel.

A inclusão de um imóvel na categoria de bem a ser preservado não garantia por si só sua preservação. Muitas vezes, essa inclusão era encarada como penalização, já que o proprietário era obrigado a mantê-lo, conservá-lo e repará-lo, quando fosse o caso, obedecendo às suas características originais, o que freqüentemente entrava em conflito com a utilização econômica do edifício ou do lote. A Lei n. 9.725 de 1984¹⁶ procurou, por meio de mecanismo de transferência de potencial construtivo, criar incentivos à preservação daqueles imóveis. Além da própria compensação relativa à transferência de potencial construtivo, a lei atuou como fator inibidor de demolições e destruições, já que não se podia realizar essa transferência caso o imóvel fosse demolido ou destruído.

(16) Lei n. 9.725 de 2 de julho de 1984, *Diário Oficial do Município*, 3 jul. de 1984.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, OPERAÇÕES URBANAS

Operação Urbana Anhangabaú

Embora fosse instrumento constante do plano aprovado em 1988 e previsto na Lei Orgânica do Município, de 4 de abril de 1990, foi a primeira das operações urbanas a tomar forma de lei, estabelecendo procedimentos concretos. Criava mecanismos que possibilitavam a obtenção de recursos do setor privado para a realização de obras e melhorias públicas. Considerava-se que as restrições impostas pela lei de zoneamento, ao lado da pequena dimensão dos lotes na área, apresentavam-se como obstáculos para a retomada dos investimentos privados no centro e promovia a suspensão de algumas das restrições urbanísticas em troca de contrapartidas dos empreendedores imobiliários ou proprietários de imóveis. Seu perímetro foi restrito à área de influência das obras de reurbanização do Anhangabaú, que se encontravam em fase final de execução. Os objetivos colocados pela Operação Anhangabaú foram: melhorias na paisagem urbana e na qualidade ambiental; melhor aproveitamento de imóveis vagos ou subutilizados, preservação do patrimônio e regularização de imóveis em desacordo com a legislação urbanística vigente; ampliação e articulação dos espaços públicos existentes. A expectativa de arrecadação pelas contrapartidas financeiras seria da ordem de US\$ 100 milhões, se todo o potencial construtivo previsto na lei houvesse sido utilizado pelos empreendedores privados, o que cobriria grande parte do custo

da obra. A arrecadação total conseguida pela operação foi estimada em cerca de US\$ 4,0 milhões¹⁷, o que daria a dimensão do insucesso da operação.

Associação Viva o Centro

Criada em outubro de 1991, colocou-se como o principal agente articulador do setor privado, tanto na formulação de políticas para a área central quanto em iniciativas de atuação sobre alguns de seus problemas mais imediatos. Como o complemento de seu nome indica – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo – tem como objetivo a revalorização da área central da cidade, pela participação ativa nas ações de *“aperfeiçoamento funcional e espacial da Área Central”*, constituindo-se como *“interlocutor reconhecido junto ao poder público e demais instituições da sociedade”*. Desde sua criação, a associação vem desenvolvendo um amplo espectro de atividades: publicações, divulgação de atividades pela imprensa, estudos, projetos, encontros e debates. A associação teve papel ativo na articulação do ProCentro e na formulação da Operação Urbana Centro e muitas de suas proposições são aí encontradas¹⁸. Entre os programas desenvolvidos, o Programa de Ação Local estimula a criação de associações locais de moradores, usuários, proprietários, para atuarem na identificação e resolução de problemas de microrregiões. Por intermédio de workshops, seminários e encontros¹⁹ promove o debate e a disseminação de propostas para a área central. Mantém três publicações – a *Revista Urbs* e dois boletins informativos, um deles com a reprodução de artigos de jornais e revistas. Participou da organização do Concurso de Idéias para um Novo Centro e, sua equipe técnica, liderada por Regina Prosperi Meyer, desenvolveu o estudo “São Paulo – Centro” (MEYER, 1997).

A partir de uma análise da área central, propõe-se um plano de atuação amplo, baseado em uma estratégia de atuação por setores urbanos, específicos e identificáveis, *“capazes de estimular e sustentar as transformações necessárias”*. Essas áreas desempenhariam o papel de pólos indutores, *“áreas mínimas de projeto”*, a partir das quais seria possível a renovação urbana do centro: Pátio do Pari e zona cerealista; Estação da Luz e seu entorno; Vale do Anhangabaú e articulação entre centro velho e centro novo; Parque D. Pedro II. Tratar-se-ia, como plano integrado de atuação ampla, da consolidação de uma centralidade diferenciada ante as demais centralidades existentes na cidade, marcada pelo reforço de seu papel de pólo cultural e de centro histórico, sem, entretanto, *“abrir mão de suas potencialidades enquanto centro terciário e quaternário”*, restabelecendo suas possibilidades de lugar propício à vida pública e às manifestações coletivas.

Procentro, 1993

Criado por decreto em 14 de julho de 1993 na gestão de Paulo Maluf, após quase dois anos de vigência da Operação Urbana Anhangabaú, propondo diretrizes para um novo projeto de operação urbana, ampliando não só o

(17) Estimativa apresentada pelo arquiteto José Eduardo de Assis Lefèvre, chefe do Departamento de Operações Urbanas da Emurb no 7º Painel de Mercado promovido pelo Secovi / SP e pelo Instituto de Engenharia em 30 de junho de 1994, citado no artigo “Todos juntos, por São Paulo”, *Indústria Imobiliária*, n. 36, agosto de 1994, reproduzido em Viva o Centro na Imprensa, ano IV, n. 8, março de 1995.

(18) Para uma análise sociológica das negociações em torno da requalificação do centro, nas quais toma parte a AVC, consultar Frúgoli Jr. (2000, p. 70 a 109).

(19) Destacam-se o Encontro Século XXI, em dezembro de 1994, e o Seminário Internacional Centro XXI, em outubro de 1995. Em 2001 foi lançado livro com textos dos participantes (Meyer, 2001).

perímetro de atuação que vigorava, como também seus objetivos e instrumentos. A Associação Viva o Centro desempenhou papel significativo na elaboração do documento inicial do ProCentro²⁰. Colocava como meta “*reverter o processo de deterioração, desvalorização e esvaziamento do Centro e conferir a ele, novamente, o estatuto que lhe cabia de direito... o de espaço emblemático da cidade... onde a cidade encontra a sua identidade*” (PROCENTRO, 1993, p. 2). O diagnóstico da situação foi desenvolvido em quatro tópicos: deterioração ambiental e paisagística; dificuldade de acesso, circulação e estacionamento; obsolescência e insuficiência do estoque imobiliário; deficiência de segurança pessoal e patrimonial. Para cada um desses tópicos foi proposta uma série de diretrizes. E algumas propostas de intervenção pontuais, a partir do exame do documento é que a criação do ProCentro aprofunda as tendências de reformulação das políticas públicas para a área central, seja pelo processo de articulação que lhe deu origem, seja por seu sentido geral. A “*parceria eficiente entre o poder público e a iniciativa privada*” seria necessária para “*a melhoria da qualidade deste espaço*”, fato “*indiscutivelmente desejado por todos*”. Os interesses mais imediatos da iniciativa privada – a retomada da valorização imobiliária e a melhoria nas condições de acesso e estacionamento de veículos particulares – não seriam conflitantes com aqueles da administração pública, “*nem mesmo com os anseios de qualidade de vida e conforto de seus usuários*”.

(20) Cf. Frúgoli Jr., op. cit.

(21) A equipe inscrita pelo arquiteto João Batista Martinez Corrêa foi formada por 21 profissionais, contando com a participação dos arquitetos José Paulo de Bem, Roberto Righi e Ernesto Zamboni, e dos engenheiros Ronan Ayer e Hércules Fidali (Promon Engenharia, Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo, folheto de divulgação, São Paulo, Promon, janeiro de 1997, 20 páginas).

Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo

Promovido pela Prefeitura do Município de São Paulo por meio da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano — SEHAB, o concurso foi lançado em setembro de 1996. As condições gerais do concurso foram estabelecidas com a participação do ProCentro, do IAB-SP, da Associação Viva o Centro e da Rede Ferroviária Federal.

Teve por objetivo a seleção de “*idéias e diretrizes urbanísticas em seus aspectos físicos, legislativos e institucionais*” que pudessem orientar intervenções na região central, tanto por parte do poder público quanto da iniciativa privada. Os participantes deveriam apresentar proposta para o conjunto formado pelo Pátio do Pari, zona cerealista e Parque D. Pedro II e para o centro histórico, o Anhangabaú e seu entorno. No termo de referência elaborado pelo ProCentro afirmava-se que “*a grande meta do concurso é a requalificação do núcleo central a fim de resguardar seus atributos essenciais de Centro Metropolitano*” e que “*O Centro hoje apresenta um grande potencial para investimentos e o Poder Público deve tentar direcioná-los, garantindo as condições necessárias para a iniciativa privada se estabelecer nessa região*”.

A proposta vencedora, da equipe da Promon Engenharia²¹, ressaltou o caráter simbólico, histórico e cultural do centro, postulando a necessidade de intervenções pontuais, aliadas a intervenções estruturais que permitissem “*novas relações entre as regiões da cidade e que recuperem a continuidade e a operação*”.

do tecido urbano”, com o sentido de reconquistar para o centro o papel de principal núcleo metropolitano.

Quanto à circulação, propôs-se a segregação do trânsito de passagem através de túneis para o corredor norte-sul (praça da Bandeira / avenida Tiradentes) e por uma nova avenida perimetral implantada sobre o leito da ferrovia, o qual seria rebaixado do Pari até a Mooca, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento das regiões a norte e a leste do centro. O papel de integração entre os modos de transporte na região central seria desempenhado pelo metrô; as áreas de circulação exclusiva de pedestres – os calçadões – incluindo o Vale do Anhangabaú, seriam revistas, permitindo-se a entrada de automóveis nos limites da capacidade do sistema, com o equacionamento do convívio entre pedestres e veículos.

Como principais objetivos para o uso e a ocupação do solo na região do centro foram colocados: o aprofundamento e a manutenção da especialização e da diversificação funcionais do centro, consolidando e estimulando o setor de comércio e serviços de alto nível, a localização de edifícios institucionais e administrativos e a implantação de pólos culturais; o incremento do uso habitacional, inclusive com a conversão de edifícios destinados a outros usos; a aplicação de novos padrões de desenho urbano e a otimização da infra-estrutura implantada, dos espaços e das edificações existentes. Em relação às intervenções de caráter pontual, os autores alertaram para o isolamento entre os bairros que envolvem o centro – que contribuiriam para o isolamento do próprio centro – propondo a reconstituição da continuidade da malha urbana, a melhoria de suas articulações e das ligações bairro a bairro. Para o Parque D. Pedro II, retomando projeto elaborado no início da década de 90 pela equipe da Emurb, coordenada por José Paulo de Bem, os autores propuseram o deslocamento das pistas da avenida do Estado para as bordas do parque, a supressão dos viadutos que o atravessam e a criação de um pólo terciário ao longo da rua da Figueira. Para o Vale do Anhangabaú, os autores propuseram sua reabertura para o tráfego local de veículos, a redefinição de passagens para pedestres através de caminhos relacionados com as vias, as edificações e com os espaços laterais ao eixo principal do vale. Além destas duas, os autores apresentaram propostas para outras cinco áreas: um centro comercial para o terreno da Companhia de Gás – Comgás – que inclui a estrutura metálica do gasômetro; redesenho das quadras, usos comerciais e residenciais para a área cerealista, entre a rua Santa Rosa e o rio Tamanduateí; na área do Pátio do Pari, ao longo da avenida proposta sobre a via férrea, um conjunto de edifícios residenciais e de serviços com comércio ao nível do solo; a rearticulação da quadra do Convento de São Bento entre a rua Florêncio de Abreu e a avenida Tiradentes, ocupando e tirando partido do desnível da quadra com a implantação de edifícios e de uma rua longitudinal para pedestres em seu interior; redefinição dos limites e das características espaciais dos largos de São Bento e São Francisco.

Para a consecução dos objetivos da Operação Urbana Centro, os autores sustentaram a necessidade de criação de um organismo público de coordenação, o qual desempenharia o papel de organizar a atuação dos agentes públicos e privados que intervissem na produção do espaço urbano na área central e na realização do plano urbanístico. Tal organismo teria atuação e abrangência amplas de coordenação, seja quanto às intervenções diretas (projetos pontuais, obras viárias e de saneamento), seja quanto às intervenções indiretas (legislação, incentivos, financiamentos, isenções). Tal organismo seria representativo dos governos municipal, estadual e federal e da sociedade civil. A proposta apresenta ainda um estudo de viabilidade técnica e econômica, apoiando-se em projetos em desenvolvimento por órgãos públicos, em investimentos públicos programados e em uma projeção de resultados financeiros – para o setor público e para o setor privado – a alcançar com a implantação das propostas.

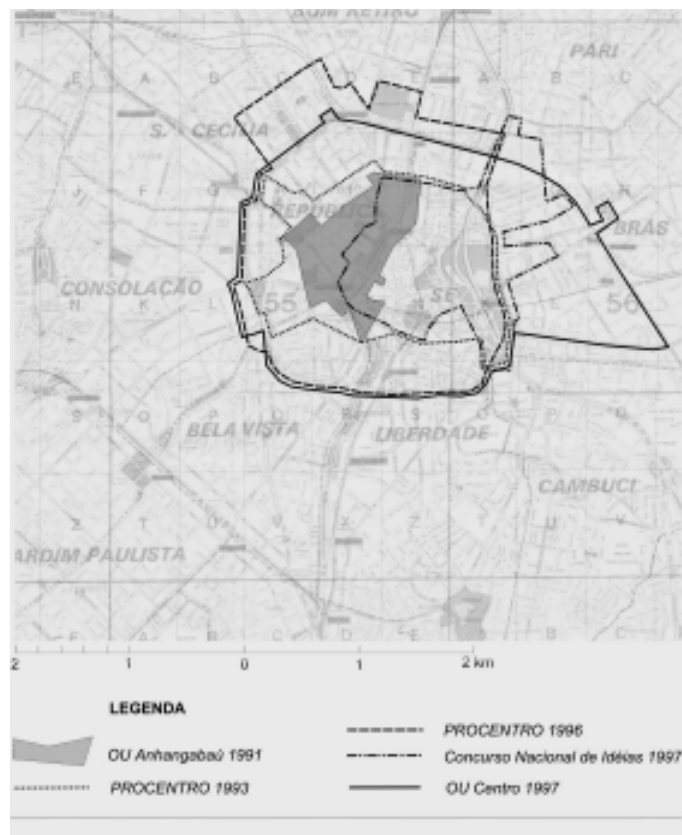
Operação Urbana Centro

Proposta como projeto de lei pelo Executivo, em 1993, e aprovada apenas em junho de 1997, estabelece uma série de incentivos para novos empreendimentos em um extenso perímetro na área central, abrangendo áreas do

Pari, Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Ifigênia (Figura 3), ultrapassando tanto o perímetro da Operação Urbana Anhangabaú como a área originalmente proposta pelo ProCentro.

Com a ampliação do perímetro, atingindo “um maior número de imóveis e áreas com uso e ocupação diferenciados”, pretendeu-se que a participação dos proprietários de imóveis beneficiados e de empreendedores imobiliários fosse expressiva, “possibilitando um maior retorno não apenas financeiro, mas sobretudo através da retomada da área Central para a realização de novos investimentos”. Estabelece o incentivo à construção de habitações, hotéis, equipamentos e serviços de educação e cultura e estacionamentos verticais. Incentiva também o remembramento de lotes, reordenação dos espaços públicos e da composição das faces de quadra, a criação de condições para a implantação de regiões comerciais com regime de

Figura 3: Delimitações da área central, de 1991 a 1997
Fonte: (Base GEOMAPAS 1997)



funcionamento de 24 horas. O “*desestímulo à permanência e a proibição de novos estabelecimentos de comércio atacadista de cereais, de madeiras e de frutas*” também são colocados como diretrizes. O controverso mecanismo de incentivo à preservação de imóveis tombados é a transferência do valor equivalente ao novo potencial construtivo do imóvel para um ou mais imóveis localizados dentro ou fora do perímetro da Operação Urbana Centro – recentemente contestado pelo Ministério Público do Estado. Permitiu, mediante contrapartida financeira, a transferência de potencial construtivo, a alteração dos índices urbanísticos, a regularização de construções e a cessão do espaço público, aéreo e subterrâneo.

A partir do exame da lei, pode-se depreender que a parceria público-privado aparece de forma bastante peculiar. De um lado, sem plano de obras ou projetos específicos a desenvolver, a lei cria oportunidades que poderão ou não ser aproveitadas pela iniciativa privada ou pelo poder público; de outro lado, esses empreendimentos deverão ser articulados por diretrizes urbanísticas interpretadas pela Comissão Executiva da Operação Urbana Centro – de modo a integrar um conjunto de intervenções, incluindo aquelas a realizar pelo poder público – em acordo com os objetivos explícitos na lei. Os objetivos de requalificação urbana da Operação Urbana Centro dependeriam, primeiro, da adesão e da iniciativa dos proprietários e empreendedores e do sucesso de seus empreendimentos; segundo, da possibilidade de integração coerente desses empreendimentos pela capacidade de articulação e pelos poderes efetivos dessa comissão executiva.

CONCLUSÕES

Tratando exclusivamente do intervalo de tempo examinado, pôde-se identificar um primeiro período, de 1969 a meados da década de 70, caracterizado pela introdução de instrumentos de controle de uso e ocupação do solo visando à restrição do adensamento na área central, ao lado de políticas de intervenção nos sistemas viário, de tráfego e de transportes voltadas, principalmente, a restringir o acesso de veículos particulares. Acompanhando a tendência à migração das atividades centrais, o objetivo geral nesse período foi a desconcentração do centro, ao mesmo tempo em que se identificava como principal problema o congestionamento da área central. Um segundo período, com início em meados da década de 70 indo até finais da década de 80, caracterizou-se pela formulação de uma política de conservação do patrimônio e pela continuidade da política de desconcentração, ao mesmo tempo em que se preconizaram intervenções de adequação ao novo contexto criado em função das transformações provocadas pela implementação das políticas restritivas à ocupação do solo e à circulação de veículos e pelo novo tipo de acessibilidade

proporcionado pelo metrô. Nesse período foram feitas as primeiras colocações no sentido de requalificação da área central.

O período final se iniciou ao princípio da década de 90 com a proposição da Operação Urbana Anhangabaú, prosseguindo com crescente participação da Associação Viva o Centro, caracterizando-se pela colocação de objetivos de requalificação urbana e pela colaboração entre o setor público e o setor privado na elaboração e na implementação – embora parcial – de políticas urbanas com aqueles objetivos.

Pôde-se detectar uma mudança de ênfase nessa sucessão de textos técnicos – compreendidos como *políticas preconizadas* – tanto em relação à caracterização quanto em relação às proposições para a área central. Há um paralelo evidente com as tendências gerais apontadas por Harvey (1994 e 1996) no campo do planejamento urbano: de planos urbanos globais e integrados cujas principais características eram a racionalidade e a funcionalidade, a projetos e planos urbanos particulares voltados para áreas específicas, apoiados em reivindicações de grupos sociais e empresariais locais e na colaboração entre o setor público e o setor privado.

Quanto à conceituação de *área central*, observou-se que a cada documento examinado correspondia uma – às vezes mais de uma – conceituação diversa de centro e centralidade. Quanto à sua delimitação territorial, as diferentes delimitações apareceram vinculadas tanto aos objetivos colocados pelo documento quanto àquelas conceituações. Pode-se afirmar que as delimitações de *área central* e *centro* corresponderam a necessidades de operacionalização para o levantamento e análise de dados (caracterização da área); para a realização de propostas (definição de limites de atuação, programas, projetos); seja para a regulamentação ou desregulamentação de uso e ocupação do solo (zonas de uso e ocupação, operações urbanas); e, evidentemente, para a atribuição de responsabilidades na administração e gestão urbanas (divisão em administrações regionais, distritos). Tal ocorrência pode ser facilmente constatada pelo exame dos perímetros reproduzidos e superpostos nas figuras 1, 2 e 3. Mesmo que as delimitações sejam bastante próximas, não apresentam coincidências senão parciais.

Pelo conjunto dos documentos, evidencia-se que não basta elaborar um diagnóstico que apresente uma análise e uma interpretação técnicas das questões relacionadas à área central, para a seguir apresentar propostas de intervenção. Seria, sobretudo, necessário identificar ou criar os meios e instrumentos que permitam a elaboração de um plano global para a transformação da área central que – pela inclusão de elementos e grupos sociais díspares – não aprofunde a fragmentação e as segregações sociais e espaciais. Embora possamos detectar convergências no sentido das análises e das propostas examinadas, tal fato parece não garantir sua realização, nem seu reconhecimento pelos diversos grupos e segmentos sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no processo.

Uma última palavra: o ponto crucial que parece definir a possibilidade de efetivação de um projeto global de requalificação para a área central residiria não no instrumental do planejamento urbano, do urbanismo, da engenharia ou da arquitetura – embora estes sejam os principais meios para sua realização técnica – nem em instrumentos normativos como a Operação Urbana Centro, ou em incentivos fiscais de diversos tipos. Parece localizar-se muito mais na articulação dos agentes sociais no terreno da formulação de políticas urbanas e, principalmente, na superação do hiato existente entre a formulação de um plano ou programa e sua consecução.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *São Paulo Centro XXI – Entre história e projeto*. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1994.
- AZEVEDO, Aroldo de (Org.). *A cidade de São Paulo – Estudo de geografia urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.
- BARBOSA, Paulo Roberto Amaral. Ação Centro. *Boletim Técnico da CET*, São Paulo: CET, n. 8, 1978.
- DE BEM, José Paulo. *A Sé e os espaços públicos centrais*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- CAMPOS NETO, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. *A estruturação recente da área central da cidade de São Paulo: Planos, políticas e programas, de 1969 a 1997*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1998.
- CORDEIRO, Helena Khon. *O centro da metrópole paulistana — Expansão recente*. 1976. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1976.
- CORREA, João Batista Martinez et al. *Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo*. São Paulo: Promon, 1997.
- EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. *Plano Metropolitano da Grande São Paulo de 1993 / 2010*. São Paulo: GESP-SPG/Emplasa, 1993.
- _____. Secretaria dos Negócios Metropolitanos (SNM), Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla). *Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: SNM; Emplasa; Sempla, 1984.
- _____. *Terminais da área central – Estudo preliminar*. São Paulo: Emplasa, 1980. (Edição limitada)
- FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez, Edusp, Fapesp, 2000.
- GRUPO EXECUTIVO DA GRANDE SÃO PAULO. GEGRAN. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado – PMDI*. São Paulo: Gegran, 1971.
- _____. *Programa de Ação Imediata de Transportes e Tráfego (PAITT): Relatório Institucional e Relatório Intermediário* (v.1 - ago. 1971); *Relatório Final* (v. 2 - dez. 1971). São Paulo: Gegran, 1971.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.
- _____. Do gerenciamento ao empresariamento: A transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, n. 39, p. 48-64, 1996.
- _____. *The urban experience*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HMD – HOCHTIEF; MONTREAL; DECONSULT. *Metró de São Paulo — Sistema integrado de transporte rápido coletivo da cidade de São Paulo; Estudos socioeconômicos, de tráfego e de viabilidade econômico-financeira* (v.1); *Estudo técnico, pré-projeto de engenharia* (v.2). São Paulo: HMD, s/d.

- KOWARIK, Lúcio; ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia (Ed.). *São Paulo, crise e mudança*. São Paulo: PMSP/Brasiliense, s/d.
- LEFÉVRE, José Eduardo de Assis. *O transporte público como agente transformador da estruturação do centro da cidade de São Paulo*. 1986. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FUPAM, 1999.
- _____. *ReVisão do plano de Avenidas. Um estudo sobre o planejamento urbano de São Paulo, 1930*. 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.
- MEYER, Regina M. Prosperi et al. Uma perspectiva traçada pelo urbanismo, *URBS*, n. 2, out. 1997.
- _____. *Os centros das metrópoles – Reflexões e propostas para a cidade democrática do Século XXI*. São Paulo: AVC, Imprensa Oficial do Estado, Terceiro Nome, 2001.
- _____. *Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50*. 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- MEYER, Regina M. Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora (Coord.). *Memória do Encontro Centro XXI: Preparatório do Seminário Internacional: Anais*. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1995.
- MÜLLER, Nice Lecocq. A área central da cidade. In: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo – Estudo de geografia urbana*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1958.
- OTTONI, Dácio A. B. *São Paulo, Rio de Janeiro — Aspectos da formação de seus espaços centrais*. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- PASSOS, Maria Lúcia Perrone (Org.). *Os campos do conhecimento e o conhecimento da cidade. Cadernos de História de São Paulo*. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, n. 1, 1992.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PMSP. Emurb – Empresa Municipal de Urbanização. *Cartilha da Área Central*. São Paulo: Emurb, ago. 1997.
- _____. Câmara Municipal. Lei n. 11.090/ 91. Lei da Operação Urbana Anhangabaú. *Diário Oficial do Município de São Paulo*. DOMSP, São Paulo, SP, 17 set. 1991, p. 1.
- _____. Câmara Municipal. Lei n. 12.349/97. Lei da Operação Urbana Centro. In: *Cartilha da área central*. 2. Ed. São Paulo: PMSP/Emurb, 2000. p. 18-25.
- _____. Câmara Municipal. Lei n. 7.688/71. Lei do Plano diretor de desenvolvimento integrado (PDDI). *Diário Oficial do Município de São Paulo – DOMSP*, São Paulo, SP, 31 dez. 1971, p. 1, retificada em 16 jan. 1972, p. 15.
- _____. COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento. Política de Desenvolvimento da Área Central (datado de set. 1976; revisado em set. 1978) in: *Série Políticas Globais*. São Paulo: PMSP-Cogep, n. 2, p. 56-73, s/d.
- _____. COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento. *Plano Integrado da Área Central – Relatório informativo dos elementos de conhecimento*. São Paulo: PMSP/Cogep, 1976. (Mimeografado).
- _____. COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento. *Projeto Centro: Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico PR-025/2*. São Paulo: PMSP/Cogep 1975b. (Mimeografado).
- _____. COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento. *Projeto Centro – Investigações preliminares PR-025/1*. São Paulo: PMSP/COGEP, 1975a. (Mimeografado).
- _____. COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento. *Ruas de pedestres*. São Paulo: PMSP; Cogep, s/d. (Mimeografado).
- _____. SEHAB – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, ProCentro, IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil. *Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro da Cidade de São Paulo — Edital e Termo de Referência*. São Paulo: PMSP/SEHAB/ProCentro/IAB, 1996.
- _____. SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento. Cadernos de Planejamento PMSP/SEMP. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 24 dez. 1992 (suplemento)
- _____. SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento. *Plano Diretor do Município de São Paulo: 1985-2.000*. São Paulo: PMSP-SEMP, 1985.

- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PMSP. SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento. Plano Diretor do Município de São Paulo. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, ano 36, n. 50, 16 mar. 1991 (suplemento).
- ____. SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento. Plano Diretor do Município de São Paulo. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, n. 137, 24 jul. 1987 (suplemento).
- ____. SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo – PDDI-II: objetivos e diretrizes gerais*. São Paulo: PMSP/SEMPA, 1982.
- ____. *Plano Urbanístico Básico de São Paulo – PUB*. São Paulo: PMSP, 1969 (versão integral com 6 v.).
- ____. *Plano Urbanístico Básico de São Paulo – PUB*. São Paulo: PMSP, 1969 (versão para divulgação).
- ____. Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (ProCentro). *Diário Oficial do Município de São Paulo*, n. 131, 15 jul. 1993 (suplemento).
- PRETECEILLE, Edmond. Paradigmas e problemas das políticas urbanas. *Espaço e Debates*, Ano X, n. 29, p. 54-67, 1990.
- ROLNIK, Rachel. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha – (Folha Explica), 2001.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa e fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/SEC, 1990.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú: História e urbanismo*. 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- SÓCRATES, Jodete Rios. *PDDI — São Paulo, 1971 – Uma oportunidade perdida*. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- SOMEKH, Nádia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo, 192-1939*. São Paulo: Edusp/Studio Nobel/Fapesp, 1997.
- ____. A (des)verticalização de São Paulo e o plano diretor da cidade. *PÓS – Revista de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: FAUUSP, v. 1, n. 2, p. 77-84, dez. 1992.
- ____. *A (des)verticalização de São Paulo*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.
- ____. *São Paulo: Três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp / Lincoln Institute of Land Policy, 1998.
- ____. *A estrutura territorial da metrópole sul-brasileira*. 1978. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Área central, planejamento urbano, políticas urbanas, requalificação.

Downtown area, urban planning, urban policies, urban revitalization.

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Arquiteto, mestre em arquitetura e urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Herta Franco

Orientadora:

Profa. Dra. Rebeca Scherer

M

ELHORAMENTOS *u*RBANOS
e A CIDADE BRASILEIRA
NO IMPÉRIO

o86

pós-

RESUMO

Neste artigo analisamos o conceito de melhoramentos urbanos presente em duas propostas de reforma para a cidade do Rio de Janeiro, elaboradas por engenheiros no século 19. A primeira, de 1843, feita pelo visconde e engenheiro militar Henrique de Beaurepaire-Rohan, e a segunda, de 1875-76, elaborada pela Comissão de Melhoramentos Urbanos, composta por Francisco Pereira Passos, Jerônimo Moraes Jardim e Marcelino da Silva. Em ambas os melhoramentos urbanos são apresentados como um conjunto de técnicas e de práticas de intervenção capazes de eliminar da cidade os espaços e as vivências herdadas do período colonial.

ABSTRACT

This article analyzes the concept of urban improvement found in two Rio de Janeiro renovation proposals, as suggested by 19th century engineers. The first one, from 1843, was prepared by Henrique de Beaurepaire-Rohan, a viscount and military engineer, and the second, dated 1875-76 and prepared by the Urban Improvements Commission, was organized by Francisco Pereira Passos, Jerônimo Jardim and Marcelino da Silva, engineers all three. Both plans suggest that urban improvement should be a set of intervention techniques and practices that could eliminate from the city all spaces and habits inherited from Brazil's colonial period.

Muito tem sido produzido sobre a urbanização e o urbanismo brasileiro nos últimos anos. Profissionais, projetos, obras e intervenções têm sido revelados e analisados de modo a esclarecer dúvidas e lacunas sobre o processo de formação, expansão, consolidação ou declínio de nossas cidades e dos grupos sociais atuantes em seus espaços.

Contudo, alguns conceitos, acreditamos, ainda merecem um pouco mais de atenção. Referimo-nos, particularmente, aos melhoramentos urbanos. Segundo alguns autores, os melhoramentos designam obras públicas e serviços urbanos de naturezas as mais diversas, realizadas nas cidades com o intuito de melhorar a vida de seus habitantes. Assim, conserto de pontes, nivelamento de ruas, retificação de traçado, fornecimento de água e luz, entre outros, seriam apontados como melhoramentos urbanos.

Esta mesma imprecisão se confirma ao verificarmos os textos do século 19 presentes em jornais e nas atas das Câmaras Municipais, de modo a confirmar a incorporação do termo pelas camadas letradas locais. Torna-se um “*lugar comum*”, como aponta Maria Stella Bresciani¹. Porém, desde meados do século 19 a expressão “melhoramentos urbanos” tem sido usada também por técnicos, particularmente, engenheiros, que empregam o termo de forma muito mais clara e precisa, diferente dos textos dos leigos. Um exemplo é o modo como o engenheiro militar visconde Henrique de Beaurepaire-Rohan (1812-1894) empregou o termo em texto de 1843, quando ocupava o cargo de diretor de Obras Públicas do Rio de Janeiro. Em relatório apresentado à Câmara Municipal, descreveu as áreas problemáticas da cidade e fez diversas sugestões para superá-las. Encontramos ainda uma definição do que seriam melhoramentos urbanos e suas práticas, ao afirmar que “*o presente trabalho limita-se aos trabalhos de obras públicas. Na primeira parte, trata de todas as obras que interessam a salubridade pública; na segunda de todas as que são relativas ao aformoseamento do município, e cômodo de seus habitantes. Indicando os melhoramentos mais urgentes me parece, e sobretudo as vias públicas de comunicação que mais extensão dou ao meu trabalho*”². Assim, aponta que os melhoramentos urbanos se realizam por meio de práticas específicas, ou seja, embelezar, tornar cômodo e cuidar da salubridade, medidas estas que, apesar de separadas na exposição do texto, formam um conjunto integrado de ações que transformam o espaço urbano herdado, visando atingir um modelo de cidade almejado.

Em seguida, dedica-se ao que lhe aparece um dos pilares dos melhoramentos urbanos, ou seja, a salubridade. Considera como um empecilho para sua propagação na cidade a deficiência do sistema de águas, dada a irregularidade dos terrenos e a proximidade das montanhas e do mar. O mesmo pode ser dito sobre a circulação do ar que estava comprometida pelos morros existentes, como o do Castelo. Agravava a situação a existência de edifícios considerados insalubres na área urbana, tais como matadouros e cemitérios.

(1) BRESCIANI, M. Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

(2) BEAUREPAIRE-Rohan, Henrique de. Relatório apresentado a Ilma Câmara Municipal do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 275, abr./jun. 1967.

(3) CORBIN, Alain.
Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

(4) Este é considerado o primeiro tratado de climatologia médica no qual a saúde é associada ao equilíbrio dos elementos (ar, água, fogo) no corpo humano e no ambiente.

(5) BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. Relatório apresentado à Ilma Câmara Municipal do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 275, abr./jun. 1967.

As soluções propostas demonstram o contato e a afinidade com as soluções defendidas desde o século 18³, calcadas na teoria miasmática e na releitura que médicos e engenheiros fizeram, nessa época, do médico grego Hipócrates e de seu *Ares, águas e lugares*⁴. A solução seria colocar em movimento ares e águas, de modo a evitar a proliferação de miasmas, sendo incentivada a drenagem dos solos, a canalização de rios e de esgotos. Nesse horizonte Beaurepaire sugere a criação de sarjetas de cantaria e calçadas com inclinação suficiente para o escoamento das águas; a derrubada do Morro do Castelo; a construção de um novo cemitério, de modo a acabar com o sepultamento nas igrejas, a construção de um novo matadouro na praia de São Cristóvão, ficando mais próximo das pastagens e facilmente ligado às praias da cidade; a criação de uma companhia responsável pela coleta de lixo; e encanamento e distribuição de água potável, proveniente dos rios Carioca e Maracanã, por todas as casas da cidade.

Em seguida, aponta o que entendia por aformoseamento e comodidade, analisando as vias públicas. Critica as ruas existentes, caracterizando-as como estreitas, irregulares, ladeadas por construções desagradáveis e insalubres. Para reverter esse quadro propõe medidas regulares para as ruas (8 braças), quadras (30 braças) e casas (mínimo de 6 braças de frente). Estas deveriam ter pelo menos um andar, dotadas de calhas nos beirais e quintais espaçosos arborizados.

Para melhorar a circulação na cidade propõe o prolongamento e a abertura de mais 18 novas ruas, ligando diferentes pontos da cidade (centro, zonas norte e sul). Estas deveriam ser calçadas pelo sistema de macadamização, por ser simples e barato. No que se refere às praças, parece que lhe desagradava muito a forma das existentes, sugerindo sua regularização por meio de aterramento, demolição das casas e prolongamento das ruas.

Mesmo reconhecendo a regularidade como um princípio fundamental para o embelezamento da cidade, refuta seu emprego em avenidas muito extensas e estradas, já que a “*monotonia produz uma ilusão desagradável ao viajante*”. Percebe-se que, muitas vezes, misturam-se as três noções, visto que medidas como alargamento de ruas podem encontrar como justificativa tanto o embelezamento quanto a comodidade e a salubridade.

Sua preocupação com o visitante não se reduz ao aspecto da apreciação estética que ele faria da cidade. Beaurepaire, reconhecendo a importância da capital do ponto de vista comercial, financeiro, jurídico, cultural e o poder de atração que exercia sobre a província e todo o país, propunha a criação de uma hospedaria para abrigá-los. Constatou que, dado o intenso fluxo de visitantes, os aluguéis eram caros, reduzindo o tempo de estadia na cidade. Essa situação seria contornada com a construção de um edifício com um ou mais andares, formando uma praça interior “*cujas lojas servirão de mercado, com logares próprios para as cavaliças e cosinhas, reservando-se para habitação os outros pavimentos, convenientemente distribuídos*”⁵. O edifício teria 160 quartos e todos os serviços

seriam cobrados, fato que, segundo o visconde, resultaria em um negócio extremamente lucrativo para o município ou para uma companhia particular.

Distanciando-se dos leigos, Beaurepaire apontava em seu relatório que a realização dos melhoramentos urbanos deveria seguir um método apoiado e fundamentado na análise de dados empíricos levantados em plantas e estatísticas. Para isso seria fundamental aumentar o número de profissionais qualificados, dedicados às obras públicas municipais, sendo estes orientados por regulamentos e organogramas definidos.

Assim, não nos parece forçado concluir que em 1843 concebe os melhoramentos como uma prática sistemática, com metodologia e abrangência definida, executada por um corpo técnico gabaritado, contrariando a idéia que os melhoramentos se referiam apenas às obras públicas em geral, feitas de modo aleatório ou ditadas por necessidades imediatistas. Essa poderia ser a visão propagada pelos leigos ou a prática cotidiana das municipalidades. Mas o texto de Beaurepaire aponta e confirma a existência de profissionais qualificados que se dedicavam à questão da cidade durante o Império e acreditavam que o conjunto de práticas relacionadas aos melhoramentos urbanos seriam capazes de torná-las adequadas ao convívio agradável e salubre de seus moradores, e, seus espaços, compatíveis com as atividades realizadas e com o papel de cidade-capital.

Mas vai além, ao atentar para a questão orçamentária, propondo a reversão de impostos como os das seges e das carruagens, dos botes e dos gados para os cofres municipais. Assim, além de orientados por objetivos específicos, os melhoramentos seguiriam uma planilha de custos, o que vem a confirmar uma certa racionalidade no trato das questões relativas à cidade e aos bens públicos.

Por outro lado, reconhecendo que todas essas medidas não poderiam ser tomadas de imediato e tampouco poderiam ser empreendidas, exclusivamente, pelo poder público, sugere a criação de uma companhia por ações, formada pelos proprietários das casas que seriam afetados pelas intervenções. Assim, feita a aquisição desses prédios, *“garantindo-se a cada acionista o rendimento que se entendesse justo, de maneira que não sofram prejuízo os proprietários que vivem de aluguel de suas casas, nem tampouco a companhia, pela sua continuação da residência desses proprietários em casas sujeitas a empresa, deve-se delinear sobre a carta topográfica a projeção horizontal da nova cidade, antes de se encetarem os trabalhos arquitetônicos que deverão principiar quanto possível for nos lugares em que os edifícios a demolição (sic) de menor valor (...). Além de ficarem pertencendo todos os materiais aproveitáveis, que resultem das demolições, a nação deve auxiliar isentando-a de qualquer importuno e cedendo em seu benefício durante um determinado tempo um certo número de loterias (...) e o produto da décima urbana, que importa hoje em 388:000\$000 (...). Não se permitirá mais a construção de casas de braças e meia, sem cômodos, cheias de defeitos; mas quem tiver um pequeno capital, e o quiser empregar em bens de*

(6) TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

(7) Regulamento de criação da Academia citado por TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 1984, p. 89.

(8) TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

(9) Apesar de sua formação como engenheiro militar, na qual chegou ao seu ponto máximo como marechal, destaca-se, em sua trajetória, os trabalhos de engenharia civil, os melhoramentos na estrada de rodagem da Graciosa, que ligava Curitiba ao porto de Antonina. Foi membro da comissão para a criação de ferrovia ligando o Rio de Janeiro ao Mato Grosso, e diretor da Comissão da Carta Geral do Império, que teve por objetivo criar um mapa do Brasil entre 1875 e 1878.

raiz, o depositará na caixa da companhia, e receberá o seu juro no tempo competente, em proporção do número de ações, que girarão na praça em todas as transações mercantis. Em lugar destes sobrados de três janelas que, apesar de seu exorbitante aluguel, acomoda dificilmente uma família ainda pequena, haverão prédios de dois andares que poderão conter três, quatro ou cinco famílias, sem recíproco incômodo”.

Tendo clara visão sobre a condição mercantil do solo urbano, o visconde reconhecia que a reforma da cidade viria ainda a estimular a construção e locação de imóveis, o que garantiria o apoio para sua realização nas camadas expressivas da população urbana, “capitalistas” e, principalmente, locatários que, mesmo sem ter a possibilidade de se tornarem proprietários, seriam beneficiados pela qualidade superior das novas edificações.

Na concepção de Beaurepaire, os melhoramentos também teriam implicações nas relações existentes entre os grupos sociais urbanos. Estes, inseridos em uma sociedade escravocrata, sofriam de “fidalguismo”, ou seja, o desprezo pelas artes mecânicas e pelo trabalho manual, o que acabava por induzir parcelas consideráveis da população à indigência ou apadrinhamento político e ao serviço público. As intervenções urbanas teriam, então, como desdobramento, a criação de empregos e o estímulo à formação e consolidação do mercado de mão-de-obra livre e assalariada, o que seria ainda mais estimulado pela vinda de trabalhadores estrangeiros.

Considerando que Beaurepaire não pensava isoladamente e que suas propostas não eram mera idiossincrasia, pode-se pressupor que fazia parte de um grupo de profissionais que discutiam e pensavam na cidade. Estes, certamente, foram tocados pelos ensinamentos ministrados na Academia Real Militar do Rio de Janeiro a qual, em 1810, passou a substituir a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho⁶. Apesar de ser destinada ao ensino de militares, a academia formava não somente “*oficiais de engenharia e de artilharia, como também engenheiros, geógrafos e topógrafos que também possam ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas*”⁷. Apesar de ter sido criada por portugueses, chama a atenção a admiração destes pela engenharia francesa, o que se expressava nos regulamentos da academia, semelhante ao da École Polytechnique de Paris, mas sobretudo na bibliografia adotada pelos professores (que também se responsabilizavam pela tradução dos livros adotados), e na metodologia de ensino empregada, apoiada na conciliação da teoria e da prática. Um exemplo eram os exercícios de topografia nos quais os alunos faziam o nivelamento desde a Praça do Passeio Público até o Aqueduto da Carioca⁸.

Assim, tendo Beaurepaire-Rohan estudado na academia entre 1832 e 1837, teve esta formação como referência para sua prática profissional e para suas propostas que visavam à aplicação dos melhoramentos urbanos no Rio de Janeiro⁹. Suas propostas para a cidade demonstram familiaridade com a

engenharia francesa e com a metodologia de intervenção urbana empregada naquele país, vinculada aos chamados “Grands Travaux Publics”. Tal impressão se confirma, se compararmos seu plano de melhoramentos às intervenções realizadas pelo engenheiro da École des Ponts et Chaussées de Paris, Louis Vauthier, que atuou em Recife entre 1840 e 1846.

Primeiro na condição de engenheiro contratado e, depois, a partir de 1842 como diretor da Repartição de Obras Públicas, Vauthier foi incumbido de diversas obras na cidade, tais como a construção do teatro; a elaboração da planta da cidade e o projeto de remodelação das ruas dos bairros de Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista; planos para a expansão de áreas periféricas, prevendo o aterro de áreas alagadas, como os bairros de Boa Vista, Madalena e Manguinho¹⁰; reforma de edifícios públicos do Cais do Colégio; e projetos de estradas, largas e seguras, como a do Apipucos, a do Pau d’Alho, e a de Tacaruna.

Vauthier trabalhou de modo a concretizar “um plano geral de melhoramentos” para remodelar a cidade, mas que, principalmente, ligasse a capital ao interior, ressaltando a importância dos meios de comunicação ao desenvolvimento econômico da província. Porém, para a efetivação desse plano, dedicou-se à efetiva racionalização dos trabalhos da Repartição de Obras Públicas a fim de haver clareza e definição na determinação das obras a serem realizadas, adotando como critério sua utilidade, a localização e sua conveniência; que os recursos financeiros necessários para a construção estivessem disponíveis; que houvessem profissionais gabaritados para projetá-las, executá-las e fiscalizá-las; e uma legislação a qual, diante da inquestionável necessidade da obra, eliminasse os possíveis entraves impostos pela iniciativa privada.

Vê-se que Vauthier é orientado por um modelo de ação sobre o urbano, calcado na idéia de embelezamento, salubridade e comodidade, bem como por um método racional e específico de intervenção urbana, empreendida pelo poder público, de modo a evitar o acaso, o amadorismo e o subjetivo na produção do espaço urbano. Chama também esse método de “melhoramentos”, assim como Beaurepaire, e reconhece também nele a potencialidade de transformar as relações sociais, pois “*seria possível substituir completamente o serviço dos braços escravos que os arrematantes empregam quase exclusivamente pelos braços livres ociosos que abundam no país, o que por certo seria mui vantajoso a moral e a ordem pública, ao mesmo tempo que concorreria para o aumento da agricultura e fabrico do açúcar, quem as obras subtraem uma parte dos braços escravos*”¹¹.

A contratação de Vauthier, em 1840, pelo então presidente da província Francisco do Rego Barros, barão e conde de Boa Vista (1837-44), deu-se em um momento em que Recife se tornou alvo das atenções locais, particularmente da elite pernambucana. Esta passou a incomodar-se com os inconvenientes impostos à circulação, aos serviços urbanos e à salubridade que lhes pareciam mais graves à medida que tomavam ciência do que havia ou estava sendo feito nas cidades européias por meio de viagens e publicações. Porém, o barão, e Vauthier,

(10) Segundo Gilberto Freyre, esses bairros se tornaram “*áreas de residência de ricos com casas no meio de largos sítios (...) e traçou alguns sobrados nobres da cidade que o Barão da Boa Vista quis e em parte conseguiu que se tornasse o ponto de residência de inverno – isto é, dos meses de chuva – dos grandes proprietários do interior – o lugar onde todo ano eles viriam gozar seu bom teatro, sua boa música de igreja, seus jantares, suas danças*”. Citado por MARSON, Izabel. O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: As contradições do progresso. In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). *Imagens da cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1993.

(11) O progresso. Citado por MARSON, Izabel. O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: As contradições do progresso. In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). *Imagens da cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1993.

(12) NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 53.

(13) Mesmo assinado pelos três profissionais, parecidos que Pereira Passos exerceu forte influência no texto final, uma vez que as idéias, citações, conceitos e modelos teóricos adotados estavam muito presentes nos círculos profissionais europeus de então.

(14) VAZ, Lillian Fessler. *Projetos urbanísticos do século XIX para a cidade do Rio de Janeiro*. *Atualidades e história*. In: V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO. Campinas: PUCCamp, 1998; CHIAVARI, Maria Pace. *As transformações urbanas do século XIX*; BENCHIMOL, Jaime. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNIA, Giovana (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos – Uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

(15) *Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875-76, p. 30.

inclusive, tiveram seus planos abortados em 1842, quando sua facção política, os conservadores, romperam com os liberais que passaram a fazer-lhe oposição sistemática na Assembléia Provincial.

Coincidência ou não, cumpre destacar que tanto o plano de Beaurepaire-Rohan (1843) quanto a atuação de Louis Vauthier, em Recife, foram apresentados ou discutidos em momentos em que grupos conservadores estavam em evidência no cenário político nacional e/ou local. E que o não-cumprimento das propostas presentes nos planos tiveram como justificativa imediata a ascensão do grupo rival. Essa alternância de poderes entre liberais e conservadores, controlada pelas elites locais e, principalmente, pelo imperador, inviabilizaram a estabilidade política e a legitimação social necessárias para a implementação dos planos de melhoramentos urbanos citados.

A mesma “coincidência” ocorreu 30 anos depois, momento em que o tema dos melhoramentos urbanos e o conceito correlato pautaram outra reflexão significativa sobre a capital brasileira. Referimo-nos aos relatórios da Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro, de 1875 e 1876, composta por Francisco Pereira Passos, Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva, encomendados pelo Ministério da Agricultura e Obras Públicas, que na época era chefiado por João Alfredo de Oliveira. Este foi convocado para o ministério por José Maria da Silva Paranhos, o visconde de Rio Branco que, entre 1871 e 1875, foi chefe do Gabinete Ministerial. Sendo ele doutor em matemática pela Escola Central, fundador da cadeira de Economia Política da mesma, e primeiro diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o visconde, “*ao impor um programa de ‘modernização’ nacional (elaborado em parte para abafar o reformismo liberal) nele incluiu providências para o combate às constantes epidemias que assolavam a Corte*”¹². Isso justifica o fato de ter convocado a formação da comissão e ter incluído nela o jovem Pereira Passos, que estudou na École des Ponts et Chaussées de Paris¹³.

Alguns autores já reconheceram a importância desse relatório, chegando mesmo a apontá-lo como a origem do urbanismo moderno no Brasil¹⁴. O objetivo de Passos e sua equipe era elaborar um plano geral para a cidade, “*com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos dando ao mesmo tempo mais beleza e harmonia às suas construções*”¹⁵. Para realizar a obra a equipe acreditava que seria necessário partir de uma planta da cidade e nesta delimitar as ruas a serem afetadas pela reforma, considerando os bairros, suas características topográficas e econômicas. Esse material foi levantado durante 21 meses de pesquisa e serviu de base para a elaboração do plano o qual previa que a reforma fosse realizada em partes, bairro por bairro, sendo prioritários os que estivessem em condições precárias.

Mesmo se atendo aos bairros e às ruas, essa não era a escala do plano. Este visava atingir a cidade como um todo, daí a importância da planta, pois se pretendia eliminar o relativo isolamento existente e interligar a cidade inteira com

a abertura, o alargamento e o prolongamento de ruas. Nos relatórios da comissão, assim como no relatório de Beaurepaire-Rohan, é difícil isolar e distinguir as medidas voltadas para o embelezamento, a salubridade ou a circulação, mas a ênfase e a ação transformadora proposta pela comissão recaía sobre a mobilidade. Seguindo o exemplo de cidades européias como Viena, Marselha, Lion, Bruxelas, Londres e Paris, o Rio de Janeiro, segundo a comissão, deveria demolir antigas construções e abrir novas ruas, possibilitando o surgimento de edificações “modernas”.

Necessidades reais justificavam a preocupação com a mobilidade. Primeiro, a proliferação das linhas de bondes pela zona central e sul, desde 1859; segundo, a conclusão da estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil), que possibilitou a ocupação dos subúrbios da zona norte. Esses dois elementos, somados ao adensamento da área central, tornavam a cidade intransitável, dado o isolamento dos bairros. Para evitá-lo a comissão propôs a abertura de uma grande via que margeasse toda a extensão do litoral, ligando de Botafogo até São Cristóvão, e ao longo da qual deveriam ser construídos vários cais nas praias, que seriam ligados por embarcações, tirando das ruas a circulação de mercadorias que entravam e saíam da cidade. Essa via deveria ter também uma ramificação para a estação da estrada de Ferro D. Pedro II, de modo a facilitar o comércio local e ligá-lo aos vapores nacionais e internacionais que circulavam pela Baía de Guanabara.

As áreas de intervenção propostas podem ser divididas em quatro partes, sendo elas a cidade nova, a cidade velha, a zona sul e o litoral. A cidade nova (a freguesia de São Antônio, que incluía a Lapa, o Catumbi, o Estácio e Santa Tereza) era a que mais entusiasmava a comissão, por apresentar baixa densidade, acarretando custos menores e por ser plana, permitindo a abertura de novas ruas e tornando propícia a abertura do canal do Mangue, fato o qual evitaria o acúmulo de águas nas proximidades dos morros. Esse canal seria prolongado até o Andaraí, e depois até o mar, permitindo o trânsito de embarcações, além de se tornar local de passeio, sendo ladeado por duas avenidas largas e arborizadas, em cuja extremidade seria construído um conjunto monumental formado por uma universidade, um jardim zoológico e um jardim botânico.

Ainda na região, a comissão propunha a abertura de uma grande avenida reta e larga, ligando o Campo da Aclamação e a raiz da serra do Andaraí. Seria uma avenida de 40 metros de largura, sendo 18 m para a calçada e 11 m para os passeios laterais, a serem arborizados. No total, a avenida teria 4.870 m de extensão. A mobilidade da região seria também facilitada com a abertura de um túnel no Morro do Livramento.

Atendendo aos ditames higienistas, o matadouro localizado na cidade nova deveria ser substituído por um edifício para exposições de máquinas e aparelhos da indústria, sobretudo agrícola, já que esta “é a principal base da economia nacional”.

Observando as particularidades de cada bairro, não propuseram uma largura mínima para todas as ruas, estando esta condicionada às necessidades impostas pela circulação, pela construção de galerias de esgoto e no encanamento de gás e água. Conhecendo as reformas urbanas que estavam sendo realizadas na Europa, apontavam: os *“novos boulevares de Paris, Rinsgstrasse em Viena, as ruas dos novos quarteirões em Londres, a avenida Pensylvânia em Washington, optou por larguras que em alguns casos não vão além de 40 m. Entretanto, esse foi o limite máximo que a comissão adoptou; mas esse mesmo foi somente applicado a algumas avenidas dos bairros do Andarahy e S. Christovão (...)”*¹⁶.

Na área central, a parte mais antiga da cidade, as propostas eram mais ambiciosas e de execução remota, pois seriam extremamente custosas, dada a concentração de edifícios comerciais, repartições públicas, igrejas e indústrias, e, principalmente, muitas residências construídas fora do alinhamento e dos princípios de higiene defendidos então. A solução mais apropriada para a região, segundo a comissão, seria a demolição completa do centro. Mas como esta medida era inviável, as propostas se restringiram à demolição dos morros do Castelo, de Santo Antônio e do Senado, e à intervenção nos pontos mais crônicos, como, por exemplo, o trecho entre a praça D. Pedro II e a da Constituição, que eram intercaladas por ruas estreitas e tortuosas. A solução seria a retificação e o alargamento da rua Sete de Setembro a qual, acreditava-se, *“tornar-se-há, pela posição a mais elegante da cidade; seus prédios serão muito procurados para comércio, a retalho, e especialmente de artigos de luxo, e para hotéis e cafés, sobretudo se esses prédios forem construídos, como pensa a Comissão que o devem ser, formando arcadas ou pórticos contínuos sobre os passeios a semelhança dos da rua Rivoli, em Paris (...)”*¹⁷.

Ainda no centro, a comissão propunha a substituição do prédio em que a Câmara dos Deputados estava instalada por um grande palácio o qual, dadas as proporções, poderia abrigar também o Senado. Este ficaria no espaço entre a Igreja de São José, o Paço Imperial, a Secretaria da Agricultura e a rua da Misericórdia.

Para a zona sul, a comissão previa o prolongamento, a abertura de diversas ruas, além da canalização do rio Banana Podre. Mas o que parecia preocupá-la, realmente, era a formação de novos bairros e a criação de loteamentos sem que houvesse um padrão de arruamento definido, ficando a ocupação entregue exclusivamente aos interesses dos proprietários.

As conseqüências da extrema liberdade desfrutada pelos proprietários já era conhecida, não só na formação dos bairros, mas principalmente nas casas, o que vinha, segundo a comissão, contribuindo para a insalubridade e as epidemias na cidade. As casas eram construídas *“por homens práticos sem instrução alguma profissional e sem a menor idéia das condições de conforto e hygiene que devem presidir a disposição dos aposentos, são as nossas*

(16) *Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875-76.

(17) *Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875-76.

habitações desprovidas de meios de ventilação e de renovação do ar nos quartos de dormir e de muitos outros commodos indispensáveis em uma residência. Alheios às mais simples noções de estética e até muitas vezes aos mais insignificantes preceitos de arquitetura, esmeram-se os nossos mestres de obra em sobrecarregar as fachadas dos edifícios com molduras e cimalthas sem sujeição, já não diremos às regras de arte que tanto primaram a Grécia e a antiga Roma (...) mas às leis mais simples de convivência e da harmonia. Intercalam ornamentos sem gosto, nem justeza nas proporções (...) foram freqüentemente as paredes exteriores com azulejos que absorvem o calor solar e aquecem horivelmente o interior das casas; fazem, enfim, como estas muitas despesas inúteis que além de darem às ruas uma aparência sem arte e sem gosto, imprópria sem dúvida à nossa civilização, tornam-se ainda nocivas ao conforto do interior do lar. E, entretanto, descuidam-se dos arranjos mais essenciais à salubridade das habitações”¹⁸.

Como exemplo, cabe lembrar as alcovas, freqüentemente usadas como depósitos de roupas e águas servidas, e os sumidouros nos fundos dos quintais, sem impermeabilização alguma, contaminando o subsolo e o ar.

Para evitar essa situação, a comissão propôs que cada distrito da cidade contasse com um engenheiro e um arquiteto, cujas incumbências seriam examinar as plantas a serem construídas e cumprir um conjunto de regras para a construção de casas particulares, determinando altura das casas proporcional ao tamanho da rua; tamanho dos andares (3 m); a obrigatoriedade do emprego de pedra ou tijolo e argamassa na construção dos prédios; espessura da parede proporcional à altura do prédio; telhas de material incombustível; o emprego de calhas; cômodos com janelas de 1 m² e quintais com, pelo menos, 10 m²; latrinas com esgoto ou fossa longe da casa; e construção apenas sobre terrenos secos ou drenados. Outras medidas deveriam ser tomadas para melhorar o estado sanitário das casas. O fornecimento abundante de água, aliado a um sistema de coleta de lixo, a arborização das ruas e a criação de jardins nas casas dos bairros novos seriam medidas capazes de reduzir a incidência de epidemias e a taxa de mortalidade na cidade. Se fossem somadas às medidas legais, seriam ainda mais eficazes, pois poderiam ser penalizados os que construíssem fora do alinhamento, que desrespeitassem os preceitos de salubridade ou os que se recusassem a submeter as casas ou plantas à fiscalização municipal.

A comissão também estava atenta para os aspectos econômicos que envolviam a reforma. Tomando Paris como exemplo, percebeu que a demolição das áreas deterioradas e a substituição por edifícios “elegantes” seria uma forma de atrair capitais que seriam multiplicados pela construção e locação de edifícios. Por isso, dadas as dificuldades orçamentárias pelas quais passava o governo imperial, a reforma poderia ser realizada a contento pela iniciativa privada. O ideal seria que as obras fossem realizadas pelo Estado. Mas como isto parecia difícil, a comissão reconhecia como viável a adoção do sistema de concorrência.

(18) *Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875-76.

Ainda com relação à viabilidade da reforma, a comissão reconhecia que as leis existentes, sobretudo no que se referia à desapropriação, eram obsoletas por exigirem longos processos e por indenizar erroneamente os proprietários. Por isso apontavam a necessidade da atualização da legislação reinante, que datava de 1855.

Se compararmos as propostas apresentadas pela Comissão de Melhoramentos e as feitas por Beaurepaire-Rohan anos antes, podemos perceber que existem muitas semelhanças e que compartilham da mesma visão de cidade, mesmo considerando o nível de detalhamento e profundidade atingido pela Comissão de Melhoramentos. Na cidade concebida existe forte presença da herança clássica na disposição e na hierarquia existentes entre os monumentos urbanos, na valorização da linha reta e da homogeneidade dos espaços públicos (exceto jardins), o que chamavam de embelezamento; no combate às epidemias, ações calcadas na teoria miasmática que promoveriam a salubridade; na criação de serviços urbanos e na abertura, nivelamento, retificação e regularização de ruas e avenidas, de modo a conferir comodidade aos moradores da cidade.

Assim, esse modelo de intervenção urbana, defendido pelos “profissionais da cidade”, em especial por engenheiros, pretendeu eliminar da capital brasileira vestígios ou remanescentes da cultura lusitana/mourisca, transplantada no período colonial, e completamente negada com os anos que sucederam a Independência. É ainda um modelo que pressupunha ou estimulava a implantação de uma sociedade burguesa, calcada no trabalho livre e assalariado que, se não ignorou o trabalho escravo por completo, graças aos serviços urbanos, tentou restringi-lo unicamente ao domínio rural.

É ainda um modelo de intervenção que pretendia transformar a cidade e seus espaços em mercadoria, valorizando-a e preparando-a para a exploração do capital privado, sobretudo por meio do aluguel. Não contempla a questão da habitação popular, problema que já se manifestava na cidade durante o Império com os cortiços no centro da cidade, delegando sua solução do problema do déficit habitacional para a iniciativa privada.

Mas, sobretudo, é um modelo de intervenção que valoriza a cidade-capital, destacando-a no território, colocando-a em contato com a província e diferenciando-a, por suas “melhorias”, das cidades menores, de modo a enfatizar sua centralidade.

Apesar da importância das propostas apresentadas, o plano proposto pela Comissão de Melhoramentos não foi realizado. Diversos elementos podem ser apontados, entre eles a oposição e as críticas sistemáticas de outros profissionais, como as do engenheiro Vieira Souto, e do próprio imperador, que considerava o plano muito semelhante ao implementado em Paris pelo barão de Haussmann. Mas devemos considerar também o quadro político geral. Em 1875, uma crise

política resultou na queda do ministério de João Alfredo e do Gabinete Ministerial do visconde de Rio Branco, inviabilizando política e economicamente a realização do plano.

Contudo, a importância do plano é incontestável, tanto para o Rio de Janeiro quanto para as outras cidades brasileiras. As intervenções realizadas na cidade, posteriormente, principalmente as de 1903-06, conduzidas também por Pereira Passos, apoiavam-se nas idéias, pressupostos e até na metodologia apresentada nos planos de 1875 e 1876. Considerando que representavam um conjunto de propostas de reforma para a capital do Império, várias outras cidades, São Paulo, inclusive, passaram a aspirar e a advogar a realização dos mesmos melhoramentos. Porém, o modo como essa transposição foi feita dependia da existência ou não de profissionais qualificados envolvidos com as reformas. Na maioria dos casos, ou pela inexistência de profissionais qualificados, principalmente engenheiros, ou pela falta de prestígio destes profissionais que então viviam subjugados aos bacharéis em direito, deu-se a realização de obras dispersas, calcadas em necessidades empíricas e imediatas, valendo aí o emprego de melhoramentos urbanos no senso comum.

Para compreender melhor as limitações impostas às reformas das cidades, particularmente aos melhoramentos, deve-se considerar não só o quadro de instabilidade política reinante, mas também o domínio do modelo calcado na monocultura agroexportadora no país, nesses anos apoiada na cafeicultura. Como aponta Emília Viotti¹⁹, o índice de urbanização brasileira foi muito pequeno nessa fase da modernização brasileira, persistindo o tipo de ocupação do território que concentrava a população no litoral, particularmente nas capitais provinciais. Persistiu ainda a escravidão e a exclusão política, o que, segundo Viotti, fez desta uma “modernização de fachada” que, ao invés de promover a consolidação do mercado interno e transformações sociais significativas (como ocorreu com os EUA e Europa) fortaleceu os vínculos de dependência com relação aos mercados internacionais, vínculos estes que eram selados nas capitais provinciais e, principalmente, na capital imperial. Era por meio dela que se fazia o contato com o exterior, o que suscitava em parcelas e grupos sociais bem específicos, particularmente os que estavam ligados à economia urbana, ainda muito frágil e incipiente, o desejo de assemelhá-la às outras cidades envolvidas na rede urbana internacional. Assim, os melhoramentos urbanos podem ser considerados também um modelo de intervenção urbana, capaz de equiparar as cidades brasileiras às congêneres internacionais no que se referia à paisagem, aos serviços urbanos, à garantia de vida, às facilidades para a comunicação e circulação, e também para a expansão e consolidação do mercado imobiliário com altíssimos níveis de lucratividade. Surgido, discutido e pleiteado durante o Império, os melhoramentos só foram efetivamente concretizados em diversas cidades brasileiras durante a República, persistindo como modelo de intervenção dominante até os anos 50.

(19) COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1997.

BIBLIOGRAFIA

- BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. Relatório apresentado na Ilma Câmara Municipal do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 275, abr./jun., 1967.
- BRESCIANI, M. Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- _____. *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo; ANPUH/Marco Zero, 1993.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1997.
- DEL BRENNA, Giovana (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos – Uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO DE Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875-76.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 1984.
- VAZ, Lílian Fessler. *Projetos urbanísticos do século XIX para a cidade do Rio de Janeiro. Atualidades e história*. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO. Campinas; PUCCamp, 1998.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Melhoramentos, urbanização, Império; planos, capital, reformas.

Improvements, urbanization, empire in Brazil, plans, capital, renovation.

Obs.:

O presente artigo apresenta algumas reflexões presentes na tese de doutorado intitulada “Modernização e melhoramentos urbanos em São Paulo: A gestão do presidente de província João Theodoro (1872-1875)”, concluída em fevereiro de 2002 e defendida em junho de 2002, contando com a orientação da Profa. Dra. Rebeca Scherer.

Herta Franco

Graduada em história pela FFLCH-USP e doutora pela FAUUSP.

criptas da.

re S. João em op. sem de girando a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de b. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pontagudo. Di.

Y V A I N M W C

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

re S. João em op.

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

ar 50

Emmanuel Antonio dos Santos

Orientadora:

Profa. Dra. Miranda Maria E. Martinelli Magnoli

P

OR *Que* PLANEJAR
COM A PAISAGEM

RESUMO

A efetiva e concreta incorporação dos elementos do meio natural ou com relativo grau de naturalza, no processo de pensar o planejamento urbano e de promover a urbanização, pode efetivamente contribuir para a obtenção de um meio urbano mais equilibrado, mais justo, mais diversificado no uso dos recursos da natureza dos/nos espaços, com paisagens mais integradas e integradoras e de maior qualidade de desenho dos espaços, especialmente aqueles de uso público. A paisagem pode contribuir com essa incorporação, como idéia – força central no planejamento, constituindo-se em um vetor da inclusão nos mais diversos níveis; um instrumento de compreensão dos processos de apropriação e transformação urbanos; e um fator de contribuição para a estruturação do espaço, na medida em que deixe de ser capítulo ou atividade de descrição ou técnica de embelezamento.

ABSTRACT

The actual incorporation of natural elements, in a relatively congenial manner, in the urban planning process can provide a meaningful contribution towards a more balanced, reasonable and diversified urban landscape. This will result in a more diverse use of nature's assets in urban areas, producing harmonious and well-designed urban areas, particularly those used by the public. The landscape can become an urban integration element at the various levels: it can help understand how the different urban appropriation and transformation processes occur; or it can be a fundamental contributing factor in the building of urban spaces, rather than just an addendum, a description or an embellishment technique.

Planejar a ocupação e os usos dos solos encerra um grau de complexidade tal que não se pode falar de uma única questão a ser equacionada, mas sim de um conjunto de questões das mais diversas ordens. Essas questões se referem de uma maneira bem genérica a todas aquelas ações que se realizam e distribuem-se no espaço, contribuindo para sua construção e transformação constantes. Dizem respeito mais especificamente aos modos de uso e ocupação dos espaços, de como eles são usados e com qual intensidade, por quem são usados e para quais finalidades, e quais as configurações que resultam dessas peculiaridades de uso e ocupação, seja no tocante à sua distribuição e localização, seja em relação às formas que adquirem.

Da gama variada de formas de intervenção no território e, em especial, nas áreas urbanas que se desenvolveram no Brasil, o plano diretor, para o bem e para o mal, acabou constituindo-se na maneira preferencial adotada como modo de se “fazer” planejamento urbano pelo poder público.

Como forma de organizar a distribuição e localização das atividades e das gentes para um bem viver, adotaram-se ao logo do tempo as mais variadas propostas, segundo os mais diversos espectros ideológicos. Planos e projetos de ordenamento territorial foram e ainda são desenvolvidos e implementados em parte ou no todo. Uns mais identificados com o embelezamento e o saneamento, outros, com a reorganização da sociedade em bases mais igualitárias, ou mais identificados com proposições de convivência integrada com a natureza, e até mesmo buscando a maior rentabilidade proveniente das melhores vantagens relativas. É de notar-se, quaisquer que sejam suas vertentes teóricas e conceituais, a busca por uma sociedade mais integrada com o meio natural, mais bela e justa, esteja sempre presente, mesmo que no âmbito das proposições isso se perca.

É necessário reconhecer as múltiplas peculiaridades envolvidas no processo de construção do espaço, para escolher uma estratégia que atenda aos objetivos previamente selecionados quando da execução dos planos, desde que, ao estabelecer tanto os objetivos a serem atingidos quanto – e principalmente – os pressupostos teóricos e conceituais com os quais se trabalha durante o processo de sua elaboração, não é só o objetivo a ser atingido que importa, mas sobretudo importam os aspectos que estão sendo privilegiados, como isso acontece, a que tipo de fatores eles se referem, a seleção desses e não outros como preponderantes, e sua contribuição para com a configuração espacial a ser atingida. Os principais objetivos devem se constituir em um grande norte, de maneira que se tenha, a partir deste, oportunidade de estabelecer os “focos”, permitindo-se ajustes (como se faz com as lentes das câmaras fotográficas) tanto durante o processo de diagnóstico quanto dos prognósticos e proposições.

Para o plano territorial, em que se toma a paisagem como idéia – força central do planejamento por considerá-la um vetor da inclusão nos mais diversos níveis; um instrumento de compreensão dos processos de apropriação e transformação urbanos; e um fator de contribuição para a estruturação do espaço,

além de realizar as análises e fazer proposições, por meio dos aspectos relacionados com a paisagem e ambiente, deve-se ter claro que:

- um plano não se constitui em documento redentor dotado da mágica de solucionar os chamados problemas urbanos;
- um plano deve conter o maior grau de aproximação com a realidade física e social, evitando o discurso fácil da abstração;
- a paisagem como idéia-força central no planejamento requer diversas escalas.

Adotar a paisagem como o mote da questão requer formar outros procedimentos que não aqueles mais usuais com os quais se costuma trabalhar; o viés principal se refere a: atender à gama de configurações desejáveis, as alternativas de configuração para cada caso, e o que cada uma dessas configurações deve representar como oportunidade de obtenção de qualidade nos espaços, e utilizar-se dos instrumentos de regulação da ocupação e uso do solo urbano como ferramentas e estratégias para o desenho da urbanização; não fazer uso dos índices e das taxas de ocupação como possibilidades de maximização ordenada da ocupação e uso do solo que, normalmente, terminam por apresentar, quanto à apropriação dos espaços, morfologias conservadoras.

Desse modo se torna necessário identificar as configurações em seus aspectos constituintes, desde as escalas mais gerais até as escalas mais pontuais e/ou particulares, e privilegiar nas análises os aspectos mais específicos de configuração da paisagem. Não é o caso de detalhamentos simplistas, como poderia parecer e como, às vezes, é usual proceder, nos quais são apresentados cenários genéricos desejados, por meio de desenhos também genéricos.

A abordagem que estamos discutindo se refere, inclusive, a um intrincado inter-relacionamento entre os aspectos de limitações e potencialidades do território e as morfologias da urbanização que se pretende, seja em seus aspectos de uso e ocupação, seja em seus aspectos de distribuição e localização, e também das diversas escalas em que se deve trabalhar, tendo como objetivo a obtenção de um resultado imbricado no maior grau possível de aspectos considerados.

Ao proceder dessa maneira, coloca-se também em questão a escolha dos elementos que se deve utilizar como suporte para as análises, e a forma de utilizá-los. Quanto ao tipo, tem-se claro que os elementos mais usuais relacionados aos aspectos fisiográficos e da geomorfologia devem estar contemplados, até mesmo porque a urbanização se faz sobre o território, e é sobre ele e com ele – o território – que é travado o diálogo de como a urbanização se constitui e com quais fisionomias se apresenta. O modo de utilização desses elementos e o conseqüente tratamento necessário a eles se constitui no maior desafio. Aí reside parte do diferencial que pode ser impresso ao tratamento das questões de urbanização em plano, quanto à sua natureza, quanto às escalas de trabalho e quanto aos objetivos.

O viés predominante que possibilita essa mudança de enfoque é o do entendimento da urbanização a partir de percepção – formar idéia de; abranger com a inteligência; entender, compreender – de sua fisionomia e da leitura dos processos de apropriação social, usando a paisagem como meio preferencial de leitura das feições da urbanização como produto e meio de antropizações que se apropriam de suportes físicos.

UM PLANO NÃO SE CONSTITUI EM DOCUMENTO REDENTOR, DOTADO DA MÁGICA DE, SOZINHO, SOLUCIONAR OS CHAMADOS PROBLEMAS URBANOS

Os chamados problemas urbanos podem ser caracterizados por diferentes disciplinas e enfoques; são multifacetados em modalidades que vão desde os fatos relacionados com as ciências sociais, médicas, econômicas, e tantas outras, até os aspectos que dizem respeito mais exclusivamente à configuração – forma, desenho – dos espaços. Esses aspectos, os últimos, por sua característica e possibilidade de determinação, são os que me parece mais interessarem ao arquiteto e urbanista, até por serem aqueles com os quais o arquiteto tem maior familiaridade por força de sua formação. Espera-se, portanto, seja da competência do arquiteto e do urbanista o estudo, o entendimento e a proposição das formas das ocupações espaciais urbanas, os quais podem ser genericamente entendidos como planos e desenhos de cidades, tomando-se como um compromisso e quase profissão de fé, por parte do arquiteto, o enfrentamento e a busca de soluções para a configuração das cidades.

Esses desenhos/projetos, no mais das vezes, refletem para o senso comum um ideal de belo, agradável, justo, e de qualidade de vida, conceitos estes nem sempre muito bem explicados ou entendidos, tanto para o senso comum como para aqueles que deles se apropriam, seja com o real intuito de buscar atender aos ideais aparentemente solicitados pela sociedade, seja para deles fazer uso como ideologia.

A fim de simplificar um pouco e procurando tornar mais claras as expressões utilizadas, adota-se o desenho da cidade como significando as feições das configurações do uso e da ocupação do espaço urbano, tanto em sua forma quanto em sua distribuição e localização, e utiliza-se a desgastada expressão plano/projeto como significando o conjunto normativo de estratégias e resoluções que têm por finalidade estabelecer o controle e o direcionamento da urbanização em um dado território, normalmente a cidade, e em alguns casos o município.

Os desenhos, como acima entendido, são, sem dúvida, mais do que simples configurações – são produto e meio de um processo de inter-relações entre as ações humanas e um dado meio físico e também das ações do homem sobre este meio físico já transformado por sua própria ação em diversos tempos e intensidades, isto

é, da transformação da forma urbana preexistente em um movimento constante e retroalimentador. Assim é possível, então, afirmar que os desenhos resultam em formas sempre em mutação no tempo e no espaço, correspondendo aos processos socioeconômicos sobre um determinado suporte físico.

Dos processos socioeconômicos que incidem e interagem com o meio físico, contribuindo para configurar um território e imprimindo com isto os desenhos, a maneira pela qual o espaço é apropriado para a realização das atividades humanas é o que mais adquire visibilidade, constituindo-se em um meio pelo qual se pode efetuar leituras que identifiquem os processos relacionados com a morfologia da ocupação urbana e sua vinculação com os aspectos de qualidade ambiental, permitindo também estudar os múltiplos desenhos e alternativas para as soluções.

APROPRIAÇÕES E DESENHOS

Em nossas formações urbanas e, evidentemente, desde que a partir do processo deflagrado com a Lei de Terras em 1850 foi instituído o sistema de venda e compra, tornou-se prática parcelar o solo para obter dele o maior rendimento possível. É essa forma por excelência, o parcelamento das glebas na modalidade do loteamento e a conseqüente construção do tecido residencial e misto, que se constituiu no mecanismo mais direto e facilmente observável de produção da distribuição espacial da urbanização e, conseqüentemente, da maneira de apropriação do espaço formando seu desenho de fato.

Alguns dos parâmetros para proceder ao parcelamento e à demarcação constavam já no próprio corpo da Lei de Terras, referiam-se às dimensões mínimas adequadas, aos alinhamentos, determinando com muita precisão a geometria que preferencialmente deveria ser adotada para a subdivisão dos lotes, formando quadrados em ângulos retos sem qualquer comprometimento com as características próprias do meio físico, confirmando e reforçando os desenhos em quadriculado que já se faziam presentes nas vilas coloniais brasileiras. Essas indicações foram, posteriormente, detalhadas pelo decreto de regulamentação da Lei de Terras n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Extenso e minucioso, o decreto se propõe a cobrir todos os aspectos relacionados à medição, revalidação, venda e compra, regulamentando, em alguns casos, modalidades de uso e ocupação, o registro e até o padrão dos parcelamentos a serem adotados tanto para venda em bruto como em terras reservadas para colonização.

Exemplificam o tratamento dado aos padrões de parcelamento e as preocupações com as fisionomias que deveriam resultar, os capítulos II e VI desse decreto em que constam as configurações e dimensões dos lotes, confirmando a preferência pela geometria regular em quadrados perfeitos e as *“boas condições de alinhamento e a regularidade e formosura das povoações”* as quais se

encontram bem detalhadas, conforme os artigos 78 e 79 em que, constam do primeiro as diretrizes para o alinhamento e frentes de lotes, inclusive com relação às praças, e o segundo tratando da determinação de aplicação dos foros e laudêmios para a execução de calçamentos das ruas e seu *aformoseamento*, e de alguns equipamentos urbanos como chafarizes e aberturas de ruas.

A quadrícula em reticulado, com os lotes geometricamente alinhados, que se tornou padrão para a configuração do desenho do parcelamento rural em um primeiro momento e do tecido urbano depois, estava desde a Lei de Terras, agora detalhadamente por esse decreto, formal e legalmente instituída. Assim se pode afirmar que as indicações básicas de como deveria constituir-se o tecido das formações urbanas em nossa terra estavam dadas desde o final do Império perdurando, então, naquilo que possuem de mais essencial. De um lado, o desenho da subdivisão dos lotes em quadriláteros regulares e reproduzidos por repetição seguindo um alinhamento fixo e predeterminado, sem considerar as peculiaridades da morfologia de relevo e, de outro lado, a modalidade de venda e compra, constituindo-se a terra em propriedade particular a adquirir mais que valor de uso, valor de troca. Terra mercadoria, reforçando o papel do parcelamento das glebas na figura do loteamento como característica básica das intervenções humanas sobre o suporte, criando, a partir do uso e da ocupação subsequentes, as feições das paisagens.

Embora não seja possível afirmar com segurança que esse tenha sido o objetivo fundamental das mudanças efetuadas com relação às características da propriedade e da aquisição de terras no Brasil, ao final do Império, é fato que essa nova modalidade de aquisição e transmissão ocorreria quando já se ensaiava o movimento abolicionista e o regime escravista tendia a declinar e mais tarde a desaparecer, liberando mão-de-obra antes escrava que viria a formar um grande contingente de novos candidatos ao trabalho livre e também prontos a constituir-se, com o tempo, em novos pequenos locatários ou proprietários.

Alia-se a isso a nascente sociedade urbano-industrial que se desenvolvia a passos largos na Europa e na América do Norte, a apropriação do espaço no meio urbano para o atendimento do crescente adensamento e da especialização das atividades que iam surgindo como resposta aos novos modos e meios de produção.

Essa nascente sociedade urbano-industrial, na qual os homens seriam livres e o aumento da urbanização, induziu um novo modo de habitar, trazendo consigo novos e mais especializados “problemas”: o adensamento, a necessidade de separação das águas servidas das utilizáveis, a organização das atividades produtivas, a crescente demanda por habitação e por espaços de uso público, e, fundamentalmente, todas as questões relacionadas com a higiene e a salubridade. Esses passaram a ser os problemas urbanos mais emergentes e que impulsionaram, com muita ênfase, a procura por soluções arquitetônicas e urbanísticas que respondessem com eficiência e eficácia.

FORMULAÇÕES PARA A APROPRIAÇÃO

Nesse cenário de mudanças em que a transmissão do solo por parcelas promoveu um novo desenho e uma nova distribuição espacial das atividades aliado à urbanização crescente, agravando antigos problemas e criando outros – relacionados à higiene e à saúde; a urbanística, nova ciência, tomou para si a responsabilidade de apresentar essas respostas formulando parâmetros, indicadores, índices, métodos e conceitos como resultado dos estudos dos “problemas urbanos”. Sempre entendendo que caberia a si, e preponderantemente a si, como formuladora de planos/desenhos – o correto equacionamento e solução de todos os “problemas urbanos”. Segue-se daí um sem-número de proposições, referindo-se a um sem-número de escalas e de abrangências... *“Os movimentos da urbanística moderna, iniciados no final do século passado, dão prova de que o controle da cidade passou a ter maior ‘urgência’ e mudança de significado em função das novas condições que a revolução industrial impõe. São as experiências urbanísticas dos Ingleses, Socialistas utópicos, os Socialistas científicos, os exemplos Americanos, os Modelos culturais franceses.”* (SANTOS, 1993, p. 10)

A partir do início do século 19 as proposições se sofisticam e tornam-se cada vez mais especializadas, variando desde as formulações globalistas – o *comprehensive planning*, até aquelas segundo as quais se acreditou ser possível avançar por pequenas intervenções corretivas – os *incremental planning*, além daquelas com caráter de planejamento local técnico estruturalista, e muito recentemente as que enfatizam as questões da apropriação fundiária e o controle das densidades e da verticalização. Em cada uma dessas linhas, os primeiros de orientação mais norte-americana e os últimos com orientação mais européia, da teoria da regulação dos franceses, são privilegiados aspectos específicos que se relacionam estreitamente com as possibilidades de maximização dos usos e da ocupação, em consonância com os padrões e modalidades preexistentes do parcelamento e dos modos e meios de apropriação do solo.

Buscam, tanto uns quanto outros, a melhoria da eficiência do “funcionamento” urbano, incluindo-se aí a tão desejada redistribuição das vantagens urbanas representadas pelas melhores localizações relativas, pela acessibilidade à terra e, conseqüentemente, à moradia, além de um “desejado” padrão de ocupação que reflita a “qualidade de vida” e um mal explicado conceito de “qualidade ambiental”. Esses últimos se referindo quase exclusivamente a não-poluição das águas e do ar e à conservação da cobertura vegetal significativa, entenda-se as “matas”. Uma dualidade conceitual, desse modo, vai sendo aos poucos instaurada no pensamento urbanístico, em que se colocam, de um lado, as proposições globalizantes ou totalizantes e, de outro lado, as de intervenções pontuais segmentárias e dirigidas que propunham, cada uma a seu modo, as soluções definitivas, conforme bem descreve Cândido Malta (1992, p. 22):

“... Os urbanistas políticos globalizantes iam traduzindo cada vez mais suas propostas em modelos de organização urbana, buscando o que supunham ser uma visão geral das questões urbanas através de planos de organização da estrutura e tecido físico da cidade como um todo: o Master Plan dos EUA e os planos diretores ou reguladores da tradição latina e brasileira. Com a imagem de uma cidade futura que, supostamente, seria organizada de uma forma perfeita, ou seja, com a imagem de uma cidade ideal definida para um ano meta, dez ou vinte anos no futuro, esses urbanistas seduziam boa parte da opinião pública. Essa sedução advinha do uso de imagens de um equilíbrio urbano, de uma cidade ideal, não limitada apenas aos aspectos físicos, mas que extrapolavam para aspectos humanos e sociais, prometendo uma vida mais feliz e equilibrada a partir de uma melhor organização física. Era como se os problemas sociais e humanos nas cidades decorressem apenas ou fundamentalmente dos problemas relativos à excessiva densidade populacional nos bairros centrais, do ambiente físico deteriorado, da poluição ambiental, etc.

Se os urbanistas políticos globalizantes tendem a um urbanismo com grande dose de ingenuidade, segundo a tradição do urbanismo utópico, os urbanistas técnico-setoriais, aliados aos políticos, agindo segmentariamente em uma dada estrutura administrativa governamental, também compartimentada, entram diretamente, sem rodeios, no jogo político da administração pública. Sua atuação dá-se então, muitas vezes, de modo a aumentar a participação relativa de um determinado setor público, como é o caso do setor viário ou do setor de serviços de urbanização, no que se refere ao valor dos investimentos a eles destinados. Outras vezes, agem no sentido de defender interesses imobiliários através do valor de troca do solo, seja pelos investimentos públicos, para isso judiciosamente localizados, seja pelas leis urbanísticas, manejadas convenientemente para isso...”

Tanto uns quanto outros, cada um à sua maneira, apresentam-se como proposta de solução redentora e dotados da mágica de, sozinhos, solucionar os chamados problemas urbanos e mais do que tudo se propõem a solucionar “todos” os problemas urbanos, tomando como referencial e parâmetro os índices e as taxas como universais e cientificamente corretos e inquestionáveis, já que seriam tanto mais exatos quanto quer a ciência e tanto mais justos quanto querem os discursos sociopolíticos que lhes servem de ideologia. Seria de se esperar, então, que, dotados desse encantamento da ciência e da ideologia, tivessem realmente solucionado aquilo a que se propuseram.

De fato pode-se argumentar que cada uma dessas “correntes” permitiu a elaboração de planos que contiveram em seu escopo e projeto formulações que procuraram a solução para o problema da urbanização e, em alguns casos, fomentaram e permitiram um tipo de solução que poderia ser aquela realmente almejada, embora não claramente expressa. Fica, contudo, a pergunta: Por que, desse modo, esses vários planos, ou melhor, essas modalidades de planos, todos eles dotados daquele encantamento – capacidade, expressa no desejo, de

solucionar todos os problemas urbanos – não se mostraram capazes de realizar plenamente aquilo a que se propuseram?

Segundo Villaça (1999) e sua subdivisão da ação de planejamento no Brasil, de 1930 a 1990, em “três subperíodos: o do Urbanismo e do Plano Diretor (1930-1965), o dos Superplanos (1965-1971) e o do Plano sem Mapa (1971-1992)”, o problema que acabou por se evidenciar para cada um deles em sua aparente ineficácia está relacionado à sua utilização como ideologia que mascara propósitos muitas vezes inconfessáveis e, enfaticamente, da total ausência da participação das classes populares e da inexistência de estratégias e de políticas públicas como meio de promover, de modo eficaz, tanto sua elaboração quanto sua implementação.

Tem-se daí os primeiros como os de tradição embelezadora com as grandes obras de “melhoramentos” que responderam ao desejo das burguesias de aparentar-se com o mundo desenvolvido e que, de certa forma, se não foram de implementação completa ou verdadeiramente eficiente e eficaz, contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura urbanística fomentando o início do debate da questão da urbanização; já os segundos, como aqueles que dadas suas características multidisciplinares e a conseqüente complexidade pretenderam incorporar aos aspectos físicos, que demandaram as obras de melhoramentos, os aspectos socioeconômicos, integrando a cidade à dinâmica regional, esta entendida como determinações de proximidades e de ordem meramente funcionais.

Era o plano que tudo abarcava e a tudo indicava soluções, desenhando a distribuição espacial por meio de manchas sempre bem genéricas, as quais se acreditava representavam o desenho do “equilíbrio das funções urbanas” e que não foram de modo algum implementados, em parte por sua própria complexidade megalômana em que cada “problema urbano” se encontrava necessária e irremediavelmente encadeado com outro, criando impedimentos de natureza financeira, e em parte por sua inadequação como instrumento de gestão no qual os responsáveis por sua aplicação não haviam participado de seu processo de elaboração, o que causava tanto dificuldades para seu entendimento quanto para sua utilização estratégica por aqueles que deveriam usá-lo; e finalmente os últimos, como aqueles que abandonam o rebuscamento técnico e a sofisticação intelectual em favor de um plano mais singelo e que apresentam “apenas objetivos, políticas e diretrizes” associados à idéia de posterior detalhamento que nunca ocorre. Sendo possível inferir que o problema básico quanto à sua ineficiência e ineficácia é muito mais a ausência do detalhamento, claramente indicado em seu corpo, do que naquilo que se propõem a fazer, e a falta do tal detalhamento torna-o impossível, derrubando por terra o plano.

Por fim, “... *O plano diretor inovador dos anos de 1990 elegeu como objeto fundamental o espaço urbano de sua produção, reprodução e consumo. Para tanto, seus instrumentos fundamentais, limitados aos da alçada municipal, são*

basicamente, os de natureza urbanística, tributária e jurídica. A terra urbana, a terra equipada, eis o grande objeto do plano diretor. Essa posição 'urbanística' nada tem de determinismo físico. Trata-se de adequar o plano diretor aos limites do poder municipal e não tratá-lo como compêndio de análise científica do urbano, da urbanização contemporânea ou do desenvolvimento social, cultural, tecnológico e econômico, local ou regional. A superestimação dos poderes de um plano ainda é um dos mecanismos mais utilizados pela ideologia dominante para desmoralizar o planejamento urbano" e, complementando essa linha de abordagem, "... O destino do planejamento no Brasil atual, o perfil, a credibilidade e o conteúdo dos planos diretores estão assim ligados aos avanços de consciência de classe, da organização do poder político das classes operárias." (VILLAÇA, 1999, p. 238, 240)

Apesar dos significativos avanços que essa postura parece representar, permanece a crença de que um plano pode, seja qual for o caráter, resolver de imediato e por completo as questões urbanas. E ao afirmar que os planos não foram eficazes porque não redistribuíram o solo, bastando redistribuir as vantagens urbanas representadas pelas melhores localizações relativas, promovendo o acesso equânime às condições de infra-estrutura e superestrutura, fazendo uso novamente dos índices e taxas universais econômica e cientificamente corretos, como instrumentos privilegiados de controle da urbanização para que tenhamos os "problemas urbanos" solucionados, não toca novamente na questão fundamental, que é o desenho da urbanização, sempre deixado a outrem.

O fato de cada um deles ter adotado como pressuposto a crença de possuir a magia de resolver sozinho todos os problemas urbanos foi preponderante para o "fracasso" de todos eles, e pode mesmo ser considerado como um "defeito de origem". Isso porque o equívoco em que incorrem está em sua própria concepção, isto é, são elaborados com um propósito específico, o da solução dos problemas urbanos, mas é também um propósito que deixa de ser específico, tornando-se muito geral e genérico porque incide em todos os aspectos para além da configuração da urbanização, fazendo com que as proposições se tornem também muito gerais e difusas apesar da aparência em possuir definição clara – desenhos com contornos bem definidos – são manchas genéricas que paradoxalmente definem sem definir, pois carecem de uma aproximação mais específica e detalhada, da qual esses planos não dão conta e sequer indicam sejam necessárias.

Outro ponto que está relegado a um plano inferior e de menor importância para a definição dos objetivos diz respeito aos aspectos paisagísticos. No geral esses aspectos não comparecem e não são considerados, em suas especificidades, como possibilidades de contribuir para pensar alternativas ao desenho da urbanização, ainda que, como é sabido, o resultado concreto de toda e qualquer ocupação urbana tenha uma forma.

Se o que está estabelecido como prioridade é a solução dos problemas urbanos, e se estes se manifestam em sua índole concreta por meio da edificação de objetos no espaço e no tempo, os quais respondem em sua aparência preponderantemente a um modo de apropriar-se do solo para o uso e ocupação, podemos dizer, então, que os tais dos problemas urbanos são manifestamente, em sua particularidade de configuração, problemas de paisagem em todas as escalas, além de todos os outros desígnios, seja da “arte” em alguns casos, seja dos desejos específicos de cada proprietário em outros, seja das técnicas dominantes. Portanto, pensar a urbanização é necessariamente pensar, quer queira quer não, em uma forma urbana desejada, a qual chamamos genericamente de paisagem, a despeito de todos os outros temas que compõem os “problemas urbanos” e as “soluções imaginadas”.

Daí cabe pensar que para elaborar os estudos, análises, proposições, projetos e o que mais for denominado “plano” seja fundamental a paisagem. Isso coloca, assim, que o viés pelo e para o qual se deve trabalhar com os planos é o dos aspectos de paisagem, visto que esta se constitui em resultado/produto e no meio/vetor pelo qual se percebe e reconstrói-se a complexa relação dos processos entre as ações do homem e o meio físico. O plano deve, dessa forma, incorporar de fato e verdadeiramente essa discussão, transformando-a em tema central o qual vai nortear sua elaboração, porque ao assim proceder, dadas as peculiaridades do trabalho com as análises de paisagem que requerem outras e múltiplas escalas, e até porque os objetos e princípios envolvidos também são de outra natureza, estar-se-á trabalhando com um plano que não se propõe ser mágico redentor ou “a solução”, mas para a qual se coloca a tarefa de auxiliar na indicação de parâmetros para a configuração da ocupação e uso do espaço em que a configuração da urbanização seja o produto e meio de uma paisagem desejada e desejável, por meio de alternativas elaboradas levando em conta a dinâmica constante dos processos.

Esse é o modo, como pensamos, deve ser discutida a questão dos planos. Não cabe mais pensar nas proposições somente globalizantes, genéricas e megalômanas, assim como não cabem mais as proposições somente particularizadas e de eficiência redistributiva e funcional, ambas sem levar em consideração a incorporação dos aspectos de paisagem.

UM PLANO DEVE CONTER O MAIOR GRAU DE APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE FÍSICA E SOCIAL, EVITANDO O DISCURSO FÁCIL DA ABSTRAÇÃO

A realidade física e social é um fato ou um conceito?

É tanto mais um conceito quanto mais se afasta do mundo concreto e da esfera do real e, por conseqüência, aproxima-se da ideologia na qual as

mediações são utilizadas para justificar e ratificar intenções nem sempre confessadas. É tanto mais um fato quanto mais se afasta da ideologia, aproximando-se do mundo dos acontecimentos concretos e da esfera do real, em que as mediações são utilizadas para entender, apreender e construir a realidade.

O campo privilegiado do qual a ideologia faz uso para atingir seus fins e para que possa realizar-se enquanto domínio das idéias sobre determinado objeto é a abstração, *“ato de separar mentalmente um ou mais elementos de uma totalidade complexa (coisa, representação, fato), os quais só mentalmente podem subsistir fora dessa totalidade”* (DICIONÁRIO Aurélio, 1999). É o discurso ideológico que parte de uma abstração do objeto/realidade, e que torna possível o exercício da dominação.

Esse domínio para ser exercido precisa do aporte da abstração para fundamentar os modos preferencias de organizar-se tanto as atividades quanto como elas estarão representadas e distribuídas no espaço e no tempo, transformando em ideologia as maneiras selecionadas como as mais adequadas para construir e representar esse objeto, justificando e reforçando o modo de organização que propõe seja compreendido como o melhor, mais adequado e o mais acertado. Isso tanto do ponto de vista da organização social quanto da organização físico-territorial desse objeto, *“Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam.”* (CHAUI, 1995, p. 87).

O que se quer dizer é que o uso que se faz dos recursos materiais que estão disponíveis em um determinado tempo e em uma determinada quantidade, a maneira como eles são apropriados e a configuração resultante, são decorrência de uma abstração que a ideologia lança mão para justificar a maneira pela qual em um dado espaço/tempo a sociedade escolheu como a mais apropriada, se não a mais acertada. *“Ou seja, a maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma (sua idéia a respeito de si mesma), representa sua relação com a natureza, com os demais homens, com a sobrenatureza (deuses), com o Estado, etc., tornar-se-á a maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar.”* (CHAUI, 1995, p. 92) – grifos da autora.

Reforça-se e justifica-se, desse modo, a adoção de padrões de uso e ocupação dos espaços que conservam procedimentos, muitas vezes, discutíveis quanto à apropriação dos recursos; quanto aos desenhos resultantes; quanto à acessibilidade, e principalmente quanto à paisagem.

É bom lembrar que os problemas de organização da distribuição espacial da apropriação dos recursos no meio urbano são manifestamente, em sua particularidade, de configuração, problemas de paisagem. Desse modo, então, a paisagem deixa de ser uma abstração a serviço das ideologias para passar a fazer parte das categorias cuja análise pode auxiliar no estudo e na compreensão dos

modos de apropriação do espaço e também contribuir com a indicação de alternativas de modos de apropriação mais abrangentes e inventivos.

A REALIDADE FÍSICA E OS DESENHOS

Na esfera dos fatos a realidade física e social é percebida como *“Tudo que é objeto de experiência possível, i. e., que se pode manifestar no tempo e no espaço segundo as leis do entendimento.”* (AURÉLIO, 1999). No âmbito da arquitetura e do urbanismo, os objetos da experiência possível, que se manifestam no tempo e no espaço são os objetos das ações antrópicas sobre o solo – o espaço construído. Criam feições, aparências que mostram os modos como determinado contexto social, em determinado período, estabelece suas relações com as “coisas do natural”. São elas as peculiaridades de conformação dos solos em seus aspectos de forma e composição as quais, usualmente, determinam as possibilidades de uso e ocupação segundo padrões conhecidos e que se acredita têm a propriedade de serem controláveis e controlados. Têm características concretas, perceptíveis a olhos vistos, tais como o relevo, as declividades, a variedade da cobertura vegetal, a presença das águas, e até aquelas referentes ao microclima.

Cada um desses elementos tem uma dinâmica própria e relacionam-se uns com os outros, fazendo com que apresentem conformação com aspecto natural e considerando que o homem já tocou em quase todas as partes do globo que são habitáveis, modificando em vários gradientes sua conformação “original”, a aparência que se percebe traz também consigo impressas as marcas das modificações que lhes foram impostas e que podem mostrar as dinâmicas sociais pelas quais passou no tempo e no espaço.

Muitas vezes essas marcas, ao mostrar um padrão de ocupação em que algumas situações como encostas, topos de morros e até mesmo vales profundos não foram ocupados muito intensamente, representam as dificuldades de apropriar-se do espaço em função das características de morfologia do relevo, tais como declividades acentuadas, altitudes marcantes, depressões constrangedoras, aliadas ao estágio de domínio técnico e as limitações para “vencer” tais “barreiras” ou “impedimentos”. Em alguns casos o fato de haver áreas menos “complicadas”, ainda disponíveis para uso e ocupação, contribui para que muitas áreas permaneçam sem uso e ocupação conservando sua aparência natural. Trata-se, claramente, de uma questão de acessibilidade, no sentido que as características próprias dessas áreas podem dificultar muito e até tornar impraticável sua apropriação; isso, considerando a adoção de parâmetros de uso e ocupação que, dadas suas peculiaridades de terem sido pensados de modo generalizante e para situações ideais, impedem que sejam aplicados a qualquer tipo de situação morfologia de relevo, ainda que tenham sido pensados como paradigmas universais.

Assim, em uma inversão ao que lhe é uma característica própria e muito peculiar que é um atributo, uma qualidade a ser considerada quando da necessidade de sua utilização demandando estudar padrões, morfologias e usos, indicando um conjunto de alternativas mais do que um modo preferencial e único, transforma-se em barreira, atributo a ser negativo, por um lado, profundamente transformado para atender aos padrões usuais, fazendo com isso que se percam possibilidades de uso e aproveitamento mais rico e diversos de todas as potencialidades que lhe são inerentes, e por outro lado, tornando-se áreas de menor interesse para o uso, configurando-se, quando muito, em “áreas de preservação”, não se sabendo muito bem do que e para quem.

Está desse modo esboçada a possibilidade de utilização da ideologia como realidade física e social justificando, explicando e ratificando abstrações que desvirtuam e invertem a compreensão dessa realidade física e social, fazendo com que se tome como verdade física do espaço uma interpretação necessariamente tendenciosa, porque atende a uma pseudo-segurança científica a qual nada mais é do que a continuidade de um modelo que interpreta como atributo do espaço não aquilo que ele possa ter em potencial a ser descoberto e dinamizado, mas sim somente as condições “naturais” que o espaço oferece e que impedem e dificultam a implantação, segundo critérios prévios tidos como os mais adequados, com os menores custos e com o maior aproveitamento aparente sempre em consonância com padrões preexistentes e universais.

Não há compreensão da realidade física e social, pode haver no máximo o uso de algumas de suas características, para, de um lado, demonstrar cuidados científicos com a morfologia de relevo, às vezes até com o uso da expressão ambiental, e, de outro lado, para justificar os usos e ocupações *a priori* preferenciais, portanto, discurso fácil da abstração e ideologia.

Romper com essas posturas, requer que seja repensado o uso que se quer fazer do estudo, análise do suporte físico e da dinâmica social. Fazer uso dessas peculiaridades é mais do que tê-las como fatores de descrição de um cenário – pano de fundo – sobre o qual as atividades deverão se processar atendendo aos padrões previamente escolhidos como os mais adequados e desejáveis, a despeito das peculiaridades e potencialidades que esses fatores podem apresentar.

Análises geomorfológicas, geralmente compostas pelos temas de hipsometria, isodeclividades, geotecnia, cobertura vegetal e em muitos casos da hidrografia, são muito comuns e usuais, sempre utilizadas para a descrição de uma determinada porção do território em que são mostradas as diferentes tipologias identificadas, sua composição, sua distribuição e localização, sua ocupação e uso. Nessas análises é comum percebermos que o entendimento que se tem com relação aos atributos necessários para a ocupação e uso referem-se a solos que podem ser ocupados e usados muito intensamente com vistas a seu máximo aproveitamento econômico, procurando, por esse viés, situações que reúnem características que imprimem valor de uso e valor de troca, tais como a boa declividade com inclinações médias

em torno de no máximo 30%, situações que permitem o padrão parcelário já amplamente conhecido e utilizado em quadra regular com lote padrão, uma cobertura vegetal que não restrinja a ocupação como as capoeiras e campos antrópicos, solos resistentes e que suportem bem as construções e de preferência, onde a água não se faça presente de modo a impedir a ocupação, seja pelas restrições próprias dos terrenos alagadiços, seja pela legislação existente.

É de notar que o resultado e utilização dessas análises se referem a um entendimento da morfologia de relevo em que são tomados como impedimentos e limitações suas características próprias, fazendo com que um conjunto muito reduzido dessas características se apresente inversamente como potencialidade. Isso porque antes mesmo de proceder ao seu estudo e análise, independentemente do resultado que se possa obter, os padrões de usos e ocupação desejados já estão previamente selecionados.

O entendimento do espaço em profundidade no intuito de conhecer suas características e peculiaridades, para de fato ampliar as alternativas de uso e ocupação, requer que os estudos e análises sejam feitos, de um lado, despidos de preconceitos com relação às suas próprias características. O que quer dizer, entender cada um dos temas em correlação com o outro, mas acima de tudo como um atributo a ser apropriado, seja de modo físico concreto, como já ocorre, por exemplo, com os mananciais – as águas; com as áreas de solo firme e com baixa declividade; com algumas áreas vegetadas que se transformam em áreas de lazer e de interesse paisagístico pelas visuais interessantes, etc., seja em uma apropriação e uso não necessariamente físicos, como no caso de áreas de especial interesse social por suas características de sítios de rara configuração e fisionomia; as áreas de recarga de aquíferos; e os sítios em que se encontram espécimes raros e em vias de extinção, cuja utilização e manutenção tem interesse tanto para o meio como para o homem. E, de outro lado, a *incorporação de fato dessas peculiaridades* como configurações próprias dos lugares.

O que se quer dizer é que as configurações próprias da geomorfologia são atributos de paisagem, são configurações desejadas e desejáveis.

A REALIDADE SOCIAL E OS DESENHOS

As análises do social, geralmente, dizem respeito aos modos de organização sociais e como a sociedade organiza sua produção e consumo em um determinado espaço e em um determinado tempo, e como essas especificidades de organização da produção e do consumo interferem ou mesmo determinam outras formas de sua organização e manifestação concreta no tempo e no espaço.

No mundo capitalista, à maneira de organização da produção, que se convencionou denominar de urbano-industrial, veio transformar significativamente tanto as relações sociais como as relações espaciais.

O mundo rural no Brasil, desde os primórdios da colonização, tinha como pressuposto a divisão do território em grandes glebas, as capitanias hereditárias e a partir destas em sesmarias, cujo objetivo expresso era o de tentar, por meio de concessões, estabelecer o povoamento que assegurasse o relativo domínio sobre as novas terras. Concessões essas condicionadas à utilização da terra para o plantio e exploração agrícola, ou seja, um projeto de povoamento claramente fundado em bases de produção rural. Isso influenciou por muito tempo, desde a organização do território e sua conseqüente configuração, até as relações sociais, dado o acesso a uma sesmaria que dependia, claramente, de o pretendente ser filho d'algo, nobre, ou possuidor de “bons” relacionamentos junto à coroa para se fazer merecedor da concessão, e também pelas peculiaridades de distribuição espacial das glebas que tinham como uso predominante a exploração agrícola, quando muito.

As grandes extensões, o baixo índice de aproveitamento, as técnicas muito rudimentares, quando as haviam, e o reduzido número de construções correspondente e de população, mais o regime de trabalho escravista, faziam com que o regime de relações sociais por contato e trocas, além de muito esporádico, fosse bastante estratificado, ficando por muito tempo a rede de relações e práticas sociais muito dependente da metrópole, tanto no tocante aos hábitos e costumes como no tocante à sua representação físico-espacial. A regulação era a advinda das Ordenações do Reino, correspondia ao transplante para as novas terras dos modos de distribuir e demarcar as terras, as obrigações a que estavam submetidos os sesmeiros, e as penalidades a que estariam sujeitas, caso não cumprissem o prescrito. Entretanto, ainda que de modo muito frágil, sem força de “desenho” muito explícito, forjaram uma configuração básica da distribuição do solo como contribuíram com a conformação do tecido social para cá imaginado.

De outro lado, os pequenos núcleos, os povoados e sedes de cidades também sujeitos às Ordenações que incorporavam as “orientações eclesiásticas”, tiveram seu desenho básico determinado por relações espaciais muito peculiares e claramente dependentes da definição do espaço reservado à *“Capela, depois como Paróquia ou Freguesia: não apenas quanto a disposição de seus edifícios como, e antes de mais nada, quanto ao sistema fundiário e ao parcelamento correspondente.”* (MARX, 1999, p. 50). A igreja, consolidando uma centralidade, que se definia pela distribuição e localização daqueles edifícios que dariam suporte legal e gerencial ao novo espaço urbano da sede municipal que ia se consolidando, a igreja, a casa de câmara e a cadeia.

Modalidade de concessão complementar utilizada para possibilitar o povoamento, a ocupação, o uso e conseqüentemente tomar formas, as datas de terra e o rossio, são mecanismos físico-territoriais e de cunho legal pelos quais foi possível viabilizar uma certa flexibilização nas concessões, exatamente nas quais essa flexibilização se fazia necessária e desejável: o espaço citadino, então, nascente e seu entorno, as áreas de expansão. Esse cenário muda radicalmente,

ainda que lentamente, com a instituição do sistema de venda e compra por meio da Lei de Terras e com o posterior detalhamento pelo Decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854, como nos mostra Murillo Marx: *“... A possibilidade de lotear atingiu o campo e sertões inóspitos, contribuindo para permitir o acesso à terra de outro tipo de gente, para uma maior diversificação e comercialização de produtos agrícolas e, mesmo, para a ocupação de amplas regiões novas...”* (MARX, 1999, p. 70) em que demonstra tanto a amplitude espacial da nova modalidade de transmissão da terra como a extensão que viria a adquirir a diversidade de tipos de proprietários que a ele viriam a ter acesso, agora no novo sistema, ampliando-se, com o tempo, a particularização da terra no meio urbano nascente com a desincorporação dos bens sob domínio do município e a desamortização dos bens sob domínio eclesiástico, e, mais adiante, completa, *“... É outro desenho urbano, advindo de outra maneira de se apropriar da terra, que vai se exibindo. Já pelo porte e forma dos novos lotes oferecidos, já pela justaposição e convívio com novas ruas e praças. Há uma outra ordem óbvia, talvez mais simplista e monotonamente repetitiva, para uma paisagem urbana que parece, e foi, feita de chofre.”* (MARX, 1999, p. 71).

Esses fatores, ainda que não tenham ocorrido simultaneamente, a instituição da venda e compra, possibilitando uma nova modalidade parcelária – o lote –, de um lado, o desenvolvimento de uma nova maneira de organização da produção e do trabalho, a sociedade urbano-industrial, fazendo surgir um sem-número de novas atividades e maneiras de relações socioespaciais, de outro lado, vão constituindo, transformando e consolidando um tipo de vida urbano que se realiza em um novo tipo de espaço urbano. As atividades vão se organizando segundo critérios de acessibilidade, da liberdade de aquisição da terra, das demandas por negócios e serviços, da necessidade de moradia, dos interesses em apropriar-se dos valores e lucros decorrentes dos “negócios imobiliários”.

Essas “atividades” todas, ao se distribuir e localizar-se no tempo e no espaço, vão construindo os desenhos da realidade física e social, mais social, menos física em um primeiro instante. Essa imbricação das relações, ao compor o espaço, cria feições que, no mais das vezes, independem das vontades reguladoras e fiscalizadoras, quando as há. Conforme Marx:... *“A cidade se calca em normas que regulamentam as condutas, as atividades, as relações que conformam a moldura em que se dá o convívio de todos. Normas que são cumpridas ou burladas, provavelmente mais burladas que cumpridas, mas que, por isso mesmo, exprimem interesses distintos, por vezes conflitantes de seus moradores. Criação coletiva, o espaço urbano se faz segundo tais regras, apesar delas ou contra elas...”* (MARX, 1999, p. 42), em que se demonstra que, apesar da ideologia expressa nos instrumentos normativos, existe de fato uma cidade que se manifesta de maneira real e palpável, na qual talvez seja possível identificar uma realidade física e social, que não seja mera abstração, em que talvez seja possível também identificar configurações que expressem não somente os desejos,

mas sobretudo os modos concretos pelos quais se tornou possível, seja pela acessibilidade, seja pela exclusão, a apropriação do espaço conformando desenhos e paisagens.

A PAISAGEM COMO IDÉIA – FORÇA CENTRAL NO PLANEJAMENTO

Feições; aparências; configurações; desenhos; conformações, todas as expressões que poderiam ser com muita tranquilidade substituídas por paisagens. Elas significam imagem que podemos ver e perceber em um lance de olhos, querem exprimir que os objetos têm uma forma que pode ser percebida e que esta forma é construída segundo princípios socioculturais e técnicos, às quais podem ser atribuídos valores.

OBJETO E FORMA

Desde o início deste trabalho vimos tentando tornar o mais claro possível que estamos utilizando a expressão “objeto” para significar o urbano e a urbanização, isto é, o conjunto de coisas construídas e arranjadas sobre o território, de modo a constituir um todo, fragmentado ou não, que possui uma certa organização que lhe é própria e peculiar. Organização esta necessária para a realização de um modo de vida que a espécie humana, bem ou mal, entendeu ao longo de seus tempos como o mais apropriado para sua sobrevivência e realização. Esse conjunto de coisas construídas e arranjadas, dadas as peculiaridades que lhe são muito próprias, e apesar da enorme diversidade que apresentam em relação a cada grupo de habitantes ou região específicos, parece possuir características que são sempre comuns a qualquer um desses arranjos. Alguns desses aspectos parecem sempre se repetir ou mostram-se muito similares e comuns a todos os arranjos.

Pode-se dizer, com pouca chance de erro, que a reprodutibilidade, a proximidade formando aglomerado, a especialização e diversificação de atividades bem como a apropriação da terra como valor de uso e de troca, são daqueles aspectos que lhe são comuns, os que mais enfaticamente sempre se repetem, fazendo com que o urbano e a urbanização sejam dotados de características intrínsecas próprias e guardem similaridades, do mesmo modo como acontece com os objetos; daí por vezes utilizar-se a expressão objeto urbano, sem maiores pretensões.

Os arranjos e as maneiras como os objetos urbanos se distribuem no tempo e no espaço, ou seja, como cada construção se articula com seu espaço envoltório e com cada um desses pequenos conjuntos – construção e espaço envoltório –

articula-se com os outros, apresentam-se a nós por intermédio de figuras, contorno externo dos objetos, que encerram formas. Essas formas são resultado da maneira pela qual cada objeto é construído e da maneira pela qual cada objeto ao ser construído apropriou-se dos solos, de que tipo e para qual finalidade foi construído, além de como cada organização social entendeu que deveria se constituir a distribuição e localização de sua organização espacial. As formas resultantes desses arranjos configuram os desenhos que, ao ser perceptíveis, passíveis de serem vistos, adquirem feições a que denominamos de fisionomias da urbanização. A paisagem como a fisionomia da urbanização, ao ser sua dimensão perceptível, pode tanto revelar quanto velar as maneiras pelas quais se construiu e constrói-se a urbanização.

OS VALORES E A PERCEPÇÃO

Já vimos que a forma da paisagem é construída segundo princípios socioculturais e técnicos aos quais podem ser atribuídos valores. Isso quer dizer que os princípios são expressão dos valores que foram atribuídos a esse ou aquele arranjo, a esse ou aquele objeto ou conjunto de objetos em um determinado tempo e em um determinado espaço. Esses valores dizem respeito às coisas para as quais se atribui importância, as quais são imprescindíveis e necessárias àquilo que representa querença do homem.

Simplificando, para o senso comum, geralmente, estão associados a uma noção de belo entendido como limpo, organizado; de verde, geralmente confundido com natureza e natural; de agradável entendido como confortável tanto no sentido de conforto físico quanto climático – entenda-se intemperismo, chuva, vento, sol e poeira – no qual o que importa é que os “lugares” proporcionem sensação de segurança, de bem-estar e de pertencimento, possuindo uma aparência que revele esses valores, seja de que maneira tenham sido construídos no imaginário.

“Revele” está aqui muito bem empregado, uma vez que *re-vele* significa velar de novo, tornar novamente velado por uma nova ou outra veladura no sentido de véu, daquele que encobre, esconde e dissimula. Torna-se, assim, compreensível que certos valores sejam preponderantes em relação a outros e que a paisagem possa revelar aspectos que se encontram velados, em um movimento de recobrimento por dissimulação, tornando-se instrumento de ideologia, fazendo passar por querença atributos de “higiene” como salubridade, da “organização” como ordem plácida, e de “arranjos de verdes e águas” como natureza e natural.

Esses processos de encobrimento impedem a percepção da paisagem segundo suas características constituintes, e também a percepção de valores outros que não aqueles necessariamente já instituídos e consagrados. Perceber

quer dizer desvelar, retirar o véu que encobre, esconde e dissimula, permitindo conhecer e considerar como parte constituinte dos elementos que constroem a paisagem e ambiente, tanto os elementos da geomorfologia quanto as construções, e poder entender que estes se combinam e recambiam-se, segundo padrões preexistentes formando desenhos. A percepção da paisagem como processo de desvelamento requer procurar identificar os padrões existentes de como as construções se apropriaram dos solos, configurando os desenhos, e a que modos preferenciais de apropriação correspondem. Ou seja, a forma que os espaços adquiriram quando de sua apropriação pela ocupação e uso, formando, desse modo, uma imagem/desenho que corresponda à fisionomia da urbanização, lendo na paisagem os processos de sua construção, desvelando tanto as maneiras preferenciais de apropriação física e de construção, dos lugares, quanto a ideologia que lhe é correspondente.

SUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Parece-nos agora devamos acrescentar, ainda que de modo muito preliminar, uma outra dimensão, a noção de meio ambiente. Geralmente associado a uma idéia de natureza e de natural, e mais do que tudo calcada em uma idéia de natureza boa, e portanto acolhedora e confortável, na qual as coisas se encontram em equilíbrio, devendo ser mantidas resguardadas e apartadas do mundo da civilização necessariamente mau e destruidor, o meio ambiente finda por aparecer a nós ora como um Shangri-lá inatingível, ora como o Éden não mais merecido, ora como o reino da floresta, conforme nas histórias infantis, em que moram os bichos e as árvores, no qual é perigoso, mas encantado. Essas noções de meio ambiente como uma esfera encantada, idílica e romântica de um lado, e, de outro lado, como um *locus* separado em que impera o equilíbrio e a qualidade, diferente do nosso, no qual habitamos, e necessariamente impera a poluição de toda ordem e, conseqüentemente, ocorre o desequilíbrio desconfortável e torpe, tem sido responsável em grande parte pelos equívocos em relação ao entendimento do que possa, verdadeiramente, ser percebido como meio ambiente, fazendo com que somente as coisas do natural ou melhor, com aparência natural, sejam tomadas como pertencentes a essa esfera, portanto, a esse meio ambiente, mais do que tudo de uma natureza/meio ambiente ascéticos, limpos, seguros e bons. Desse modo, ao separar o meio ambiente como a natureza idealmente boa, de um lado, e o urbano idealmente mau, de outro lado, essas noções reforçam rupturas que indicam como impossível a imbricação entre a antropização e o suporte, e mais do que isso, que a urbanização é, de *per si*, sempre e irremediavelmente o algoz do suporte e da qualidade de vida. Essas noções, além de muito reducionistas e ingênuas, são úteis para reforçar e

justificar tomadas de decisão com relação aos desenhos que nada trazem de contribuição, além de uma certa preocupação muito localizada, e portanto, no mais das vezes de reduzido alcance com relação às áreas verdes, nunca discutindo o que interessa de fato, os padrões dos desenhos da urbanização; o modo como se optou por desenhar a urbanização; e os modos como esses desenhos se apropriam do suporte.

Uma maneira pela qual nos parece possível iniciar a superação dos problemas que essas noções acabaram por criar e reforçar, talvez seja retomando o conceito de biosfera: *“O termo ‘biosfera’ foi criado por Teilhard de Chardim. É um termo novo, exigido por nossa chegada a um estágio mais avançado no progresso de nosso conhecimento científico e poder material. A biosfera é uma película de terra firme, água e ar que envolve o globo (ou globo virtual) de nosso planeta Terra. É o único habitat atual – e, tanto quanto podemos prever hoje, é também o único habitat jamais viável de todas as espécies de seres vivos que conhecemos, a humanidade inclusive... A característica mais significativa da biosfera é seu tamanho relativamente pequeno e a exigüidade dos recursos que oferece. Em termos terrestres a biosfera é fantasticamente delgada. Seu limite superior pode ser comparado à altitude máxima na estratosfera, em que um avião pode permanecer no ar; seu limite inferior é a profundidade, abaixo da superfície de sua porção sólida, até onde os engenheiros podem perfurar e abrir minas. A espessura da biosfera, entre esses dois limites é mínima, como uma película delicada, se comparada ao comprimento do raio do globo por ela coberto... Os constituintes da biosfera são interdependentes e o homem é exatamente tão dependente de sua relação com o resto da biosfera quanto qualquer dos outros atuais constituintes da mesma.”* (TOYNBEE, 1987, p. 22, 24). A noção de hábitat e da necessária inclusão da espécie humana, reintegrando-a ao meio/hábitat presentes nesse conceito, é, sem dúvida, um avanço. Podemos complementar a superação iniciada com o conceito de biosfera, adicionando o conceito de paisagem como produto e meio das relações entre o suporte ecológico e as intervenções antrópicas em um movimento contínuo e retroalimentador como vimos fazendo, e aprofundando o de meio ambiente como ... *“o conjunto de meios naturais (milieux naturels) ou artificializados da ecosfera onde o homem se instalou e que ele explora, que ele administra, bem como o conjunto dos meios não submetidos à ação antrópica e que são considerados necessários à sua sobrevivência. Esses meios são caracterizados: – por sua geometria, seus componentes físicos, químicos, biológicos e humanos e pela distribuição espacial desses componentes; – pelos processos de transformação, de ação ou de interação envolvendo esses componentes e condicionando sua mudança no espaço e no tempo; – por suas múltiplas dependências com relação às ações humanas; – por sua importância tendo em vista o desenvolvimento das sociedades humanas”*... (JOLLIVET ET PAVÉ, 1997, p. 70). Cabe esclarecer que paisagem e

ambiente são tomados aqui como referentes a uma única e mesma esfera de categorias e de problemas, e, em certa medida, privilegiando a noção de paisagem como a instância integradora entre essas. Entendemos dessa forma que a noção de paisagem contribui para que se “*opere uma junção entre a gestão de recursos naturais, a qualidade do hábitat e os problemas de saúde*” (JOLLIVET ET PAVÉ, 1997, p. 70), e acrescentamos aí os problemas de organização do espaço, e mais enfaticamente da distribuição e localização espacial da urbanização e seus desenhos correspondentes como desenhos do ambiente.

Isso só será possível ao se entender também as interações escalares desde o mais geral até o mais particular como oportunidades de definição mais vantajosa de desenhos da e na urbanização, na qual a paisagem tem papel de auxiliar a indicar as características especiais que cada escala deve conter. A paisagem permite pensar em interconecções como meio de fazer-se ligações e estabelecer relações físicas, funcionais e de morfologias, permitindo mostrar vantagens ambientais e econômicas no espaço e no projeto, desde que se entende que não se trata de buscar incessantemente um Éden intangível, mas uma cidade real, possível, diversa, competitiva, mas justa e bela.

Para funcionar plenamente, a cidade necessita da conectividade, uma cidade fragmentária ou fragmentada é cara, de difícil manutenção e geralmente apresenta rupturas em seus processos.

É da natureza da cidade, como também o é da própria “natureza” a conectividade como meio de garantir a manutenção dos processos que as mantêm como tais. Diferem, é certo, quanto aos processos, diferem quanto aos agentes, diferem em suas dinâmicas e em suas capacidades de absorver ou não os diversos níveis de impactos. Mas creio sejam similares, cidade e natureza, naquilo que as fazem serem como são, ou seja, necessitam de interconexões, organizam-se formando mosaicos, em que se pode identificar matrizes, porções (*patches*), fronteiras (*boundaries*) e corredores ou *continuums* (GORDON & FORMMAN, 1996). Nesse sentido, é possível fazer uso complementar das especiais características do meio para promover de modo articulado e integrado os modos de apropriação e uso dos espaços, nos quais os aspectos de paisagem sejam menos óbices, menos produtos e mais meio de obtenção de um desenho de uma organização socioespacial mais plena.

Assim é que se torna possível, então, considerar a paisagem como idéia-força central, elemento norteador e integrador, pelo qual é possível imprimir fisionomia à urbanização em diversos níveis e configurações. Urbanização que pode ser mais ou menos aglomerada, mais ou menos adensada, com maior ou menor presença dos elementos com aparência natural, mais ou menos processada, mas que expressa os desenhos desejados e desejáveis do ambiente e no qual a paisagem é meio pelo qual se identifica e promove as transformações necessárias.

BIBLIOGRAFIA

- BIRKHOLZ, Lauro Bastos. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. CEPU USP – Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas*. São José dos Campos: P. M. S. J. C., 1958, 3 Vol.
- CAMPOS F^o, Cândido M. *Cidades brasileiras: Seu controle ou o caos*. São Paulo: Nobel, 1992. 143 p.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, 125 p. Coleção Primeiros Passos.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. 350 p.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 484 p.
- DÉAK, Csaba; SHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/FUPAM, 1999. 339 p.
- FORMAM, Richard T. T.; DRAMSTAD, W. E.; OLSON, J. D. *Landscape ecology principles in land-use planning*. Harvard University Graduate School of Design. USA: Island Press, 1996. 200 p.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. 550 p.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.
- HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. Introdução de Dacio A. B. Ottoni. São Paulo: Hucitec, 1996. 211 p.
- JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. Tradução Paulo Anthero S. Barbosa. São Paulo: Becca Produções Culturais, 2001. 190 p.
- JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: Questões e perspectivas para pesquisa. In: VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento, novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 1997. 495 p.
- KLIASS, Rosa Grena. *Caracterização do conhecimento do Vale do Paraíba*. São José dos Campos: CODIVAP – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, 1971, 328 p.
- KURKDJIAN, M. L. N. O. *Projeto MAVALE. Macrozoneamento da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo*. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 1992, 190 p.
- LEME, Maria Cristina S. (Coord.) *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Nobel/FUPAM, 1999. 599 p.
- LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1969. 367 p.
- LIMA, Ruy C. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmaria e terras devolutas*. Porto Alegre: Sulina, 1954. 110 p.
- MACEDO, Silvio S. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999, 144 p.
- MAGNOLI, Miranda. M. E. M. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1983. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- _____. *A Universidade, a pesquisa em ambiente e paisagem e o ensino nas escolas de arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1987.
- MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília F. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. São Paulo: Editora Ática, 1995. 94 p.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993, 270 p.
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980. 94 p.
- _____. *Nosso chão: Do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989. 217 p.
- _____. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991. 143 p.
- _____. *Cidade no Brasil: Em que termos?* São Paulo: Nobel, 1999. 143 p.
- MCHARG, Ian. *Proyectar con la naturaleza*. Tradução de Purificación Fernández Nistal, Mar San Miguel Blanco, Alfonso Centeno González e Raquel Fernández Fuertes. Barcelona: Editorial Gustavo Gili SA, 2000, 197 p.
- PELLEGRINO, Paulo. Pode-se planejar a paisagem? *Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 13, 2000, 229 p.

- REDCLIFT, Michael; BENTON, Ted. *Social theory and the global environment. Global Environmental Change programme*. Londres: Routledge, 1994. 267 p.
- REIS F^o, Nestor G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000. 411 p.
- _____. *Evolução urbana do Brasil: 1500 / 1720*. 2. edição revista e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. 239 p.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel / Fapesp, 1997. 242 p.
- SANTOS, Emmanuel A. *Indústria e paisagem. A evolução urbano industrial e a transformação da paisagem: O caso de São José dos Campos*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- _____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Um Plano da Cidade para a Cidadania*. São José dos Campos: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 1995. 165 p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001. 471 p.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001. 179 p.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. 409 p.
- SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p.
- SOUZA, Maria Adélia. *Plano Regional do Macro Eixo Paulista*. São Paulo: SEP CAR – Secretaria de Estado de Planejamento Coordenadoria de Ação Regional, 1978. 6 vol.
- SPIRN, Anne W. *The granite garden: Urban nature and human design*. Nova York: Basic Books, 1984. 333 p.
- TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a Mãe-Terra. Uma história narrativa do mundo*. São Paulo: Editora Guanabara, 1987. 772 p.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1998. 373 p.
- VITRÚVIO, Marco. *Da arquitetura*. Introdução de Júlio Roberto Katinsky. São Paulo: Hucitec/FUPAM, 1999. 245 p.
- WILHEIN, Jorge; SERET Arqt. Associados. S. A. (Coord). *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. São Paulo: P. M. S. J. C., 1971, 2 vol.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Paisagem, ambiente, plano diretor, planejamento, incorporação.

Landscape, environment, master plan, planning, incorporation.

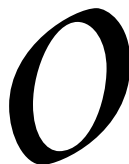
Obs.:

O presente artigo é parte da tese de doutorado defendida pelo autor, sob orientação da Profa. Dra. Miranda Maria E. Martinelli Magnoli.

Emmanuel Antonio dos Santos

Arquiteto, doutor pela FAUUSP, professor de paisagismo nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo das universidades: Braz Cubas, em Mogi das Cruzes; UNIP, unidade São José dos Campos; e UNIVAP, Universidade do Vale do Paraíba, em São José dos Campos.

Maria Cecília Naclério Homem



PRINCÍPIO DA RACIONALIDADE *e* A GÊNESE DA COZINHA MODERNA

124

pós-

RESUMO

A partir de 1930, começam a ser valorizados entre nós os princípios de simplificação do trabalho na indústria e no lar. Os três grandes centros de operações existentes na cozinha, a saber: armazenamento e conservação; limpeza e preparo; cocção e serviço, deviam apresentar-se em superfícies contínuas e compactas, contidas em um espaço menor e mais bem aproveitado, o que veio ao encontro da necessidade de economia de passos e de movimentos do usuário. A cozinha, que girava em torno do triângulo constituído pela pia, pelo fogão e pela geladeira, sem perder de vista a janela, foi sendo enriquecida por uma série de eletrodomésticos de pequeno e grande porte, entre os quais a geladeira elétrica, introduzida a partir de 1927. Mas esse equipamento só se vulgarizaria após a Segunda Grande Guerra, graças ao aperfeiçoamento das formas de energia, como a eletricidade e os derivados de petróleo e à intensificação das atividades industriais e comerciais. Tais fatores ocorreram de modo paralelo ao crescimento do mercado de consumo e da indústria da construção civil, em especial da verticalização, a qual propunha o melhor aproveitamento econômico do espaço.

ABSTRACT

The concept of work rationalization in the manufacturing as well as in the home environment has been valued by us since 1930. At home, kitchens comprised three major operational hubs, namely storage and conservation, cleaning and preparation, and cooking and serving. These had to feature continuous and compact surfaces, contained in compact areas that maximized use, something which matched the need to save the user's steps and movements. The kitchen, centered around a triangle consisting of the sink, the stove and the icebox, and a window for a good view, started aggregating small and large appliances, including the electric refrigerator, introduced as of 1927. Nonetheless, this particular appliance would only become widely used after World War II, thanks to improved energy forms, such as electricity and oil, and greater industrial and trade activity. These factors took place concurrently with a burgeoning consumer market and building industry, especially that involving high-rise and high-density structures, which demanded ultimate economical use of space.

INTRODUÇÃO

Com este trabalho pretendemos captar o processo de nascimento da cozinha moderna, mediante a introdução do princípio da racionalidade. Assim sendo, não deve ser o mais completo possível, mesmo porque foi concluído em 1997, com o nome *A racionalidade assume o comando: o equipamento da cozinha moderna*, e foi apresentado pelo Lab-FAU na 1ª convenção USP de História da Ciência e da Tecnologia, realizada em outubro do mesmo ano. Foi revisto para esta publicação, no qual procuramos enfatizar a importância da idéia da simplificação do trabalho na cozinha.

A cozinha é considerada como o compartimento da habitação em que se preparam os alimentos. Sua atividade básica, e a etimologia do vocábulo o indica, é o cozer, isto é, o preparo de alimentos pela ação do fogo ou do calor, havendo, desde tempos imemoriais, diversos processos para a obtenção do fogo para a cocção, bem como do segundo elemento essencial, a água, o que explica, desde sempre, a itinerância ou a mobilidade da cozinha. Contudo, o que concede a função ao espaço é o equipamento, cuja presença será indicativa das operações que aí se desenvolvem. São várias as operações que se vinculam à cocção: limpeza, preparo, cozimento e serviço, além da recepção, armazenamento, conservação e distribuição dos gêneros alimentícios ou dos alimentos preparados, as quais, com o decorrer dos séculos, desenvolveram-se tanto nos exteriores quanto nos interiores e articularam-se com o local onde estava o fogo.

A cozinha constitui um local no qual os elementos como o fogo, a água, o ar e a luz coexistem nas mais diferentes manifestações, condição que, associada ao seu uso contínuo, passa a caracterizá-la como um espaço fatalmente sujeito à deterioração e a constantes cuidados com sua manutenção, levando-a a depender de uma reciclagem periódica. Por isso, técnicas de obtenção da matéria-prima e de sua conservação, processos de preparo dos alimentos, a fabricação e o uso dos utensílios, etc. assinalam a história da cozinha. A preocupação da indústria com a reciclagem da área e de seu equipamento transformaram-na em um local de apresentação e preservação dispendiosas, as quais não deixam de incluir um lado criativo e lúdico, atributos que, por certo, também se manifestam na prática culinária.

O NASCIMENTO DO IDORT E A SIMPLIFICAÇÃO DO TRABALHO NA INDÚSTRIA NACIONAL: 1930-1945

Após 1930, um grupo de empresários paulistas, liderados por Armando de Salles Oliveira, criou o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, com o objetivo de responder à crise de 1929, que oprimia as instituições da época. A iniciativa foi a responsável pela introdução do planejamento, da pesquisa e do

trabalho em nosso país que estava em franco descompasso com relação aos países desenvolvidos. Era preciso organizar a indústria de forma a combater o desperdício de tempo, de material e de energia humana, princípios formulados pelos engenheiros norte-americanos Frederick W. Taylor (1856-1915) e Frank B. Gilbreth (1868-1924), os quais também deveriam ser aplicados nos lares. Para tanto, havia necessidade de informar, formar e desenvolver organizações, tendo sido criada a *Revista do IDORT*, publicada até hoje. Em 1938, essa revista publicou uma série de artigos importantes¹ que propunham uma cozinha clara, de aspecto agradável, bem iluminada durante o dia, por meio de grandes janelas, e à noite, por intermédio de focos de luz bem distribuídos. Devia ser facilmente limpa, os móveis bem distribuídos no sentido de reduzir a fadiga e a perda de tempo do usuário. Para tanto, contaria com uma mesa central e o equipamento bem à mão, junto ao fogão. Observavam a importância das formas de energia, das instalações apropriadas, da higiene e da alimentação adequada, tendo como base os valores nutritivos.

Em junho daquele mesmo ano, o arquiteto Henrique Mindlin também apresentava o artigo de sua autoria: "*Análise racional do projeto*", no qual falava dos três centros de trabalho da cozinha: armazenamento e conservação; limpeza e preparo; cozimento e serviço, representados pela geladeira, pela pia, pela bancada de trabalho e pelo fogão; referia-se, a seguir, aos estudos das capacidades necessárias (considerando o número de leitos da residência) e do arranjo dos elementos componentes². Em breve, os alunos da Escola Politécnica incorporaram tais idéias e trataram de analisar os projetos norte-americanos, apresentado ora em forma de I, ora em L ou em U. Estes seriam sempre compactos, em vista de reduzirem-se as distâncias ao mínimo possível³. Previam-se as superfícies contínuas, colocadas no nível da cintura do usuário, aproveitando-se a parte inferior e superior das paredes para a fixação dos armários. Valorizava-se a automação dos aparelhos, sempre colocados à mão e propunha-se um espaço para a copa ou sala de almoço, que seria conjugado com o da cozinha.

Definia-se, assim, a cozinha racional: aquela que é especialmente organizada e ocupa um espaço reduzido, em vista da economia de tempo e de energia humana. Deve ser clara, arejada e bem iluminada por janelas e luzes noturnas, e ter aspecto alegre. Considera três grandes centros de atividades: armazenamento e conservação; limpeza e preparo; cozimento e serviço, apresentando-os em perfeita conexão entre si, mediante a melhor disponibilidade do equipamento e das janelas, além de relacioná-los com as peças que compõem a habitação. O trabalho será simplificado pela disposição e pela automação dos aparelhos auxiliares. Móveis e aparelhos se integram às superfícies contínuas e compactas, contidos todos em um espaço menor e mais bem utilizado, apto a atender à necessidade de economia de passos e de movimentos do usuário.

O termo racionalidade é usado no sentido de tornar mais eficientes e menos penosos os processos do trabalho culinário. Para tanto, assistiu-se à associação do

(1) Ver: WIGGAM, Albert Edward. A simplificação do trabalho. *Revista do IDORT*, São Paulo, p. 121-123, jun. 1938. "A cozinha racional", sem autoria expressa, in: op. cit. p. 269-270; OLIVEIRA, engenheiro Francisco de Salles: *A organização das atividades domésticas*, *Revista do IDORT*, out., nov., dez., p. 265-266.

(2) MINDLIN, Henrique. "Análise racional do projeto" (método Klein). *Acrópole*, São Paulo, n. 3, p. 39-47, ano 1, julho de 1938.

(3) JAEGER, Frederico René de. Cozinhas de hoje. *Revista Politécnica*, São Paulo, n. 130, p. 143-150, abr.-jun. 1939.

conforto ambiental com a ergonomia. É possível dizer que a racionalidade constitui o caráter básico da cozinha moderna, uma vez que ela visa à programação do espaço em vista de seu melhor aproveitamento, assim como do equipamento disponível, objetivando facilitar ou agilizar as operações culinárias.

Nesse momento, ampliavam-se os serviços urbanos. Nascia a sociedade de massas no Brasil, que já contava com 50 milhões de habitantes. Vivia-se a era do rádio e já se faziam as primeiras incursões pelo crediário. Diversas linhas aéreas de carreira cortavam os céus do país. Mas a indústria nacional estava voltada apenas aos ramos da tecelagem, aos artigos de vestuário e brinquedos. Entre os produtos alimentícios, salientam-se os biscoitos Aymoré e enlatados nacionais: sardinhas, extrato de tomate e goiabada, ambos marca Peixe. As marcas dos refrigerantes e das cervejas eram tradicionais. A indústria suíça Nestlé e Maizena Dureya já se faziam presentes. Entre os importados, figuram os produtos farmacêuticos, de beleza e de higiene, os automóveis e eletrodomésticos de porte tais como as geladeiras das marcas Frigidaire e GE.

A EVOLUÇÃO DO EQUIPAMENTO: 1940-1960

Ao estudarmos a evolução do equipamento, observamos que, nos últimos 60 anos, ele se fez acompanhar de uma série de conceitos: facilidade, praticidade, rapidez, limpeza, saúde, beleza, prazer, conforto, etc.

Transforme em prazer as árduas tarefas caseiras !...

Seja prática ! O seu trabalho, sem dúvida, será menos fatigante se a sua copa, a sua cozinha e a despensa estiverem convenientemente apetrechadas! Visite-nos. Frigidaire inglesa - Magnífico refrigerador de 4 ½ pés, de fácil lubrificação, o que lhe assegura maior durabilidade, ótimas e espaçosas divisões.

Batedeira elétrica para bolos e para espremer laranjas, limões, etc.

Mappin, 1940. In: Mappin setenta anos. 1985

“Exaustor CONTACT

para o conforto do seu lar

aparelho fácil de limpar...

Cozinhas higiênicas e confortáveis:

Agora estou contente. Depois que instalei o Exaustor Contact, minha cozinha está sempre limpa, fresca e agradável. Não tem fumaça nem cheiro de frituras”.

“Ela prefere PANEX

*** Supereconômica: poupa combustível, tempo e trabalho, pois cozinha o feijão em 20 minutos”.*

Liqüidificador ARNO IV Centenário

“Moderno, funcional, características exclusivas:

novas cores: estudadas para harmonizar perfeitamente com sua cozinha

novo copo: em forma de coqueteleira

leva as receitas diretamente da cozinha à mesa

novo: Motor ‘super-silent’, ultra potente... 3 velocidades para todas as necessidades

nova sobre-tampa...”

“... Ela também se orgulha de ter uma das cozinhas mais modernas, completamente equipada, com todos os aparelhos elétricos, se bem que, tanto ela como a Josefina, secretamente consideram seu uso ligeiramente ‘desonroso’. Cozinhar, assim lhe foi ensinado, dever ‘a mão’, lenta e trabalhosamente.”

Revista Casa e Jardim 3, 5,7, 1953

O equipamento, em particular a automação, integrou-se à cozinha racional, constituindo a cozinha moderna. Assim sendo, a cozinha moderna revela vínculos com a ciência, além de se encontrar totalmente apoiada na tecnologia e no projeto, realizado tanto na indústria quanto no particular. Ao mesmo tempo, contida em um espaço menor, ela pôde atender aos interesses da indústria da construção civil. A nova cozinha se desenvolveu em torno do fogão, da pia e da geladeira, além da janela, associados a outros aparelhos de pequeno e grande porte, e a determinados tipos de móveis, acrescidos da racionalização ou do planejamento, além da preocupação estética.

A evolução do equipamento ocorreu por etapas. Com a Revolução Industrial, ele se articulou com a urbanização – quanto à instalação da rede de água e de esgotos, conduzindo a água corrente para os interiores e fazendo escoar as águas servidas – com a indústria de beneficiamento dos gêneros, e a de embalagens e conservação dos alimentos, assim como com a regularização do sistema de transportes. Tais fatores possibilitaram a diminuição do número de tarefas desenvolvidas na cozinha e em seus anexos, primeiros passos rumo à cozinha pequena, organizada, limpa e bonita, isto é, à cozinha moderna, racional.

A COZINHA NA ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA E NO PERÍODO PRÉ-INDUSTRIAL

Até que o Brasil se integrasse à Revolução Industrial – o que, aliás, ocorreria de forma irregular – e a água chegasse às torneiras, a cozinha era muito diferente. A mistura da produção com o privado e as dificuldades quanto à obtenção do precioso líquido fizeram dela um local sujo e desarticulado, alvo do preconceito que existia na sociedade escravocrata com referência ao trabalho manual. Situada

(4) CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo: EDART, 1972. V. Jirau. p. 288.

(5) Vide a respeito: LEMOS, Carlos A. C. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. Realizamos o seguinte estudo: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Evolução da cozinha em São Paulo; A influência da indústria no seu equipamento e nas suas dimensões (1800-1950)*, como trabalho programado ao doutorado na FAUUSP, ambos orientados pelo Prof. Dr. Carlos A. C. Lemos. A cozinha da casa mais abastada também foi estudada por nós em: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. O presente trabalho visa ser uma complementação dos dois últimos.

sempre nos fundos ou espalhada pelos quintais das casas urbanas e rústicas, ou nos andares superiores dos sobrados, ficava em lugar oposto ao salão e à sala de visitas, desaguando, habitualmente, na sala de jantar, tendo passado, antes, pela despensa ou pelo quarto dos doces e dos queijos. Uma vez que o uso da chaminé não era constante, a fumaça do fogão a lenha saía pelos interstícios das telhas vãs, ao mesmo tempo em que servia de conservante aos alimentos perecíveis dependurados na jirau. Eram eles: “... as carnes e derivados, o sal que fica protegido da umidade, os tijolos da rapadura, o milho-pipoca, assim defendido do caruncho, o toicinho, as mantas salgadas, etc.”⁴

Assim sendo, a cozinha era suja, fumarenta e exalava mau cheiro. Apresentava-se desconexa e abria-se para o quintal onde não faltavam a latrina, o poço ou a mina d’água e por onde se espalhavam o forno de barro, pilões, peneiras, moendas, a casa da farinha e a de fabricar queijos. Muitas vezes, os desvios dos cursos dos rios supriam a necessidade de beber dos moradores e da limpeza doméstica, servindo para a lavagem da roupa e do trem de cozinha, assim como de força motriz aos monjolos e moinhos. Na cidade, barricas d’água adquiridas ou trazidas das fontes pelos escravos, jornaleiros ou agregados completavam o suprimento de água da habitação mais abastada, da qual os excrementos e as águas servidas dos banhos de gamelas ainda seriam carregados pelo elemento servil e despejados nos becos, nos rios ou nos matagais⁵.



Foto 1: *Cozinha Caipira*, óleo sobre tela de autoria de José de Almeida Jr., de 1896, medindo 63 x 87 cm
Fonte: Pinacoteca do Estado de São Paulo



Foto 2a: O modelo de cozinha de 1917, no qual se valoriza a janela e busca-se a compactação dos móveis
Fonte: *Revista Feminina*, São Paulo, n. 32, 1917

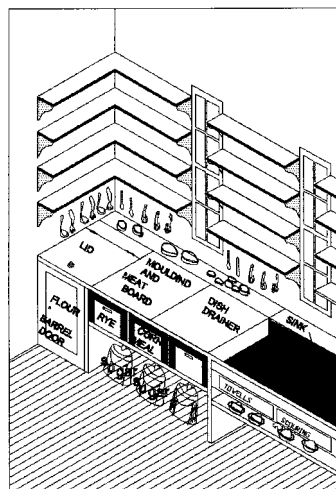
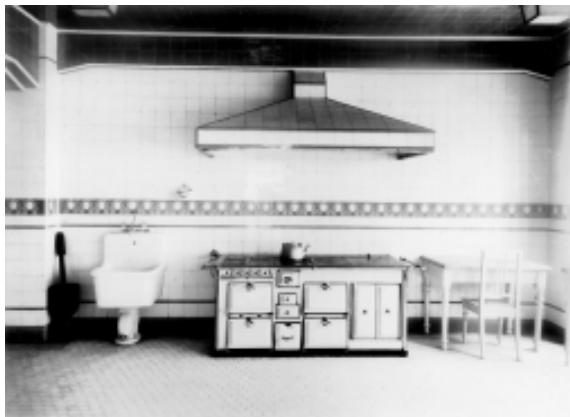


Foto 2b: Em 1869, Catherine Beecher propunha nos Estados Unidos, superfícies de trabalho contínuas juntamente com a organização dos utensílios e dos gêneros alimentícios a serem utilizados pela cozinheira. Na pia ao lado, Catherine fez instalar bombas de água quente e fria. Contudo, colocou o fogão a lenha em outra zona
Crédito: Desenho de Flávia E. Silva, a partir de Giedion, S., 1978

Fotos 3a e 3b: Parte da cozinha de Haus am Horn, Weimar, 1923, concentrando as zonas de limpeza, preparo e armazenamento, intercaladas com as superfícies contínuas, ao mesmo tempo em que utiliza as paredes e a zona da janela, perfazendo o total de uma cozinha duas ou três vezes maior. Na outra imagem, fogão a gás da cozinha do Bauhaus projetada em L
Crédito: Desenho de Flávia E. Silva, a partir de Giedion, S., 1978



Fotos 3c e 3d: Cozinha de uma residência *art-déco*, de cerca de 1928, azulejada até o teto. O fogão a gás continua como centro, agora atraindo para perto de si os acessórios, dispostos sem continuidade
Crédito: Foto da Cia Comercial e Construtora, arquivo da autora



Foto 4: Um dos primeiros modelos de fogão de ferro a lenha, fabricado no Rio de Janeiro, em 1866. Substituiu o fogão caipira. Fazenda Independência, 1822, Bananal, São Paulo
Crédito: foto MCNH, ago./2001



Foto 5: Modelo de fogão móvel, importado dos Estados Unidos. Trata-se do fogão de ferro conhecido como "fogão econômico". Dotado de serpentina, possibilitava o aquecimento da água. Esse fogão trouxe consigo a bateria de ferro
Fonte: A *Provincia de São Paulo*, 28 dez. 1879

(6) Sobre o surto de urbanização ocorrido em São Paulo no último quarto do século passado, consulte-se: PAULA, Eurípedes Simões de. A segunda fundação de São Paulo. Da pequena cidade à grande metrópole de hoje. *Revista de História*, ano V, n. 17, p. 169-179, jan. mar. 1954.

(7) HOMEM, Maria Cecília Nacilério. Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades. *Pós-Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. São Paulo, FAUUSP, n. 3, p. 6, jun. 1993.

Foto 6: Tipos de fogão a carvão, lenha, coque, óleo, etc. em uso até pelo menos a década de 30. Tinham uma característica comum: eram todos escuros. Fonte: *O Estado de São Paulo*, 6 dez. 1936

A CAPITAL DO CAFÉ E O COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

Na São Paulo do café, o surto de urbanização teve início no último quarto do século. Ainda que de forma pontual, foram instaladas as primeiras redes de iluminação a gás, de fornecimento de água e de escoamento de esgotos. Organizou-se o serviço de transportes coletivos urbanos, feito pelos bondes a tração animal, e procurou-se regularizar o suprimento de gêneros alimentícios da cidade⁶. O transporte ferroviário, ligando desde 1867 a cidade ao porto de Santos e ao exterior, possibilitou a intensificação do ritmo das importações, responsáveis pela oferta, no mercado, das peças necessárias ao novo equipamento sanitário. Canos, manilhas, torneiras, os azulejos, as privadas com sifão (cuja patente era inglesa) e demais peças de louça sanitária, etc. eram fabricados e exportados, de preferência, pela Grã-Bretanha. Com a urbanização, a cozinha e o banheiro puderam entrar dentro de casa⁷.

Na virada do século, a cafeicultura atraiu população e riqueza para São Paulo. Assistiu-se ao afluxo dos imigrantes e à vulgarização das construções de tijolos. Edificou-se uma nova casa, de planta e estilo diferentes, cuja cozinha, limpa, clara e arejada, tendia a concentrar-se nos interiores. O Código Sanitário de 1894 exigia que ela fosse revestida de material impermeável até 1,5 m de altura. As peças de louça tinham de ser fixas, esmaltadas e laváveis, sendo obrigatório o uso do sifão hidráulico receptor nas pias.

Também chegaram a chaminé e um fogão de ferro, importado dos Estados Unidos. Esse fogão, que fez concorrência para o fogão de ferro fabricado no Rio de Janeiro, era conhecido como “fogão econômico”, porque permitia o melhor aproveitamento da lenha. Como peça móvel, substituiu com vantagem o fogão “caipira”, a lenha, construído em alvenaria, sendo ainda dotado de serpentina, o que propiciava o aquecimento da água, a ser utilizada nas torneiras e no banho. Havia também os fogões a coque, carvão mineral importado da Inglaterra, largamente consumido no transporte ferroviário. Os fogões a carvão foram muito usados nas cozinhas dos imigrantes italianos, as quais, por isso mesmo, teriam sido mais limpas do que as outras, sem falarmos que os fogões tanto a querosene quanto a óleo exalavam mau cheiro.





Foto 7: Cozinha na zona rural com dois fogões: o tradicional, a lenha, construído em alvenaria de tijolos e o fogão a gás engarrafado. Observem-se a falta de organização quanto ao equipamento, a inexistência de superfícies contínuas. Sítio de Maria Goiana, Catalão, Goiás
Crédito: Autora, 1994



Foto 8: Forno de barro para o preparo da farinha de mandioca, e peças de um tear. Sítio de Maria Goiana, Catalão, Goiás
Crédito: Autora, 1994



Foto 9: Soluções tradicionais ainda em uso na agricultura de subsistência. O desvio de um curso de água atravessa a zona de serviços desta fazenda, articulando as inúmeras atividades que por aí se desenvolvem. Fazenda São José, Catalão, Goiás
Crédito: Autora, 1994



Foto 10: O monjolo da Fazenda São José, no município de Catalão, Goiás
Crédito: Autora, 1994

Outra importante aquisição de finais do século foi a denominada geladeira “americana”, que funcionava com blocos de gelo a serem repostos todos os dias. A princípio, era importada dos Estados Unidos e tinha estrutura de madeira. Existia em seu interior uma caixa de folha de Flandres, em que era colocado o gelo, entregue diariamente nas casas pelas cervejarias Antártica, Bavária e Brahma. Esse tipo de geladeira tinha vários inconvenientes. Ela só funcionava enquanto durasse o gelo, cuja água ficava empoçada no chão. Aos poucos, usou-se uma caixa para aparar a água e seu uso avançou pelo menos até os anos 30 e 40, coexistindo com a geladeira elétrica, recém-entronizada nas residências mais abastadas.

A ERA DA ELETRICIDADE E AS PRIMEIRAS INDÚSTRIAS

(8) Usinas. Pioneirismo em Parnaíba. *Memória*. São Paulo: Depto. do Patrimônio Histórico da Eletropaulo, n. 6, ano III, p. 6, jan. mar. 1990.

(9) HOMEM, Maria Cecília Nacério. *Evolução da cozinha em São Paulo*. Trabalho programado à tese de doutorado à FAUUSP, orientado pelo Prof. Dr. Carlos A. C. Lemos. p. 34-36.

A regularização do fornecimento de energia elétrica deu-se no início do século. Em junho de 1900, 11 meses após sua instalação no Brasil, a São Paulo Light and Power, companhia canadense, iniciava as obras de sua primeira hidrelétrica, a Usina de Parnaíba, no rio Tietê, a 33 km de São Paulo. Tratava-se de uma empreitada definitiva, decisiva para que a companhia pudesse estender suas linhas de bondes, iniciar o fornecimento de força às indústrias e ganhar a concessão da iluminação pública. Onze anos depois, em 1912, Parnaíba já estava completamente equipada, com oito turbinas, totalizando uma capacidade energética de 16 mil KW⁸. As principais empresas norte-americanas e européias, fornecedoras de material elétrico eram: General Electric, também conhecida pela sigla GE, American Locomotive, Otis Elevator e Sherwin Williams, representadas pela firma Guinle & Cia, responsável pela organização e incorporação da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, em 1909.

Montaram-se os primeiros moinhos industriais para a farinha de trigo, de milho e para beneficiar o arroz e moer o café, os pastificios, as fábricas de manteiga, de queijos, de biscoitos, licores e doces enlatados e em compotas, quando não eram importados⁹. Surgiram outras indústrias de bens de consumo como tecelagens, sabão, fósforos, velas, chapéus, calçados, luvas, guarda-chuvas, etc.

pós- 133



Fotos 11a e 11b: Modelo de geladeira a bloco de gelo
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 20 dez. 1924. Gentileza do Arquivo do Estado

Foto 12: Começo do século: chega a eletricidade a São Paulo e, com ela, os primeiros aparelhos de pequeno porte, entre os quais o ferro elétrico, o ventilador, o gramofone, etc.
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 7 set. 1907

Levou alguns anos até que um número razoável de residências contassem com o fornecimento regular de eletricidade. Vemos, contudo, o desenvolvimento do comércio importador de lâmpadas e dos primeiros aparelhos elétricos de pequeno porte: os ferros elétricos, substitutos dos ferros a carvão, os ventiladores e os gramofones. Os fogareiros elétricos, fabricados no período da guerra, eram de mesa e tinham duas bocas.

O primeiro fogão a gás foi instalado em 1902, no Palácio do Governo. Segundo artigo de Lúcia Seixas, publicado no jornal *O Globo*, até a década de 30, quem quisesse ter em casa o conforto de um fogão a gás precisava alugá-lo da The San Paulo Gas Company, firma inglesa estabelecida em São Paulo desde 1872, com o objetivo de instalar o serviço de iluminação pública a gás nas ruas da cidade. Com a chegada da iluminação elétrica, essa companhia se voltou para o consumo doméstico do gás para cozinhas e calefação. Os modelos mais antigos eram muito parecidos com os fogões a lenha e a maioria provinha da Inglaterra¹⁰. Contudo, dada a pequena extensão da rede de gás e por ser irregular seu fornecimento, esses fogões foram aceitos aos poucos e com cautela. As casas mais ricas do começo do século não se desfizeram logo dos fogões a lenha, mantidos ao lado dos mais recentes. Com estes veio a bateria de alumínio, substituta da de ferro e de ágata usadas nos fogões a lenha. Data desse período a introdução dos aquecedores a gás Junkers.

A fabricação de fogões se desenvolvia aos poucos. No Rio de Janeiro, a Fundação S. Pedro, existente desde 1846, e a Fundação Progresso, fundada em 1881, teriam sido as pioneiras. As dificuldades relativas à importação, durante a Primeira Grande Guerra, explicam a intensificação das atividades industriais, o imprevisto e o aparecimento de diversas marcas nacionais, como “Helio”, “Eterno”, “Paterno”, “Amaral”, “Soares”, “Wallig”, etc. Esta, situada em Porto Alegre, produziu duas mil peças no ano de 1919. Em 1924, já existia o Fogão Paulista.

(10) SEIXAS, Lúcia. “Uma breve história das máquinas de cozinhar”. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1990, p. 5.

Fotos 13 e 14: Primeiro modelo de fogão a gás importado, marca Junker e Ruh. Com ele chegou o trem de cozinha de alumínio, que se guardava na trempe antes de ir para os armários suspensos
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 2 nov. 1922



Muita coisa seguia importada: serralheria, torneiras e peças de louça para as cozinhas e os banheiros como privadas, pias, banheiras, mictórios e semicúpios. O material de construção tardara a ser produzido. Em 1910, temos a Cia. Cerâmica Vila Prudente, produtora de tijolos e telhas, dirigida pelos engenheiros-arquitetos Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Giulio Micheli e por José Puglisi-Carbone e Alfredo Miranda. Três anos depois, o engenheiro Olavo Egídio de Souza Aranha importava material ferroviário, pontes e cimento. Nos anos 20, o comendador Giuseppe Martinelli, que fora mestre-de-obras na Itália, deu início à fabricação de manilhas para suprir a construção do Prédio Martinelli, de sua propriedade.

A PRESENÇA NORTE-AMERICANA

Após a Primeira Grande Guerra, a instalação das linhas de montagem da Ford e da General Motors, e o lançamento de produtos como Colgate-Palmolive, Aspirina Bayer, Kodak, etc., assinalam a grande presença da indústria e dos capitais norte-americanos no Brasil, a mudança nas formas de propaganda e a assimilação do *american way of life* por parte dos paulistanos, assessorada pelo sonho criado por Hollywood. Desde os anos 20, com a intensificação das atividades industriais na cidade, assistiu-se à maior agitação da vida urbana, consoante os *slogans* “São Paulo não pode parar” ou “São Paulo é o maior parque industrial da América Latina”.

Os anos 30 foram a era do rádio, começando, nos finais da década, as radionovelas e os *jingles*. O cinema norte-americano fazia sucesso no mundo inteiro e povoava de sonhos a vida das pessoas. Em 1931, a RCA Victor exibiu o primeiro televisor nos Estados Unidos, aperfeiçoado em 1934 pelos alemães e exposto no Rio de Janeiro, em 1939. Esses anos marcaram a aceitação definitiva dos aparelhos de grande porte. Os anúncios traziam enceradeiras, aspiradores de

pó, máquinas de passar, de lavar e de enxugar roupas (denominada centrífuga), todos importados. Embora já se vendesse a prestações, os preços ainda eram proibitivos para o mercado.

O equipamento da cozinha chega em 1940 trazendo heranças notáveis das décadas anteriores: a geladeira elétrica causara revolução ao ser introduzida em São Paulo, em 1927, possibilitando o armazenamento e conservação dos gêneros perecíveis, tais como carne, hortaliças, frutas, leite e derivados, além de permitir que a

Foto 15: Um dos primeiros modelos de cozinha racional proposta pelo IDORT. Superfícies contínuas, compactação do espaço e luminosidade, além da triangulação entre pia, fogão e geladeira/armário. O mobiliário acentua a presença de um só operador
Fonte: *Revista do IDORT*, São Paulo, p. 275, out./nov./dez. 1938



(11) GIEDION, op. cit.,
p. 524-550.

comida fosse preparada com antecedência. O Premier Duplex, aspirador de pó da GM, fora apresentado ao público no ano anterior, mas teve aceitação paulatina, se compararmos com a rapidez com que a geladeira elétrica penetrou nos lares. Basta dizer que a Frigidaire, marca pioneira, passou a ser sinônimo de geladeira, cuja designação, por sua vez, deriva de sua principal concorrente, a de marca GE. O vidro pirex, refratário ao fogo, foi um dos importantes passos no sentido de permitir que os assados fossem levados diretamente do forno à mesa, dispensando o uso das travessas. Os liquidificadores substituíram as peneiras e, com as batedeiras, formas, torradeiras, assadeiras, centrífugas e o ferro de passar roupa (eletrificado desde o começo do século), vieram poupar a mão-de-obra das donas de casa e das cozinheiras. Em 1946, encontramos menção ao refrigerador com um congelador de maiores proporções. O sistema de liquidações e de “pagamentos facilitados” se generalizaria, constituindo importante fator no que se refere à vulgarização dos aparelhos e dos utensílios.

Persistia a indefinição das cozinhas quanto à distribuição do equipamento. Ora este se mostrava heterogêneo, ainda que disposto em forma compacta, ora os armários de parede, superiores e inferiores, já desenhados como conjunto e dispostos de modo contínuo, deixavam os fogões fora do processo de trabalho. Também a indústria já pensava em um fogão com mesa de trabalho e armário inferior, situado nas laterais do forno, para guardar os pratos e os talheres¹¹.



Foto 16: A geladeira elétrica automática, introduzida em São Paulo em 1926, constitui outro importante passo quanto à gênese da cozinha moderna: facilita operações como estocagem e conservação dos alimentos, além de economizar espaço, proporcionando maior limpeza e a dispensa da pedra de gelo
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 5 dez. 1926



Foto 17: Fogão a gás de procedência norte-americana, de 1928, tornando obsoletos os fogões a lenha, a carvão e a querosene
Fonte: *Continental 2001*, a marca da evolução



Foto 18: Os aparelhos elétricos portáteis: já estavam à venda em 1937, mas ainda eram importados
Fonte: *Revista Feminina*, São Paulo, n. 19, 1917

(12) *Os pioneiros do GLP: meio século de história.*
São Paulo: CL-A Comunicação S/A Ltda., 1987. A 2. ed. é de 1990. Prefácio à 2. ed.

Pouco antes da Segunda Grande Guerra, uma iniciativa pioneira abria uma nova etapa na história da cozinha. Em 1937, Ernesto Igel, imigrante austríaco radicado no Rio de Janeiro, teve a idéia de engarrafar o gás para utilizá-lo como combustível de fogões e de aquecedores domésticos, a exemplo do que já se fazia em países da Europa, nos Estados Unidos e na Argentina. Para tanto, aproveitou o gás butano, deixado em reserva pelos alemães para o abastecimento dos zepelins que faziam o vôo de carreira entre o Brasil e a Alemanha. O sistema de engarrafamento de gás seria dependente do fogão a botijão e do serviço de distribuição e troca dos botijões. Estes seriam levados pela Ultragaz, Liquigás e outras congêneres, às zonas não-urbanizadas. Limpo, barato e versátil, o engarrafamento do gás liquefeito do petróleo, o GLP, atingiria mais pessoas do que os serviços de distribuição de eletricidade, de água encanada e de coleta de lixo ou tratamento de esgoto. Segundo dados do IBGE, 50 anos depois, 87% dos 32 milhões de lares no país dependeriam do GLP para cozinhar seus alimentos, desestimulando o uso da lenha, do carvão e do querosene e possibilitando a limpeza das cozinhas rurais¹². Mas, até lá, a indústria de fogões teria também sua fase pioneira, como veremos adiante.

A Segunda Grande Guerra assinalou outra etapa na história da cozinha. A cozinha elétrica GE, apresentada nos Estados Unidos em 1942, constituiu um marco da maior importância. Transformou-se, com os centros de operação, em um

Foto 19: Centro de limpeza e preparo da cozinha mecanizada elétrica GE, de 1942. Nota-se claramente que o equipamento e os centros de operação, constituem um conjunto concentrado, contínuo e harmonioso
Crédito: Desenho de Flávia E. Silva, a partir de Giedion, S., 1978

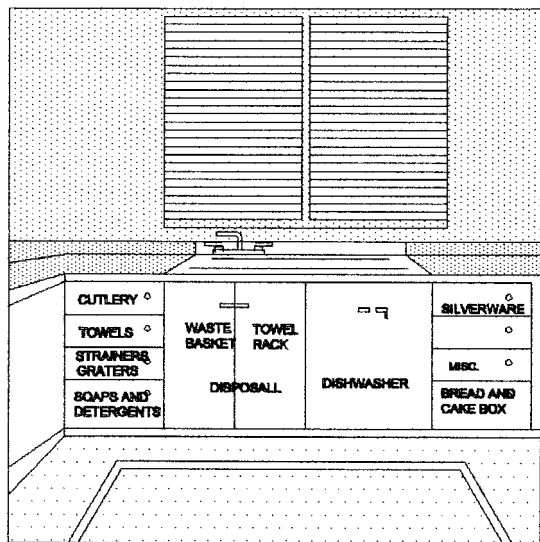


Foto 20: Os eletrodomésticos de grande porte, importados dos Estados Unidos e da Inglaterra, estavam à venda logo após a Segunda Grande Guerra
Fonte: ALVIM, Zuleika, PEIRÃO, Solange. *Mappin setenta anos.* São Paulo: Ex-Libris, 1985, p. 127

conjunto concentrado, contínuo e harmonioso, o qual seria o protótipo das cozinhas fabricadas no Brasil, a partir da década seguinte. As indústrias de móveis de aço Fiel e Securit lançariam os primeiros armários aéreos para a cozinha. Em termos de propaganda, também teria início uma nova era: por influência norte-americana, os anúncios salientam os benefícios que os novos aparelhos trazem para o trabalho doméstico.

Duas importantes descobertas preparavam a invasão dos artigos de plásticos no mercado brasileiro, ocorrida a partir de 1950: a do náilon, em 1935, por Carother, e a do poliéster, seis anos depois, a cargo de Whitinfield. Em 1946, instalava-se, em São Paulo, a Cia. Americana de Plásticos, representante de tintas plásticas da marca Plasticor, a ser dissolvida na água. Nesse mesmo ano, é importante observar as invenções do forno microondas e do computador, os quais, no entanto, só seriam comercializados décadas depois.

A INDÚSTRIA NACIONAL E O NASCIMENTO DA COZINHA MODERNA

Na década de 50, as importações foram sendo substituídas pelo processo de industrialização, graças à entrada do capital estrangeiro e à facilidade quanto à importação de equipamentos, sem cobertura cambial. Entre as reações positivas pioneiras, observadas durante a Segunda Grande Guerra, que deram novo impulso à indústria mecânico-metalúrgica, figura a criação da primeira siderúrgica nacional de porte, a Usina de Volta Redonda. Por outro lado, começava a surtir efeito o processo energético brasileiro. Foram inauguradas na Bahia, a Hidroelétrica de Paulo Afonso e, em Minas Gerais, a Usina de Três Marias. Em 1954, a Usina de Parnaíba passou de hidrelétrica a usina elevatória “Edgard de Souza”. No ramo financeiro, o capital norte-americano se mantém presente nos principais setores dessa atividade econômica no Brasil. Das dez maiores empresas do setor privado do país, apenas duas tinham capital brasileiro, a Companhia Paulista de Força e Luz, que substituiu a antiga Light, e a S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo.

A ampliação do parque industrial, começando pela instalação das indústrias automobilísticas e subsidiárias, no Grande ABC paulista, atraiu parte dos habitantes e trabalhadores do campo para a cidade de São Paulo, o que levou ao aumento não só da população, como também do mercado de mão-de-obra, da rede bancária, do comércio e das demais atividades ligadas à prestação de serviços, em detrimento da rede de infra-estrutura urbana. Se, por um lado, diminuiu a imigração estrangeira, devido às dificuldades inerentes à Segunda Grande Guerra, o censo de 1950 constatou, em todo o país, a migração de 30 milhões de pessoas das áreas rurais para as cidades, em busca de melhores condições de vida. De cerca de 1.000.000 de habitantes, em 1930, São Paulo

passou a ter 2.227.512, em 1950 e quase 3.000.000, no ano de seu quarto centenário¹³. Em 1950, a média da produção da indústria de todo o estado de São Paulo subiu de 41%, do total registrado em 1928-32, para 80%, permanecendo nesta capital a maior parte dessa atividade. Destarte, São Paulo se mostrava preparada para assumir a linha de frente da economia regional e nacional.

Em 1956, 11 indústrias automobilísticas já estavam estabelecidas em São Paulo que contavam com diversos componentes nacionais fornecidos pela nascente fabricação brasileira de autopeças, ao lado das indústrias de cigarros, farmacêutica, de máquinas, química, de plásticos, de autopeças e de cimento. Com a última, desenvolveu-se a produção de material de construção, tais como o cimento, a cal, o vidro, o ferro e o aço, complementada pela de elevadores, que se faziam representar por algumas linhas de montagem em São Paulo¹⁴. Ao mesmo tempo, vulgarizavam-se as formas de energia, tais como a eletricidade e o gás de rua, além do uso do carvão, do querosene e do gás liquefeito. A produção de utilidades domésticas decorria das referidas indústrias de base, despontando no mercado marcas importantes como Arno, Walita, Clímax, Cosmopolita, Semer, Consul, Brastemp, etc., que fariam concorrência às tradicionais marcas Eletrolux, Frigidaire, Westinghouse, Admiral, etc.

A industrialização de fogões se tornou mais intensa e regular. As primeiras fábricas surgiram de oficinas e galpões, com pequena produção inicial. Em 1940, a Fundição Brasil, secundada pelos fogões Cosmopolita, lançaria os primeiros fogões a gás encanado, nos quais se esboçavam novas tendências no design: o corpo menor e o forno e a estufa alinhados¹⁵. Dois anos depois, era fundada, no Brás, a fábrica S. Pedro de fogões e chuveiros.

(13) PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, Aroldo de (Dir.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1958. Vol. II.

(14) RATTNER, Henrique. *Industrialização e concentração econômica em São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

(15) SEIXAS, loc. cit.



Foto 21: Série de modelos de fogões fabricados no Brasil no período 1940 a 1965
Fonte: Gentileza da BS Continental

(16) *O futuro sem fronteiras; a história dos primeiros 50 anos da Brasmotor*. São Paulo: Prêmio Editorial Ltda., 1996, p. 80-81 e 100.

(17) *Ibidem*, p. 46-47.

A produção da Semer e as geladeiras Consul atendiam aos seguimentos de menor renda do mercado. A primeira nasceu em 1946, em um galpão do bairro do Belenzinho, em São Paulo, no qual 20 empregados fabricaram 200 unidades de fogão a gás liquefeito, logo no primeiro mês de funcionamento. Dez anos depois, a produção subiu para 40.000 ao ano. A Consul, fundada por colonizadores alemães, em 1950, em Brusque e em Joinville, Santa Catarina, fabricou suas primeiras geladeiras a querosene à mão e a martelete¹⁶. Em 1971, ela produziria seus próprios compressores por meio da Embraco. Com o tempo, esta passou a exportá-los e acabou por ser adquirida pela Brasmotor.

A fundação da Brasmotor data de 1945, em São Paulo, por iniciativa de Miguel Etchenique, empresário boliviano associado à Chrysler, norte-americana. O objetivo era explorar o potencial do mercado brasileiro representado por uma população de 50 milhões de habitantes. As operações da Brasmotor consistiam na importação de peças, linhas de montagem, comércio e distribuição de veículos automotores e de aparelhos eletrodomésticos da chamada linha branca, dirigidos para as classes A e B. Além da Chrysler, ela representava os automóveis Dodge, De Soto, Plymouth, Fargo e própria Volkswagen. As geladeiras importadas eram Norge, Alaska, White Star-Kelvinator. Contudo, em 1954, a Brastemp era criada pela Brasmotor com objetivo de desenvolver uma produção autônoma de eletrodomésticos. A iniciativa era tão promissora que, quatro anos depois, decidiu-se pela manutenção de apenas algumas linhas de autopeças, para se dedicar à indústria e ao comércio de eletrodomésticos¹⁷. Em 1957, foram lançados os modelos de luxo, as geladeiras Brastemp Imperador, com 10,5 pés (300 l), Conquistador, com 8,5 p (250 l) e Príncipe, com 6,5 pés (190 l). As lavadoras e os fogões a gás dessa marca foram apresentados na UD de 1960. Cinco anos depois, a lavadora Brastemp estava totalmente nacionalizada.

Foto 22: Primeiros modelos de geladeiras fabricados no Brasil. Em 1957, a Brastemp estréia no mercado com três modelos de geladeira de luxo cuja preocupação dominante era com o maior aproveitamento possível do espaço
Fonte: Centro de Memória Brasmotor



Para as *kitchenettes* e os apartamentos pequenos, fabricavam-se fogões elétricos com duas bocas, refrigeradores de quatro pés e os sofás-camas. Em 1954, a Fundação Brasil lança o modelo de luxo para gás engarrafado e, até 1969, surgiriam modelos com um novo design que lançaram os visores transparentes para o forno e pés de aço¹⁸. São os casos do Continental 2001, nome dado ao modelo inovador da Fundação Brasil e de Wallig, fogão fabricado no Rio Grande do Sul.

Entre os aparelhos de pequeno porte, os periódicos destacavam as painéis de pressão Arno e Panex, chuveiros elétricos, secadores de cabelo, calculadoras elétricas, aparelhos de ar-condicionado e gravadores em fitas, ao lado dos radiobares e das radiovitrolas. O liquidificador, a batedeira, a centrífuga e a torradeira elétrica tornavam-se presenças obrigatórias, sem falar na geladeira. O Mappin oferecia compras a prazo em até 15 prestações. Enlatados como a salsicha, a presuntada e a feijoada da marca Swift chegaram como novidades que se estabeleceram para ficar, ao lado do leite em pó importado dos Estados Unidos.

A partir de 1951, a expansão da classe média e a aspiração à melhor qualidade de vida tiveram como forte aliada a televisão, veículo que propiciou a entrada mais direta das ofertas de mercado nos lares. Como consequência, explodiria o consumo. Entronizada nos lares em 1950, a TV seria a aliada mais forte da indústria e do comércio. A associação de grandes revendedoras com as indústrias nacionais, a exemplo da Casa Mappin, concorreu para que os produtos nacionais fossem aceitos pelos consumidores. Vendidos a prestações, eram duas vezes mais baratos do que os importados. Em 1953, surgiria uma revista mensal especializada em decoração e arquitetura de interiores e de jardins, a *Revista Casa e Jardim*. Fundada pela Bloch Editores, cujo nome é tradução literal de *House and Garden*, revista norte-americana preexistente no gênero. Como consequência, assistiu-se à vulgarização dos eletrodomésticos e ao grande impulso da indústria nacional.

Nessa década, ocorreria a chegada do aço e do material plástico à cozinha. A Indústria Brasileira de Matéria Plástica, instalada na Lapa, começou a fabricar assentos para cadeiras da marca Goyana, recomendados por suas qualidades “*estéticas, higiênicas e fáceis de lavar*”. Em uma Exposição da Galeria Paulista, na rua Direita, foi mostrada uma mobília de plástico para jardim, e a Mesbla anunciava a venda de brinquedos desse material. Em 1951, foi fundada a fábrica Durex, de fitas e lixas, em Campinas. Sete anos depois, a Trol S/A, Indústria e Comércio começava a fabricar acessórios para geladeiras e congeladores como portas, bandejas de gelo, gavetas para carnes e legumes. Pelo menos mais duas indústrias datam de 1958: Plásticos Ideal S/A, para fins industriais e a Vulcan, Material Plástico S/A, para a forração de móveis e assentos de carro, recomendado por ser “*flexível, elástico, super resistente e contar com várias cores*”. Encontramos o uso de plástico em toalhas, na cobertura de assentos estofados para a cozinha, utilizados também para os móveis estilo palito das salas. Fala-se em servir à

americana, em jogo de toalhas “americano”, composto de toalhas pequenas, uma para cada prato, que procurou substituir a toalha única.

Tais atividades criaram condições para o nascimento de nossa cozinha moderna. Foi quando a indústria do equipamento incorporou a idéia de racionalidade. Por influência norte-americana, a indústria nacional desenhava a “cozinha americana”. Representada pelas marcas Fiel e Securit, era composta por módulos de aço, mesa de fórmica com cadeiras forradas de plásticos Plavinil ou Vulcan, e pés de aço. Os módulos dessas cozinhas aproveitavam a parte superior e inferior das paredes, obedecendo a uma medida padrão, representada pela altura da cintura, integrando o equipamento alternado com as superfícies contínuas, a exemplo da supracitada cozinha elétrica GE, norte-americana. As cozinhas americanas eram dispostas em I, em L ou em U, ao longo das paredes, devendo a geladeira ficar próxima à porta de serviço e, o fogão, perto da sala de jantar. A nossa indústria ia ao encontro da necessidade do melhor aproveitamento econômico do espaço. Verificaremos que, pela primeira vez em São Paulo se pensava a cozinha como um todo orgânico, o qual, aliado à evolução do equipamento doméstico, provocaria notáveis modificações no tocante às grandes áreas de atividades da cozinha.

Seja como for, a distribuição da cozinha ligada à vertente norte-americana não era uma desconhecida, como vimos acima. Por outro lado, mais afins com a arquitetura européia, os arquitetos modernos, que começaram a trabalhar nas décadas de 30 e 40, eram conscientes quanto à necessidade de organizar-se a cozinha no sentido de possibilitar às usuárias e aos usuários a economia de passos e energia, mesmo porque a dificuldade de contar-se com a empregada



Foto 23: Cozinha com armários de aço inferiores e superiores, com pés estilo palito, compondo a bancada de trabalho. Note-se o fogão branco, novidade do pós-Segunda Grande Guerra
Crédito: Foto do *Catálogo Cosmopolita*. Gentileza de Lelita Zamataro Abdallah



Foto 24: Esta cozinha “americana” foi montada em uma das lojas da antiga Eletroradiobraz à base de eletrodomésticos nacionais. A copa se fundiu com a cozinha
Crédito: Centro de Memória Brasmotor

doméstica era cada vez maior. Mas agora se tratava da vulgarização da cozinha moderna, na dependência da produção de eletrodomésticos e de utensílios afins. Doravante, ela encontraria na racionalidade seu conceito fundamental, incluindo princípios de higiene ou limpeza, iluminação e arejamento, associados às formas de energia relativas ao cozer e à mecanização, em especial à automação, ao uso correto dos materiais e do equipamento, e, finalmente, à preocupação estética.

OS ANOS 60 E AS UD's

(19) BRANDÃO, Mônica. As estrelas da grande festa do consumo. *Revista Veja São Paulo*, São Paulo: Ed. Veja, ano 30, n. 13, p. 12-16, 31 de março a 6 de abril de 1997.

(20) FRANCO, Célia de Gouvêa. Feira mudou hábitos de brasileiro. In: *Folha de S. Paulo*, 6 abr. 1999, cad. Esp. p. 6.

Evidenciou o potencial do mercado a criação da primeira Feira de Utilidades Domésticas, a UD, a 19 de março de 1960, apresentada no pavilhão de exposições do Ibirapuera. A UD mostraria sempre as últimas novidades na matéria, mesmo antes de sua venda ao consumidor, o qual, na realidade, acabou por transformá-la “na grande festa de consumo da cidade”¹⁹. Nessa década, em matéria de cozinha, a grande novidade foi o lançamento da máquina de lavar louça, em 1963²⁰. Verificou-se que os eletrodomésticos proporcionam *status* às famílias, além de tornarem-se imprescindíveis na vida cotidiana. Ao lado de um automóvel na garagem, era importante ter uma geladeira na cozinha, uma vitrola e uma TV na sala. Com referência às cozinhas, generalizava-se a expressão “cozinha funcional”, para designar a cozinha completa e compacta, de fácil manejo e limpeza. A cozinha colorida se tornou a última palavra. Finalmente, em agosto de 1962, a capa da revista *Casa e Jardim* é uma foto de cozinha, apresentando mais 26 páginas dedicadas ao assunto. A fórmica passava a revestir os armários,

pós-
143



Foto 25: Nos anos 60, o forno se separa do fogão que ganha tampo de vidro, e o acesso ao congelador fica independente da geladeira. Nasce a cozinha colorida cujo lava-louça já é fabricado no Brasil
Crédito: Centro de Memória Brasmotor

Fotos 26a e 26b: Outra tendência que se confirma é a cozinha cada vez mais compacta e integrada à copa
Crédito: Acervo: BS Continental



recurso consagrado por ser mais higiênico, enquanto a Brastemp iniciava a fabricação de fogões com mais de quatro bocas, a exemplo do norte-americano Kenmore, marca representada no Brasil pela Loja Sears Roebuck. Aparecia também a utilização das chapas Duratex e Eucatex nos armários embutidos, material indicado para absorver o calor, o frio e o barulho. Em matéria de objetos, a “Real” iniciava a fabricação das formas de porcelana refratárias e, falando-se de alimentação, os churrascos e grelhados podiam ser preparados de modo elegante, na própria mesa de jantar, por intermédio do Grill Spam de Luxe.

Em 1967, a ditadura militar reestruturou a zona franca da Amazônia, com sede em Manaus. Criada dez anos antes, doravante receberia uma série de incentivos fiscais, estabelecendo-se uma área de livre comércio, de importação e exportação. Aquela capital passou a receber turistas de outras regiões do país, ávidos de conhecer menos a floresta e sim as novidades em eletrodomésticos. O supermercado Both & Companhia Ltda se tornou a maior atração da cidade. Desse modo, aumentou o leque de opções quanto ao equipamento doméstico, em especial da cozinha. Temos a cozinha totalmente eletrificada, em vista não só da geladeira e da máquina de lavar pratos como dos aparelhos de pequeno porte, entre os quais se incluem exaustor, liquidificador, torradeira, batedeira, etc. que podem ser utilizados simultaneamente²¹. Mas também temos a cozinha invadida pelos produtos e objetos de plástico, desde lixeiras, bacias, baldes, caixas para mantimentos, etc. até as toalhas de mesa e de bandeja, copos, pratos e talheres, descartáveis ou não.

(21) *Revista Casa e Jardim*, São Paulo, n. 132, p. 32-35, jan. 1966.

Por outro lado, a decoração e a escolha dos materiais passaram a ser feitas com o maior cuidado. As cozinhas coloridas eram as preferidas, predominando a gama do marrom. As paredes e o piso se revestiam de azulejos com motivos coloniais ou rústicos e os armários de madeira, em sua cor natural, embutiam pias e fogões. Em 1964, nascia a Kitchens, pioneira na área das cozinhas planejadas. Em plena era dos fogões de pés aparentes, ela separou o forno do fogão, embutindo o primeiro na parede e encaixando o segundo em móvel tipo mesa. Introduziu o modelo norte-americano Chromalox e passou a fabricar os acessórios em madeira. As zonas de trabalho (bancadas de pia e armários), bem como a cobertura da mesa em que se preparam os alimentos, deviam ser bastante resistentes. A Kitchens assumia a produção com desenho personalizado e a comercialização. Em pouco tempo, abria lojas em todo o Brasil, surgindo congêneres que apresentaram novidades e diversas opções para os usuários, tanto com relação ao estilo quanto considerando o maior aproveitamento do espaço. Predomina aqui, uma vez mais, a fórmica, depois o mármore, o granito e, nas pias com bancadas próprias, o aço inoxidável. A madeira maciça era usada apenas em certas superfícies.

Paralelamente, a *media* apresentava as tendências européias. Fabricavam-se os fogões elétricos de grande porte, a serem instalados no centro da cozinha, conjugados com prateleiras inferiores destinadas às panelas que deviam ficar bem

ao alcance da mão da dona de casa. O congelador foi separado da geladeira, transformado em peça independente. A iluminação passaria a ser feita à base de lâmpadas fluorescentes e o piso em vinílico ou de cerâmica vitrificada. Na falta de empregadas domésticas, conjugou-se a cozinha com a área de serviço, incluindo-se a máquina de lavar e uma secadora de roupa, ao lado dos demais aparelhos. Outra tendência era separar a copa da cozinha mediante um armário divisório. A cozinha se apresentava *“em forma retangular, disposta como um prolongamento da sala da família, lugar onde agora podiam ser feitas as refeições normais e até mesmo convidar um amigo mais íntimo para fazer companhia”*. Na cozinha em L, o espaço para a mesa e cadeiras substituíram a copa. Ao mesmo tempo, era redesenhada a cozinha da *kitchenette*, um conjunto agradável de armários que escondia a geladeira, o fogão e a área de armazenagem²².

Vemos que o plástico, por ser menos frágil, leve, flexível e barato, foi adquirindo importância cada vez maior na cozinha. Ainda que usados fora do alcance do fogão ou do calor, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que essa parte da casa, mesmo estando toda montada, não pode funcionar sem uma série de objetos daquele material ou de espuma de náilon. Isto é, uma cozinha moderna só se completa quando dispõe dos mais diversos utensílios de plástico: copos, pratos, travessas, tigelas, talheres, peneiras, suportes para coar café, cafeteiras, garrafas térmicas, lixeiras, bacias, apoio para filtros de papel, caixas para se guardar os mantimentos, sacos de lixo, caixinhas e sacos para a geladeira e o congelador, descanso para o sabão e a esponja de náilon, cascos de água mineral, de material de limpeza, de refrigerantes, descanso de sabão, aventais para lavar a louça e a roupa, vassouras com fios artificiais, etc.

A indústria de embalagens e de produtos de uso domésticos, a multiplicação do número de mercados e feiras livres pela cidade e, principalmente, dos supermercados, uma aquisição ocorrida a partir dos finais da década de 40, e os sacolões, criados quarenta anos depois, viriam ao encontro do aumento do consumo, em especial nas periferias, da melhor distribuição dos gêneros, da valorização crescente dos alimentos frescos e da maior facilidade de armazenamento.

OS ANOS 70

Nessa década, importantes invenções apareciam na feira UD, mostradas antes de sua popularização: a secretária eletrônica, em 1970, a televisão em cores, no ano seguinte, o forno microondas, em 1974, que se vulgarizaria na década seguinte, o telefone sem fio, em 1975, o miniforno, em 1976, e o videocassete, em 1980²³. Enquanto nosso comércio já vendia calculadoras eletrônicas e computadores, tornavam-se conhecidos os *tupperwares*, caixinhas de plásticos de diversos tamanhos, hermeticamente fechadas, usadas para se guardar

(22) Idem, *ibidem*.

(23) UD 50ª Feira de Utilidades Domésticas. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 abr. 1999, p. 4 e 6.

os alimentos na geladeira e no congelador, propiciando maior tempo de conservação. O plástico também se sofisticava, mediante o aparecimento do acrílico, material resistente e de bela transparência que permitirá peças caras, especialmente desenhadas, como saladeiras, molheiras, talheres, etc.

Constituem novidades as travessas inoxidáveis e as panelas revestidas Tefal e Teflon. Em voga até hoje nas cozinhas, essas panelas são facilmente laváveis, pois não retêm resíduos de alimentos, dispensando o uso da esponja de aço. O aço inoxidável chegou às mesas dos fogões que perderam as abas laterais e ganharam manipuladores de alumínio e portas dos fornos inteiramente feitas em vidro temperado. As tampas de cristal eram um toque mais sofisticado ao produto que chegaria aos anos 80 como “móvel de cozinhar”, peça importante na decoração das cozinhas²⁴. Até lá, além do fogão a gás, generalizam-se o forno e o fogão elétricos sobressalentes, o forno microondas, mais a máquina de lavar louças. Vulgarizou-se o uso da madeira escura na cozinha e nos banheiros. Enquanto assistimos à multiplicação dos últimos, a cozinha e a área de serviço vão situar-se, de preferência, na frente das residências, ao lado do estar ou do *living*, que se conjuga com a sala de jantar. Nas cozinhas Kitchens, Florense, Conzinbel, FornoFogão e outras marcas ditas planejadas, os eletrodomésticos são embutidos em nichos, em altura compatível com seu uso. O planejamento dessas cozinhas pretendia englobar “desde o design, a funcionalidade, a resistência dos materiais, até a execução e acabamento das peças, o controle de produção rigoroso, a precisão da entrega e montagem e a eficiência da assistência técnica”. Mas elas ainda giram em torno do forno, fogão, refrigerador e lava-louças²⁵.

Ao mesmo tempo, os eletrodomésticos haviam chegado aos conjuntos habitacionais da periferia, ocupados por famílias de baixa renda. Segundo pesquisa realizada pelo arquiteto Carlos A. C. Lemos e pela socióloga Maria Ruth Amaral de Sampaio, sobre habitação popular em São Paulo, verificamos que, em 1977, a maioria das casas contava com luz elétrica, sendo todas elas providas de aparelhos eletrodomésticos, como TV, fogão e geladeira²⁶.

Foto 27: A partir dos anos 80, o microondas foi entronizado nas cozinhas, enquanto a compactação se apóia em novas tecnologias
Crédito: Acervo: BS Continental



(24) SEIXAS, op. cit. p. 5.

(25) *Revista Casa e Jardim*, n. 260, p. 4-5. São Paulo: FC Editora, set. 1976.

(26) LEMOS, Carlos A. C.; SAMPAIO, Maria Ruth A. de. *Habitação popular paulistana*. São Paulo: FAUUSP, 1977.

AS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

“Rapidez, conforto e ótimos resultados culinários são hoje as palavras-chave quando se trata de comida”. Por isso, “o microondas encontra-se no topo das vendas de eletrodomésticos.” Karch, B. Guia prático do microondas, 1993.

Depois de 1980, ocorreu outra revolução na cozinha. O forno microondas, apoiado no congelador, transformou-se na grande vedete da cozinha moderna. Passível de ser programado, esse forno possibilita o descongelamento e o aquecimento rápido da comida, em poucos minutos, mais o cozimento de assados no próprio recipiente em que se encontrava o alimento. Hoje, é possível cozinhar no microondas. O congelador permite o armazenamento e a conservação dos alimentos e da própria comida por um longo período de tempo, de seis a doze meses. Ele e o microondas representam um grande passo adiante na cozinha, no sentido de facilitar a vida da mulher que trabalha ou estuda fora, uma vez que dispensa a presença constante da cozinheira e da própria dona de casa. De fato, o binômio congelador-microondas suprime, ainda que em termos, isto é, pelo menos no mesmo local, a operação preparo, ao mesmo tempo em que facilita a operação limpeza. As geladeiras e os congeladores providos do sistema *frost free* dispensariam o degelo, existindo fabricantes que voltaram a fundi-los em um só móvel.

Os novos aparelhos trazem consigo toda uma série de recipientes especiais de papel alumínio, de vidro pirex, de cerâmica e de plásticos. Falamos de formas, saquinhos e *tupperwares* refratários, introduzidos para a conservação dos alimentos e para serem levados diretamente ao forno. As cozinhas integradas e planejadas continuam como a última palavra, propondo a racionalização do equipamento, sendo os revestimentos brancos e metálicos.

Em 1990, as famílias de baixa renda haviam ampliado o número de eletrodomésticos em casa. O arquiteto Carlos Stechhahn analisou um conjunto habitacional de baixa renda (97,7% do universo das famílias estudadas recebia de 5 a 15 salários mínimos) da Cohab, o Jardim Castelo Branco I, em Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Verificou que a TV em cores, o fogão e a geladeira constituíam os equipamentos básicos, existindo em todos os lares. Porém, foram acrescentados de inúmeros outros aparelhos como ventilador, 71,1%; rádio, 65,5%; carro, 50,0%; máquina de lavar, 47,7%; telefone, 42,2%; aparelho de som, 38,9%; máquina de costura, 18,9%; congelador, 13,3%; moto, 10,0%; forno microondas, 1,1%; havendo nesta última proporção piano, computador, interfone e vídeo²⁷.

As pesquisas realizadas em 1997 confirmavam as tendências do mercado. O controle da inflação, deflagrado pelo Plano Real, aliado ao sistema de crediário, seriam os principais fatores do aumento do poder aquisitivo das classes de renda menor, fator que orientaria a mudança do modo de vida do brasileiro no sentido do consumo. Intensificaram-se as importações, aumentou a entrada de objetos de luxo, de peças de vestuário, de produtos comestíveis e de eletrodomésticos, ao

(27) STECHHAHN, Carlos. *Projeto e apropriação do espaço arquitetônico e conjuntos habitacionais de baixa renda*. Tese de Doutorado à FAUUSP, 1990.

mesmo tempo em que se ampliavam a produção nacional e as vendas dos eletrodomésticos de pequeno e de grande porte, em particular de televisores, geladeiras, congeladores e fogões, sobretudo de microondas. Verificou-se que, nesse último setor, de toda a América Latina, era o Brasil que possuía o maior potencial de expansão, prevendo-se sua ampliação na porcentagem de 17% nesse ano de 1997, devendo continuar a crescer no próximo milênio, ao lado da China, Índia e Coréia do Sul²⁸. Porém, os dados do IBGE referentes aos últimos cinco anos mostram a inversão daquelas tendências. Caiu em 40% a venda dos eletrodomésticos e, com referência a São Paulo, o poder aquisitivo sofreu um decréscimo de 25%.

Esse período coincide com a globalização em matéria de economia, a entrada de multinacionais, como a Parmalat, e nova fase de importações. Por outro lado, as indústrias aqui estabelecidas exportam para a América Latina e a Itália. O grupo Brasmotor, poderosa organização com vínculos norte-americanos, representa, hoje, a fusão dos fogões Semer, dos refrigeradores Cônsul e da Embraco, fabricante de compressores herméticos, fundada pela Cônsul em Joinville. Aperfeiçoada com tecnologia da Whirlpool, a Embraco, atualmente, instalou-se na China e na Itália. Assistimos, ainda, à aquisição pela indústria estrangeira de importantes marcas, como Arno, Walita, Continental, etc., vendidas respectivamente para a Seb, Philips, Bosch, sem falar nos Biscoitos São Luiz, na Tostines e no Chocolate Garoto, adquiridos pela Nestlé.

De qualquer forma, os sistemas de computação seguem aperfeiçoando os eletrodomésticos com o objetivo de monitorar, diagnosticar e controlar suas funções. Nesses termos, são fabricados, além dos fornos microondas, os fogões a gás e os fornos elétricos, todos eles dotados de dispositivos que proporcionam melhor controle da temperatura e das fases de cozimento. Outras características dos aparelhos modernos são a facilidade de instalação e de manutenção. Os congeladores providos do sistema *frost free* dispensariam o degelo, existindo fabricantes que voltaram a fundi-los com a geladeira.

Existem no mercado aparelhos importados de grande sofisticação, acrescidos de uma capacidade total de armazenamento maior (até 760 litros), contidos em um único móvel. O jornal *A Folha de S. Paulo* tem anunciado as geladeiras freezer Whirlpool e a GE. Esta, por exemplo, é apresentada como “a melhor e mais bela geladeira do mercado mundial” e “o sonho de toda mulher sofisticada”. Resulta em uma grande despensa gelada e compacta, que inclui também a adega e cujas virtudes mais notáveis consistem em: “painel frontal computadorizado, digital, que monitora, diagnostica e controla suas funções; frigobar externo acoplado à porta direita; dispenser iluminado que fornece muita água gelada, muito gelo em cubos e muito gelo picado, na porta esquerda; portas com profundidade extra (spacemaker); sistema frost free (nunca necessita de degelo); compartimentos internos com controle de umidade para evitar a deterioração das verduras e legumes; amplo freezer com avançados recursos; sistema de alarme

(28) BACOCCHIN, Denize. Vendas nas feiras quadruplicam desde 92. *O Estado de S. Paulo*, 25 jan. 1997, B. 5 e SEIDL, Antonio Carlos. Venda de eletrodomésticos crescerá 17% na AL em 97. *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 1997. 2.3.

para a abertura de portas; recipientes para armazenar alimentos que vão direto ao microondas; pintura texturizada de grande resistência; rack ajustável para vinho; tecnologia ultra-avançada, não prejudica a camada de ozônio, não contém C.F.C.”, a dizer: gás utilizado no sistema de refrigeração, um dos responsáveis pela destruição da camada de ozônio. Mas o próprio computador está entrando na cozinha. Seja para memorizar as receitas e fazer balanços, seja para fazer compras pela internet, a serem entregues em casa, as quais são feitas ainda, pela TV e pelo telefone, pelo sistema televendas. Esses serviços agilizam as compras para o usuário, já que o livram de sair de casa.

Ao mesmo tempo, todos esses sistemas trouxeram grandes alterações quanto às operações referentes ao armazenamento e conservação; preparo e limpeza; cocção e serviço. A atividade limpeza ainda seria aperfeiçoada com o aparecimento de sistemas autolimpantes em alguns aparelhos, além do Vaporetto, produzido em vista da higienização da casa inteira pelo sistema de jato e vapor seco, mediante a utilização da água pura, comercializado no Brasil a partir de 1993. Para a cozinha, são dignas de menção outras grandes novidades fabricadas a partir do equipamento tradicional. Vale a pena registrá-las aqui:

Fogão de 4 a 6 bocas, com mesa plana de aço inox, para facilitar a limpeza, acendimento automático, *termo control*, forno com visor e autolimpante, prateleira autodeslizante, etc.; purificadora de ar e exaustor; geladeira ecológica (sem C.F.C.); congelador *frost free*; forno microondas, autolimpante, com dourador, menu bilíngüe, dez níveis de cozimento, descongelamento automático, digital sensor de reaquecimento automático e auto-sensor; frigobar; lava-louças silencioso com seis programas; liquidificador com 750 watts de potência; batedeira portátil, com três velocidades para massas; cafeteira; miniprocessador: pica, emulsifica, tritura, bate e rala; multitost; abridor de latas elétrico; faca elétrica; sanduicheira; forno elétrico; miniforno elétrico; chaleira e cafeteira elétricas, garrafas térmicas, *spray* anti-odores e um sem-número de bossas e invenções apresentadas anualmente nas UD's. Convivem no mercado o multiprocessador de alimentos, repleto de peças: triturador, fatiador de legumes, moedor de carne; e o modelo simples do liquidificador, com várias rotações, e o processador de frutas, com rotação no sentido horário e anti-horário. Há uma onda nostálgica que recolocou na moda o modelo de liquidificador dos anos 50, com base de metal cromado e copo de vidro.

As cozinhas planejadas têm introduzido novos materiais. Salientam-se o Corian e o MDF, utilizados no Brasil graças ao equipamento importado. O primeiro é um tipo de plástico extremamente resistente, patenteado pela norte-americana Dupont. É apresentado em chapas de um a dois centímetros de espessura que substituem o tampo de mármore ou de granito. O MDF é um aglomerado de altíssima densidade, mais pesado do que o aglomerado comum e que permite usinagem. Mas persistem a fórmica opaca, ao lado do aço e da madeira. Os estilos das cozinhas atuais são os mais diversificados: *clean*, *country*, regional francês ou italiano, em forma de I, U ou L, etc. Predominam as cores claras, o



Foto 28: “Cozinha de bolso” ou cozinha modelo Compact, proposta pela E. R. Eletrodomésticos para pequenos ambientes
Fonte: *Revista Casa e Jardim*, vol. 380, p. 129. São Paulo: FC Editora, set. 1986. Ver site: www.compactnr.com.br



Foto 29: A sofisticação parece ser a tônica das cozinhas atuais, integradas até mesmo ao estar informal da residência
Crédito: BS Continental

branco de preferência, ou o clássico branco e preto. Conjugadas ou não com a sala de jantar e até com a área de serviço, as cozinhas modernas incorporaram a copa, perderam a despensa, substituída pela geladeira, pelo congelador e por um móvel destinado a guardar os enlatados. Em algumas, os nichos e os utensílios aparentes dispensam os armários aéreos. Seja como for, elas são cada vez menores, apresentando os eletrodomésticos embutidos, ou o fogão instalado no meio do recinto.

A maioria das indústrias voltadas para a cozinha proporciona assistência técnica permanente aos clientes, enquanto os projetos incluem a possibilidade de atualização contínua. Mais do que nunca, a racionalidade depende do equipamento ultramoderno, ao qual os desenhistas e fabricantes associam o conforto e a idéia de beleza e sofisticação. Conforme Orlando Marques, assessor de Comunicações da Kitchens, e que está há 30 anos no ramo, vende-se, hoje, a emoção. A cozinha moderna confere *status*. Para a indústria nacional, a última palavra na matéria são a Mobel Messe, feira do móvel que se realiza anualmente em Colônia, Alemanha e a Euro Cucina, de Milão²⁹.

CONCLUSÃO

Essa idéia, proposta havia um século pela mulher norte-americana, logo foi incorporada pela engenharia, arquitetura e indústria dos Estados Unidos. A indústria moderna começou a ser trabalhada entre nós no período interguerras, pela reação dos empresários paulistas que fundaram o Instituto de Organização Racional do Trabalho, em 1931, com o objetivo de atualizar a indústria nacional em franco descompasso com relação à estrangeira. A *Revista do Idort* e o trabalho de arquitetos modernistas procuraram aplicar na indústria, em geral, e na própria casa, os princípios de simplificação do trabalho em vista do aumento da produção

(29) A autora entrevistou o senhor Orlando Marques nos dias 2 e 6 de abril de 1998.

e da diminuição da fadiga humana. Após a Segunda Grande Guerra, a cozinha racional passou a caminhar *paripassu* com a produção do equipamento. Tais fatores ocorreram de modo paralelo ao crescimento do mercado de consumo e da indústria da construção civil, em especial da verticalização, a qual propunha o melhor aproveitamento econômico do espaço.

Finalmente, o congelador, o forno microondas e a introdução de princípios da eletrônica nos eletrodomésticos vieram agilizar e simplificar ainda mais aquelas operações, em vista da melhor racionalização e do embelezamento cada vez mais perseguidos pela cozinha moderna. Sendo assim, concluímos que, se a mecanização foi fundamental para a cozinha moderna, ambas não podem mais abrir mão da racionalidade. Esse trabalho foi feito com o objetivo de mostrar a influência da técnica e da tecnologia no espaço e na vida doméstica. Derivou-se, em parte, da indústria automobilística, cujas representações se dirigiram para esse ramo do mercado, mediante a aquisição ou consórcios com marcas nacionais, conferindo-lhes assistência tecnológica, organização empresarial e de mercado. Em outros casos, a indústria de utilidades domésticas saiu dos galpões para o grande ABC, e daí para exportações e consórcios. A vertente cultural norte-americana penetrou popular e gradualmente. Constituiu uma tendência adotada por nossa indústria, caminhando de mãos dadas com o comércio e os meios de comunicação de massa. Foi essa vertente que acompanhou mais de perto a evolução do equipamento para se definir, ainda nos anos 50, quando foi desenhada a denominada “*cozinha americana*”, de aço.

No trajeto, é preciso destacar os papéis relevantes da construção civil, em especial da verticalização e do ramo hoteleiro, além da arquitetura moderna, rumando todos eles ao encontro do melhor aproveitamento econômico do espaço. A indústria do equipamento culinário, a chamada linha branca, viabilizaria a proposta, de cuja fusão com a automação nasceria a cozinha moderna. Em breve, os aparelhos aqui produzidos superavam os importados; primeiro, pelos preços bem mais acessíveis e, depois, pela qualidade. Das classes A e B, partiram para conquistar as de baixa renda. Nesse particular, associaram-se ao sistema de crediário, à propaganda dos meios de comunicação de massa, em especial a TV e, finalmente, beneficiaram-se com o aumento do poder aquisitivo, tendência que se intensificou com o Plano Real.

Nas duas últimas décadas do século passado, complementou-se o triângulo constituído pela pia, pelo fogão e pela geladeira mediante a inserção de mais dois aparelhos, o congelador e o forno microondas, os quais nada mais são do que desdobramentos, respectivamente, da geladeira e do binômio forno-fogão. Todos esses elementos foram acrescidos de princípios da eletrônica e constituíram muitos passos adiante quanto a facilitar as operações que se desenvolvem na cozinha, sem falarmos em outras novidades relativas ao processo de limpeza, já que várias marcas de fornos e de fogões são autolimpantes, existindo geladeiras e congeladores que dispensam o degelo periódico.

Tudo indica que a cozinha moderna vá enveredar não só pela intensificação da mecanização como, principalmente, no sentido de aliviar continuamente as operações básicas da cozinha, sem deixar de lado o planejamento. Pesquisas recentes mostram que a classe média consome, em primeiro lugar, aparelhos de TV, seguidos de geladeiras, congeladores e de fornos microondas. Em 1996, o Brasil foi o terceiro país em termos de compra de televisores (comprou 7 milhões de unidades), tendo perdido apenas para os Estados Unidos e o Japão³⁰. Os relatórios das redes das principais lojas vendedoras de eletrodomésticos, como Casas Bahia, Arapuã, Ponto Frio, G. Aronson, Bernasconi, etc., apoiadas no sistema de crediário e vendas a prazo, para as classes C e D, atentam para o fato que, em 1996, venderam 30% mais do que em 1995³¹. Dois anos depois, o IBGE constatou que o microondas já se fazia presente em 24,4% dos domicílios, pesquisados em seis regiões metropolitanas³². Contudo, o comércio especializado observou que a maioria dos usuários subutiliza o microondas, pois não apreenderam a cozinhar nele. Doravante, devem disputar o mercado um forno microondas da CCE que traz a programação de 60 receitas na tela. Será só apertar uma tecla e fazer o que dita a máquina. Por outro lado, os gastos com a compra de produtos congelados que, em 1969 eram de 1,87% do orçamento familiar, em 1994 aumentaram para 6,04%.

Assim, na cozinha atual assiste-se à diminuição do tempo despendido com referência à sua atividade precípua, qual seja, a cocção, existindo mesmo a tendência à sua supressão na vida cotidiana. Essa atividade está sendo substituída pelo simples aquecimento dos alimentos adquiridos ou armazenados pelo processo de congelamento ou pela vulgarização do *fast food*, isto é, da comida comprada a quilo. Sob esse prisma, desapareceria o fogão, eclipsado pelo forno microondas. Isso possibilitaria a diminuição do espaço destinado à cozinha, a exemplo do que se via nas antigas *kitchennettes* e nos *flats* atuais.

(30) GRINBAUN, Ricardo. A nova estrela das vitrines. *Veja*, São Paulo, ed. 1.470, ano 29, n. 46, p.132-133, 13 nov. 1996.

(31) Negócios. *Folha de S. Paulo*. Cad. 2. São Paulo, 10 mar. 1997, p. 1.

(32) FRANCO, Célia de Gouvêa. Feira mudou hábitos do brasileiro. In: *UD 50ª Feira de Utilidades Domésticas*. op. cit. p. 6.

BIBLIOGRAFIA

- BACOCIN, Denise. Vendas nas feiras quadruplicam desde 92. *O Estado de S. Paulo*, 25 jan. 1997, B. 5.
- BRANDÃO, Mônica. As estrelas da grande festa do consumo. *Revista Veja São Paulo*, São Paulo: Ed. Veja, ano 30, n. 13, p. 12-16, 31 mar. a 6 abr. 1997.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 25 jan. 1997, B5.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, p. 2-3, 10 fev. 1997.
- _____. p. 1, 10 mar. 1997.
- _____. São Paulo, p. 4-9, 30 maio 1997.
- FRANCO, Célia de Gouvêa. Feira mudou hábitos do brasileiro. *Folha de S. Paulo*. Especial UD 50ª Feira de Utilidades Domésticas, 6. São Paulo, 06 abr. 1999.
- O FUTURO SEM FRONTEIRAS. A história dos primeiros 50 anos da Brasmotor. São Paulo: Prêmio Ed. Ltda., 1996.

GIEDION, Siegfried. *La mecanización toma el mando*. Tradução de Esteve R. i Suari. Barcelona: Gustavo Gili, 1978, p. 519-527.

GRINBAUN, Ricardo. A nova estrela das vitrines. *Veja*, São Paulo, ed. 1.470, ano 29, n. 46, p. 132-133. 13 nov. 1996.

O GLOBO. Rio de Janeiro, p. 5, 17 jun. 1990.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Evolução da cozinha em São Paulo; a influência da indústria no seu equipamento e nas suas dimensões (1800-1950)*. Trabalho programado ao curso de pós-graduação para doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

____. Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades. *Pós-Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. São Paulo, FAUUSP, n. 3, p. 5-18, jun. 1993.

____. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

____. *Higienópolis, grandeza e decadência de um bairro paulistano*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1980. (Série Monografias de Bairros de São Paulo), v. 17, p. 153-152.

JAEGHER, Frederico René. Cozinhas de hoje. *Revista Politécnica*, São Paulo, n. 130, p. 107-114, ano 35, 4 jun. 1939.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. Tradução de Edi G. de Oliveira. São Paulo: Nobel-Edusp, 1990, cap. III.

LEMOs, Carlos A. C. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEMOs, Carlos A. C.; SAMPAIO, Maria Ruth A. de. *Habitação popular paulistana*. São Paulo: FAUUSP, 1977.

LEVI, Rino. Prédio de habitação do tipo semi-intensivo. *Revista Politécnica*. São Paulo, n. 119, p. 66-7, 1935.

____. *Revista Politécnica*. São Paulo, n. 100, p. 283-3, ago. set. 1930.

LIMA, Marcelo. Todos para a cozinha. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, ano 5, n. 255, p. 26-27, 9 mar. 1997.

MINDLIN, Henrique. Análise racional do projeto (método Klein). *Acrópole*, São Paulo, ano 7, n. 3, p. 39-47, jun. 1938.

PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Dir.) *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1958. Vol. II.

____. *Os pioneiros do GLP: Meio século de história*. São Paulo: CL-A Comunicação S/A Ltda, 1987. 2. Ed. 1990.

RAMOS, Ricardo; MARCONDES, Pyr. *200 anos de propaganda no Brasil*. São Paulo: Meio & Mensagem, 1995.

RATTNER, Henrique. *Industrialização e concentração econômica em São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

REVISTA CASA E JARDIM. São Paulo: FC Editora, n. 3, 5 e 7, 1953.

____. n. 132, p. 32-35, jan. 1966.

____. n. 260, p. 4-5, set. 1976.

REVISTA DA FOLHA. São Paulo: Folha de S. Paulo, ano 5, n. 255, p. 26-27, 9 mar. 1997.

REVISTA VEJA SÃO PAULO. São Paulo: Ed. Veja, ano 30, n. 13, p. 12-16, 31/03 a 6/4 1997.

____. 13 nov. 1996. ed. 1.470, ano 29, n. 46, p. 132-133.

SEIDL, Antonio Carlos. Venda de eletrodomésticos crescerá 17% na AL em 97. *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 1997, 2.3.

SEIXAS, Lúcia. Uma breve história das máquinas de cozinhar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1990, p. 5.

SOUZA, Maria Adélia Aparecido. *A identidade da metrópole: A verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994.

STECHHAHN, Carlos. *Projeto e apropriação do espaço arquitetônico e conjuntos habitacionais de baixa renda*. 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

TOLEDO, José Roberto de. JK governou metade do Brasil de FHC. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jan. 1997, Brasil 1.17.

_____. *Matarazzo 100 anos*. São Paulo: CL-A Comunicações Ltda, 1982.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Arquitetura – filosofia. Arquitetura – história. Arquitetura – cozinhas – indústria.
Arquitetura – moderna – Século 20.

Architecture, philosophy of architecture, history of architecture, kitchens, architectural industry, modern, 20th century.

Obs.:

Este artigo constitui parte do projeto de pesquisa que estamos desenvolvendo no IEB, intitulado “*A habitação, vida privada e o cotidiano*”, o qual conta com o apoio da FAUUSP, do CNPq e da Fapesp.

Relação dos colaboradores

Flávia Elaine da Silva (desenho)

Marcelo Caetano da Silva (auxiliar da pesquisa)

Agradecimentos

BS Continental S/A

Centro de Memória da Brasmotor

Maria Cecília Naclério Homem

Pesquisadora da FAUUSP, no Laboratório de Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo (LabFAU-USP) e do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEB-USP.

4 | CONFERÊNCIA NA FAUUSP

Hara Kenya



CONFERÊNCIA DESIGNER HARA KENYA NA FAUUSP



Conferência ministrada em 22 de outubro de 2002
Promoção: Fundação Japão e FAUUSP
Crédito: Issao Minami

Hara Kenya

1958 – Nasce em Okayama
1981 – Gradua-se na Masashimo Art University (Design Course of the Department of Science of Design)
1983 – Completou o Master's Course of the Postgraduate Course of Masashimo Art University. Funda o Nippon Design Center
1992 – Estrutura o Hara Design Institute dentro do Nippon Design Center, onde atualmente é o seu diretor

Premiações Recebidas

1989 – Nippon Design Committee / Design Fórum Gold Prize, pelo trabalho "Contents of a Box"
1990 – Tokyo Art Directors Club Award, com o trabalho Takeo World' 90
1991 – Tokyo Art Directors Award, com o trabalho Takeo World' 91
1996 – Kodansha Publishing Culture Award, book Design Prize, com seu livro *Please steal posters*. Japan Inter Design Forum Prize
1997 – Asia Pacific Poster Design pelo trabalho Exhibition "Japan" no Museu de Arte de São Paulo – MASP Brasil
1998 – New York Art Directors Club Distintive Merit Award pelo catálogo de produtos IM Japan Sign Design Award Grandprix (The Minister of International Trade and Industry Prize – MITIP) pela sinalização do Umeda Hospital
1999 – Japan Calendar Poster Award (MITIP) pelo calendário Expo 2005 Aichi e também pelo design do "sample book for Takeo Co. Ltd."
2000 – ICSID Excellence Award and ICOGRADA Excellence Award at International Industrial Design Biennale, pelos produtos da Exhibition "Re-design – daily products of the 21st century".
2001 – Yusaku Kamekura Award pela publicação "Paper and Design" e do Mainichi Design Award, premiado do ano 2000

ABERTURA

Eu sou o professor Issao Minami e estou encarregado de fazer a abertura deste evento. Convido para compor a mesa de recepção o doutor Masakatsu Umemiya – diretor geral da Fundação Japão, a Profa. Dra. Maria Ruth Sampaio do Amaral – diretora da FAUUSP, o Prof. Dr. José Luís Carlos Caruso Ronca – chefe do Departamento de Projeto da FAUUSP, o arquiteto Jô Takahashi – diretor da Fundação Japão e, naturalmente, o designer gráfico Hara Kenya. O artista gráfico Hara Kenya é um profissional que vem conquistando um destaque internacional pela sua maneira original de criação aliando a sensibilidade japonesa com um estilo extremamente contemporâneo. Exemplos dessa característica criativa estão nos programas de cerimônia de abertura e encerramento da Olimpíadas de Inverno de Nagano de 1998. Estão também nos cartazes para a Expo Aichi 2005 e no design promocional dos produtos da grife Issey Miyake. Um dos atributos mais sensacionais desse artista é o modo como ele projeta a ilusão de tridimensionalidade em suas criações. Podemos ver isso nas exposições como Architects Macaroni que ele fez para o Instituto de Arquitetos no Japão e também no Re Design – Produtos do Cotidiano do Século XXI. Hara Kenya ingressou no Nippon Designer Center em 1983 e em 1989 assumiu a direção de arte da Takeo World Paper, na qual desenvolveu projetos de identidade visual para a Mori Building e também para o 6º Design for the Mori Arts Center. No final do ano 2000 iniciou

a coluna Escalar a Árvore do Design para o jornal *Nihon Keizai*.

Detentor de vários prêmios de design mundial, dentre os quais se destaca o prêmio Kamekura Yusaku, concedido pela Japan Graphic Designer Association como o designer de maior destaque do ano de 2001. Este prêmio foi criado em homenagem ao famoso designer Kamekura Yusaku, logo depois de sua morte. Ikko Tanaka e Kazumasa Nagai são aqueles que receberam anteriormente esses prêmios. As criações de Hara fazem uma conexão com o conceito do vazio da cultura japonesa. Isto não vem significar o simples nada, mas um conceito repleto de infinitas possibilidades. Japoneses experimentam um sentimento de amadurecimento das possibilidades que se podem entrever no vazio.

Hara desenvolveu também os projetos no Re Design, no qual ele escolheu 30 temas e encarregou cada assunto a um profissional de talento: arquiteto, designer gráfico, fotógrafo ou escritor – que deveria repensar e redesenhar coisas absolutamente triviais de nosso cotidiano. Todos estes projetos utilizaram papel porque além de seu meio transmissor é, de acordo com ele, o material que sacia os sentidos, ou seja, aquele que transmite o prazer de contato com a natureza por meio dos cinco sentidos. O produto se relaciona com as expectativas desse nosso novo século: resgatar a sabedoria da natureza.

Issao Minami

HARA KENYA

Sou Kenya Hara, designer gráfico e estou muito contente de estar aqui hoje com vocês. Estamos em uma situação mundial um pouco caótica, mas é justamente nesses momentos que é importante transmitirmos a cultura própria de cada país, para os outros países.

Minha palestra será dividida em duas partes: eu, como designer gráfico, sinto-me na responsabilidade de divulgar o design e, ao mesmo tempo, divulgar meu trabalho, o qual traz um lado tradicional japonês. A primeira parte se constituirá de um tema que é o design tradicional japonês e o meu trabalho; a segunda será a respeito do Re design, uma exposição que organizei. Trabalho como designer gráfico, mas também faço planejamentos de exposições e publicações e uma parte do que vou apresentar a vocês é justamente relacionado a isso. Este trabalho consiste em um planejamento de redesign, quer dizer, desenhar novamente, mas desenhar novamente os produtos do cotidiano. Não são novos produtos; são produtos que estão em nosso cotidiano. Escolhi 32 criadores, sejam eles pessoas ligadas à fotografia, ao *fashion design*, à iluminação, à arquitetura ou à produção de design gráfico. Na verdade, escolhi indivíduos com certa preocupação já voltada para as questões do século 21.

Começo mostrando o programa da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno, realizado em 1998, em Nagano, Japão. Minha intenção foi impregnar com um clima de jogos de inverno mesmo, dando a impressão de frio. Como estes jogos se realizariam no Japão, eu quis representar algo da cultura japonesa tradicional em relação com o design gráfico moderno japonês.

A primeira coisa que quis fazer para deixar a impressão de inverno foi utilizar um substrato, desenvolvendo-se um novo tipo de suporte gráfico em papel. O projeto consistiu, em primeiro lugar, desenvolver um papel cuja superfície, ao ser mantida apertada, iria tornando-se translúcida. Eu



não sei bem, mas aqui, no Brasil, acho que não neva, não é mesmo? Quando se pisa na neve recém-caída, fica a marca da pegada e esta parte, quando pressionada, torna-se translúcida. Isto constitui para mim um fator muito importante: a escolha do material com que se vai produzir a base, o papel.

Visualizando-se a cerimônia de abertura desses jogos olímpicos, gostaria que se prestasse atenção na parte gráfica: pode-se perceber que quanto ao sinal tipográfico, a parte escrita no idioma japonês está disposta verticalmente, ao passo que as partes em francês e em inglês estão dispostas (as letras) de maneira horizontal.



A escrita japonesa é extremamente interessante. Inicialmente emprestou da China os chamados ideogramas e adaptou-os para fazer uma representação fonética. Dá-se o nome dessa escrita de hiragana, ou seja, a escrita fonética. Ao mesmo tempo, aproveitaram-se esses ideogramas chineses para fazer uma representação fonética também de pronúncias de palavras estrangeiras

(kataganas). Dentro da escrita japonesa atual pode-se misturar o alfabeto romano, ou seja, a escrita japonesa apresenta uma diversidade de grafias bem diferentes. Assim sendo, uma grafia japonesa pode comportar a disposição tanto vertical como horizontal de uma maneira totalmente livre.



Vê-se a grafia japonesa disposta de maneira vertical e depois a parte da língua ocidental colocada em disposição horizontal, ou seja, esses dois fluxos de sentidos diferentes concorrem entre si para dar esse tipo de atmosfera. Controlando-se estes fluxos – tanto vertical como horizontal – cria-se um espaço e isso justamente se parece com a disposição que ocorre com os arranjos florais, o chamado ikebana, no Japão.



Este visual mostra um processo de criação do clima do local, do palco de abertura da cerimônia, direcionada em quatro pontos. Aqui se pode ver que vão ser instalados quatro pilares: isso tem uma importância muito expressiva no espaço.

Quando se instalam quatro pilares no espaço aberto e depois, se estes forem ligados, cria-se um espaço cercado, mas vazio, despojado. Quando se cria esse espaço vazio, o povo japonês tem o pensamento de que esse espaço cercado poderia ser o local no qual poderia chegar uma divindade. A divindade, segundo a concepção do povo japonês, não tem nada a ver com o conceito de divindade ocidental. A divindade não é uma personalidade em si, mas é a força que paira, que flutua em qualquer lugar e depois pode se encarnar, por exemplo, em uma raposa ou então em qualquer criatura e assim tornar-se uma divindade. É a força que existe dentro da natureza, da montanha, do mar, é a força em si. Assim sendo, na mente dos japoneses, quando se cria um espaço vazio, mas cercado, aí poderia chegar a divindade que paira em qualquer lugar e flutua. Ela poderia alojar-se dentro deste espaço cercado.

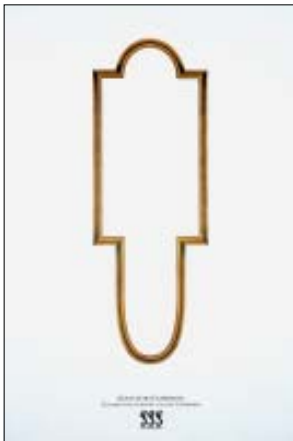
Não se crê que exista a certeza de que haverá a vinda da divindade, mas pode ser que haja a possibilidade dessa vinda ou, então, essa possibilidade é a expressão de que pode ser aí muito importante.

Aí foram instalados, erguidos os quatro pilares e nesse local aparece o campeão do esporte chamado "sumô". O lutador vem vestido com uma indumentária que usa uma corda e essa corda simboliza o fechamento que encerra o espaço pelos quatro lados.

É aqui nesse espaço vazio, preparado, que chega a divindade, sendo, nesse caso, tal qual os atletas chegando neste espaço.



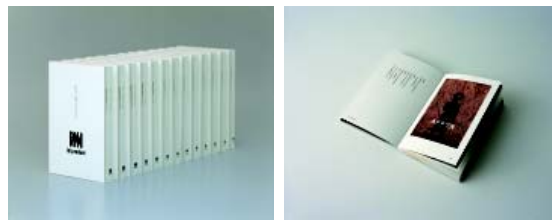
Essas bolas de cinco cores, que são exatamente as cinco dos Jogos Olímpicos, representam os atletas que vão chegar como divindades em cima de nuvens. Existe o processo de realização daquela expressão que pode ser que aconteça. Eu ficaria contente se quem ali fosse conseguisse sentir esse processo de realização, a alegria de presenciar esse “pode ser que”. Ficando o espaço preparado para a chegada de divindade, depois ali se desenrolam os jogos.



Aqui estou mostrando um cartaz que criei, nele também tem importância o sentido de vazio que falei há pouco. Tomei como exemplo justamente a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos para poder explicar o sentido do vazio. Esse cartaz, na verdade, não tem um sentido, um significado definitivo. Simplesmente não fica claro o sentido do que se quer dizer com isso.



Este é um cartaz de uma exposição individual. Está enquadrado em uma moldura retangular. Bem, não há uma razão para isto, não tem significado. Na verdade também tem sentido na medida de quem observa, quem olha para esta figura vai poder colocar sentido nesse vazio. Por exemplo, do mesmo modo, a bandeira do Japão, na verdade, não tem sentido nenhum. Vocês se lembram como é a bandeira do Canadá? Ela tem uma folha de boldo no meio, ou seja, é extremamente figurativa. No caso da bandeira nacional japonesa não tem significado. Alguns japoneses não gostam de olhar para essa bandeira nacional porque a ela estão associadas lembranças da Segunda Guerra Mundial quando havia um certo absolutismo, o sistema imperialista do Japão. Associam-na a esta idéia e não gostam de lembrar essa fase da história do Japão. Mas para mim, que nasci depois da guerra, esta bandeira não significa nada a não ser uma nação pacífica e pacifista. Neste sentido, a bandeira nacional não tem nenhum significado. Quem dá significado a essa bandeira é quem a vê e a observa. Uma vez estabelecido um significado, é muito difícil despojar-se ou desvencilhar-se deste, pois passa a ser um signo. Eu gostaria de mostrar para vocês exatamente o conceito do que vem a ser o vazio.



Aqui são capas de revista e livros, suportes que são justamente elementos que colhem informações relativas a algo editado. Se o objetivo de um design de capa de livro consiste em chamar a atenção do leitor, e depois criar um significado, aqui creio que se alcança este objetivo.

Aqui apresentei uma série de cartazes referentes a um evento chamado “O Mundo de Papel Takey”,



que é o nome próprio de uma empresa. Esse evento teve como objetivo desenvolver a cultura do papel, ou seja, como material a ser trabalhado. É uma empresa que lida com papéis e para sua divulgação fez uma amostra, um catálogo. Neste sentido, o público-alvo desta amostra são os designers gráficos. Portanto, não há tanta necessidade de dizer, vai ser tal evento, em tal data, em tal local, de quando em quando, etc. O importante é captar a atenção deles. Esta pode ser uma maneira simples de captar a atenção do público-alvo.



Para a formação, a criação dessa figura, que não tem sentido, o que faço é procurar dentro da minha memória uma figura “x”; vou procurando, e uma vez encontrada, aplico-lhe uma textura, por exemplo, de uma casca de semente, ou uma lâmina de metal, de ouro ou qualquer outra coisa que crie uma textura embutida nesta figura. Isto

pode evocar em quem a vê algo já visto em outro lugar, em algum momento.

Pode não ter sentido, mas se sente a presença real. Aí é que existe o conceito da presença do vazio. Muitas vezes, um design japonês pode ser de difícil entendimento, mas gostaria que vocês captassem esse conceito do vazio que ocorre no fundo desse conceito.



Aqui se trata de uma promoção, um evento chamado “Aichi 2005”, uma feira mundial que ocorrerá em 2005. Trata-se de um design promocional, e temos aqui um exemplo de uma folhinha, um calendário promocional. Para mim, esta feira mundial, na verdade, é um evento que nos faz pensar em nossa existência. Essa feira mundial sempre tem como tema a tecnologia, levando-nos a pensar a respeito do tempo, tendo como motivação a imagem da tecnologia, como a de um disco compacto com aquele reflexo parecido com um arco-íris. Só que a imagem da alta tecnologia está sendo superada com essa imagem do CD. À medida que a tecnologia evolui, mais se vai confundindo com a própria natureza, diluindo-se na natureza. Para poder exprimir esta imagem do século 21 busquei um naturalista que viveu há cerca de 300 anos, no Japão.

O tema principal dessa exposição mundial de Aichi 2005 é a sabedoria da natureza, e a razão pela qual eu voltei para essa figura de um

naturalista de 300 anos refere-se à concepção, o senso de natureza que o japonês tem diante de todos os fenômenos naturais e seu relacionamento com a tecnologia. Há cerca de 300 anos, principalmente no Ocidente, já havia aquela visão de cima para baixo, observando a natureza de uma maneira objetiva, racional. Naquela época, do Iluminismo, os ocidentais criaram as enciclopédias. Este conhecimento chegou ao Japão e ali também se tentou criar este tipo de compêndio sobre a natureza. Porém, o povo japonês não conseguia ter este tipo de visão racionalista e científica da natureza.

Em vez daquela visão onipotente, como um Deus que observa de cima para baixo a natureza, os japoneses tiveram outro ângulo de visão, colocando-se no mesmo nível das coisas da natureza, no chão, de onde se admira e observa. É esta observação que privilegia estar no mesmo nível da natureza que, creio, poder ser uma visão do século 21, com relação à natureza.



Aqui temos vários cartazes, aproveitando-se os desenhos feitos por este naturalista de três séculos atrás, posteriormente combinados como meu design.

Esta é a imagem para o século 21, não aquela imagem de alta tecnologia do século 20, mas sim uma projeção para o futuro, uma visão do futuro.



Este é um design que promovi como uma mídia, “adhesive tape”, ou seja, um veículo de comunicação, que é uma fita. Trata-se de várias fitas adesivas. Concebi esta mídia para poder promover e mostrar que não é necessário ficar utilizando-se apenas aqueles veículos modernos de alta tecnologia. Podemos usar uma tecnologia de baixo custo para veicular uma idéia ou conceito. Nesse espaço em que se encerra esta “nova” tecnologia, algo novo se encontra.



Aqui vocês podem ver como colocando-se fita adesiva com motivos em uma caixa de papelão, esta passa a ser um veículo, uma mídia de transmissão de idéias. Grudada em uma caixa, essa fita se torna uma mídia, um veículo de comunicação. A isso costumo dar o nome de mídia parasita, porque estamos vivendo na era da eletrônica, com correio eletrônico, rede eletrônica e tudo mais, com outros tipos de mídias, voltadas para essa função de divulgação.

A mostra de Redesign, citada inicialmente, consistiu em solicitar 32 artistas de renome, para fazer o redesenho de alguns artigos bem corriqueiros, de uso diário.



Este projeto tinha um fundo de atração justamente no fato de que, por um lado, quem escolher para fazer esse redesign, e, por outro lado, de que maneira cada um se desencumbiria dessa tarefa. Aí está o ponto crucial dessa amostra, desse projeto. Por isso vou apresentar em primeiro lugar o perfil dessa pessoa, depois de seu trabalho e a noção que ele deu para essa tarefa. Em primeiro lugar, pedi para um arquiteto chamado Shigeru Ban fazer o redesign do papel higiênico.



Ele é um arquiteto muito famoso por utilizar como material de construção papel em rolo, o tubo de papel. Por que isto é importante? Porque ele descobriu que o papel é um material de construção forte e durável e, ao mesmo tempo, de baixo custo, que se encontra em qualquer parte do mundo, além de também ser um material reciclável como matéria-prima. Vocês podem ver que justamente o tubo que fica no meio do rolo pegou o formato quadrado, e o papel que vai sendo desenrolado tem também o formato quadrado. Como se trata de um quadrado, na medida em que se puxa o papel, faz-se um barulho. Se o rolo fosse circular, o movimento de puxar o papel não faria barulho, gastando-se muito papel. Além desta mensagem de economizar o papel, pode-se notar que quando se trata do formato circular, no momento do transporte, transporta-se o ar também, mas quando for quadrado, não.



Aqui temos um exemplo de uma igreja cujo teto é feito com este material, com tubos de papel. Esta igreja surgiu depois do terremoto de Kobe, no Japão.



Ele também fez vários abrigos para os refugiados da África, em Ruanda, e para vítimas de terremotos na Turquia, oferecendo casas provisórias construídas em papel.



Aqui temos a maquete do pavilhão japonês na feira de Hanover, em 2000. Até parece brincadeira, mas a mensagem que eu queria que fosse captada era a seguinte: não que o resultado do redesign seja superior ao já convencional, porém que se apreenda a diferença entre o redesign e o convencional, o tradicional, a diferença entre o convencional diário e o redesign.

Estes são os carimbos de entrada e saída do país no Japão. Na parte de imigração há um desenho bem simples: o circular e o quadrado, de certa maneira bem corriqueiro. Pedi o redesign para um diretor comercial, Masahiko Sato, e o resultado foi este.

A entrada e a saída, em Immigration Stamps.



Vamos supor, por exemplo, que o Brasil adotasse este carimbo de entrada e saída. Hipoteticamente, adotemos que entram e saem do Brasil, digamos, 100.000 pessoas. Quando um turista vir que o Brasil está adotando esse carimbo, aparece na mente dele um pequeno ponto de exclamação, de simpatia para com o Brasil. Veremos multiplicar esses pontos de exclamação, de surpresa agradável por 100.000. O resultado é muito grande, não é? Imaginem a simpatia que isto poderia causar. Como falei há pouco tempo, com a fita adesiva, pode-se notar que a comunicação pode ser encontrada dentro de pequenos pontos ou detalhes.



Esta é uma fralda descartável. Na verdade, não se trata de fralda para crianças, nenéns, mas sim para adultos. Como uma fralda descartável para adultos, ela tem toda sua função a contento, mas se eu pensar no dia em que tiver de utilizar essa fralda – que tem a aparência de fralda de neném – fico muito triste. Pedi para fazer o redesign dessa fralda a um estilista de moda chamado Kosuke Tsumura. Ele não é um estilista de moda em si, mas ele é um estilista que trabalha o relacionamento do homem com suas vestes. Aqui temos aquilo que ele lançou para uma grife de inverno. Eis o modelo que ele criou: uma veste cheia de zíperes e se, por acaso, todos os bolsos fossem enchidos com jornal ou papel, isso acabaria esquentando quem está vestindo esta roupa. Não é exatamente uma roupa inventada para os sem-tetos, mas aqui está o conceito do relacionamento de roupa com o homem, que ele mesmo vai adequando.

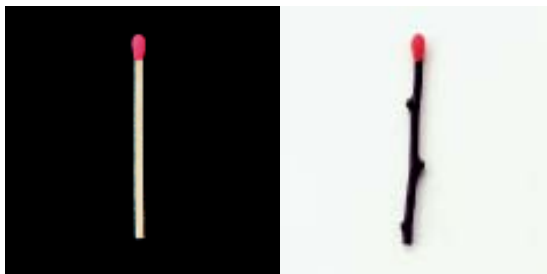


A resposta dele com relação ao redesign de fralda foi mais ou menos dentro deste conceito. Isso ficou extremamente apreciável, não é mesmo? Essa não é a fotografia da fralda depois de utilizada (risos). É uma transparência para mostrar que tipo de material existe dentro desta fralda: um material polímero, absorvente. O conceito muito importante que existe nele é que há uma série de fraldas feitas deste produto. Ele estilizou uma série de roupas tendo como objetivo absorver as secreções. Preste-se atenção ao que está numerado. Pode-se ver que o nível 1 tem a capacidade de absorver “X”, e à medida que vai aumentando este nível,

tem-se maior capacidade de absorção. Como fralda utiliza-se o nível 3.

Quando eu tiver que me servir dessas fraldas, ou dessas vestes, basta-me procurar uma cueca de nível 3, quer dizer, livro-me daquela imagem de ter de usar fraldas com aquela aparência de fralda de neném.

Palitos de fósforos: estamos cada vez menos utilizando este tipo de instrumento de criar fogo. Para pedir seu redesign solicitei a um projetista de iluminação, Kaoru Mende. Na verdade, Mende não é criador de objeto de iluminação, mas ele desenha, projeta como se faz iluminação. Ele é um pesquisador, tendo feito um levantamento de qual é o local mais iluminado na cidade de Tóquio: chegou à conclusão que o local mais iluminado é a máquina automática de vender produtos!



Aqui está a obra dele. O sentido deste redesign é justamente fazer com que o fogo natural tenha seu papel antes de voltar a ser terra. Nós não temos agora muito o costume de criar fogo, mas o relacionamento entre o ser humano e o fogo existe desde os tempos primórdios de nossa vida. Essa relação deveria ser encarada desta maneira. Não devemos esquecer o ato de criar o fogo.



Mende pensou em recuperar esse ato primordial. Ele deu a essa caixinha palito de fósforo para as ocasiões especiais.



Aqui temos cartões-postais, um cartão-postal do Japão. Qualquer cartão-postal agora está tendendo a ser um produto descartável. Pedi para fazer este redesign ao fotógrafo Tamotsu Fujii, muito famoso no Japão. A proposição dele foi a seguinte: criar um cartão-postal que não seja descartável, que ninguém queira jogar fora. Consiste em uma moldura que basta ser dobrada; depois encartar a fotografia, ou então, pode-se também colocar como lembrança de uma ópera ou de um museu. No outro lado, no avesso deste cartão-postal tem o mapa-mundi em relevo, e basta marcar-se o lugar em que se encontra para mandar para seu destinatário.

Este exemplo mostra a foto dele mesmo. Quem receber um cartão-postal desses, creio, não vai ter coragem de jogá-lo fora. Hoje em dia o papel não é mais um protagonista como mídia de informação, ele deixou de ser o protagonista nesse mundo informatizado. E em função disto haverá mais papel como matéria-prima ou material. Não devemos ficar só pensando sobre a velocidade ou volume com que podemos armazenar essas informações. Temos que pensar na qualidade da informação que se tem que guardar, ou naquela informação que se gostaria de apreciar, ter, e criar também. Esse cartão-postal também poderia ser uma mídia, um veículo para esse tipo de informação que se gostaria de transmitir.



Temos aqui um saquinho de chá; 80% do chá consumido no mundo agora já vem em forma de saquinho. No redesign, quem foi incumbido dessa tarefa foi o designer de produção Naoto Fukasawa. Ele, na verdade, é extremamente criativo a ponto de inventar uma impressora com cesta de lixo já conjugada. Sua proposta consiste em um interessante e curioso passatempo para quem gosta de tomar chá. Começa por um anelzinho pelo qual se segura o saquinho de chá; esse anelzinho tem a cor do ponto certo do chá para ser degustado. Não é exatamente um indicador para se dizer: “... tome o chá quando, ele pegar essa cor”. Não é exatamente para ficar indicando, mas à medida que se vai manuseando e comparando a cor do chá que se toma e a cor desse anel, vai-se criando um certo tipo de relação entre a pessoa e o anel que está com esse saquinho de chá. Essa possibilidade de estabelecer uma relação entre o objeto, coisa e o homem e que é importante (podendo-se, neste momento, retornar àquele assunto do nosso vazio, o conceito do vazio e a possibilidade de ali ocorrer alguma coisa). Esse design justamente indica a possibilidade de evolução que existe entre o objeto e seu designer.



Aqui temos outro modelo que ele redesenhou e tem o formato de um marionete; pode-se sacudir o bonequinho para o chá. Na medida em que se emerge este saquinho, com formato de homenzinho, dentro da água quente, a folha de chá vai aumentando o volume e preenchendo até resultar no formato de bonequinho de verdade mesmo. Imagine uma pessoa em clima meio pensativo, meio triste ou então nervoso; e prepare o ritual com este chazinho sacudindo dentro da água quente...



O último modelo que vou mostrar é a carteira de cigarros. Aqui está o redesign de Takuya Onuki, simplesmente embutindo o cinzeiro ao lado da carteira de cigarros.

Não sei como ocorre aqui no Brasil, mas os fumantes estão sofrendo muito no mundo inteiro, não é mesmo? Eles mal conseguem fumar dentro de algum recinto. São expulsos a céu aberto, e será que vão encontrar cinzeiro? Nem sempre existem cinzeiros à disposição. No meio deste papel laminado há um arame, cuja dobra permite montar o cinzeiro.



Gostaria de apresentar, finalmente, um projeto meu, o “design system” do Umeda Hospital. Este é o design que fiz para uma maternidade. Sua característica principal é que esses sinais são feitos com pano tecido. Isto parece uma prancha de passar ferro, coberta com pano. Esta prancha está colocada na parede, mas essa parte de pano pode ser retirada como se fosse uma touca de cabelo.



Isto aqui pode ser retirado como se fosse uma meia que está calçada no pé, meias são fáceis de serem retiradas e lavadas. Estas, por sinal, são todas laváveis, podem ser então lavadas, antes de colocar e depois de colocadas. Ficam assim, então. O custo também é barato, pois cada um agüenta cerca de 300 lavadas, de modo que você pode ficar usando por muito tempo, sempre com aquela aparência de limpo.

Por que foi utilizado tecido? Por que o pano? Por duas razões: em primeiro lugar, porque se trata do ambiente de maternidade. Quis criar uma atmosfera de suavidade, de gentileza diferente, por exemplo, em relação ao material acrílico ou metal.

O fato de ser branco significa, justamente, que suja logo. A sinalização, nesse caso, também transmite como o hospital, a consciência que se quer sempre manter a limpeza. Da mesma maneira que restaurantes de primeira linha sempre utilizam toalhas de mesa brancas (claro que há casas com toalhas azuis ou de vinil claro na qual a sujeira não se mostra). Quando se trata

de restaurante de primeira classe, utiliza-se o branco para mostrar o cuidado e a preocupação de manter-se a limpeza naquele estabelecimento.



A preocupação em meu trabalho como designer, em primeiro lugar, tem esta consciência que devemos ter o objetivo de transmitir alguma coisa e que essa alguma coisa tem sua função. Mas, à medida que fui desenvolvendo meu trabalho, percebi que existem várias funções para uma mesma forma. O design consiste em buscar dentre essas várias funções o que se quer e depois associar uma série de funções variadas, além da função primária do objeto.

Vou terminar minha palestra aqui, mas gostaria de reconfirmar quatro pontos: em primeiro lugar, nós temos aquela concepção tradicional que a comunicação tem que ser de fácil entendimento, mas nela existe também a possibilidade que falei, o vazio. Em segundo lugar, destaquei o conceito do vazio e seu significado na disposição visual. Em terceiro, quando falei da “Exposição 2005”, mencionei que a imagem da alta tecnologia do século 20 já está sendo superada. Quanto mais a tecnologia evolui, mais difícil se torna de ser distinguida da natureza. É isso também o que eu queria dizer com relação ao redesign. Nós temos

aquele imagem da criatividade do futuro por meio de tecnologia, da alta tecnologia de computação, mas não é esse exatamente o ponto: há também um mundo externo que se pode palpar e sentir, e é isso que vai dar margem à nossa imaginação e criatividade. O quarto ponto se refere ao que falei a respeito das sinalizações dentro de uma maternidade, de um hospital. Todos os objetos têm suas funções primárias concebidas por alguma pessoa, mas, além disso, existem outras funções também primárias e cabe a nós, designers, fazermos uma garimpagem dessas funções. Talvez seja um pouco abstrata demais a minha explicação, mas vou falar de uma maneira mais clara: temos aqui um copo para tomar, beber água, líquidos. Mas se for utilizado para se colocar água até uma certa medida, então ele passa a servir como medida. Porém, também posso colocar esse copo em cima do papel, e aí ele poderá servir como peso. Assim, a função primária não é apenas uma, mas são várias funções que um objeto pode ter. Esse é o nosso papel, sentir e encontrar alguma coisa a mais, além do primário. É isso que eu queria transmitir nesta palestra a vocês.



Michiko Okano
(Fundação Japão);
Hara Kenya;
Issao Minami (FAUUSP)
Crédito: Issao Minami

5 | NÚCLEOS e
LABORATÓRIOS De
PESQUISA DA
FAUUSP

Francisco Comarú
Letizia Vitale

LABORATÓRIO *de* PROJETO
INTEGRADO *e* PARTICIPATIVO
PARA O PRÉDIO DA RUA DO
OUVIDOR, 63: *EXTENSÃO,*
ENSINO e PRODUÇÃO DO
SABER *em* MOVIMENTO

170

pós-

INTRODUÇÃO

O resultado do laboratório – estudos preliminares de arquitetura, projeto de ações sociais, proposta de viabilidade jurídico-legal e proposta de viabilidade financeira – foi consequência do trabalho coletivo e voluntário de cerca de 130 estudantes, profissionais e professores que participaram do processo durante os nove dias de elaboração do projeto interdisciplinar dentro do edifício ocupado por famílias integrantes do Movimento de Moradia do Centro, moradores de cortiço.

A experiência representou, a nosso ver, um momento de expressão da luta histórica e coletiva pela transformação da realidade habitacional, pela valorização do patrimônio humano e urbano da cidade, especialmente as áreas centrais degradadas de São Paulo. Os participantes dessa história são uma parcela importante da sociedade: sem-teto, moradores de cortiços, movimentos sociais de moradia, estudantes, professores e pesquisadores universitários, profissionais de

assessorias técnicas e organizações não-governamentais.

O evento só pôde se materializar graças à participação intensa de inúmeras pessoas e ao acúmulo histórico, técnico, político, social e cultural adquirido por diversos atores da sociedade civil.

A idéia do trabalho do laboratório foi concebida pela arquiteta Letizia Vitale, pesquisadora do Politecnico di Torino, em âmbito acadêmico da pesquisa internacional “Análise tipológica e intervenções para requalificação de cortiços na cidade de São Paulo”, desenvolvida no Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – Brasil, sob orientação dos professores Andrea Piccini da Universidade de São Paulo – Escola Politécnica da USP e Delfina Maritano Comoglio da Scuola di Specializzazione in tecnologia, architettura e città nei paesi emergenti do Politecnico di Torino – Itália.

PRECEDENTES DO LABORATÓRIO: MORADIA SOCIAL, DIREITO AO CENTRO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As correntes e trabalhos que influenciaram a elaboração e realização do laboratório são de diversas origens. Como já mencionado, sua concepção contou com a participação e influência de pesquisadores do Politecnico di Torino – Itália, que já vinham realizando estudos, intercâmbio e cooperação com arquitetos e engenheiros de São Paulo, principalmente, por meio da Escola Politécnica da USP¹.

Além disso, o trabalho contou também, de forma decisiva em sua realização, com a experiência de diversos profissionais oriundos e membros de assessorias técnicas e organizações não-governamentais ligadas ao desenvolvimento de projetos de moradia social em São Paulo. Estas, em sua maioria formada e consolidada durante o Programa de Mutirão e Autogestão da administração Luiza Erundina na cidade de São Paulo (1989/92).

Inúmeros trabalhos acadêmicos² relatam que a gestão da prefeita Luiza Erundina propiciou, por meio da política desenvolvida pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), a produção de milhares de unidades habitacionais em regime de mutirão e autogestão. Essa experiência trouxe uma série de inovações no que se refere às formas de produção, processo e apropriação dos espaços urbanos e de moradia na cidade. Foi nesse período que surgiram a maioria das assessorias técnicas que contribuíram, por sua

vez, na criação de referências e de um campo de trabalho do arquiteto, do engenheiro e dos profissionais que lidam com o ambiente construído, e que tem como atitude norteadora a dedicação e o engajamento profissional em prol da superação das iniquidades sociais, especialmente o direito à moradia digna e à cidade.

Sabe-se também que a prática desenvolvida, naquele período, foi influenciada por diversas outras experiências, como nos relata Ronconi (1995), sobre o caso das Cooperativas Uruguaias de Habitação e o Laboratório de Habitação da Faculdade Belas Artes de Arquitetura, experiência também relatada por Bonduki (1992). Esta última abortada pela direção da Escola que preferiu não apoiar os trabalhos de extensão universitária levados a cabo por alguns professores e estudantes, que mais tarde teve parte na contribuição de uma das políticas públicas mais importantes que São Paulo já presenciou na área da habitação.

Se muitos dos profissionais que participaram do trabalho do laboratório da rua do Ouvidor traziam consigo a bagagem e a experiência das assessorias técnicas, diversos traziam também a experiência ainda pouco relatada das atividades de extensão universitária desenvolvidas por um grupo de professores e estudantes do Departamento de Arquitetura da Universidade de Taubaté (Unitau) no período de 1995 a 1999, no âmbito de um núcleo conhecido por Núcleo de Habitação e Desenvolvimento Urbano (NHDU).

Naquele período, por meio do NHDU da Unitau foram viabilizados diversos seminários, debates e atividades inovadoras. Entre elas a que mais influenciou a concepção do laboratório da rua do Ouvidor foi a Clínica de Urbanismo, idealizada pelo professor de urbanismo João Carlos Correa.

Tratava-se de um trabalho em que o NHDU contatava ou era contatado por alguma prefeitura da região do Vale do Paraíba ou litoral norte do estado de São Paulo, e acordava-se que um grupo de estudantes

orientados por professores desenvolveriam alguma atividade relativa a um plano ou projeto urbano necessário para a cidade e que a prefeitura tinha dificuldades para realizar. O grupo se hospedava em uma escola ou em outro alojamento simples da cidade durante 10 ou 15 dias do mês de férias (julho) e graciosamente realizava levantamentos, convivia com os diversos segmentos sociais da sociedade local e técnicos da prefeitura e desenvolvia a proposta. A prefeitura ou setores locais custeavam o transporte, alimentação, material de consumo e a hospedagem. Foram realizadas duas Clínicas de Urbanismo. A primeira no município de Aparecida do Norte em 1998, que teve o objetivo de formular subsídios para o plano diretor local, e a segunda para a prefeitura de São Sebastião e a Sociedade Amigos da Praia de Boissucanga em 1999, que objetivou desenvolver um projeto de uma praça pública na orla da praia, de modo que impedisse a apropriação indevida por construtores de casas de turismo do espaço da areia da praia. Essas experiências explicitaram aos professores e profissionais envolvidos algumas lições e trouxeram algumas evidências:

- a) Uma das melhores formas de conhecer e compreender a realidade de uma cidade ou comunidade e realizar um diagnóstico é “morar” nesse local por algum tempo, e assim levantar dados quantitativos e qualitativos utilizando, além dos instrumentos convencionais, os elementos da convivência e do cotidiano, como entrevistas, bate-papos, paradas nos bares, restaurantes, comércio, brincadeiras com as crianças, oficinas com os adultos, etc.;
- b) esta forma de trabalho representou uma das mais poderosas para o aprendizado e transformação (pedagógica em sentido abrangente) dos estudantes envolvidos (e professores também) – em praticamente todos os casos, notou-se um crescimento de conteúdo, de

atitude crítica e maturidade dos estudantes após as experiências das Clínicas de Urbanismo – a nosso ver, o próprio fato da convivência dos professores com os estudantes no alojamento que era, ao mesmo tempo, oficina de trabalho e local de moradia provisória, além do contato direto com a comunidade em uma situação real, trazia reações novas de engajamento e interesse muito mais profundo e especial por parte dos alunos – quando comparado com as atividades na sala de aula;

c) este tipo de atividade, apesar de levantar expectativas na comunidade que se desenvolvia, criava também uma “efervescência, uma energia local pró-execução” do projeto e das ações demandadas.

CONTEXTO E O MOMENTO DO LABORATÓRIO

O processo de pesquisa que culminou com a proposição do laboratório revelou, além dos aspectos já citados, a expressão de diversas necessidades e carências urbanas como consequência do conhecimento da realidade em diferentes âmbitos.

No âmbito do poder público, cuja análise se delineou por meio de entrevistas com técnicos e levantamentos de dados nas entidades públicas e da sociedade civil, apresentou um quadro de paralisação das ações e execução de intervenções para a transformação das condições de vida da população de baixa renda que mora nas áreas centrais.

No âmbito da cidade real evidenciaram-se as necessidades e demandas das famílias, a situação de degradação em muitas áreas urbanas, e ao mesmo tempo a grande potencialidade dos movimentos sociais dos moradores de cortiços das regiões centrais e as significativas experiências de políticas e projetos habitacionais já realizados.

No âmbito acadêmico da pesquisa, representado por uma etapa de estudos comparativos internacionais focalizados no problema habitacional dos cortiços (habitação coletiva e precária de aluguel), nas áreas centrais de cidades como São Paulo, apresentava-se-nos um espaço potencial dos registros dos acúmulos e avanços, um espaço de debates e contatos e a perspectiva de desenvolver e propor uma metodologia de intervenção estratégica para a revitalização de áreas urbanas que pudesse ser reaplicada, levando em conta todas as potencialidades presentes.

A articulação e análise desses diferentes âmbitos, a certa altura do desenvolvimento do estudo teórico de investigação sobre o fenômeno e o problema dos cortiços em São Paulo, mostrou as condições para a proposição de algum tipo de experiência prática que articulasse os diferentes atores da cidade envolvidos no problema e buscasse caminhos na perspectiva de superar os obstáculos técnicos, políticos, econômicos e históricos da problemática. Nasceu a possibilidade de conceber, propor e articular a intervenção prática.

Assim, nos vários meses de trabalho que precedeu o laboratório, foram realizadas inúmeras visitas a cortiços, contatos, reuniões com membros de organizações não-governamentais, de movimentos de moradia, professores, pesquisadores, estudantes, técnicos de órgãos públicos ligados à questão habitacional.

Em especial, foram relevantes os contatos e a vivência com membros dos movimentos de moradia, Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), Movimento de Moradia do Centro (MMC), Fórum dos Cortiços e de diversas assessorias técnicas e organizações não-governamentais que trabalham com habitação, além de laboratórios e núcleos acadêmicos de universidades do Brasil.

O LABORATÓRIO, UM ESCRITÓRIO E UM COTIDIANO: NOVE DIAS DENTRO DO PRÉDIO TROCANDO E CONVIVENDO COM OS MORADORES

Realizados todos os contatos necessários, coletadas informações, realizado o planejamento de trabalho e divulgado o evento, principalmente, nas universidades, assessorias técnicas, movimentos de moradia e organizações não-governamentais, passou-se organizar sua execução com as seguintes características:

- a) foi montado um grande escritório (como um ateliê ou oficina de trabalho, patrocinado pelo Escritório Piloto do Grêmio Politécnico da USP) em um dos pavimentos mais adequados do prédio – 4º andar – que contava com mesas, cadeiras, computadores, material de consumo, plantas do prédio, água, etc.;
- b) em função da inscrição e da presença de profissionais e estudantes de diferentes áreas, foram formadas cinco equipes: de arquitetura, engenharia, sociologia, jurídico-legal e financeira, que deu origem a quatro grupos de trabalho para a etapa do diagnóstico: grupo para levantamento do perfil socioeconômico quantitativo; para o levantamento qualitativo (aspectos interpessoais e das representações – grupos de trabalho com adultos, crianças, adolescentes e famílias); para o levantamento físico do edifício e o grupo para o levantamento e registro estratégico de comunicação;
- c) esses grupos trabalharam para produzir um diagnóstico integrado durante os primeiros quatro dias do laboratório – no 4º dia, foi apresentado, em assembléia, o resultado do diagnóstico para todos os moradores do prédio;
- d) no 5º dia foram estabelecidas as diretrizes de trabalho com as equipes, de modo que se chegasse a uma proposta global e integrada;

e) o resultado das propostas foi apresentado na noite do 9º dia de trabalho dentro do prédio. As propostas apresentadas podem ser resumidas em:

- Proposta de ações físicas como a reforma e readequação do prédio para a transformação do uso comercial (projeto e destinação original do prédio) para o uso habitacional – foram produzidas plantas de arquitetura em nível de estudo preliminar e maquetes do prédio (interna e externa);
- proposta de ações sociais de curto, médio e longo prazos equivalentes ao período pré-reforma, durante as obras e pós-ocupação que contemplou: organização comunitária, geração de emprego e renda, ações com as crianças e adolescentes, mulheres, etc.;
- viabilidade financeira e jurídico-legal contendo a defesa e os termos jurídicos para a reforma, mudança de uso do prédio e a viabilidade de financiamento;
- proposta de ações imediatas contendo os problemas detectados e as recomendações: um projeto específico para responder às demandas emergenciais dos moradores até que os mesmos pudessem ser atendidos por um financiamento ou um programa público habitacional.

ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO DO LABORATÓRIO

Como participantes do processo de planejamento e execução do Laboratório da Rua do Ouvidor e como pesquisadores e acadêmicos nos deparamos com as indagações próprias das atividades investigativas: como avaliar uma atividade como esta? Qual a contribuição que este tipo de trabalho pode resultar para o aprendizado dos estudantes, para a produção e sistematização do conhecimento, para a formulação de políticas

públicas, para a própria extensão universitária, tão marginal e pouco valorizada pelas agências de fomento e financiamento, enfim, para a própria transformação de valores da sociedade em que vivemos?

Como participantes da coordenação do laboratório pudemos observar que durante e após sua realização, o evento contou com espaços na imprensa escrita e televisiva local e nacional, exposição na 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo e, mais recentemente, o lançamento de uma publicação versão português e inglês para divulgação do trabalho no meio acadêmico, técnico e popular no Brasil e em outros países, com apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Politecnico di Torino e do Grêmio Politécnico da USP.

Após o laboratório, pudemos assistir ao aumento da efervescência dentro e fora da universidade e o acontecimento de diversos outros eventos que arriscamos, influenciados pelo menos indiretamente, da atmosfera daquele momento: seminários envolvendo o debate entre os movimentos populares e a universidade; surgimento de novos fóruns de luta por um centro urbano mais justo e mais humano por meio da articulação de movimentos, entidades e estudantes; surgimento de cooperativas de trabalho profissionais interdisciplinares de assessoria aos movimentos populares, novos projetos de extensão universitária envolvendo estudantes de graduação e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, fortalecimento político do movimento estudantil no âmbito do Diretório Central Estudantil (DCE) da USP, ampliação do debate sobre a degradação das áreas centrais, as ocupações dos movimentos de moradia e a necessidade de políticas públicas adequadas. À maneira de provocação bem ao sabor de um debate acadêmico, ousamos concluir que em

momentos de refluxos ou estagnação do processo de conquistas sociais, econômicas e políticas, a extensão universitária franca e interdisciplinar, que envolve estudantes e professores, quando atenta, fiel e próxima à realidade social constitui uma ferramenta e estratégia poderosa para a produção de respostas novas às questões e problemas mais complexos da sociedade. A extensão universitária, assim, é mais que a prestação de um serviço para uma comunidade – e que alimenta o ensino e a pesquisa na universidade – mas constitui, a nosso entender, uma contribuição à sociedade como um todo, com o privilégio de poder influir mais profundamente nas atitudes, nos destinos e no futuro dos estudantes, potenciais profissionais e cidadãos.

NOTAS

(1) O trabalho do laboratório se desenvolveu como consequência de uma pesquisa financiada pela Capes para a arquiteta Letizia Vitale do Politecnico di Torino, como mencionado. O trabalho do laboratório deu origem à publicação recentemente lançada de autoria coletiva: *Laboratório de Projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço* com o apoio financeiro do Politecnico di Torino, Escritório Piloto do Grêmio Politécnico da USP,

FAUUSP, Pró Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, 2002.

Temos como exemplo precedente de cooperação entre pesquisadores do Politecnico di Torino e profissionais de São Paulo o projeto financiado pela União Européia que deu origem a um curso de extensão universitária e à publicação: *Mutirão habitacional: Curso de formação em mutirão*, 1996.

(2) Apenas para citar algumas referências produzidas e estudos sobre a produção do período.

BONDUKI, N; ROSSETO, R. et al. *Arquitetura e habitação social em São Paulo – 1989 – 1992*. São Paulo: 2ª Bienal Internacional da Arquitetura de São Paulo, 1993.

BONDUKI, N. *Habitação e autogestão: Construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

COMARÚ, F. *Intervenção habitacional em cortiços da cidade de São Paulo: O mutirão Celso Garcia*. 1998. Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FELIPE, J. P. *Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): Movimento de moradia o lugar do arquiteto*. 1997. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 1997.

MARICATO, E. T. *Enfrentando desafios: A política desenvolvida pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo 1989/1992*. 1997. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. *Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RONCONI, R. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão (O Programa Funaps Comunitário)*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 1995.

E mais recentemente:

ARANTES; P. F. *Arquitetura nova – Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefrêve, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

Francisco Comarú

Engenheiro, doutorando pela Faculdade de Saúde Pública da USP, pesquisador do LabHab da FAUUSP e membro da coordenação do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Letizia Vitale

Arquiteta e urbanista, especialista em “tecnologia, arquitetura e cidade dos países emergentes” pelo Politecnico di Torino, Itália.

criação da 1.

re S. João em forma de fender-se a barra daquella banda, por onde se podem entrar
em forma de bu S. J. S & brava S. Mica de dois palmos por braço. Tem fusa
muy romeros. Dize

~~141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526
 527
 528
 529
 530
 531
 532
 533
 534
 535
 536
 537
 538
 539
 540
 541
 542
 543
 544
 545
 546
 547
 548
 549
 550
 551
 552
 553
 554
 555
 556
 557
 558
 559
 560
 561
 562
 563
 564
 565
 566
 567
 568
 569
 570
 571
 572
 573
 574
 575
 576
 577
 578
 579
 580
 581
 582
 583
 584
 585
 586
 587
 588
 589
 590
 591
 592
 593
 594
 595
 596
 597
 598
 599
 600
 601
 602
 603
 604
 605
 606
 607
 608
 609
 610
 611
 612
 613
 614
 615
 616
 617
 618
 619
 620
 621
 622
 623
 624
 625
 626
 627
 628
 629
 630
 631
 632
 633
 634
 635
 636
 637
 638
 639
 640
 641
 642
 643
 644
 645
 646
 647
 648
 649
 650
 651~~

महोदय/सहोदर/सहोदरी

Ed. Montanha Ed.

canaliculatus Desm.

i. e. *concordia* N. S.

a

F

Time 4:30-5:00 PM

recipiente de roca
de P...

Будь прав

6 | *e*VENTOS

DISCURSO DE POSSE DO PROF. DR. RICARDO TOLEDO SILVA NA DIRETORIA DA FAU

Suceder a professora Maria Ruth Amaral de Sampaio na Diretoria da FAU não é uma tarefa fácil. Ela deixa um legado de entendimento e respeito mútuo entre as diferentes correntes de pensamento da Escola, associado a um conjunto expressivo de realizações na melhoria das condições de ensino, pesquisa e extensão, que por si só criam uma elevada expectativa de desempenho à nova gestão. Sua obstinação em melhorar essas condições passa pela tomada de iniciativas ousadas na recuperação do patrimônio físico da FAU, entre as quais se destacam as instalações de laboratórios no Edifício Villanova Artigas e o magnífico restauro da Vila Penteado, no qual funciona nosso programa de pós-graduação. A honradez, a integridade intelectual e a disposição permanente ao diálogo da professora Maria Ruth estabelecem, para este novo diretor ou para qualquer outro que viesse sucedê-la, um compromisso incontestável de continuar o processo de reforma cujas bases ela lançou.

Desde sua fundação, nossa escola se caracteriza por uma inquietação contínua, na busca de propostas didáticas que respondam adequadamente aos objetivos maiores do exercício da profissão. A função social do arquiteto, no sentido de prover respostas voltadas à melhoria das condições de vida da maioria, sempre esteve presente como elemento central do debate na FAU. Divergências existem quanto aos caminhos mais adequados para melhor cumprir essa função, mas o reconhecimento do compromisso da grande escola pública de arquitetura e urbanismo com o bem-estar da maioria da sociedade jamais foi posto em questão. É dentro dessa perspectiva que temos debatido os principais desafios que hoje se afiguram para a adequação dos conteúdos de ensino e pesquisa da FAU à realidade presente da prática de arquitetura e urbanismo.

A crise da arquitetura e de suas bases epistemológicas não é única e nem isolada do processo mais amplo que hoje atinge praticamente todas as profissões e todas as formas de trabalho qualificado. De um processo centrado na troca de produtos primários e bens industrializados, as relações entre países – na sociedade por alguns chamada de pós-industrial, pós-moderna ou globalizada – passaram a ser pautadas por uma disputa acirrada pelo mercado de serviços, que constitui a nata das atividades econômicas por sua capacidade intrínseca de apropriar-se do excedente gerado nos demais segmentos.

Essa disputa pelos serviços atinge em cheio, e de forma perversa, setores de atividade que, nos países periféricos, constituíam reserva estratégica de desenvolvimento científico e tecnológico local. Todas as profissões ligadas às várias formas de conhecimento são atingidas, levadas à situação paradoxal de reconhecer, por um lado, a emergência de demandas sociais prementes por suas

habilidades e, por outro lado, a retração drástica das oportunidades de exercício profissional a partir dos canais convencionais.

Hoje há pacotes completos de projetos importados, para os quais a dominação hegemônica reserva, aos profissionais locais, o papel de meros adaptadores e agentes de homologação formal das concepções estrangeiras. Para os profissionais envolvidos nesses trabalhos complementares à produção estrangeira, o saber integrador do projeto, da técnica e da ciência social, da forma, da função e do processo construtivo, tão caros à concepção de nossa escola, já não são necessários. Por consequência, pouco resta em comum entre essa prática e os conteúdos que fundamentam a escola pública de arquitetura.

Há os profissionais que resistem a esse estado de coisas e, remando contra a maré, mantêm suas práticas à custa de grandes sacrifícios pessoais. Sua missão é fundamental na preservação dos valores básicos de nossa arquitetura, mas infelizmente hoje constituem exceções que confirmam a regra. A sobrevivência dos elevados ideais que os move depende de nossa habilidade em incorporá-los nas alternativas futuras de prática profissional.

Pelo lado dos projetos diretamente voltados às melhorias de condições de vida da maioria da população pobre que habita as periferias de nossas cidades, os novos profissionais encontram como horizonte poucas alternativas de participação no que resta de programas estatais – como regra mediante prestação de serviços terceirizados e raramente como profissionais integrantes do quadro das entidades governamentais – e formas ainda pouco seguras de engajamento em organizações não-governamentais.

O aparente pessimismo desta breve análise não deve ser entendido – nem de longe – como sinal de desânimo em face da magnitude do problema. A FAU, em seu papel histórico de centro de vanguarda da arquitetura e urbanismo no Brasil, é o foro adequado para se debater e traçar novos caminhos que tornem efetivas as potencialidades do trabalho do arquiteto na construção de nossa sociedade. O reconhecimento mesmo da natureza das crises que põem em xeque os modos atuais de nossa prática é apenas possível no contexto de um processo vivo e continuamente renovado de reflexão e debate sobre o conteúdo social da profissão. A capacidade de crítica e de autocrítica entre os membros da comunidade da FAU, arquitetos ou não, é extremamente elevada e é ela que nos remete à atitude gramsciana de pessimismo no diagnóstico e otimismo na prática.

Esse estado de coisas torna necessário aliar, ao desenvolvimento das habilidades específicas, a concepção de estratégias criativas de inserção que, de forma realista, permitam a construção de novos canais de exercício profissional, fundados na função social que necessariamente devem cumprir os que pesquisam, ensinam e estudam financiados por recursos públicos. Exige, por outro lado, que seus conteúdos de ensino e pesquisa se alinhem à concepção dessas estratégias e forneçam instrumental eficaz de exercício profissional. O olhar para o futuro, contudo, não significa voltar as costas para as conquistas do passado.

O legado da arquitetura moderna, na FAU, é parte vital da massa crítica que atualmente nos permite pensar novos caminhos em direção a essa reinserção. Não fosse a obstinada luta dos grandes mestres pelo caráter socialmente transformador do desenho, a partir dele forjando uma estrutura de ensino da arquitetura eqüitativa em relação a seus conteúdos de arte, de ciência social e de tecnologia, jamais se teriam juntado os elementos necessários à elaboração da crítica a esse desenho, jamais se teriam construído os nichos de inserção dos arquitetos em questões-chave da política urbana, da ciência ambiental, da política habitacional e tantas outras que hoje permitem vislumbrar novos caminhos de potencial redesenho da profissão.

Não obstante o reconhecimento da importância desse grande legado e o respeito pelo acervo vivo da arquitetura brasileira do qual a FAU é depositária, a busca de novos caminhos para o futuro não se pode confundir com uma volta às polarizações nascidas das teses modernistas e de sua crítica, por mais sedutor que seja o conteúdo intelectual dos debates que suscitou. Os arquitetos comprometidos com o conteúdo social da profissão, sejam eles alinhados ou críticos ao reformismo modernista, já não podem se dar ao luxo de se enfrentarem mutuamente. As formas contemporâneas de dominação econômica dos valores públicos por interesses privados – a que o professor Boaventura Souza Santos se tem referido como fascismo societal – são tão ou mais insidiosas que as formas abertas de imposição autoritária que, no passado, justificaram a união das forças progressistas.

As transformações na inserção profissional que hoje se manifestam em meio a uma extensa e profunda crise de profissões têm raízes antigas, que para os arquitetos se mostraram muito antes dos atuais embates. Nos anos em que a estrutura didática da FAU se consolidava, o caráter essencialmente formal que a arquitetura moderna assumia nos países centrais do capitalismo já era visto, pelos mestres da arquitetura brasileira, esta carregada de conteúdo social, como objeto de preocupação. No entanto, a resposta jamais seria uma pura e simples negação do que ocorria. Como sublinhou o professor Villanova Artigas,...

“... A descolonização na arquitetura não se faz pela proibição da importação de modelos de solução de problemas estético-construtivos. Mas principalmente pela descolonização da consciência dos arquitetos dentro da cultura em que trabalham.”

Esse pensamento continua atual e o entendimento pleno de seu significado se faz indispensável na busca de novos caminhos a que nos propomos. A resposta ao atual processo de dominação estrangeira no setor de serviços, em geral, e na produção da arquitetura e urbanismo, em particular, certamente não está na negação da realidade, seja mediante a tentativa de reviver a prática reformista nos moldes originais do modernismo, seja mediante a crítica radical ao projeto, que hoje conduz apenas a um “não fazer”.

Parece, sim, estar na abertura para o mundo real e na criação de capacitação apta a interpretá-lo, absorvendo o melhor das técnicas atuais, da capacidade de leitura da realidade, das potencialidades de interação interdisciplinar e, a partir disso, criar saídas.

Para os arquitetos formados nos anos 70, entre os quais me incluo, já não se afigurava como alternativa profissional provável, à saída da Escola, a formação de escritórios independentes de prática profissional autônoma, como era até então usual. Sob plena vigência do regime autoritário e no contexto de uma política de desenvolvimento que privilegiava grandes empreendimentos na expansão da base produtiva do país, em articulação com grandes grupos privados, a maioria dos arquitetos dessa geração tinha como alternativa mais realista de exercício de suas funções o trabalho assalariado.

Esse processo, se, por um lado, limitava a liberdade criativa e as perspectivas de reconhecimento individual, típicas da era dos grandes profissionais liberais, por outro lado, constituía oportunidade única de ampliação do espectro de inserção profissional em projetos de complexa estrutura técnica e gerencial. Isso levou muitos de nós a responder por ações em áreas até então pouco exploradas pelos profissionais arquitetos.

O trabalho cooperativo com diferentes disciplinas, em torno de projetos ambiciosos, voltados ao desenvolvimento industrial e à expansão da infra-estrutura, abriu caminho para que vários de nossos colegas passassem a assumir posições-chave nos setores em que se envolviam, sem abrir mão da capacidade de reflexão crítica e de síntese que sua formação multidisciplinar trazia. Ao contrário, essa capacidade de síntese e reflexão sempre foi um elemento de distinção do papel do arquiteto na equipe multidisciplinar, a despeito de seu eventual desligamento do instrumental clássico do projeto.

Contudo, os anos da expansão econômica acelerada – e da construção ampliada da infra-estrutura produtiva – foram mais breves do que se imaginava e praticamente terminaram com o fim da década de 70. Muitos dos que, naquela época, iniciaram suas trajetórias profissionais na condição de assalariados passaram rapidamente à condição de desempregados, sem ter tido tempo de amadurecer uma massa crítica que lhes permitissem por si mesmos construir novos caminhos de exercício profissional, legitimados nos pressupostos teóricos e metodológicos da profissão.

Por outro lado, tinham aprendido a criar respostas rápidas para situações inusitadas e com isso abrir caminho para inserções as mais variadas, em áreas de conhecimento que guardassem alguma afinidade, por remota que fosse, com suas práticas anteriores. O envolvimento de arquitetos em áreas setoriais de políticas regionais e urbanas – como habitação, transporte urbano, meio ambiente, saneamento básico e outras – expandiu muito ao longo dos anos 80.

Igualmente se expandiu sua presença em áreas até então tidas como linhas complementares à arquitetura e ao urbanismo, como o desenho industrial, a

programação visual e o desenho da paisagem, à parte a consolidação de papéis em políticas e projetos de preservação e restauro do patrimônio histórico, em paralelo ao amadurecimento de contribuições teóricas e de sistematizações histórico-críticas sobre a produção da arquitetura e urbanismo no Brasil e no exterior. Tudo isso levou a que se expandisse e diversificasse o espectro de áreas de pesquisa e ensino nas quais os profissionais arquitetos se envolviam, com desdobramentos substantivos sobre os conteúdos que traziam para a escola de arquitetura. E essas expansões e diversificações de áreas de inserção conduzem a um paradoxo, que se manifesta a partir de uma fragmentação entre a pesquisa acadêmica e a prática profissional.

A produção científica e tecnológica em áreas como meio ambiente, transporte, habitação, energia, patrimônio histórico, estudos sociais e outras, dá-se conforme padrões de produtividade amplamente aceitos de pesquisa e disseminação, contrastando com a área de projeto de arquitetura, que encontra poucos canais de reconhecimento legitimados na práxis acadêmica.

Esse problema é muito sério, pois os profissionais que detêm a missão de ensinar o projeto de arquitetura, em sentido estrito, sentem-se duplamente prejudicados, primeiro pelo difícil encargo de manter acesa a chama de uma prática profissional legítima, desempenhada no contexto de um mercado hoje adverso a ela, segundo, desprestigiados pelo pouco acesso que têm às formas usuais de reconhecimento acadêmico. Na prática essa assimetria se traduz em uma sub-representação daqueles que são portadores de um saber indispensável à formação dos arquitetos, a despeito das transformações por que a profissão tenha passado e venha ainda a passar.

O reconhecimento de maiores diversidade e amplitude, no campo de atuação profissional do arquiteto, não pode em hipótese alguma implicar na desvalorização do projeto de arquitetura e de suas relações específicas com o processo construtivo. Este conhecimento continua sendo a espinha dorsal dos conteúdos de arquitetura e urbanismo, quaisquer que sejam as perspectivas de ampliação e diversificação do espectro profissional. A capacidade de síntese e absorção de novas técnicas, que permitiu aos arquitetos desenvolver habilidades específicas em setores outros que não o projeto de edificações, será sempre tributária aos métodos originalmente trabalhados na prática de projeto.

Nesses termos, a falsa oposição que aparentemente contrapõe os domínios da prática profissional do projeto de edificações às linhas de pesquisa identificadas com habilidades específicas, nas quais se foram engajando os arquitetos, precisa ser definitivamente afastada.

Juntos, profissionais do projeto e pesquisadores do amplo espectro hoje relacionado à arquitetura e urbanismo, temos a missão de promover uma efetiva integração entre os conteúdos de projeto, história e tecnologia da arquitetura e urbanismo. Para isso se torna necessário aproximar os conteúdos das ações fim de ensino – de graduação e pós-graduação –, de pesquisa e de cultura e

extensão, em torno das quais se organiza a Universidade de São Paulo, de maneira que o caráter inovador da produção do conhecimento, na pesquisa, e sua aplicação prática, na extensão, sejam refletidos na constante atualização dos conteúdos de ensino. No aprimoramento dessas conexões, têm papel essencial os servidores não-docentes, responsáveis por áreas-chave de informação, de documentação, de apoio laboratorial e de serviços gerais, para cujo cumprimento devem ser bem capacitados e estimulados.

Nossa missão é desafiadora e ambiciosa. Ela constitui necessariamente um projeto coletivo, para o qual deverá contribuir toda a comunidade da FAU, com a indispensável colaboração das entidades profissionais de nossa área e de outras áreas de conhecimento com as quais nossa formação acadêmica e nosso exercício profissional se articulam. Ela apenas faz sentido no contexto de um esforço comum com outras lideranças dentro da USP, empenhadas em revalorizar a plenitude do conceito de universidade, com todo o peso que esse empenho envolve, pondo em xeque as fronteiras que forçam a separação entre nichos de saberes específicos para os quais a utilidade social exige integração, pondo em xeque os parâmetros meramente quantitativos de avaliação de produtividade impostos por uma cientometria, em muitos casos, de duvidosa validade, em face das reais prioridades de desenvolvimento a que se subordina nossa missão de universidade pública.

São extremamente fortes nossos vínculos de cooperação com outras unidades da USP, a começar pela Escola Politécnica – da qual se originou a FAU e onde se formaram a maioria de seus mestres fundadores e vários professores engenheiros – já não mais engenheiros-arquitetos, como os mestres fundadores – que integram nosso corpo docente, entre os quais destaco o saudoso professor Teodoro Rosso, de quem tive a honra de ser assistente em meu início de carreira docente na FAU. Essa cooperação passa hoje por associações em projetos comuns, além da própria Poli, com a FFLCH, com a FEA, com a ECA, com os museus da USP, apenas para citar as mais próximas e com histórico de colaboração mais freqüente.

Um dos próximos desafios comuns que envolverá esforço cooperativo intenso será a criação de um curso interunidades de design, em linha com os desdobramentos relativos a novas práticas associadas à arquitetura e urbanismo. O envolvimento dos arquitetos com o design não é obviamente novidade, mas os moldes sobre os quais se estrutura o curso projetado, a partir do reconhecimento claro de novos papéis profissionais na perspectiva de um necessário resgate do mercado interno, estes, sim, são novos e, estes sim, exigem o concurso interdisciplinar de múltiplas áreas de conhecimento.

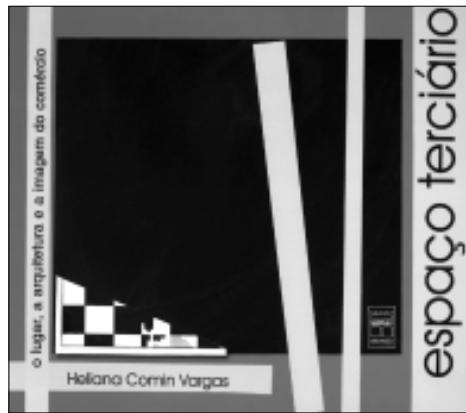
No momento em que propugnamos pela união de esforços em torno da busca de novas alternativas para a prática profissional do arquiteto, gostaria de homenagear os dois colegas que comigo compuseram a lista tríplice submetida ao magnífico reitor, os professores doutores Sylvio Barros Sawaya e José Luís Caruso

Ronca, insígnies representantes das áreas de projeto de arquitetura e de planejamento urbano da FAU. Esses dois colegas exercem uma liderança incontestada na faculdade e a realização dos objetivos comuns, em torno dos quais publicamente nos solidarizamos, apenas será possível mediante sua participação ativa. Por fim, gostaria de saudar a Profa. Dra. Maria Ângela Faggin Pereira Leite, que assume a vice-diretoria da FAU, na pessoa de quem saúdo também os demais docentes, funcionários e alunos da faculdade, com quem vamos trabalhar intensamente nos próximos anos.

Muito obrigado.

A cerimônia de posse do professor Ricardo Toledo Silva aconteceu em 13 de dezembro de 2002, no Conselho Universitário, Cidade Universitária.

7 | *Re*SENHAS



ESPAÇO TERCIÁRIO – O LUGAR, A ARQUITETURA E A IMAGEM DO COMÉRCIO

VARGAS, HELIANA COMIN. SÃO PAULO: EDITORA SENACSP, 2001. ISBN: 85-73592079, 335 P.

Carlos J. Lopes Balsas

O livro *Espaço terciário*, de Heliana Comin Vargas – urbanista, economista e professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – é uma leitura obrigatória para todos os urbanistas brasileiros. A professora Vargas não só aborda a importância do comércio nas cidades brasileiras, mas também discute o comércio enquanto atividade de desenvolvimento econômico e social, as teorias que equacionam sua localização espacial, a evolução dos diferentes formatos comerciais, assim como apresenta uma reflexão exploratória sobre a imagem do comércio na cidade. A perspectiva mundial, a evolução histórica bem detalhada, a vasta bibliografia e as inúmeras ilustrações que a autora utilizou em sua escrita são quatro particularidades que conferem ao livro um carácter singular no universo dos estudos sobre comércio e cidade publicados em língua portuguesa.

O livro está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta e discute três idéias principais: o comércio enquanto atividade social; a troca como atividade pouco nobre e especulativa; e o modo como o pensamento econômico retratou as atividades terciárias, desde os fisiocratas que as consideravam atividades improdutivas, passando pelos clássicos, os marxistas, os neoclássicos, até aos keynesianos para quem as atividades terciárias são mensuráveis e geradoras de riqueza.

O segundo capítulo é sobre a localização das atividades terciárias em um contexto de mudança. Entre outros aspectos, a autora distingue entre a simples localização dos estabelecimentos no território e o tipo de negócio que determinada localização pode sustentar. Como fatores que interferem na escolha da localização a autora se refere detalhadamente ao trabalho, ao capital, à procura, aos transportes, aos fluxos, à organização empresarial, às políticas públicas, ao contexto sociocultural, à tecnologia e ao próprio espaço físico.

O terceiro capítulo e mais extenso trata da arquitetura de negócios e de sua evolução mundial em duas fases temporais, antes e depois do século 19, e em duas tipologias principais, desenvolvimento comercial planejado e não-planejado. A noção de espaço público (que contempla sua relação com a cidade) e o tipo de estabelecimento (na relação da arquitetura com o negócio) são dois dos vetores

de investigação utilizados pela autora para analisar o bazar, a ágora, o fórum, a feira, o mercado, a loja, os grandes estabelecimentos, as arcadas, as cadeias de lojas, os super e hipermercados, os centros comerciais e o comércio eletrônico. Este capítulo termina com a caracterização do modelo de desenvolvimento comercial brasileiro pela análise da evolução dos formatos comerciais na cidade de São Paulo, no século passado, e com a identificação de um conjunto de tendências para o século 19: o excesso e a necessidade de diferenciação da oferta, a existência do comércio informal e a relevância do comércio de rua, e a co-existência do comércio eletrônico com os restantes formatos tradicionais. O quarto capítulo trata da imagem do comércio enquanto instrumento de marketing e do impacto da poluição visual na qualidade ambiental urbana.

Depois de ler este livro é importante realçar três idéias fundamentais: (1) fato que o rebatimento espacial do comércio, enquanto atividade econômica e o relacionamento com o espaço físico que lhe dá suporte, nem sempre foi levado em conta nos estudos urbanos, tampouco no planejamento urbano gerou impactos menos positivos na qualidade de vida nas cidades; (2) a grande variedade de formatos comerciais que existiu ao longo da história mostra que a mudança na atividade terciária é constante e que a necessidade de inovar, seja nas técnicas de venda, seja na localização, seja na arquitetura, ou na imagem, é um imperativo constante; (3) finalmente, a globalização e a importação de formatos comerciais de uns contextos geográficos para outros, principalmente nas últimas três décadas, levou à homogeneização das cidades e à diminuição de sua vitalidade. Assim, o livro *Espaço terciário* constitui uma obra de referência não só para aqueles que se interessam pela dicotomia cidade e comércio, mas também para aqueles que nunca pensaram que o comércio pode influenciar de modo crítico a habitabilidade nas cidades.

Carlos J. Lopes Balsas

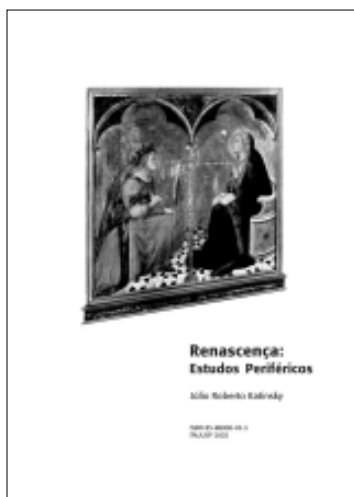
Formado em planejamento urbano e regional pela Universidade de Aveiro – Portugal em 1995. Mestre em planejamento regional na área de concentração, de Community Planning and Economic Development na University of Massachusetts, Amherst – em 1998, na qual desenvolve atualmente seu curso de doutorado.

Entre sua produção mais significativa constam os seguintes livros:

Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades. Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, 1999. 179 p. ISBN: 9728170556. N: Revised and Translated Master Thesis.

Urbanismo comercial em Portugal, e a necessidade de uma nova gestão urbana. Forthcoming edited book by Carlos Balsas and Rogério Gomes; 2001; Póvoa do Varzim: Câmara Municipal da Póvoa do Varzim / URBE.

Retail Planning in Portugal, an Instrument of Urban Planning. In: AHERN, Jack e MACHADO, J. Reis (Eds.) *Environmental Challenges in an Expanding Urban World*. Lisboa: CNIG, 1997; p.37-48. ISBN: 9729740607.



RENASCENÇA: ESTUDOS PERIFÉRICOS

KATINSKY, JÚLIO ROBERTO. SÃO PAULO:
FAUUSP, 2002. 230 p.

Paulo Marques

(1) Ornamentos reproduzindo folhas e flores, produzidas em lâminas de cobre recobertas por banho de ouro que, em geral, são colocados em vasos solitários para enfeitar os altares das igrejas barrocas brasileiras.

Mais do que honrado com a gratificante incumbência de produzir uma singela resenha do livro do Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky, confesso sentir-me envaidecido com tal convite por não ser arquiteto, nem tampouco artista no sentido lato que lhe é conferido. Meu vínculo com o professor Katinsky restringe-se ao fato de integramos, há quase duas décadas, um mesmo grupo de pesquisa voltado ao estudo da história da ciência, da técnica e da tecnologia. Ressalvado, contudo, o relevante antecedente de mantermos fugazes e prazerosas tertúlias semanais sobre assuntos que varrem desde a música erudita até a pintura. Englobando temas tão apaixonantes quanto o retardatário barroco brasileiro, quer do lado arquitetônico (refiro-me aqui ao estilo das igrejas coloniais, em particular a produção das obras do mestre Antônio Francisco Lisboa, “O Aleijadinho”), como a dos geniais compositores mulatos brasileiros do século 18, nitidamente caracterizada pelas monumentais obras dos padres José Maurício Nunes Garcia e Joaquim Emerico Lobo de Mesquita.

Para ser mais rigoroso ainda, além do fato de conhecer Katinsky como pesquisador de escol, tenho apreço por sua fecunda produção artística e intelectual. E isso é facilmente compreensível, sobretudo se considerarmos sua magnífica introdução à obra “*Marco Vitruvius Polião: da arquitetura*” (São Paulo: Hucitec, 1999), por seu instigante artigo “*Florentine perspective and the development of modern science*” (LLULL, 23, 1995, p. 599-642) ou ainda por seu belo traço. Este último evidenciado pelos croquis editados na excelente *Revista Sinopses* (FAUUSP, número 31, junho 1999, p. 78-85).

Assim, ler (e estudar) o livro de Katinsky implicou conhecer mais e melhor a solidez dos conhecimentos do autor. Com solerte criatividade, Katinsky elabora seu livro com o mesmo refinamento praticado pela ourivesaria com a qual foram produzidas as palmas barrocas¹ que adornam as igrejas coloniais das cidades históricas brasileiras. Sobretudo a de Nossa Senhora do Carmo (Sabará, MG) com muitas de suas talhas esculpidas e finalizadas em madeira policromada pelo mestre Antônio Francisco Lisboa, “O Aleijadinho”. Em outras palavras, com uma sofisticada estrutura de ordem gramatical indireta que obriga o leitor a concentrar-se na leitura do texto. Algo que lembra o rebuscado estilo literário barroco, tal

como o empregou o padre Antonio Vieira em seus refinados *Sermões*. Ao contrário, por exemplo, do estilo seco, direto e extremamente palatável, eleito por Guimarães Rosa ou Graciliano Ramos, cuja leitura das obras é facilitada pelo uso da ordem direta na redação em língua portuguesa e na qual se encontram ordenados, sucessivamente, sujeito, verbo e predicados.

Seguindo-se à apresentação assinada pela atual diretora da FAUUSP, Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio, figura o prefácio de Ubiratan D’Ambrósio com a justa e devida observação de “*Historiadores das ciências e da matemática estão agradecidos a Júlio Roberto Katinsky por nos oferecer, reunidas, suas importantes contribuições*” (p. 11). Ato contínuo figura o primeiro texto da produção de Katinsky, de título “*Explicação Necessária*”, no qual o autor esclarece tratar-se de um livro reunindo “*ensaios escritos há mais de 20 anos, todos versando sobre os problemas do desenho e sua relação com a cultura ocidental, a partir, principalmente, do século 15*” (p. 14). Nesse mesmo capítulo, Katinsky expõe o plano do livro, agradece a seus colaboradores (autor das fotos, Eduardo Castanho, e tradutora das biografias empregadas, Vilma K. Barreto de Souza) e sugere a seu público leitor – citando nominalmente seus orientandos e demais alunos de pós-graduação – que pretende mostrar “*como uma intuição ideológica se transforma, pelo trabalho de investigação, em precisa proposição científica*”. (p. 15). Ao concluir o mesmo *take* com sabedoria e cultura, evoca Georges Bracque por meio de seu expressivo aforismo: “*J’aime la regle qui corrige l’emotion; J’aime l’emotion qui corrige la regle.*” (p. 16).

A partir daí o público leitor encontrará 190 páginas de puro deleite na leitura, distribuídas pelos oito capítulos complementares, dentre as quais se mesclam cultura, erudição e densa informação sobre o “moderníssimo” do século 15 que está, ainda, a desafiar-nos há mais de 500 anos. Com efeito, embora a idéia não esteja explicitamente verbalizada na obra de Katinsky, uma possível e muito provável leitura da obra aberta do primoroso livro de Katinsky remete-nos a um dos mais famosos glamorosos livros sapienciais do Antigo Testamento da Bíblia. Refiro-me ao *Eclesiastes*, de origem incerta, mas freqüentemente atribuído a Salomão, em que figura: “*Nihil novi sub sole* (nada há de novo debaixo do Sol)”². Tal assertiva é cristalinamente convalidada se considerarmos a obra do pintor britânico David Hockney, *O conhecimento secreto: redescobrimos as técnicas perdidas dos grandes mestres* (São Paulo: Cosac&Naify, 2001), na qual repetindo a utilização de lentes, espelhos côncavos e câmeras escuras – princípio de funcionamento das máquinas fotográficas, concebidas e comercializadas em escala depois de meados do século 19, obteve como resultado efeito idêntico ao conseguido pelo artista flamengo Van Eyck, que o utilizou com pleno êxito cinco séculos antes. O mesmo raciocínio pode ser estendido à produção arquitetônica e pictórica de seu contemporâneo florentino Brunelleschi, como demonstra o livro de Katinsky nas páginas 84 e seguintes.

Por outro lado, curiosamente ao contrário da maioria de nossos colegas de docência e pesquisa na USP, Júlio não hesita em citar em seus artigos e livros autores e cientistas que lhe são opositores. Ao que tudo indica, Katinsky persegue obstinadamente a qualidade, independentemente do fato de as pessoas citadas lhe serem simpáticas ou não. Com isto, Júlio descarta o abominável patrimonialismo e a prática da ação entre amigos. Tal grandiosidade é desvelada também no livro, objeto desta resenha, tanto que, apesar de agnóstico notório e

(2) *Eclesiastes*, cap. 1, verso 9. *A Bíblia de Jerusalém*. 7ª impressão. São Paulo: Paulus, 1995. p. 1167.

(3) A Ordem dos Templários foi extinta em março de 1314 quando, por ordem do rei de França, Filipe IV, “O Belo”, foi queimado vivo o último grão-mestre da instituição, Jacques de Molay. Interessados em aprofundar-se sobre a encantadora e trágica história dos templários poderão recorrer ao conjunto de obras de Maurice Druon (prêmio Goncourt de 1949 e, depois, ministro da Cultura da República Francesa) de título *Os reis malditos*, publicados pela Difel (São Paulo), pelos idos da década de 60.

(4) Monge secular a quem, além dos votos tradicionais de pobreza, castidade e humildade, acresce-se o de silêncio.

confesso, emprega como epígrafe ao oitavo capítulo (Renascença, p. 130), citação de Clairvaux, quando aquele grande místico asseverou: “*Pois como posso dora em diante me contentar com palavras? Vale bem mais confirmar as palavras pelos efeitos*”. Ora, vai aí um justo tributo a São Bernardo de Clairvaux (1090-1153), importante para o pensamento cristão da baixa Idade Média até os dias de hoje (como se verá adiante) não exatamente por ser santo, mas por ter pertencido à Ordem Cisterciense e haver mantido relação de profunda intimidade com a Ordem dos Cavaleiros do Templo – ou os Templários³ – na época de sua instituição, quando o primeiro grão-mestre foi Hugh de Payens.

Por tudo o que foi escrito é imperativo indicar *Renascença: estudos periféricos*, como leitura obrigatória e obra de referência para arquitetos, físicos, matemáticos, engenheiros e historiadores que queiram ampliar verticalmente seus conhecimentos sobre a perspectiva, o renascimento, o neoclassicismo e a ciência (básica e aplicada) produzida no interregno compreendido entre os séculos 15 a 17.

Críticas à obra, no entanto, existem. E creio que o próprio autor, de mérito sobejamente comprovado, concordará que nas próximas edições haverá a necessidade de expurgo de erros e equívocos decorrentes de uma obra muito possivelmente editada às pressas. Dessa maneira, grafar “óptico” (visão) ao invés do equivocado “ótico” (audição), ou o deslize de empregar “perilogo” (palavra inexistente no vernáculo) em lugar de “prólogo” são erros até compreensíveis em uma primeira edição. Mas absolutamente inaceitáveis na segunda edição e nas seguintes. Bem como a falta de crédito ao autor da ilustração da capa e das vinhetas do livro que, salvo melhor juízo, é de autoria de Ambrósio Lorenzetti (pintor italiano de meados do século 14).

A firme expectativa e o grande desejo é o de que em breve seja lançada uma segunda edição, com a devida correção dos equívocos e omissões assinalados. Tenho a mais absoluta convicção de que, ao fim e ao cabo, Júlio perfilhará a expressiva alocução latina com a qual Thomas Merton (monge trapista⁴ responsável pela primeira aproximação do catolicismo ao budismo e demais tradições filosófico-religiosas do Oriente, que nasceu em 1915 e morreu prematuramente em 1968), encerra seu primoroso livro *A montanha dos sete patamares* (São Paulo: Mérito, 1959. p. 462), no qual figura: “*Sit finis libri, non finis quaerendi*” (Termina-se a obra, não a busca). É oportuno mencionar que Merton, o maior contemplativo católico do século 20 e, por isto mesmo conhecido como “O apóstolo da compaixão”, teve suas idéias e seu profícuo trabalho pastoral influenciado pela extensa obra do mesmo Bernardo de Clairvaux, parcimoniosamente citado por Katinsky.

Paulo Marques

Professor de Pós-Graduação da USP. Ex-professor-visitante do Instituto de Estudos Brasileiros – IEA-USP e pesquisador-doutor do Centro de História da Ciência da Universidade de São Paulo – CHC-USP. Ex-pesquisador-bolsista do CNPq.



MEIO AMBIENTE, DIREITO E CIDADANIA

PHILIPPI JR, ARLINDO; ALVES, ALAÔR CAFFÉ;
ROMÉRO, MARCELO DE ANDRADE; BRUNA,
GILDA COLLET (Eds). SÃO PAULO: NÚCLEO DE
INFORMAÇÕES EM SAÚDE AMBIENTAL DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NISAM-USP),
SIGNUS EDITORA, 2002. 358 p

Sheila Walbe Ornstein

A questão ambiental e suas diversas faces sob a ótica do direito e da cidadania

Esta obra trata de alguns dos principais resultados, pensamentos, reflexões, análises e diretrizes, frutos de anos de esforços liderados pelo Núcleo de Informações em Saúde Pública da Universidade de São Paulo (NISAM), dos aspectos ambientais do meio urbano no contexto contemporâneo (e necessário) da interdisciplinaridade.

O NISAM vem se destacando na Universidade de São Paulo e na esfera nacional como centro de excelência na abordagem do meio ambiente, procurando agregar nesta discussão as instituições de ensino e de pesquisa, as quais devem obrigatoriamente reunir temas integrados sobre meio ambiente e sustentabilidade, enquanto elementos imprescindíveis na formação de especialistas e de pesquisadores em suas respectivas áreas de atuação. São elas, dentro da USP, a Faculdade de Saúde Pública, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a de Direito.

Os editores, eles próprios oriundos de formações distintas, Philippi Jr, engenheiro ambiental, Caffé Alves, advogado especialista em direito ambiental, Andrade Roméro, arquiteto especialista em conforto ambiental e em conservação de energia em edificações e Collet Bruna, arquiteta com especialização em urbanismo, revelam de modo expressivo a demanda de profissionais voltados a propostas e soluções para as cidades brasileiras, em seus campos específicos de atuação, a saber, os edifícios, os espaços públicos, a infra e a superestrutura urbanas, os fundamentos socioeconômicos e legais, os deveres e os direitos do consumidor, do morador, ou seja, do cidadão na busca da qualidade de vida.

A obra é densa, dividida em sete partes e em 21 capítulos, nos quais especialistas de elevado nível nas esferas municipal, estadual, nacional e internacional, abordam a temática – meio ambiente – criticamente e, às vezes, de modo complementar e convergente, e outras, de modo divergente, mas todas elas bastante instigantes e reveladoras dos debates atuais por que vêm passando as questões ambientais no país e no mundo (por exemplo, o Estatuto da Cidade, promulgado em 2001 ou ainda os inúmeros acordos de cooperação internacional,

convenções e tratados assinados por diversos países que pretendem minimizar o efeito estufa, as mudanças climáticas, os desequilíbrios impostos a biodiversidade, as ocupações desenfreadas de encostas e áreas de mananciais, a falta de saneamento básico e uma incontável quantidade de problemas ambientais que afetam drasticamente as cidades latino-americanas de grande porte.

Além da introdução elaborada pelos editores e a conclusão, esta última de autoria dos docentes da Faculdade de Saúde Pública da USP, Philippi Jr. e Pelicioni, em que é reiterada a necessidade de “.... uso social, justo e ecologicamente equilibrado do território” a partir de “.... uma nova cultura de gestão” ambiental, o livro contempla, em cada bloco temático e em profundidade, aspectos como o meio urbano e a proteção ambiental, a diversidade biológica, engenharia genética e biossegurança, as mudanças climáticas, as unidades de conservação e florestas, a cooperação técnica e financeira, bancos e meio ambiente.

Por ser esta resenhadora arquiteta, mas sem ter a intenção de reduzir a enorme importância dos demais tópicos, chama a atenção, em especial, a parte que aborda o meio ambiente e os aspectos físicos, comportamentais e legais, nos níveis metropolitanos e municipais da questão da proteção ambiental. Nela, saneamento básico (ou a ausência dele), os problemas do efeito estufa, da poluição e os distintos encaminhamentos dados por políticas públicas, por associações e organizações não-governamentais e cooperativas, as tecnologias passíveis de serem adotadas para eventuais ajustes destes problemas e o impacto na qualidade de vida das populações urbanas, principalmente aquelas mais carentes e periféricas, são cuidadosamente tratados.

A compreensão da problemática “mudança climática”, sua contribuição para o efeito estufa em nossas regiões metropolitanas também podem auxiliar arquitetos e urbanistas a projetarem edifícios e espaços exteriores que atenuem as conseqüências perversas desse fenômeno, sobretudo, no caso dos projetos e das construções aceleradas das grandes torres, com impactos em seus usuários imediatos e na qualidade de vida da vizinhança urbana em que se localiza em termos das condições de conforto ambiental. Não é à toa que os trabalhos de consultores e de pesquisadores como Daniels (1997) e Yeang (2001), quanto ao conceito de edifício ecológico ou *verde*, estão sendo debatidos intensamente no meio acadêmico (GONÇALVES, 2001), embora as recomendações geradas nesse meio científico e já implementadas em países desenvolvidos, infelizmente, estejam longe de influenciar, de modo prático, os agentes efetivos do mercado imobiliário.

A edição é bem cuidada, permitindo uma leitura didática e acessível por bloco temático, segundo uma estrutura lógica de assuntos.

Enfim, a obra, além de colocar à disposição do público mais amplo – graduandos, pós-graduandos, consultores e profissionais – reflexões críticas sobre o meio ambiente e sua visão interdisciplinar que vem ocorrendo há anos no NISAM, em atividades de ensino e de pesquisa, cumprindo, assim, uma das tarefas importantes da USP, que é a da divulgação abrangente de iniciativas como esta, de perfil de prestação de serviços à comunidade, trata-se de obra imprescindível para consulta por aqueles que se interessam, de modo consciente, pelos desígnios de nossas cidades, os quais se tem a esperança que já não sejam tão poucos e que estejam em número crescente.

Referências

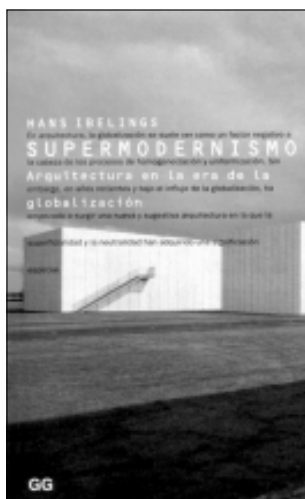
DANIELS, Klaus. *The technology of ecology building: Basic principles and measures, examples and ideas*. Berlim: Birkhäuser, 1997. 301 p.

GONÇALVES, Joana Carla Soares. A cidade de São Paulo e o processo de verticalização nos anos 90 com referência a três estudos de caso. In: *Cadernos Técnicos do AUT*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, n. 8, p. 15-60, 2001.

YEANG, Ken. *El rascacielos ecológico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, AS, 2001. 303 p.

Sheila Walbe Ornstein

Doutora, professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pesquisadora sênior em avaliação pós-ocupação do ambiente construído do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e orientadora no curso de Pós-Graduação FAUUSP.



SUPERMODERNISMO – ARQUITECTURA EN LA ERA DE LA GLOBALIZACIÓN

IBELINGS, HANS. BARCELONA: GUSTAVO GILI,
1998. 144 p. / ISBN 84-252-1751-2

Mauro Claro

194

pós-

(1) p. 64.

O livro, publicado em 1998, procura definir como **supermoderna** uma arquitetura que se consolida nos anos 90 a partir tanto das transformações do movimento moderno como das conseqüências da **globalização**, conceito que o autor aponta como impreciso, embora suficiente para a caracterização de uma **eficiência gerencial** que marca a passagem para essa nova etapa da produção arquitetônica.

Em três capítulos centrais – pós-modernismo, movimento moderno, supermodernismo – Ibelings apresenta e discute os conceitos que fundamentam sua tese: o **movimento moderno**, a partir da Segunda Guerra, tem diluídas as características da fase inicial, mais rigorosa quanto às implicações sociais da arquitetura, e é completamente domesticado pelos interesses do capital; o **pós-modernismo** reage a tal prática tecnocrática com as armas do contextualismo e simbolismo estruturalistas; por sua vez, uma vertente de menor expressão, o **desconstrutivismo**, ainda como recusa à neutralidade da arquitetura moderna que se tornara vazia de ideais, trabalha com referências da filosofia (Derrida, Deleuze, Lyotard, Chomsky, Baudrillard) aplicando-as, no entanto, de modo mecânico à forma do edifício; o **supermodernismo**, por fim, surge como síntese entre, por um lado, a crítica exercida entre os anos 60 e 80 com respeito ao moderno e, por outro lado, as “permanências” – termo não mencionado por Ibelings – de elementos modernos considerados funcionais para a situação atual, **globalizada**, da sociedade dos países ricos e das cidades ricas dos países pobres – pois, como frisa o autor logo no início, é da arquitetura em tais sociedades e cidades que trata o livro.

No centro da compreensão desse novo termo, que Ibelings toma de Marc Augé no livro *Non-lieux – introduction à une anthropologie de la surmodernité* (Paris, 1992), estão as mudanças verificadas – por obra do incremento no comércio mundial e da difusão da comunicação pelas redes telemáticas – nas noções de **lugar e espaço** em conseqüência das quais “o mundo se tornou menor e, ao mesmo tempo, maior”¹: à situação de disponibilidade extrema propiciada pela facilidade da obtenção da informação, que torna o mundo “pequeno”, corresponde a incorporação de uma quantidade de nova informação – grupos e

indivíduos que antes não interagiam econômica ou culturalmente – que o torna “maior”.

Para a arquitetura, não imune a essa realidade, criou-se – com as noções de tempo e espaço alteradas – uma **condição supermoderna**: muito espaço (grande mobilidade), muitos signos (bombardeio de informações), alto grau de anonimato (traduzido na exploração individual dos espaços públicos e semipúblicos). Aeroportos, hotéis, centros comerciais, supermercados e pedágios são os mais evidentes exemplos dos “**não-lugares**” que, como opostos do “**lugar**” contextualizado e bastante definido do pós-modernismo historicista e do desconstrutivismo (mesmo que neste a contextualização se desse em termos inalcançáveis para os cidadãos comuns, frustrando qualquer intenção de aproximação com seu cotidiano) passam a predominar na produção internacional.

Os não-lugares são ambientes completamente autônomos e auto-suficientes – cascas vazias, mas flexíveis, prontas a admitir o uso que se queira dar – e não dependem de sua localização, não se relacionando de nenhuma maneira com o entorno físico imediato (a não ser para obtenção da mão-de-obra), mas sim com aquele constituído pela rede de informações e relações econômicas de que são parte. Vários analistas² da arquitetura recente, diz o autor, apontam elementos que parecem confluir para a superação do pós-moderno por meio da recuperação da forma arquitetônica **neutra e autônoma** – própria da primeira modernidade – mas não observam as mudanças concomitantes no uso e percepção do espaço.

Revalorização das formas simples e neutras, esvaziamento de qualquer conteúdo aparente de comunicação simbólica, transformação do entorno urbano em mero apêndice dessas estruturas arquitetônicas são os aspectos que resumem as características dessa nova arquitetura destinada a ser a sede dos processos de gestão da produção e do consumo de mercadorias, do transporte e da circulação de pessoas e bens.

A arquitetura supermoderna se distancia, assim, da pós-moderna ao resgatar aspectos da arquitetura do pós-guerra – tecnocrática – concedendo a ela uma utilização atualizada voltada ao atendimento das necessidades das empresas e das cidades que sediam o capital – livre, portanto, de qualquer necessidade de justificação social assistencialista (*welfare state*) e pondo-se a serviço da modernização, como processo econômico, e da globalização, do ponto de vista social.

Tal arquitetura se faz, dessa maneira, à imagem dos processos de exclusão social que se destina a servir. “*A lacônica aceitação das coisas tais como são*”³: o principal mérito do livro está justamente em construir uma explicação que conecta os desenvolvimentos recentes de certa arquitetura – institucional – **com os exclusivos interesses do capital**.

Mas nunca é demais lembrar: a análise se limita à compreensão da arquitetura produzida nas sociedades e cidades prósperas deixando de lado, portanto, o exame da situação sob a qual vive a maior parte da população de países como o Brasil.

Mauro Claro

Mestre e doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, docente do curso de Desenho Industrial da Faculdade de Comunicações e Artes da Universidade Mackenzie.

(2) Terence Riley, Daniela Colafranceschi, Rodolfo Machado e Rodolphe el-Khoury, Vittorio Savi e Josep Maria Montaner.

(3) p. 133.

TESES E DISSERTAÇÕES

Teses

BERNA VALENTINA BRUIT VALDERRAMA
Instâncias e Tamanhos do Espaço Estudo de Projeto
do Centro de Campinas Proposta e Crítica
Data: 13.09.02
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

MARIA BERNADETE MAFRA DE ANDRADE
Cidade Mítica: Uma Poética das Ruínas ou a Cidade
Vista pelo Imaginário do Artista
Data: 16.09.02
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

EMMANUEL ANTONIO DOS SANTOS
As Paisagens do Plano e os Planos da Paisagem:
Da Paisagem no Planejamento ao Planejamento
com a Paisagem
Data: 18.09.02
Orientador(a): Profa. Dra. Miranda Maria Esmeralda
Martinelli Magnoli

GLEICE VIRGINIA MEDEIROS DE AZAMBUJA ELALI
Ambientes para Educação Infantil: Um Quebra-
Cabeça? Contribuição Metodológica na Avaliação
Pós-Ocupação de Edificações e na Elaboração de
Diretrizes para Projetos Arquitetônicos na Área
Data: 20.09.02
Orientador(a): Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

PEDRO DELLA PÁSCHOA JUNIOR
O Mito sobre o/Do/ No Brasil
Data: 25.09.02
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

STAMATIA KOULIOUMBA
São Paulo: Cidade Mundial? Evidências e Respostas
de uma Metrópole em Transformação Redefinição e
Espacialização dos Setores Terciário e Quaternário
Data: 27.09.02
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de
Sampaio

TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING
A Floresta em São Paulo, a Cidade na Cantareira:
Fronteiras em Transformação
Data: 02.10.02
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

CLÁUDIA MARIA ARNHOLD SIMÕES DE OLIVEIRA
O Ambiente Urbano e a Formação da Criança
Data: 02.10.02
Orientador(a): Profa. Dra. Andreina Nigriello

FLORENCIA CHAPUIS
Arquitetura enquanto Percurso e a Natureza na
Metrópole. Estudo de Parque no Jaraguá
Data: 11.10.02
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

REGINALDO LUIZ NUNES RONCONI
Inserção do Canteiro Experimental nas Faculdades
de Arquitetura e Urbanismo
Data: 22.10.02
Orientador(a): Prof. Dr. Khaled Ghoubar

MÁRCIA HALLULI MENNEH
Sistemas de Espaços Livres Públicos da Cidade de
São Paulo
Data: 24.10.02
Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

LUIS SALVADOR PETRUCCI GNOATO
Arquitetura e Urbanismo de Curitiba Transformações
do Movimento Moderno
Data: 25.10.02
Orientador(a): Prof. Dr. Bruno Roberto Padovano

ELIANE GUARALDO
Repertório e Identidade Espaços Públicos em São
Paulo, 1890-1930
Data: 31.10.02
Orientador(a): Prof. Dr. Murillo Marx

MYRNA DE ARRUDA NASCIMENTO
Arquiteturas do Pensamento
Data: 11.11.02
Orientador(a): Profa. Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara

MARIA DE LOURDES ZUQUIM
Os Caminhos da Bocaina: Uma Questão Agrária
Ambiental
Data: 13.11.02
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

SIDNEI JUNIOR GUADANHIM

Influência da Arquitetura Moderna nas Casas de Londrina: 1955-1965

Data: 27.11.02

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna

ISABEL CRISTINA NÓBREGA

As Lacunas da Obra de Arte: Teoria e Prática

Data: 29.11.02

Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Yurgel

LADISLAO PEDRO SZABO

Em Busca de uma Luz Paulistana: A Concepção de Luz Natural no Projeto de Arquitetos da Cidade de São Paulo

Data: 02.12.02

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna

JOSÉ BENTO FERREIRA

O Desenho Ambiental Aplicado a Sistemas Viários: A Utilização de Zonas Ambientais de Uso Compartilhado (ZAUCs) para a Solução de Conflitos Viário-Ambientais

Data: 03.12.02

Orientador(a): Profa. Dra. Maria de Assunção Ribeiro Franco

GUILHERME ALEXANDRE WIEDMAN

Fibra de Coco e Resinas de Origem Vegetal para Produção de Componentes de Mobiliário e da Construção Civil

Data: 05.12.02

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

ALMIR FRANCISCO REIS

Permanências e Transformações no Espaço Costeiro: Formas e Processos de Crescimento Urbano-Turístico na Ilha de Santa Catarina

Data: 10.12.02

Orientador(a): Prof. Dr. Jorge de Rezende Dantas

ROSANA HELENA MIRANDA

Mooca: Lugar de Fazer Casa

Data: 19.12.02

Orientador(a): Prof. Dr. Siegbert Zanettini

UBIRAÉLCIO DA SILVA MALHEIROS

Palmas: Cidade Real, Cidade Imaginária – Arte Pública como Representação Urbana

Data: 14.01.03

Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

CHARLES DE CASTRO VINCENT

Processos de Projeto e Computação Gráfica: Uma Abordagem Didática

Data: 30.01.03

Orientador(a): Prof. Dr. Adilson Costa Macedo

Dissertações

HÉLIO LUIZ HERBST JUNIOR

Promessas e Conquistas Arquitetura e Modernidade nas Bienais

Data: 04.09.02

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cecília França Lourenço

VALÉRIA CÁSSIA DOS SANTOS

Concursos de Arquitetura em São Paulo

Data: 12.09.02

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna

DANIELE ABREU E LIMA

Arquitetura Moderna nos Trópicos Exemplos em Pernambuco

Data: 13.09.02

Orientador(a): Prof. Dr. Lucio Gomes Machado

MARIA CRISTINA BONANI

Minimização de Resíduos da Construção Civil

Data: 19.09.02

Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

SYLVIA RAMOS LEITÃO

O Discurso do Planejamento Urbano em Curitiba: Um Enigma entre a Prática e a Cidade Real

Data: 27.09.02

Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

ANDERSON KAZUO NAKANO

4 COHABs da Zona Leste de São Paulo: Território, Poder e Segregação

Data: 03.10.02

Orientador(a): Profa. Dra. Marta Dora Grostein

ANTONIO MALTA CAMPOS

Antonio Malta: Obras em Contexto

Data: 04.10.02

Orientador(a): Profa. Dra. Vera Maria Pallamin

TAÍS MARIA ALVES KUFNER

História e Projeto: O Papel do Precedente na
Concepção da Forma Arquitetônica

Data: 10.10.02

Orientador(a): Prof. Dr. Gian Carlo Gasperini

MIRIAM FERNANDA LOPES BARROS

Estudo das Políticas Habitacionais Desenvolvidas no
Município de São Paulo e o Vínculo com os Planos

Diretores no Período de 1971 a 1997

Data: 11.10.02

Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

PETER RIBON MONTEIRO

Vitória: Cidade e Presépio os Vazios Visíveis da
Capital Capixaba

Data: 14.10.02

Orientador(a): Prof. Dr. Issao Minami e Profa. Dra.
Élide Monzeglio

ROBERTO NOVELLI FIALHO

O Desenho como Metodologia de Projeto Escritório
Técnico Rino Levi

Data: 17.10.02

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha
Perrone

ISABELLE CURY

A Evolução Urbana e Fundiária de Parati do Século
XVII até o Século XX, em Face da Adequação das
Normas de Proteção de seu Patrimônio Cultural

Data: 17.10.02

Orientador(a): Prof. Dr. Benedito Lima de Toledo

CAIO ADORNO VASSÃO

Arquitetura Móvel: Propostas que Colocaram o
Sedentarismo em Questão

Data: 17.10.02

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

RENATA MILANESI

Praça da Sé: Evolução Urbana e Espaço Público

Data: 04.11.02

Orientador(a): Profa. Dra. Regina Maria Prosperi
Meyer

ANTONIO GIL DA SILVA ANDRADE

Alta Tecnologia a Arquitetura de 1970 a 2000

Data: 25.11.02

Orientador(a): Profa. Dra. Márcia Peinado Alucci

POLISE MOREIRA DE MARCHI

À Leste da Cidade o Estudo de Redesenho dos
Espaços Residuais

Data: 25.11.02

Orientador(a): Profa. Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara

SYLVIA ADRIANA DOBRY

Projeto Participativo e Criação Coletiva

Data: 26.11.02

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Angela Faggin
Pereira Leite

ELZA MARIA BRAGA DE CARVALHO

O Vão entre a Cidade Fática e a Cidade Legal: O
Processo de Regularização Fundiária em São Paulo

Data: 28.11.02

Orientador(a): Profa. Dra. Suzana Pasternak
Taschner

INGRID ELISABETH SCHNEIDER

Confrontos e Dificuldades na Implementação dos
Instrumentos Urbanísticos Propostos nos Planos
Diretores Municipais de Campinas na Década de 90

Data: 02.12.02

Orientador(a): Profa. Dra. Marta Dora Grostein

LUIS AUGUSTO BICALHO KEHL

Paupercula Domo a Casa de Piratininga: Mitos e
Ritos Fundacionais

Data: 02.12.02

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo César Xavier Pereira

MARIA LUCIA TORRECILHA

A Fronteira, as Cidades e a Linha

Data: 10.01.03

Orientador(a): Profa. Dra. Heliana Comin Vargas

IRAUNA BONILHA

O Desenho da Paisagem à Beira-rio e as
Metamorfoses da Várzea do Tietê na Cidade de São
Paulo

Data: 20.01.03

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Laboratório de Programação Gráfica

Profa. Coordenadora: Maria Angela Faggin Pereira Leite

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

José Tadeu de Azevedo Maia

Tratamento de Imagem

Sidney Lanzarotto

Emendas – Arte-Final

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapas

Adauto Lino Duarte de Farias

Cópia de Chapas

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Secretária

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolito e impressão offset

Laboratório de Programação Gráfica da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set

Papel

Pólen rustic areia 120 g/m²

Couchê fosco L2 90 g/m²

Cartão supremo alta alvura 300 g/m² (capa)

Montagem

25 cadernos de 8 páginas

Tiragem

1.000 exemplares

Data

junho 2003